

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA – UFSM
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO DE
ORGANIZAÇÕES PÚBLICAS**

Frank Sammer Beulck Pahim

**IMPACTO SOCIOECONÔMICO DA IMPLANTAÇÃO DA FUNDAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA - UNIPAMPA**

Santa Maria, RS
2018

Frank Sammer Beulck Pahim

**IMPACTO SOCIOECONÔMICO DA IMPLANTAÇÃO DA FUNDAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA – UNIPAMPA**

Dissertação apresentada ao curso de Pós-Graduação em Gestão de Organizações Públicas, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do título de **Mestre em Gestão de Organizações Públicas**.

Orientador: professor Dr. Gilberto Martins Santos

Santa Maria, RS
2018

Pahim, Frank Sammer Beulck
Impacto socioeconômico da implantação da Fundação
Universidade Federal do Pampa - UNIPAMPA / Frank Sammer
Beulck Pahim.- 2018.
197 p.; 30 cm

Orientador: Gilberto Martins Santos
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa
Maria, Centro de Ciências Sociais e Humanas, Programa de
Pós-Graduação em Gestão de Organizações Públicas, RS, 2018

1. Indicadores socioeconômicos 2. Universidade 3.
Desenvolvimento regional I. Santos, Gilberto Martins II.
Título.

Sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFSM. Dados fornecidos pelo autor(a). Sob supervisão da Direção da Divisão de Processos Técnicos da Biblioteca Central. Bibliotecária responsável Paula Schoenfeldt Patta CRB 10/1728.

© 2018

Todos os direitos autorais reservados a Frank Sammer Beulck Pahim. A reprodução de partes ou do todo deste trabalho só poderá ser feita mediante a citação da fonte.


E-mail: franksammer@gmail.com

Frank Sammer Beulek Pahim

**IMPACTO SOCIOECONÔMICO DA IMPLANTAÇÃO DA FUNDAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA – UNIPAMPA**

Dissertação apresentada ao curso de Pós-Graduação em Gestão de Organizações Públicas, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do título de **Mestre em Gestão de Organizações Públicas**.

Aprovado em 10 de dezembro de 2018:



Gilberto Martins Santos, Dr. (UFSM)
(Presidente/Orientador)



Kelmara Mendes Vieira, Dra. (UFSM)



Fladimir Fernandes dos Santos, Dr. (UNIPAMPA)

Santa Maria, RS.
2018

DEDICATÓRIA

Dedico esse trabalho como uma pequena contribuição ao conhecimento, compreensão e melhoria da gestão pública brasileira, em especial a avaliação dos impactos socioeconômicos da implantação de uma universidade pública, que reconhecidamente é um agente impulsionador do conhecimento humano, desenvolvedora da ciência, da tecnologia e responsável pela evolução econômica e social da humanidade.

AGRADECIMENTOS

A Jesus e a Nossa Senhora pela força, fé e vontade de realizar, e pela proteção nas longas e solitárias viagens sob sol, cerração, chuva, tempestade ou escuridão;

A minha esposa Clarissa Brum de Souza Pahim e a minha filha Alyssa Brum de Souza Pahim por todo apoio e incentivo, elas são a razão do meu esforço e dedicação;

A minha mãe Circe Beulck Pahim, pai Paulo Vieira Pahim e irmão Alan Vagner Beulck Pahim, que souberam compreender minhas ausências;

Ao meu professor e orientador Gilberto Martins Santos por compartilhar comigo suas ideias, conhecimento e experiência, e por acreditar que eu seria capaz de realizar o trabalho;

A todos os professores e técnicos que tive o privilégio de conhecer no programa de mestrado da UFSM, em especial aqueles que contribuíram com o trabalho na banca de qualificação, professora Kelmara Vieira e Reisoli Filho;

A professora do departamento de estatística da UFSM Ângela Isabel dos Santos Dullius pelas orientações e colaborações, essenciais a realização das análises;

Aos meus colegas de mestrado, parceiros em desafios e amigos para a vida inteira;

Aos ex-colegas, professores e amigos de longa data, que me apoiaram e me fizeram sentir em casa em Santa Maria, André Lübeck e Almir Barros da Silva Santos Neto;

Aos meus colegas de trabalho na UNIPAMPA, em especial os da coordenação administrativa, que me deram todo o apoio necessário para que eu pudesse realizar a qualificação;

E a UNIPAMPA, sem a qual não haveria sentido a pesquisa, ela mudou e continua mudando para melhor a vida de muitos jovens e adultos, incluindo a minha, motivo pelo qual me orgulho em fazer parte da sua história, desde o seu início; trabalho e me qualifico para fazer mais e melhor, para que outros tenham as mesmas oportunidades.

*“Quando a gente acha que tem todas as respostas,
vem a vida e muda todas as perguntas.”*

Luis Fernando Verissimo.

RESUMO

IMPACTO SOCIOECONÔMICO DA IMPLANTAÇÃO DA FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA – UNIPAMPA

AUTOR: Frank Sammer Beulck Pahim
ORIENTADOR: Gilberto Martins Santos

Esta pesquisa busca analisar os impactos socioeconômicos decorrentes da implantação da UNIPAMPA nas regiões Oeste e Sul do Rio Grande do Sul. Os programas do Ministério de Educação e Cultura (MEC) de interiorização e expansão do ensino superior e de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), realizados de 2003 a 2012, aumentaram o número de municípios atendidos pelas universidades públicas. Essas políticas públicas tiveram como objetivos, além da ampliação de vagas e democratização do acesso ao ensino superior público, a redução das assimetrias regionais, a partir da atuação das novas universidades. As universidades constituem-se em motores para o desenvolvimento a partir da sua atuação no ensino, na pesquisa e na extensão, na interação com os demais agentes sociais. Identificar os impactos resultantes da implantação de uma nova universidade constitui-se interesse social e o objetivo geral da pesquisa, assim como definir indicadores adequados, referenciado na literatura e com disponibilidade de dados para demonstrar os efeitos da política e o alcance de sua finalidade. A definição dos indicadores e a comparação do desempenho das cidades que receberam campus foram grandes desafios à pesquisa, haja vista às diferenças sociais, culturais e econômicas existentes entre regiões do estado. A solução encontrada para comparação do desempenho nos indicadores foi a utilização da classificação econômica das cidades na Política Nacional de Desenvolvimento Regional I e a comparação com o desempenho ao nível de estado. Os dados foram coletados, em sua maioria, em bases estatísticas reconhecidas ou obtidos diretamente com os órgãos públicos encarregados das informações. A metodologia para alcance dos objetivos utilizou da análise da inserção geográfica, dos investimentos institucionais, do desempenho dos indicadores e de testes estatísticos paramétricos e não paramétricos, com auxílio do software *Statistical Package for Social Sciences (SPSS)*, para identificar o impacto da educação superior no desenvolvimento socioeconômico das regiões. A contextualização da inserção geográfica da UNIPAMPA demonstrou que seu impacto socioeconômico está diluído no desenvolvimento regional pela sua atuação multicampi, nivelando microrregiões onde existem cidades com diferenças históricas de desenvolvimento e contribuindo para reconfigurar a hierarquia regional. O conjunto de informações possibilitou concluir que a UNIPAMPA impacta em maior ou menor nível em todos os indicadores analisados, como, por exemplo, na inversão das tendências populacionais negativas, na taxa de desocupação, na diminuição da concentração de renda ou na melhoria da qualidade vida, medida pelo IDHM. Os testes estatísticos de diferença de média e mediana demonstraram que o grupo de cidades com UNIPAMPA apresenta desempenho similar ao grupo formado pelas Unidades de Comparação (UC) em vários indicadores, ressaltando que nas UC existem cidades que são polos regionais, com melhor desempenho econômico histórico na comparação individual, e a temporalidade dos dados obtidos em relação ao pouco tempo de existência da universidade.

Palavras-chave: Indicadores socioeconômicos. Universidade. Desenvolvimento regional.

ABSTRACT

SOCIOECONOMIC IMPACT OF THE IMPLEMENTATION OF THE FOUNDATION FEDERAL UNIVERSITY OF PAMPA - UNIPAMPA

AUTHOR: Frank Sammer Beulck Pahim
ADVISOR: Gilberto Martins Santos

This research seeks to analyze the socioeconomic impacts resulting from the implementation of UNIPAMPA in the West and South regions of Rio Grande do Sul. The Ministry of Education and Culture (MEC) programs for internalization and expansion of higher education and Restructuring and Expansion of Federal Universities REUNI), carried out from 2003 to 2012, increased the number of municipalities served by public universities. These public policies aimed at reducing regional asymmetries, as well as the expansion of vacancies and democratization of access to public higher education, based on the performance of the new universities. Universities constitute engines for development based on their role in teaching, research and extension, in interaction with other social agents. Identifying the impacts resulting from the implementation of a new university constitutes social interest and the general objective of the research, as well as to define adequate indicators, referenced in the literature and with data availability to demonstrate the effects of the policy and the scope of its purpose. The definition of the indicators and the comparison of the performance of the cities that received the campus were great challenges to the research, given the social, cultural and economic differences existing between regions of the state. The solution found for comparing the performance in the indicators was the use of the economic classification of cities in the National Policy of Regional Development I and the comparison with the performance at the state level. The data were mostly collected on statistical bases recognized or obtained directly from the public agencies in charge of the information. The methodology to reach the objectives used the analysis of the geographic insertion, the institutional investments, the performance of the indicators and of parametric and nonparametric statistical tests, with the aid of the software Statistical Package for Social Sciences (SPSS), to identify the impact of higher education in the socioeconomic development of the regions. The contextualization of the geographical insertion of UNIPAMPA showed that its socioeconomic impact is diluted in regional development by its multicampi performance, leveling microregions where there are cities with historical development differences and helping to reconfigure the regional hierarchy. The information set made it possible to conclude that UNIPAMPA has a greater or lesser impact on all the indicators analyzed, such as, for example, the inversion of negative population trends, the unemployment rate, the reduction of income concentration or the improvement of quality of life, measured by the HDI. The statistical tests of mean and median difference showed that the group of cities with UNIPAMPA presents similar performance to the group formed by the Comparison Units (UC) in several indicators, noting that in the CU there are cities that are regional poles with a better historical economic performance in the individual comparison, and the temporality of the data obtained in relation to the short time of existence of the university.

Keywords: Socioeconomic indicators. University. Regional development

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa da tipologia da PNDR I, com destaque das microrregiões de implantação da UNIPAMPA	48
Figura 2 – Cartograma populacional da FEE	70
Figura 3 – Mapa de localização dos campi UNIPAMPA no estado, país e continente	84
Figura 4 – Divisão do RS em microrregiões pelo IBGE.....	85
Figura 5 – Regiões geográficas do estado do RS	87
Figura 6 – Mapa da divisão do RS em COREDES	90
Figura 7 – Regiões de Funcionais de Planejamento do RS.....	91
Figura 8 – Participação dos COREDES no VAB Total do RS em 2015	98
Figura 9 – Participação dos COREDES no VAB da agropecuária de 2015	100
Figura 10 – Participação dos COREDES no VAB da indústria de 2015	101
Figura 11 – Participação dos COREDES no VAB nos serviços de 2015	102
Figura 12 – Classificação da tipologia sub-regional da PNDR II de 2018, com destaque das microrregiões de implantação da UNIPAMPA	117
Figura 13 – Faixas de classificação do IDHM	150

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Etapas históricas da política regional brasileira.....	46
Quadro 2 – Autores e linhas de avaliação	52
Quadro 3 – Classificação pela tipologia sub-regional da PNDR I	69
Quadro 4 – População da pesquisa – cidades com campi da UNIPAMPA.....	71
Quadro 5 – Cidades selecionadas como unidades de comparação.....	72
Quadro 6 – Cidades do grupo UNIPAMPA e sua respectiva cidade selecionada como unidade de comparação.....	74
Quadro 7 – Classificação das cidades do grupo UNIPAMPA e unidades de comparação, conforme a nova divisão regional do IBGE de 2017.....	88
Quadro 8 – Desdobramento da classificação da PNDR II, em relação à classificação em vigor da PNDR I	116
Quadro 9 – Classificação das microrregiões com UNIPAMPA e microrregiões das unidades de comparação na tipologia sub-regional da PNDR I e II.....	118
Quadro 10 – Comparativo do IDHM das cidades com campus UNIPAMPA e das cidades selecionadas como UC.....	151
Quadro 11 – Testes a serem aplicados conforme o resultado do teste de normalidade e homogeneidade	157

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Área total direta de abrangência da UNIPAMPA em km ²	83
Tabela 2 – Variação % do PIB regional com destaque as microrregiões com UNIPAMPA .	92
Tabela 3 – Empregos, número de estabelecimentos e número de consumidores de energia elétrica com destaque as microrregiões com UNIPAMPA	93
Tabela 4 – Idese das microrregiões pesquisadas, com destaque àquelas com UNIPAMPA.	94
Tabela 5 – Posição da cidade nas dimensões, índice Idese e posição final com número de posições que a cidade avançou ou retrocedeu no Indicador entre 2015 e 2007 ...	96
Tabela 6 – UNIPAMPA em números atuais (2018).....	103
Tabela 7 – Cursos de graduação e pós-graduação em nível stricto sensu da UNIPAMPA .	104
Tabela 8 – Evolução do número de servidores na UNIPAMPA	110
Tabela 9 – Número de trabalhadores terceirizados por campi e reitoria	110
Tabela 10 – Evolução dos créditos orçamentários da UNIPAMPA.....	111
Tabela 11 – Percentual (%) de distribuição dos recursos de custeio e capital entre os campi	113
Tabela 12 – Valores investidos em obras nos campi.....	114
Tabela 13 – Comparativo entre a taxa de crescimento populacional anual do estado e a taxa de crescimento anual das cidades pesquisadas (cidade com UNIPAMPA seguida de sua UC)	121
Tabela 14 – Índice de Gini do Estado do RS e das cidades pesquisadas (cidade com UNIPAMPA seguida de sua UC)	124
Tabela 15 – Valores do rendimento domiciliar per capita das cidades pesquisadas em relação ao rendimento per capita do estado, pelos censos de 1991, 2000, 2010 (cidade com UNIPAMPA seguida de sua UC).....	126
Tabela 16 – Valor do rendimento nominal médio mensal dos domicílios particulares permanentes em reais (cidade com UNIPAMPA seguida de sua UC).....	128
Tabela 17 – Taxa de desemprego ou desocupação, 16 anos ou mais, obtida pelo sistema DATASUS (cidade com UNIPAMPA seguida de sua UC)	129
Tabela 18 – Saldo dos empregos nas cidades com UNIPAMPA, seguidas de suas UC, obtidos pelo PDET (selecionando o ano anterior a implantação da UNIPAMPA de 2005 até abril de 2018).....	131
Tabela 19 – Escolaridade da população adulta (25 anos ou mais) pelos censos 1991, 2000 e 2010 (cidade com UNIPAMPA seguida de sua UC).....	134
Tabela 20 – Escolaridade da população adulta no estado e nas cidades pesquisadas, pelos censos de 1991, 2000 e 2010 (cidade com UNIPAMPA seguida de sua UC) ...	136
Tabela 21 – PIB per capita total das cidades pesquisadas em R\$ (cidade com UNIPAMPA seguida de sua UC)	138
Tabela 22 – Investimentos nacionais em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) - por setores de aplicação no Brasil em valores correntes (milhões de reais)	146
Tabela 23 – Investimentos nacionais em P&D - % em relação ao PIB segundo os setores de aplicação no Brasil	147
Tabela 24 – IDHM do estado do RS e das cidades nos últimos três censos (cidade com UNIPAMPA seguida de sua UC)	150
Tabela 25 – Número de casos em cada agrupamento de cidades nos censos de 2000 e 2010	153
Tabela 26 – Cidades do grupo UNIPAMPA ou cidades selecionadas como UC nos agrupamentos pelo censo de 2000	154
Tabela 27 – Cidades do grupo UNIPAMPA ou cidades selecionadas como unidades de comparação nos agrupamentos pelo censo de 2010	155

Tabela 28 – Média, desvio padrão, erro padrão, valor de t, graus de liberdade e valor de significância do teste, referentes à taxa de crescimento populacional	158
Tabela 29 – Média, desvio padrão, erro padrão, valor de t, graus de liberdade e valor de significância do teste, referentes ao índice de Gini	159
Tabela 30 – Média, desvio padrão, erro padrão, valor de t, graus de liberdade e valor de significância do teste, referentes ao RMD per capita	160
Tabela 31 – Média, desvio padrão, erro padrão, valor de t, graus de liberdade e valor de significância do teste, referentes ao RDM	161
Tabela 32 – Média, desvio padrão, erro padrão, valor de t, graus de liberdade e valor de significância do teste, referentes à taxa de desocupação.....	162
Tabela 33 – Mínimo e máximo, valor da estatística u e a significância do teste, referentes ao PIB per capita	163
Tabela 34 – Ranking das cidades pesquisadas segundo o PIB per capita (intervalos mínimos e máximos)	164
Tabela 35 – Classificações com base nas médias dos postos e soma dos postos do PIB per capita	165
Tabela 36 – Mínimo e máximo, valor da estatística u e a significância do teste, referente ao CEL	166
Tabela 37 – Classificações com base nas médias dos postos e soma dos postos, referentes ao CEL	168
Tabela 38 – Mínimo e máximo, valor da estatística u e a significância do teste, referentes à AIF	169
Tabela 39 – Classificações com base nas médias dos postos e soma dos postos, referentes à AIF.....	170
Tabela 40 – Mínimo e máximo, valor da estatística u e a significância do teste, referentes à AIE	172
Tabela 41 – Classificações com base nas médias dos postos e soma dos postos, referentes à AIE	172
Tabela 42 – Mínimo e máximo, valor da estatística u e a significância do teste Mann-Whitney, referentes ao IDHM.....	174
Tabela 43 – Classificações com base nas médias dos postos e soma dos postos, referentes ao IDHM	174
Tabela 44 – Média, desvio padrão, erro padrão, valor de t, graus de liberdade e valor de significância do teste, referentes ao IDHM.....	175
Tabela 45 – Média, desvio padrão, erro padrão, valor de t, graus de liberdade e valor de significância do teste, referentes à taxa de escolaridade médio completo e superior incompleto.....	176
Tabela 46 – Média, desvio padrão, erro padrão, valor de t, graus de liberdade e valor de significância do teste, referentes à taxa de escolaridade superior completo	176

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Evolução orçamentária da UNIPAMPA.....	112
Gráfico 2 – Número de habitantes das cidades com UNIPAMPA seguidas de suas UC	120
Gráfico 3 – Índice de GINI observado nas cidades pesquisadas	123
Gráfico 4 – Evolução do rendimento domiciliar per capita	125
Gráfico 5 – Evolução do rendimento domiciliar médio das cidades pesquisadas	127
Gráfico 6 – Comportamento da taxa de desocupação (%) nas cidades pesquisadas	130
Gráfico 7 – Escolaridade da população com 25 anos ou mais (%) – nível superior.....	133
Gráfico 8 – PIB per capita das cidades pesquisadas (valores em R\$)	137
Gráfico 9 – Consumo de energia em MWh nos anos 2000, 2005, 2010 e 2015.....	140
Gráfico 10 – Arrecadação de impostos federais nos municípios pesquisados nos anos de 2000, 2005, 2010 e 2015 (valores em R\$).....	142
Gráfico 11 – Arrecadação de impostos estaduais nos municípios pesquisados nos anos de 2001, 2005, 2010 e 2015 (valores em R\$).....	143
Gráfico 12 – Dispendio nacional em P&D - total e por setor de 2000 até 2015	146
Gráfico 13 – Evolução do IDHM dos municípios pesquisados.....	149

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CF	Constituição Federal do Brasil
COREDE	Conselhos Regionais de Desenvolvimento
DR	Desenvolvimento Regional
FEE	Fundação de Economia e Estatística do RS
Fies	Fundo de Financiamento Estudantil
FNDR	Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional
Fundef	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IFES	Instituições Federais de Ensino Superior
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação
MI	Ministério da Integração Nacional
OCDE	Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
ONU	Organização das Nações Unidas
PNDR	Política Nacional de Desenvolvimento Regional
PNE	Plano Nacional de Educação
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
ProUni	Programa Universidade para Todos
REUNI	Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
SUDAM	Superintendência Desenvolvimento Amazônia
SUDECO	Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste
SUDENE	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
UAB	Universidade Aberta do Brasil
UNIPAMPA	Universidade Federal do Pampa
VAB	Valor Adicionado Bruto

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	27
1.1	JUSTIFICATIVA	30
1.2	PROBLEMÁTICA	33
1.3	OBJETIVO DA PESQUISA	34
1.3.1	Objetivo geral.....	34
1.3.2	Objetivos específicos.....	34
1.4	ESTRUTURA DO TRABALHO	35
2	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	37
2.1	POLÍTICAS PÚBLICAS.....	37
2.2	DESENVOLVIMENTO REGIONAL	41
2.3	UNIVERSIDADE E DESENVOLVIMENTO.....	50
2.4	AVALIAÇÃO E INDICADORES	60
3	METODOLOGIA.....	67
3.1	CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA	67
3.2	POPULAÇÃO	67
3.3	COLETA DE DADOS	74
3.4	DEFINIÇÃO DE TERMOS E VARIÁVEIS	75
3.5	ANÁLISE DE DADOS	81
4	ANÁLISE DO CONTEXTO GEOGRÁFICO DE INSERÇÃO DA UNIPAMPA.....	83
4.1	DIVISÃO REGIONAL DO BRASIL EM MESORREGIÕES E MICRORREGIÕES.....	84
4.2	NOVA DIVISÃO REGIONAL EM REGIÕES INTERMEDIÁRIAS E IMEDIATAS	86
4.3	DIVISÃO REGIONAL EM COREDES E REGIÕES FUNCIONAIS DE PLANEJAMENTO.....	89
4.4	DADOS SOCIOECONÔMICOS EM NÍVEL DE MICRORREGIÕES DO IBGE....	92
4.5	DADOS SOCIOECONÔMICOS EM NÍVEL DE COREDES E REGIÕES FUNCIONAIS DE PLANEJAMENTO (RFP)	97
5	INVESTIMENTOS INSTITUCIONAIS.....	103
5.1	UNIPAMPA EM NÚMEROS	103
6	ANÁLISE DOS DADOS	115
6.1	EVOLUÇÃO SOCIOECONÔMICA DAS MICRORREGIÕES COM BASE NA PNDR I E II.....	115
6.2	ANÁLISE E COMPARAÇÃO DOS INDICADORES COM AUXÍLIO DE GRÁFICOS E TABELAS	119
6.3	ANÁLISE ESTATÍSTICA DE AGRUPAMENTOS E INFERÊNCIAS ESTATÍSTICAS.....	152
6.3.1	Análise de agrupamento.....	153
6.3.2	Testes de normalidade e de homogeneidade de variâncias.....	156
6.3.3	Resultados dos testes de inferência estatística por indicador	157
6.4	SÍNTESE DOS RESULTADOS OBTIDOS NA ANÁLISE DOS DADOS DOS INDICADORES	177
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	183
7.1	OPORTUNIDADES PARA NOVAS PESQUISAS	188
	REFERÊNCIAS.....	189

1 INTRODUÇÃO

O direito à educação, constante da Declaração Universal dos Direitos Humanos, estabelecida pela Assembleia Geral das Nações Unidas, em 1948, é um dos direitos inalienáveis do ser humano, juntamente com a vida, com a liberdade e com o trabalho.

O direito à educação no Brasil está previsto no artigo 205 da Constituição Federal (CF) de 1988, descrito como um direito de todos e dever do Estado e da família, devendo ser promovido e incentivado com a colaboração da sociedade.

Os deveres do Estado estão definidos na Constituição, que além de zelar pelo seu cumprimento tem a responsabilidade de responder às demandas dinâmicas da sociedade, por meio de programas ou ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real, o que comumente chama-se de políticas públicas. As políticas públicas são os meios pelos quais o Estado procura alcançar sua efetividade ou exercer suas prerrogativas e competências, a partir da interação com os diversos atores sociais ou com base em concepções de estado-nação ou interferências supranacionais (BANDEIRA, 1999; AFONSO, 2001; SOUZA, 2006).

As políticas públicas podem ser divididas em políticas de governo e políticas de estado, e o que as diferencia são seus objetivos, sua forma de elaboração, planejamento e execução, sua forma de financiamento e o tempo de duração de suas ações (AITH, 2006).

Duas das mais importantes políticas públicas dos últimos anos tiveram início como políticas de governo, o Programa de Interiorização e Expansão do Ensino Superior Federal (fase I) e o Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), ocorridos a partir de 2003. Os programas, ancorados no Plano Nacional de Educação (2001/2010), tiveram como principais objetivos aumentar as vagas nos cursos de graduação, ampliar a oferta de cursos noturnos, promover inovações pedagógicas e o combate à evasão, e diminuir as desigualdades sociais no país (BRASIL/MEC, 2016).

Segundo dados do Ministério da Educação (MEC), a interiorização (fase I) e o REUNI alteraram significativamente o número de municípios atendidos pelas universidades públicas, passando de 114 em 2003 para 237 em 2011. Foram criadas 14 novas universidades e mais de 100 novos campi, os quais possibilitaram a ampliação de vagas e a criação de novos cursos de graduação. E é dentro desses programas, que surge a Fundação Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), bem como, outras universidades, nas mais diferentes regiões do país.

A UNIPAMPA foi concebida como uma política pública nacional para desenvolver econômica e socialmente a macrorregião na qual foi implantada, macrorregião que em grande

parte estava definida na Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), de 2005, como regiões “Estagnadas” economicamente.

A atuação das universidades, com base na territorialidade que envolve a ação de diversos atores regionais, pode ser vista como um vetor de qualificação, de progresso e de mudança para a região (FLECK, 2011).

Segundo Fernandes (2001), as universidades têm responsabilidades institucionais nas quais a sociedade deposita suas expectativas de melhoria e bem-estar social. Nesse sentido, as universidades desempenham um papel agregador importante, mais que formação profissional superior, as universidades foram criadas para cumprir múltiplas funções, dentre as quais o ensino superior, não como finalidade exclusiva nem principal, mas para transcender essa dimensão. Tornam-se muito mais do que centros de formação superior ou de treinamento técnico, promovem cultura, ciência e desenvolvem tecnologia.

Oliveira (2014) expõe que as universidades são vetores indutores de desenvolvimento local e regional, se conectando com o mundo ao mesmo tempo em que se enraízam localmente e regionalmente, com efeitos na produção e consumo da economia, que repercutem de forma multiplicadora nas estruturas espaciais, sobretudo nas cidades em que estão localizadas. A curto e médio prazos impactam pelos recursos que aportam nos municípios e em longo prazo na qualificação da mão-de-obra, sendo desta forma estratégicas para o desenvolvimento.

Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA (2014), a evolução do nível educacional da população coloca-se como um elemento essencial na promoção do desenvolvimento de um país. Sob uma perspectiva macroeconômica, avanços na educação possuem uma intrínseca relação com o aumento da produtividade, considerado um dos principais elementos para a promoção do crescimento sustentado e expansão do potencial do país (IPEA, 2014).

Em âmbito internacional, a relação entre universidade e desenvolvimento também está em foco como, por exemplo: nos trabalhos da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), que em parceria com instituições de ensino de seus países membros tem buscado entender as relações de fomento ao desenvolvimento a partir da interação entre as universidades e os demais atores regionais, no programa *Supporting the Contribution of Higher Education Institutions to Regional Development* (Rolim e Serra, 2011); nas pesquisas de Mader et al. (2013) que buscam avaliar a cooperação e ligação em rede entre o ensino superior e os atores regionais na União Europeia; ou de Hernández et al. (2017) sobre a Responsabilidade Social da Universidade e das Empresas, na Colômbia.

A avaliação dos impactos de um investimento público, como a implantação de uma universidade, pode basear-se em fatores econômicos ou fatores sociais, anteriores e posteriores a intervenção, que possibilitem avaliar o grau de contribuição do empreendimento à sua área de atuação, ao desenvolvimento socioeconômico e à melhoria dos processos de avaliação das políticas públicas (ALVES, 2010; HOFF; SAN MARTIN; SOPEÑA, 2011; ROLIM; SERRA, 2011; REIS; SILVEIRA; RODRIGUES, 2012; ANTICO; JANNUZZI, 2014; SANTOS, 2005; PERRY et al., 2008; RAMOS; SCHABBACH, 2012; RODRIGUES, 2015)¹.

Reis, Silveira e Rodrigues (2012) traduzindo as etapas de avaliação de impacto, usam o modelo proposto por White (2007), que define critérios base, como analisar os impactos do bem-estar da população a partir de uma intervenção de uma política pública; avaliar resultados diretos e indiretos, bem como os esperados e não esperados; avaliar após algum tempo (cinco ou dez anos) depois da intervenção ter sido completada, de modo a permitir que os impactos apareçam; e avaliar as intervenções de um determinado setor ou área geográfica.

Reis, Silveira e Rodrigues (2012) e Barbosa et al. (2016) demonstram que, para o processo de avaliação de impacto de investimentos públicos é possível utilizar grupos de controle e técnicas estatísticas de pareamento, com base em indicadores pré-definidos, testando quais indicadores apresentam variações significativas que possam ser atribuídas à implantação da universidade. Para Jannuzzi (2014), a escolha de indicadores socioeconômicos para uso no processo de formulação e avaliação de políticas públicas deve ser pautada pela aderência deles a um conjunto de propriedades desejáveis e pela lógica estruturante da aplicação, que definirá a tipologia de indicadores mais adequada à análise pretendida.

Assim, a intenção de analisar o impacto da implantação da UNIPAMPA na região vai requerer uma combinação de indicadores econômicos e sociais que possam evidenciar as mudanças pretendidas, bem como a efetividade da política pública, sendo o maior desafio

¹ Alves (2010) avaliou as despesas de custeio e investimento, mensurou gastos efetuados por professores, funcionários e alunos no município de Canoinhas (SC); Hoff, San Martin e Sopeña (2011) realizaram estudo de impactos pontuais promovidos pela UNIPAMPA em diferentes setores da economia local na cidade de Santana do Livramento, por diferentes atores; Rolim e Serra (2011) realizaram pesquisa para identificar as contribuições do ensino para aumentar a capacitação e atender o mercado de trabalho regional, o desenvolvimento social, cultural e do meio ambiente; Reis, Silveira e Rodrigues (2012) avaliaram os Impactos socioeconômicos da Política Nacional de Irrigação na região Norte de Minas Gerais; Antico e Jannuzzi (2014) trabalharam na definição do que são indicadores de diagnóstico, de formulação de programas, de implementação e execução e de avaliação de políticas públicas; Santos (2005) analisou os rumos da universidade pública no Brasil e no mundo; Perry et al. (2008) avaliaram o papel das universidades como motores de desenvolvimento econômico e social; Ramos e Schabbach (2012) trabalharam a avaliação de políticas públicas e suas tendências; Rodrigues (2015) faz uma análise teórico-metodológica da avaliação das políticas públicas no Brasil e no mundo.

selecionar as variáveis adequadas para medir cada um dos impactos esperados (HOFF; PEREIRA; PAULA, 2016).

Dessa maneira, para atingir os objetivos de pesquisa, este estudo utiliza uma metodologia que abarca o impacto do investimento público, por meio de análises sobre políticas nacionais de desenvolvimento, conhecimento da conformação geográfica regional, em seus vários aspectos, e utilização de ferramentas estatísticas. A análise pressupõe a definição dos indicadores mais relevantes para avaliar o impacto socioeconômico nas cidades com campus da UNIPAMPA, usando cidades com mesma classificação econômica microrregional, demografia semelhante e que não receberam campus de universidade federal na fase I como Unidades de Comparação (UC).

Para fins de definição das UC, as semelhanças econômicas microrregionais foram determinadas pela classificação na tipologia sub-regional (PNDR I), que foi uma política pública nacional paralela à política nacional de expansão das universidades federais e que classificou as microrregiões brasileiras para fins de prioridade do investimento público; e as semelhanças demográficas foram determinadas a partir da proximidade populacional com as cidades que receberam campus da UNIPAMPA. A pesquisa compreende a comparação entre os indicadores por um período anterior à criação da universidade e posterior a sua implantação, conforme o indicador, de forma a identificar os seus impactos.

1.1 JUSTIFICATIVA

O desenvolvimento em um país continental como o Brasil necessita de políticas públicas que diminuam desigualdades regionais e criem oportunidades de acesso aos bens públicos e renda às populações. Na questão regional, isso significa reinterpretar as estruturas espaciais e sociais e suas tendências, e conjugá-las com os objetivos econômicos, sociais e políticos da Nação. Na era do conhecimento, educação, ciência e tecnologia devem ser vistos como a base estrutural que assegura a cidadania e proporciona o desenvolvimento para o País (PERRY et. al, 2008; DINIZ, 2009; ROLIM; SERRA, 2009).

As assimetrias regionais do Rio Grande do Sul (RS) têm origens históricas, remanescentes do período de formação do estado. A região Sul teve um processo de desenvolvimento populacional e econômico baseado nas grandes propriedades rurais, nas monoculturas e em poucos empreendimentos empresariais, com uma sociedade bastante miscigenada, em relações sociais com predomínio do capital sobre o trabalho. Já a região Norte, pela imigração espontânea, pela influência da colonização europeia, por uma estrutura

fundiária baseada em pequenas propriedades e na diversificação de culturas, pelo desenvolvimento de profissões que originaram empreendimentos industriais e que refletiram numa melhor infraestrutura regional, possibilitou o surgimento de uma sociedade mais colaborativa, com mais integração entre capital e o trabalho, e conseqüentemente, um maior crescimento econômico e social (SCHNEIDER; FIALHO, 2000; AREND; CÁRIO, 2005; FLECK, 2011).

A demanda por uma universidade pública na região Sul do estado justificava-se pela pouca oferta de ensino superior público e pelos baixos índices de desenvolvimento humano. O número de matrículas na rede de ensino superior (federal, estadual, particular e comunitária), em 2005, ano anterior a implantação da UNIPAMPA, era de pouco mais de dez mil matrículas². O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) que leva em consideração a renda, a educação e a saúde para definir aspectos relacionados ao bem estar social demonstrava uma situação de médio desenvolvimento, na década de 2000, em boa parte de seus municípios. A mobilização popular, que induziu à criação da UNIPAMPA, foi motivada por um anseio de oportunidades de qualificação aos menos favorecidos e pela diminuição das desigualdades socioeconômicas entre o Norte e o Sul do estado.

Portanto, a implantação da UNIPAMPA na região sul teve um viés de desenvolvimento econômico, subsidiado por uma política pública de investimento na educação superior, buscando criar o ambiente necessário para a atração de novos empreendimentos e para a criação de uma economia baseada no conhecimento.

Segundo o relatório da comissão constituída pela portaria nº 126/2012 do MEC, para análise sobre a expansão das universidades federais, os programas de expansão e o REUNI (2003 a 2012) tiveram como uma de suas metas a interiorização do ensino superior público federal e integração regional, por meio da criação de novas universidades e campus universitários. A interiorização e a integração das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) propiciam uma contribuição significativa para o desenvolvimento das regiões, iniciando um processo de diminuição das assimetrias regionais existentes no país, sendo esse um dos fatores de escolha dos locais de implantação das novas universidades (MEC, 2012).

O Plano Nacional de Educação (PNE) 2014/2024 em vigor salienta que é no ensino superior que os professores e demais profissionais que atuarão no município são formados, contribuindo para a geração de renda e desenvolvimento socioeconômico local. O PNE atual

² Dados primários de matrículas, obtidos na pesquisa FEEDADOS – utilizando como parâmetros em variáveis EDUCAÇÃO /ENSINO SUPERIOR /MATRÍCULAS/ TODAS; agregações geográficas MESORREGIÃO; e ano 2005. <http://feedados.fee.tche.br/feedados/>

busca complementar as políticas públicas de expansão do ensino superior do PNE anterior, com metas para tornar a política pública efetiva na melhoria dos indicadores educacionais nesse nível de ensino, contribuindo para que o Brasil avance na universalização e na qualidade da educação e possibilitando o desenvolvimento socioeconômico local e regional (MEC, 2017).

No programa de expansão do ensino superior e no REUNI, no período de 2005 a 2012, o nível de investimento público atingiu mais de R\$6,8 bilhões em recursos de investimento e R\$3,1 bilhões em recursos de custeio (MEC, 2012). Na implantação da UNIPAMPA (2008 a 2016), o investimento público total, incluindo despesas com pessoal, despesas de custeio e investimento de obras e equipamentos, chegou ao montante aproximado de R\$1,5 bilhão de reais (UNIPAMPA, 2017). Esses recursos públicos movimentaram a economia regional e nacional em aquisições de materiais e equipamentos, gastos de servidores e alunos, contratações de empresas, obras de engenharia, locações, etc.

A criação da UNIPAMPA teve como objetivo paralelo o desenvolvimento regional, orientando sua concepção de atuação, delineando seu Estatuto e definindo sua missão no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI). Um investimento público realizado em atendimento a uma mobilização popular, de uma região carente de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento socioeconômico, e que ainda demanda recursos, cada vez mais disputados, para sua completa implantação.

A avaliação do impacto socioeconômico da implantação de uma universidade com mais de dez anos de atividade possibilita um estudo longitudinal com recortes temporais e territoriais específicos, baseado em dados primários e secundários à luz da literatura sobre o tema, buscando analisar os reflexos da implantação da UNIPAMPA.

A complexidade do tema exige a definição de construtos econômicos e construtos sociais que possibilitem dimensionar as contribuições da universidade para o desenvolvimento regional, observável através dos indicadores selecionados na pesquisa. Os construtos possuem um significado construído intencionalmente a partir de um marco teórico, devendo ser definido de tal forma que permita ser delimitado, traduzido em proposições particulares observáveis e mensuráveis (KERLINGER, 1985 apud KÖCHE, 2009, p.115).

Avaliar os impactos decorrentes da implantação da UNIPAMPA é oportuno no cenário atual de disputa por recursos, é importante em um momento onde se questiona a efetividade das políticas sociais e do serviço público e, por fim, é necessário para entender a relação entre a política pública, seu contexto e seus resultados.

1.2 PROBLEMÁTICA

No contexto do desenvolvimento regional, o Estado do Rio Grande do Sul instituiu por lei os Conselhos Regionais de Desenvolvimento (COREDES), como forma de promover o desenvolvimento regional, harmônico e sustentável, dividindo o estado em regiões territoriais com características socioeconômicas afins.

A macrorregião na qual se localiza a UNIPAMPA abrange a área majoritária de dois COREDES, Fronteira Oeste e Campanha. O COREDE Fronteira Oeste é composto por treze municípios, seis com campus da UNIPAMPA. O COREDE Campanha é composto por sete municípios, sendo que três possuem campus da UNIPAMPA. A exceção é o campus Jaguarão, que integra o COREDE Sul, que é composto por vinte e dois municípios.

Os municípios que integram a região do COREDE Fronteira Oeste e Campanha têm características econômicas, sociais e culturais muito próximas. Segundo o Perfil Socioeconômico da Fronteira Oeste e da Campanha, realizado pelo Governo do Estado em 2015, os municípios da região desses COREDES apresentam baixa densidade populacional, pouco crescimento demográfico, concentração urbana, economias voltadas ao setor primário, além de indicadores sociais relativos à saúde, educação e renda abaixo das médias estaduais (GOVERNO RS, 2015).

Além da classificação regional pelos COREDES, pode-se utilizar a classificação da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) para definir socioeconomicamente as microrregiões de abrangência da UNIPAMPA. A PNDR foi desenvolvida no Brasil a partir do decreto nº 4.793/2003 e foi institucionalizada pelo decreto nº 6047/2007, sendo responsável pela criação de uma classificação microrregional por municípios para definir as regiões prioritárias ao investimento público, a partir de suas características econômicas.

A PNDR iniciada em 2003 teve por objetivo a redução das desigualdades entre as regiões brasileiras e criou a tipologia sub-regional, que estabeleceu diferenças entre sub-regiões brasileiras classificando-as em alta renda, dinâmicas, estagnadas e de baixa renda. A região de abrangência dos COREDES fronteira oeste e campanha do RS coincide com a região campanha ocidental e campanha meridional, classificadas na tipologia sub-regional como estagnadas, portanto, passível de intervenção do Estado com vistas ao desenvolvimento socioeconômico (MI/BRASIL, 2012).

A espacialidade do território brasileiro e de seus estados tem sido objeto de vários estudos com o objetivo de atualizar os fluxos e processos de interação regional, todos de grande importância para compreensão dos processos de desenvolvimento, a exemplo da

divisão em Regiões Funcionais de Planejamento no Rio Grande do Sul (2015), que se soma a compreensão o território pela divisão em COREDES, e da nova Divisão Regional do IBGE (2017), que atualiza a hierarquia regional brasileira.

Porém, a adoção de uma ou outra forma de análise do contexto geográfico nesse trabalho condiciona-se a disponibilidade de dados e informações sobre indicadores socioeconômicos, que a cada nova mudança de visão territorial ou regional demanda um novo período de tempo para a produção de dados estatísticos nessa nova configuração.

Independente da forma de análise do contexto geográfico, a implantação da UNIPAMPA teve como objetivo paralelo mudar o cenário de estagnação econômica e social em que se encontravam os municípios da região Oeste e Sul do Rio Grande do Sul, a partir da sua atuação no ensino, na pesquisa, na extensão e no fomento ao desenvolvimento regional.

Conhecer os reflexos socioeconômicos da implantação da UNIPAMPA nessas regiões ajuda a avaliar se a política nacional de expansão do ensino superior foi capaz de alterar a situação de estagnação que motivou a adoção da política pública, nos municípios que foram beneficiados pelo programa de expansão do ensino superior.

Dentro desta perspectiva de estudo, emerge a questão de pesquisa: *qual é o impacto socioeconômico resultante da implantação da Fundação Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA)?*

1.3 OBJETIVO DA PESQUISA

1.3.1 Objetivo geral

Analisar o impacto socioeconômico decorrente da implantação da Fundação Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA).

1.3.2 Objetivos específicos

a) contextualizar a UNIPAMPA no desenvolvimento regional, com base em dados socioeconômicos das microrregiões, dos COREDES e dos municípios de implantação, fornecendo um panorama dos investimentos e da situação atual dos campi;

b) Identificar os principais indicadores que evidenciam o impacto da educação superior no desenvolvimento socioeconômico das regiões;

c) analisar os principais indicadores socioeconômicos dos municípios de implantação da UNIPAMPA, utilizando para fins de comparação, municípios com a mesma classificação econômica pela tipologia sub-regional da PNDR I e proximidade populacional (UC).

1.4 ESTRUTURA DO TRABALHO

Este trabalho de pesquisa está estruturado em: capítulo I (Introdução) que prevê uma análise da importância da relação universidade e desenvolvimento, o problema que origina a pesquisa, a justificativa para o seu desenvolvimento e seus objetivos; capítulo II (Fundamentação Teórica) que apresenta a fundamentação teórica que embasa todo o trabalho de pesquisa e suas considerações; capítulo III (Metodologia) que demonstra a metodologia que foi utilizada para atingir os objetivos da pesquisa e responder a pergunta que a originou; capítulo IV (Análise do Contexto Geográfico) com a uma análise do território e das regiões onde se localizam os campi da UNIPAMPA e seus principais indicadores regionais; capítulo V (Investimentos Institucionais) com uma análise sobre os números e recursos aplicados nas cidades com campus da UNIPAMPA; capítulo VI (Análise dos dados) que demonstram as análises descritivas, gráficas e estatísticas utilizadas; o capítulo VII (Considerações Finais) que apresentam os principais resultados da pesquisa.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 POLÍTICAS PÚBLICAS

A evolução da sociedade trilhou um caminho de conquistas de direitos ao longo de séculos de disputas entre indivíduos e grupos pelo poder, baseado em processos de dominação ou de resistência que marcaram períodos e nações. A evolução da sociedade confunde-se com a evolução do Estado, uma vez que ambos estão na mesma relação de territorialidade, sob o mesmo julgo de poder político, em busca da soberania e de cumprir o contrato social vigente.

As relações entre sociedade e Estado foram marcadas por relações de controle, primeiramente exercido pelo Estado sobre a sociedade, como forma de dominação dos indivíduos e grupos, para manutenção da ordem, da coesão social e o poder de uma minoria sobre uma maioria. Esse controle, com base nas conquistas sociais e de direitos individuais dos últimos dois séculos, evoluiu para o controle do Estado pela sociedade, um caminho ainda em construção e que muito tem haver com as novas formas republicanas e democráticas de organização (SILVA, 2016).

O Estado, com a evolução dos direitos individuais e sociais, passou a ser o responsável pelas ações que vão garantir o chamado estado democrático de direito, com o dever de prover o que for necessário para que esses direitos sejam preservados, e para conduzir a nação aos patamares de crescimento e desenvolvimento pretendidos. No Brasil, a CF de 1988, em seu artigo 1º, estabelece que o país configura-se pela união indissolúvel dos estados, dos municípios e do distrito federal, constituindo-se em um “Estado Democrático de Direito”. Esse Estado tem como fundamentos a soberania, a cidadania, a dignidade da pessoa humana, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa e o pluralismo político. O artigo 3º da CF ainda enumera como fundamentais o desenvolvimento nacional, erradicação da pobreza e da marginalização e a redução das desigualdades sociais e regionais (BRASIL, 1996).

A forma pelo qual o Estado intervém na sociedade, buscando garantir o cumprimento do que estabelece a CF, é chamada de política pública ou política social. As políticas públicas são ações de proteção social, implementadas pelo Estado, visando reduzir desigualdades sociais e estruturais produzidas pelo desenvolvimento socioeconômico. Suas raízes são os movimentos populares do século XIX, que buscavam minimizar os conflitos entre capital e trabalho (HÖFLING et al., 2001).

As políticas públicas buscam resolver problemas da sociedade, sendo campo de embates de ideias, interesses e decisões que acabam na responsabilidade dos governos, no

sentido de executar ações que visam à melhoria da vida dos cidadãos. Segundo Souza (2006), a formulação de políticas públicas constitui-se no estágio em que os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações, que produzirão resultados ou mudanças no mundo real.

Aith (2006), considerando os objetivos da política pública, define-a como uma política de Estado ou uma política de Governo. As Políticas de Estado são destinadas à consolidação institucional do Estado, a consolidação do estado democrático de direito, a garantia da soberania nacional e da ordem pública. As políticas de estado são contínuas e não são passíveis de terceirização. As Políticas de Governo são aquelas destinadas a promover ações pontuais de proteção e promoção dos direitos previstos na constituição, além de buscar efetivar a redução das desigualdades sociais e regionais, através de estruturas estatais existentes e de mecanismos democráticos estabelecidos. As políticas de governo podem ser descontinuadas e são passíveis de terceirização.

Dentre uma das principais políticas sociais de desenvolvimento humano e um dos direitos universais previstos pela ONU está a Educação, que em seus diversos níveis configura-se como um dos principais mecanismos de transformação e melhoria dos indivíduos, da sociedade e do País. A educação é uma das alavancas de transformação da sociedade e contribui para que aos poucos ela seja transformada para melhor (FREIRE, 2001).

A educação como uma política de Estado busca a garantir direitos constitucionais e o pleno desenvolvimento da cidadania e do País. Como uma política de Governo figura nas agendas governamentais (*agenda-settings*) em determinados períodos, como forma a atender demandas sociais, propostas eleitorais ou concepções de nação daqueles que estão no poder. Em educação, cada nível (infantil, fundamental, médio ou superior) é um fator importante para o sucesso do próximo nível, bem com seus resultados finais são os indicadores do nível educacional de um Estado, tanto em aspectos sociais como em aspectos econômicos.

Barros, Henriques e Mendonça (2002) apontavam que o Brasil apresentava um atraso, em termos de educação, de cerca de uma década em relação a um país típico com padrão de desenvolvimento similar ao nosso. Esse panorama se mantém, na medida em que o Brasil ainda apresenta um déficit educacional quando comparado a outros países, fruto da falta, da descontinuidade ou da ineficácia de políticas públicas, que possibilitem melhorar os níveis educacionais da população brasileira.

Dados referentes à educação no Panorama da Educação (OCDE) demonstram que a educação brasileira precisa de maior relevância na agenda governamental, de modo a viabilizar que o Brasil atinja o patamar de outros países do grupo. No Brasil, o percentual de

adultos (25 a 64 anos) não concluintes dos anos iniciais do ensino fundamental é de 17%, enquanto que os países da OCDE apresentam 5% ou menos de taxa de adultos não concluintes nessa etapa de ensino. No ensino médio a proporção de adultos (25 a 34 anos) não concluintes é próxima de 40%, enquanto na média dos demais países da OCDE é de 16%. E no ensino superior a proporção dos jovens adultos (25 a 34 anos) com ensino superior completo é de 17%, enquanto a média dos demais países da OCDE é de 43%. O investimento em educação, nos países membros e parceiros da OCDE, dedicado às instituições de ensino fundamental e médio é muito maior que a parcela dedicada ao ensino superior, cerca de dois terços na base e um terço no ensino superior. Esses investimentos em educação no Brasil representam perto de 4,1% do PIB brasileiro (INEP, 2017).

Sendo a educação uma política pública, passível de um maior ou menor investimento, ela está condicionada a sede de desenvolvimento socioeconômico da nação. O maior nível de investimento e a prioridade de uma política pública residem na capacidade da sociedade de impor ao Estado, por meio de seu contrato social, suas demandas prioritárias, orientando as ações e o orçamento para os resultados desejados. Dessa forma, a política pública, seja ela educacional ou não, necessita de avaliação, para verificar sua efetividade na promoção da cidadania e da justiça social, prevista na CF.

A avaliação da política pública é importante não apenas para o controle dos gastos públicos, mas para controle social e democrático sobre as ações do estado, deve levar em consideração o contexto político e socioeconômico do período no qual é formulada, a trajetória institucional e o espectro territorial e temporal. A análise de políticas (*policy analysis*) assume aspectos relacionados à análise institucional (*polity*), referente à ordem do sistema político, sistema jurídico, e sistema político-administrativo; a análise do sistema processual (*politics*), referente ao processo político, diz respeito à imposição de objetivos, conteúdos e decisões de distribuição; e a análise da dimensão material (*policy*) refere-se aos conteúdos concretos que a política pública procura resolver (FREY, 2009; RAMOS; SCHABBACH, 2012; RODRIGUES, 2015; SILVA, 2016).

A avaliação ou análise das políticas públicas é ainda uma ciência em evolução no Brasil. Uma comparação entre os EUA e o Brasil em análise das políticas públicas mostra que nos EUA ela teve início a partir da década de 1960, enquanto no Brasil começou a ganhar força a partir dos anos 1990, influenciada pela maior participação social obtida com a CF de 1988, pelas crises fiscais que acometeram o país e pela busca de aplicação mais eficiente de recursos públicos. A avaliação de políticas públicas é uma ferramenta importante para melhorar a eficiência dos gastos públicos, o gerenciamento de qualidade e o controle social

das ações governamentais (CENEVIVA; FARAH, 2012; FARAH, 2016; CRUMPTON et al., 2016).

Conforme Crumpton et al. (2016), para analisar a motivação da intervenção por meio da política pública, a forma como ela foi operacionalizada e calcular o impacto obtido com a sua implementação é necessário a utilização de métodos de pesquisa das ciências sociais e conceitos dos domínios econômicos, gerenciais, da sociologia e das ciências políticas. Portanto, avaliar o resultado de uma política pública educacional requer uma reflexão sobre o ambiente que demandou a intervenção e uma análise sobre o quanto de transformação econômica e social ela possibilitou, o quanto inspirou novas ações, o quanto diminuiu as desigualdades e promoveu justiça social.

Farah (2016) salienta que a importância assumida pelas políticas públicas tem exigido pesquisas que subsidiem a formulação, a implementação e a avaliação de políticas, de uma forma multidisciplinar, por atores governamentais e não governamentais capazes de contribuir para uma melhor compreensão e proposição de melhorias e novas políticas.

As políticas públicas podem ter, além de objetivos específicos, objetivos transversais, que buscam ações em determinada área ou em um conjunto de atividades. As responsabilidades Estatais são determinadas por demandas constitucionais ou sociais, pontuais ou setoriais, nas quais a intervenção busca apresentar uma solução, podendo esta ser de âmbito municipal, estadual ou federal.

Jacometti et al. (2016) avaliam políticas públicas sob a ótica de Arranjos Produtivos Locais (APLs) e de *Clusters*³. Os autores avaliaram políticas públicas em um contexto que envolve uma rede produtiva ou APLs, onde a política pública busca fomentá-las e ambas buscam o desenvolvimento, observando que a interação entre os diversos atores sociais e os aspectos econômicos, sociais e conjunturais que são determinantes para o desempenho da atividade ou do setor.

Farenzena e Luce (2014) avaliam políticas públicas relacionadas à educação, especificando as políticas macroeconômicas e as políticas sociais das últimas décadas, dentre elas o REUNI, como uma política pública de acesso à educação com o objetivo de ampliação de vagas no sistema educacional público. Outra política pública de acesso ao ensino superior,

³ APLs são sistemas produtivos, de mesma atividade ou setor, caracterizados pelo compartilhamento de recursos e conhecimento entre os diversos atores sociais, enquanto o *cluster* se constitui em uma aglomeração geográfica de empresas e instituições para obter vantagens econômicas e estratégicas, que podem ou não pertencer ao mesma atividade ou setor.

foi como o Programa Universidade para Todos (ProUni) que concede bolsas de estudo integrais e parciais em cursos de graduação, em instituições privadas de educação superior.

O REUNI, juntamente com outras políticas de ampliação de vagas, como o Programa Universidade para Todos (ProUni), são ações governamentais que buscam uma intervenção específica para garantir o acesso de uma maior parcela da sociedade ao ensino superior, porém, com objetivo transversal de desenvolvimento regional e nacional, baseado na formação profissional e cidadã e na atuação das instituições no ensino, na pesquisa e na extensão.

A estratégia governamental para expansão das vagas no ensino superior foi concebida em três etapas. A Fase I, de 2003 a 2007, cuja meta principal foi interiorizar o ensino superior público federal; a fase II, de 2008 a 2012, com a execução do REUNI; e a fase III caracterizada pela busca de ações com vistas ao desenvolvimento regional. Na fase III, que foi até 2014, além da criação de novos campi e universidades, foram implementadas políticas específicas de integração, fixação e desenvolvimento regional, tais como o Programa de Expansão do Ensino Médico, o Programa Viver Sem Limite e o Procampo (MEC, 2017).

A fase I, de interiorização do ensino superior de 2003 a 2007, e a fase II, com o REUNI de 2008 a 2012, são as políticas públicas responsáveis pela criação da UNIPAMPA e sua consolidação. Conforme relatório de avaliação do programa do MEC (2017), a fase I teve por prioridade reduzir as assimetrias regionais responsáveis pela concentração das universidades federais em metrópoles e regiões com maior poder aquisitivo; e a fase II buscava a continuidade do processo de interiorização e a implementação do REUNI, que tinha como foco a reestruturação e expansão das IFES, dentro de critérios de adesão como o aumento das matrículas, redução da evasão, oferta noturna, mobilidade estudantil, etc.

A interiorização com a implantação de novos campi, segundo o relatório do MEC (2017), foi baseada em estudos preliminares das condições socioeconômicas das regiões, levando em conta a vocação regional, os arranjos produtivos locais; a localização geográfica; a população da micro e mesorregião; os indicadores de desenvolvimento econômico e social, dentre outros.

2.2 DESENVOLVIMENTO REGIONAL

O desenvolvimento de uma nação pode ser medido por aspectos econômicos, como pela sua capacidade de gerar riquezas, de gerar tecnologia e inovação, e por aspectos sociais, como bem-estar social, saúde, educação e segurança.

Em uma perspectiva histórica Cavalcante (2008), Diniz (2009) e Madureira (2016) recuperaram trabalhos seminais em desenvolvimento regional, que servem de base para compreensão da evolução da ciência econômica e social envolvida nos processos de crescimento industrial e geração de riquezas nas sociedades. Dentre as teorias e abordagens citadas pelos autores estão:

- ✓ A teoria das externalidades provenientes da aglomeração industrial de Alfred Marshall (1890), precursora de várias outras abordagens e que avalia, dentre outras, as condições do mercado local em fornecer insumos com eficiência de escala, mão-de-obra abundante e a troca de informações entre empresas do mesmo setor, quando essas se aglomeram em determinada região;
- ✓ A teoria do Estado Isolado, dada por Johann Heinrich Von Thünen (1780-1850), que é considerado um primeiro tratamento formal à questão espacial e que busca por modelos para definir a exploração máxima da terra baseado nos mercados e custos de transporte;
- ✓ A teoria de Alfred Weber (1868-1958) que analisou os custos entre mão-de-obra e transporte como determinantes da aglomeração e desaglomeração industrial;
- ✓ O conceito de lugares centrais de Walter Christaller (1893 a 1969), que procura compreender as leis que determinam o número, tamanho e distribuição das cidades ou lugares centrais;
- ✓ A hierarquia entre as áreas de mercado de Auguste Lösch (1906-1945) analisando os mercados do menor para o maior nível espacial;
- ✓ A teoria da localização e economia espacial de Walter Isard (1956 e 1960) que incorpora novos fatores a localização industrial não explorada nas teorias seminais alemãs, criando uma ciência regional que leva em conta fatores como mercado, matérias primas, mão de obra, disponibilidade de energia, etc.;
- ✓ A noção de polo de desenvolvimento de François Perroux (1940 e 1950), que denominou de indústrias motrizes, aquelas que têm a propriedade de aumentar as vendas e as compras de serviços de outras fabricantes, e indústrias movidas, àquelas que têm suas vendas aumentadas em função das motrizes, explicando que o crescimento não ocorre de forma homogênea no espaço, mas em pontos ou polos de intensidades variáveis, com efeitos em toda a economia;
- ✓ Os encadeamentos produtivos ou efeitos na economia para frente e para trás de Hirschman (1958 e 1961), onde os efeitos para trás são decorrentes do aumento de demanda de insumos e para frente relacionado à oferta de insumos, além das

influências de Schumpeter (1911) relacionadas ao empreendedorismo e sua capacidade de para construir acordos entre as partes interessadas;

- ✓ O conceito de “causação circular e cumulativa” de Gunnar Myrdal (1898-1987) que defende a existência de uma inter-relação causal e circular nos fatores ligados à questão do desenvolvimento, defendendo inclusive a intervenção do estado para conter as forças de mercado e diminuir as desigualdades regionais. Myrdal definiu os determinantes do desenvolvimento como a qualidade dos fatores de produção e eficiência dos processos produtivos (qualificação da mão de obra, consciência do crescimento e da vizinhança e empreendedorismo);
- ✓ A teoria da base exportadora de North (1997) que buscava analisar o desenvolvimento regional a partir de uma visão capitalista voltada à geração de excedentes para exportação, diferenciando as indústrias de exportação e indústrias residenciais e seus efeitos na localização, bem como a influência do estado nas questões de infraestrutura e a importância das universidades, que por meio da pesquisa e do desenvolvimento de novas técnicas de organização e de produção, capacitam a região para a competição intra-regional e internacional;
- ✓ A teoria da desenvolvimentista de Raul Prebisch (1963) relacionada aos países da América Latina, que considerava aspectos relacionados à industrialização e ao sistema alfandegário dos países subdesenvolvidos e aspectos relacionados à concorrência e produção, chegando a sugerir a criação de um mercado comum latino-americano para o desenvolvimento;
- ✓ A visão de Censo Furtado (1974) para o desenvolvimento do Brasil e dos países periféricos, na qual a influência de empresas estrangeiras causas desequilíbrios regionais e privilegia apenas uma pequena parcela da sociedade, que exerce bastante influência política e econômica, fazendo-se necessário a inclusão social das massas no consumo, mas de forma diferente dos países centrais, uma vez que a acumulação e o desperdício exercem grande pressão sobre os recursos naturais;
- ✓ E as novas teorias de desenvolvimento regional, analisadas por Markusen (1995), Storper (1997), Krugman (1998), Amaral Filho (1999) e Boisier (1999), dentre outros, relacionadas aos distritos industriais, de concepção marshalliana e que são sistemas produtivos locais aglomerados, relacionando-se de alguma forma; a teoria dos Ambientes Inovadores com a formação de redes de inovação, nas quais as externalidades tecnológicas decorreriam dos vínculos de cooperação e interdependência estabelecidos entre as empresas participantes dessas redes; a

teoria da Organização Industrial e Custos de Transação, com o conceito de “janela de oportunidade ou locais” para criar ambientes atrativos ao desenvolvimento regional; e a Nova Geografia Econômica que emprega um tratamento matemático nas questões relativas ao desenvolvimento regional;

Lima e Simões (2010) trabalham as teorias clássicas do desenvolvimento regional colocando que a teoria de Perroux estimulou estudos como os de Boudeville, Myrdal, Hirschman e North, que buscam explicar a dinâmica regional ou o processo de determinação da renda urbana que é “a expressão e a causa do movimento do capital no espaço”. Lima e Simões (2010) também abordam a utilização dos pressupostos das teorias econômicas no estímulo ao desenvolvimento regional brasileiro, abordando a influência das correntes teóricas, seus pressupostos e suas deficiências nas ações de promoção do desenvolvimento.

Bresser (2006) destaca o conceito histórico de desenvolvimento econômico como algo intrínseco ao capitalismo, conceituando-o como um processo de crescimento da renda per capita dos indivíduos e das nações, melhorando o padrão de vida e resultando em acumulação de capital e incorporação de conhecimento e técnica à produção. De outra forma, conclui que apenas desenvolvimento econômico não é suficiente para promover a melhoria dos padrões de vida, mas deve ser um dos objetivos das sociedades nacionais modernas, ao lado da segurança, da liberdade, da justiça social, e da proteção do meio ambiente.

A CF de 1988 faz uma distinção de desenvolvimento com base no crescimento econômico e no crescimento social, sendo que a partir dos direitos individuais e coletivos garantidos na constituição fez-se necessária a transformação da realidade social e econômica por meio de políticas públicas a cargo do Estado. Segundo a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), o Estado tem um papel estratégico na busca de soluções para problemas de desigualdade e bem-estar social, considerando a assistência social, a saúde e a educação como geradores de padrões progressivos de distribuição de renda (CARDOSO; BRESCIANI; AMORIM, 2016).

O crescimento econômico e social não acontece de forma semelhante em todas as regiões, os interesses do capital, a disposição dos mercados, a infraestrutura disponível e fatores como meio ambiente, pessoas e atores políticos delimitam investimentos e geram desequilíbrios em escalas diversas nos territórios. O processo de desenvolvimento nacional tem ligações com arranjos produtivos e interesses mercadológicos que agravam as disparidades entre as regiões de um país, sendo necessária a intervenção do Estado, por meio de políticas públicas de desenvolvimento econômico e social para diminuir as desigualdades regionais (ROCHA NETO; BORGES, 2011).

As desigualdades regionais brasileiras têm origens no processo de formação e de ocupação produtiva de um território continental, com aspectos geográficos, ambientais e humanos muito diferentes. Segundo Silva (2016), as políticas públicas de atuação governamental, baseadas em diferentes escalas e frações de território, surgiram no Brasil apoiadas em aspectos característicos do País, como sua dimensão continental, marcada por grande heterogeneidade territorial, e os complexos processos históricos pelos quais se consolidaram as diferentes identidades regionais.

As desigualdades regionais da formação territorial foram ampliadas pela industrialização pesada e agricultura mecanizada concentradas em particular na região centro-sul do país, se estendendo para as demais regiões em uma relação leste/oeste, capital/interior ou centro/periferia. O desenvolvimento periférico ocorreu na chamada “interação produtiva”, a partir dos anos 1960, com maior aporte de capital nas regiões fora do sudoeste brasileiro e pelas dinâmicas produtivas locais e intervenções estatais (FURTADO, 1964⁴; NETO, 2009; MIRANDA; PAIVA, 2017).

Oliveira (2017) salienta que no Brasil, na América Latina e em todo o chamado terceiro mundo é comum se observar a distribuição socioeconômica desigual, inerente ao processo de crescimento diferenciado, devendo ser combatido para gerar maiores e melhores benefícios para todos. O instrumento para essa transformação passa pelo processo de planejamento regional, que não deve ter a pretensão de subverter a ordem do que já está posto, mas deve ser capaz de coordenar o que já existe e potencializar resultados, fomentando uma maior equidade de desenvolvimento (ROCHA NETO; BORGES, 2011).

Amparo (2014) descreve cinco etapas históricas da política regional brasileira, conforme o **Quadro 1**.

⁴ Celso Furtado (1964) pode ser considerado um dos precursores no Brasil na análise dos fatores de desenvolvimento e suas implicações regionais. Furtado escreveu sobre as diferenças de colonização entre a América do Norte e o Brasil; sobre o primeiro grande ciclo econômico brasileiro (açúcar no nordeste); sobre a economia escravagista e a transição para o trabalho assalariado; e sobre os processos de acumulação capitalista a economia brasileira (ciclo do café e industrialização); assim como foi precursor nas questões regionais, sendo idealizador da Superintendência para o Desenvolvimento no Nordeste (SUDENE) (DINIZ, 2009; PEREIRA, 2016).

Quadro 1 – Etapas históricas da política regional brasileira

ETAPAS	EVENTO(S) PRINCIPAL (AIS)
Primeira de 1877-1938	Onde a principal motivação foram os problemas com a secas do nordeste e a produção na Amazônia;
Segunda de 1939-1957	Onde uma das ações foi capitaneada pelo economista Celso Furtado resultando no relatório “Uma Política de Desenvolvimento Econômico para o Nordeste”
Terceira de 1958-1975	Onde dentre as ações para o período temos incentivos fiscais destinados a fortalecer a infraestrutura econômica e estimular empreendedorismo regional, com a gestão de organismos criados como a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), e a Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA), Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Região da Fronteira Sudoeste (SUDESUL) e a Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste (SUDECO);
Quarta de 1976-1989	Marcada pela crise do estado brasileiro em função das crises internacionais do petróleo, endividamento externo e recessão, sendo um dos poucos pontos positivos do período a criação dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte (FNO), Nordeste (FNE) e Centro-Oeste (FCO), estabelecidos pela CF de 1988;
Quinta e última etapa de 1990-2002	Que antecede a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) implantada a partir de 2003, e que marca um período de quase desmonte do aparato federal para o desenvolvimento regional, com base em políticas neoliberais, cuja justificativa era o controle da inflação e o ajuste fiscal, abandonando-se o campo das políticas públicas de planejamento e desenvolvimento regional, extinguindo-se, por exemplo, a SUDECO, SUDENE e SUDAM.

Fonte: Amparo (2014).

A partir de 2003 entra em cena outra visão de desenvolvimento regional, voltada à redução das desigualdades sociais no Brasil, onde a “questão regional” tornou-se peça estratégica, com objetivo, dentre outros, de integração das múltiplas escalas espaciais do território. Essa política tomou corpo com a criação da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR).

A PNDR foi institucionalizada pelo decreto nº 6047/2007, sendo o artigo I: “tem como objetivo a redução das desigualdades de nível de vida entre as regiões brasileiras e a promoção da equidade no acesso a oportunidades de desenvolvimento, e deve orientar os programas e ações federais no Território Nacional, atendendo ao disposto no inciso III do art. 3º da Constituição” (BRASIL, 2007).

A PNDR introduziu um novo formato de direcionamento das políticas públicas voltadas à diminuição das desigualdades regionais, reavaliando a situação espacial em uma

escala microrregional, com base em determinantes de renda que demonstram o nível de prioridade de investimento⁵.

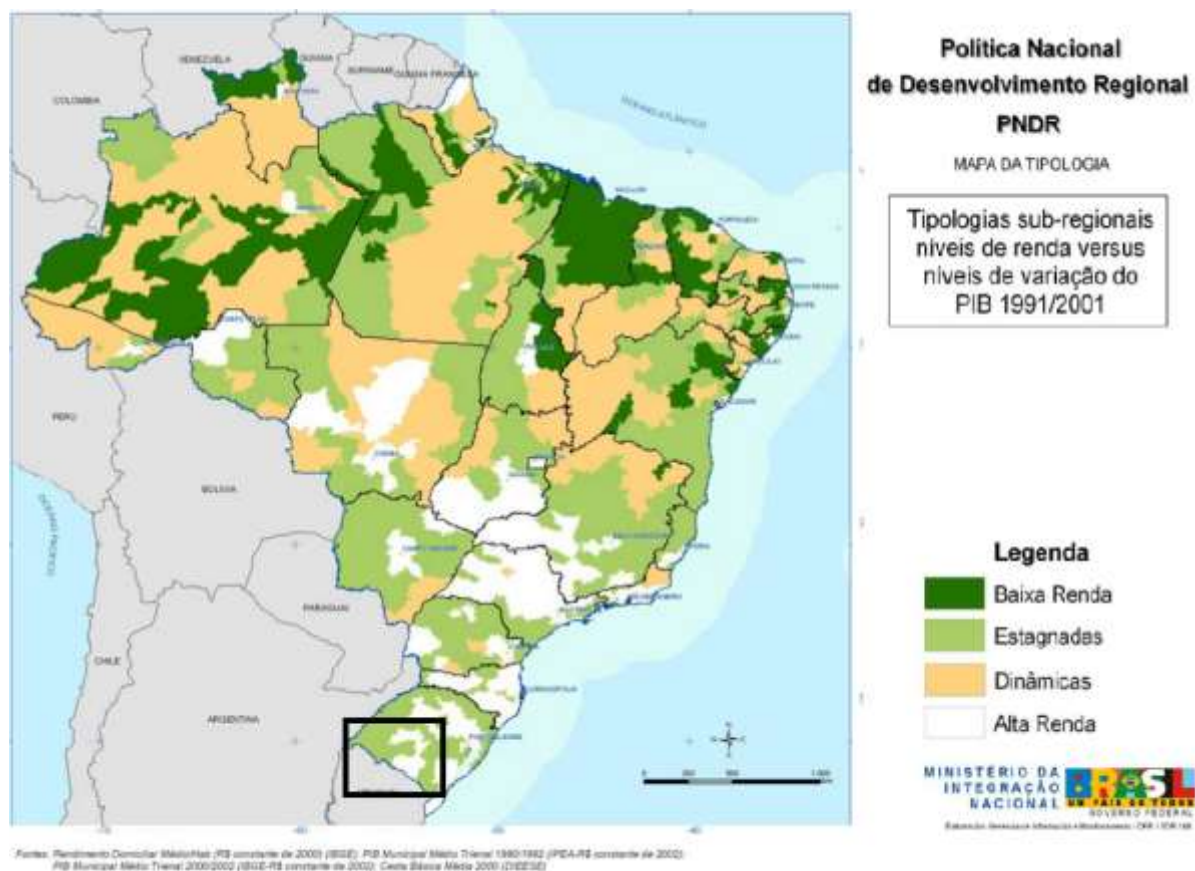
A PNDR teve como pressupostos iniciais, além da atuação em múltiplas escalas geográficas e de recursos públicos para investimento, a recriação da estrutura institucional para planejamento e execução da política regional (SUDENE, SUDAM e SUDECO) e a visão transversal de que a política deveria ser conduzida pelo Ministério da Integração Nacional (MI) em articulação com os demais órgãos setoriais federais, com o setor produtivo e a sociedade civil organizada.

A PNDR desenvolveu um critério inovador de avaliação de prioridades, uma abordagem semelhante à adotada pela política regional europeia, a tipologia sub-regional, que utiliza variáveis de rendimento domiciliar médio e crescimento do PIB per capita, ambas do IBGE, para classificar as regiões em alta renda, dinâmicas, estagnadas e baixa renda (AMPARO, 2014; SILVA, 2016; MIRANDA; PAIVA, 2017; MI/BRASIL, 2012).

Na PNDR I, o recorte microrregional foi obtido com as variáveis de rendimento domiciliar per capita e variação do PIB per capita do IBGE, divididas em quartis. Os primeiros 25% classificados Alta Renda, os 25% com piores resultados como Baixa Renda, e os 50% intermediários como Média, resultando em quatro tipos de microrregiões: Alta Renda (alta renda independente do dinamismo), Baixa Renda (baixa renda com médio ou baixo dinamismo), Dinâmicas (renda baixa e média com alto dinamismo) e Estagnadas (média renda e médio e baixo dinamismo). Excluindo-se as microrregiões de Alta Renda, as demais seriam espaços prioritários para a ação da Política, segundo a definição da tipologia da PNDR (MI/BRASIL, 2012), como se pode observar na **Figura 1**.

⁵ Silva (2016) “A principal novidade expressa pela PNDR, além de trazer de volta a temática do desenvolvimento regional (DR) à agenda pública, foi o fato de ser a primeira experiência verdadeiramente nacional de desenvolvimento regional, isto é, com foco de atuação diferenciada de acordo com as realidades inter-regionais e intrarregionais em todo o território brasileiro. Até então, as ações governamentais de desenvolvimento regional se restringiam a uma região específica, desconectando-se do caráter global do desenvolvimento brasileiro, e se voltavam a favorecer elites locais.” Bandeira (2013) coloca que a PNDR inova na abordagem do DR, trabalhando em um novo paradigma ao desenvolvimento com base na articulação de vários atores regionais e salienta a importância do DR, colocando que a dimensão social da política regional consiste no fato de que ela contribui para melhorar as condições de vida das populações das regiões mais pobres ou menos dinâmicas ao gerar empregos e oportunidades, promovendo a sua inclusão na atividade produtiva, sendo emprego e oportunidade a forma mais consistente e economicamente sustentável de inclusão social.

Figura 1 – Mapa da tipologia da PNDR I, com destaque das microrregiões de implantação da UNIPAMPA



Fonte: Ministério da Integração Nacional (2012).

A PNDR foi norteada por uma concepção de desenvolvimento baseada, dentre outros, na visão de globalização, de emergência da economia do conhecimento, de desenvolvimento sustentável, garantindo a manutenção da vida para as futuras gerações, com equidade, coesão e solidariedade regional. Dentre os eixos ou vetores de Desenvolvimento Regional Sustentável foram definidas vertentes, sendo elas: da estrutura produtiva, da educação, da Ciência e Tecnologia, infraestrutura e desenvolvimento regional e da rede de cidades.

Na vertente da educação, o pressuposto é que ela não é apenas o caminho para a competitividade do país como também é a construtora de cidadania, citando como avanços na política educacional recente a CF de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental (Fundef) e o Plano Nacional de Educação (PNE). Sobre o ensino superior os desafios na PNDR foram diminuir as desigualdades regionais de acesso e a aproximação com o sistema produtivo, através de políticas e de ações lideradas pelo MEC, como o Programa Universidade para Todos (Prouni), o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), o Programa de Apoio a Planos

de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) e a Universidade Aberta do Brasil (UAB). Nesse ponto que se encaixa a expansão da rede com a criação de novas universidades federais e implantação de novos campi, priorizando regiões menos desenvolvidas, buscando a redução das desigualdades socioeconômicas no país.

A PNDR está na sua segunda fase com o projeto de lei que está no Senado Federal nº 375, de 2015, e que Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) para orientar as ações e os investimentos públicos voltados ao desenvolvimento integrado do Território Nacional, com o propósito de reduzir as desigualdades regionais e fortalecer a coesão do país. Como novo modelo define regiões e cidades-polo prioritárias para investimento e políticas públicas e cria o Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional (FNDR), com aporte anual, previsto no projeto, de dez bilhões de reais.

Em 18 de janeiro de 2018 foi publicada, no diário oficial da união (DOU), a portaria 34 do Ministério da Integração Nacional, com uma nova classificação pela tipologia sub-regional da PNDR II, decompondo a classificação sub-regional, ainda em vigor pela lei, de microrregiões de alta renda, baixa renda, estagnadas e dinâmicas.

Conforme a nota técnica 52, do Ministério da Integração, que reclassificou as microrregiões brasileiras pelo critério de renda domiciliar per capita e PIB, a classificação da PNDR I foi desdobrada em nove novas categorias, sendo a referência entre elas:

- ✓ **Alta renda** na classificação sub-regional da PNDR I, desdobrada na PNDR II em microrregiões de **alta renda e alto dinamismo; alta renda e médio dinamismo; e alta renda e baixo dinamismo**. Essas microrregiões estão dentre as 25% com melhor nível de rendimento per capita do país,
- ✓ **Baixa renda** na classificação sub-regional da PNDR I, desdobrada na PNDR II em microrregiões de **baixa renda e médio dinamismo e baixa renda e baixo dinamismo**. Essas microrregiões estão dentre as 25% com pior nível de rendimento per capita do país.
- ✓ **Estagnadas** na classificação sub-regional da PNDR I, desdobrada na PNDR II em microrregiões com **média renda e médio dinamismo e média renda e baixo dinamismo**. Essas microrregiões estão na faixa intermediária, onde as situações medianamente desfavoráveis de renda e de dinamismo econômico lhe conferem patamares menores de desenvolvimento em relação à média nacional.
- ✓ **Dinâmicas** na classificação sub-regional da PNDR I, desdobrada na PNDR II em microrregiões de **média renda e alto dinamismo e baixa renda e alto**

dinamismo. Essas microrregiões demonstram maior capacidade de inserção produtiva, independentemente de seu patamar de rendimento.

A nova estrutura da tipologia classifica os municípios utilizando as mesmas variáveis da PNDR I, porém, dando novas dimensões a situação de rendimentos e situação de dinâmica produtiva, atualizando as situações referentes às regiões do país, com as mesmas características e de forma a elencar os espaços prioritários de atuação do estado.

2.3 UNIVERSIDADE E DESENVOLVIMENTO

O desenvolvimento almejado pelas regiões assim como pelas nações pressupõe uma soma de esforços para além da simples criação de tecnologias e inovações que possam torná-las competitivas e trazer benefícios econômicos. Está baseado numa necessária nova visão de sociedade, que tenha como pressuposto a melhoria das condições de vida das populações, de forma sustentável e com maior justiça social (ONU, 2015).

No documento principal da ONU (2010) sobre os objetivos que devem orientar os países membros na busca dessa nova visão de sociedade está o compromisso com a liberdade, com a paz, com a segurança e com o respeito dos direitos humanos, e o compromisso global com sociedades justas e democráticas para o desenvolvimento.

A universidade se insere nessa nova visão de sociedade, na medida de sua responsabilidade para com a formação de pessoas e produção de conhecimentos científicos e tecnológicos que possibilitem a construção de um mundo mais justo, com desenvolvimento que integre economia, sociedade e meio ambiente. Santos (2005) diz que a universidade liga o presente ao médio e longo prazo, pelos conhecimentos que produz e pelo espaço privilegiado de discussão aberta e crítica que constitui, sendo um bem público intimamente ligado ao projeto de sociedade que se pretende.

O conhecimento universitário ou o conhecimento científico, produzido nas universidades até o século XX, é um conhecimento predominantemente disciplinar, não necessariamente contextualizado em relação às prioridades da sociedade, mas baseado na autonomia dos investigadores em estabelecer sua relevância, numa certa “irresponsabilidade social” em relação a sua aplicabilidade. Já a universidade do século XXI rumo para o conhecimento pluriversitário, que é transdisciplinar e contextualizado às prioridades da sociedade, organizando-se em torno da aplicação que lhe pode ser dado, em processos de

construção partilhados entre pesquisadores e utilizadores, sendo reflexo das mudanças na relação entre ciência e sociedade (SANTOS, 2005).

São as universidades que produzem a grande maioria do capital intelectual, que alimenta os processos de desenvolvimento da sociedade, do global ao regional, formando pessoas que são responsáveis também pela reflexão e transformação do mundo, sendo seu propósito não apenas gerar conhecimentos e benefícios socioeconômicos, mas também para integrar metas de longo prazo ou grandes desafios do desenvolvimento sustentável (DLOUHÁ; HUISINGH; BARTON, 2013).

Hernández et al. (2017) salientam que, na universidade do século XXI é uma prioridade “promover e colocar em prática ações que tornem visível o cumprimento de sua responsabilidade social”, sendo que por ser o conhecimento a base de seu processo produtivo é nela que as soluções para os problemas sociais devem ser buscadas e junto com ela utilizar das forças e potencialidades existentes. Hernandez et al. (2017) salientam ainda que à medida que a sociedade se globaliza, a universidade é impulsionada e obrigada a estar ligada ao desenvolvimento, devendo buscar estratégias econômicas, científicas, tecnológicas e interagir com os diversos setores da sociedade para contribuir com o seu alcance.

As formas de atuação da universidade e principalmente os impactos que ela gera no desenvolvimento são foco crescente de interesse da sociedade, uma vez que não há como avaliar a sua real contribuição e importância senão buscando os resultados de sua atuação, sejam eles econômicos sociais ou ambientais. A forma de avaliação do impacto de uma determinada atividade depende do objeto que se busca avaliar, sendo que os indicadores utilizados devem refletir os aspectos do que se pretende identificar (JANNUZZI, 2005).

Diversos trabalhos buscam avaliar a relação da universidade com o desenvolvimento, convencionando que, no caso específico de análise do impacto da implantação da UNIPAMPA na região, o que se avalia por consequência é a política pública de expansão universitária, que teve por objetivo transversal o desenvolvimento regional.

Dentre esses trabalhos que buscam avaliar, entender ou especificar os impactos de investimentos públicos e da atividade universitária sobre o desenvolvimento existem aqueles que têm maior similaridade com as análises pretendidas neste projeto e que carregam as principais teorias e vertentes nacionais e internacionais sobre os temas, salientando as grandes diferenças existentes e as particularidades econômicas, sociais, culturais e institucionais que separam o Brasil de outras partes do mundo.

O **Quadro 2** traz a relação de autores pesquisados com sua linha de avaliação de projetos que envolvem conhecimento, universidade, investimento público ou políticas

públicas em relação ao Desenvolvimento Regional (DR), em ordem de publicação. As contribuições dos autores estão assimiladas no conteúdo desta dissertação.

Quadro 2 – Autores e linhas de avaliação

(continua)

TEMA	AUTOR	BREVE RESUMO	RESUMO DAS VARIÁVEIS QUALITATIVAS E QUANTITATIVAS USADAS NOS TRABALHOS
Avaliação de impactos de investimentos públicos em ciência e tecnologia sobre o desenvolvimento regional	MARIA APARECIDA BARBOSA LIMA (2005)	Tese - Avaliação de projetos do Polo de Modernização Tecnológica da Serra (PMT/Serra), com base na colaboração entre os sistemas de inovação que incluem as universidades e os COREDES.	Indicadores econômicos: Estrutura econômica; Estrutura organizacional; Padrões de produção; Emprego. Indicadores sociais: Equidade; Saúde; Educação; Difusão do conhecimento; Habitação. Indicadores ambientais: Terra; Saneamento; Biodiversidade; Ações Proativas. Indicadores institucionais: Estrutura Institucional; Capacidade Institucional e Relações Institucionais.
Excelência, Relevância e a Universidade. O <i>missing middle</i> do envolvimento socioeconômico	BETH PERRY et al. (2008)	O papel das universidades como motores de desenvolvimento econômico e social em um contexto de pressões globais neoliberais, e de um <i>missing middle</i> (falta de meio) entre a produção de conhecimento e sua aplicação.	Comparação entre países europeus sobre a forma de utilizar o ensino superior ou as universidades como meio para o desenvolvimento regional.
Universidade e desenvolvimento regional: o apoio das instituições de ensino superior ao desenvolvimento regional.	CÁSSION FREDERICO CAMARGO ROLIM (2009)	O artigo analisa o esforço cooperativo entre as IES da região norte do Paraná e os seus parceiros regionais em prol do DR, universidades estaduais de Londrina (UEL) e Maringá (UEM) no programa da OCDE <i>Supporting the Contribution of Higher Education Institutions to Regional Development</i> .	De curto-prazo utiliza a análise de insumo-produto e os modelos de equilíbrio geral computável; De longo-prazo utiliza a metodologia específica da OCDE (Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico) desenvolvida para o seu projeto <i>Supporting the Contribution of Higher Education Institutions to Regional Development</i> (OCDE 2005). Utiliza os conceitos de universidade que está na região e que é da região.

Quadro 2 – Autores e linhas de avaliação

(continuação)

TEMA	AUTOR	BREVE RESUMO	RESUMO DAS VARIÁVEIS QUALITATIVAS E QUANTITATIVAS USADAS NOS TRABALHOS
Impacto socioeconômico da universidade numa visão da economia do conhecimento: estudo de caso do campus Canoinhas da Universidade do Contestado (UnC).	JORGE AMARO BASTOS ALVES (2010)	Avaliação dos impactos econômicos provenientes dos gastos e investimentos realizados pela Universidade Comunitária do Contestado (UnC) campus Canoinhas, durante o período 2003-2008.	Levantamento das despesas de custeio e investimento; Mensuração dos gastos efetuados por professores e funcionários; Verificação do gasto per capita anual realizados pelos estudantes não residentes no município de Canoinhas (SC); Utilização dos conceitos de efeitos “para trás e para frente”. Para trás – variação da renda e variação do emprego (famílias); variação dos tributos e variação dos gastos do governo (Governo Local); Variação na demanda e variação na disputa de mão de obra e ativos (Empresas Locais); Para frente – capital humano que permanece no local (Capital Humano); Vínculos com empresas, consultoria, contrato de pesquisa (POOL de conhecimentos); Qualidade de vida (Atratividade das empresas e famílias).
Universidade e desenvolvimento - Ser da região x estar na região. (Terceira missão, Universidade, Sociedade).	CÁSSIO ROLIM e MAURÍCIO SERRA (2011)	As universidades precisam compreender a dinâmica social e econômica das regiões em que estão inseridas e entender as particularidades da dinâmica acadêmica para poder contribuir com o desenvolvimento regional.	Contribuição das pesquisas realizadas nas IES para a inovação regional; Contribuição do ensino para aumentar a capacitação e atender o mercado de trabalho regional; Contribuição ao desenvolvimento social, cultural e ao meio ambiente; A capacitação institucional para a cooperação regional; O papel de liderança e parceria das IES na comunidade regional. Conceitos de universidade que está na região e que é da região.
Universidades e desenvolvimento regional: impactos quantitativos da UNIPAMPA em Santana do Livramento	DÉBORA NAYAR HOFF, ALINE SCHIMIDT SAN MARTIN; MAURO BARCELLOS SOPEÑA (2011)	Apresenta resultados quantitativos e objetivos sobre a implantação da Universidade Federal do Pampa na região sul do Estado do Rio Grande do Sul.	Relacionadas com a geração de emprego e renda (salários diretos e indiretos pagos, bolsas de estudo distribuídas direta ou indiretamente); Demanda agregada , através dos gastos gerados por alunos, professores e técnicos (moradia, alimentação, fotocópias, livrarias) e despesas de custeio (água, luz, telefone, gás); Dados primários , coletados com o setor administrativo da universidade.

Quadro 2 – Autores e linhas de avaliação

(continuação)

TEMA	AUTOR	BREVE RESUMO	RESUMO DAS VARIÁVEIS QUALITATIVAS E QUANTITATIVAS USADAS NOS TRABALHOS
A Universidade no desenvolvimento do mercado de trabalho: um estudo de caso em Santana do Livramento.	CAROLINA FREDDO FLECK (2012)	Tese que pesquisa a influência do campus Santana do Livramento no desenvolvimento regional em específico no mercado de trabalho, buscando a explicar o papel da universidade no desenvolvimento de competências territoriais e recursos humanos qualificados.	Bibliográficas; Entrevistas com pessoas da sociedade municipal; Entrevistas Delphi com dirigentes da UNIPAMPA; Depoimentos pessoais de servidores da UNIPAMPA; Análise documental sobre a criação da UNIPAMPA; Dados secundários - índices do IBGE sobre PIB per capita e salários; e dados do Ministério do Trabalho e Emprego; IDESE; Indicadores de trabalho e do nº de empresas criadas.
Impactos da Política Nacional de Irrigação sobre o desenvolvimento socioeconômico da região Norte de Minas Gerais: uma avaliação do Projeto Gorutuba.	PAULO RICARDO DA COSTA REIS, SUELY DE FÁTIMA RAMOS SILVEIRA E PEDRO ENI LOURENÇO RODRIGUES (2012)	Impactos socioeconômicos, diretos e indiretos da Política Nacional de Irrigação - Projeto Público de Gorutuba, localizado no Norte de Minas Gerais. A pesquisa buscou, por meio da abordagem multivariada, comparar o município de Porteirinha, beneficiado com a implantação do Projeto Gorutuba com municípios não beneficiados (grupo controle), utilizando clusters para análise.	Amostra com cento e sete municípios (clusters) analisando 18 variáveis do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipeadata): Sociais - Renda familiar per capita e Salário Mínimo; IDH Longevidade; IDH— Renda; IDH— Educação; Evasão Escolar; Pessoas na faixa etária de 10 a 14 anos trabalhando (%); Esperança de vida ao nascer-ano e mortalidade infantil (por mil nascidos vivos); Econômicas -PIB Municipal - R\$ de 2000 (mil); PIB Municipal - Agropecuária R\$ de 2000 (mil); Produção Lavoura Temporária - R\$ de 2000 (mil) e Produção Lavoura Permanente - R\$ de 2000 (mil) e Demográficas - Domicílios com Iluminação Elétrica - Domicílios; População Residente Rural - Habitante; População Residente Urbana - Habitante; População Ocupada Rural - Pessoa; População Ocupada Urbana - Pessoa; População Economicamente Ativa Rural - Pessoa e População Economicamente Ativa Urbana -Pessoa.
Transferência tecnológica e inovação por meio da sustentabilidade.	CARLOS CESAR GARCIA FREITAS et al. (2012)	Processo de transferência de tecnologia da universidade para a sociedade, embasada em fatores de sustentabilidade, com vistas ao DR sustentável.	Análise do projeto permanente de extensão da região Centro-Sul do Paraná; Transferência tecnológica - caracterizado pela cooperação entre a universidade, produtores e o governo do estado do Paraná.

Quadro 2 – Autores e linhas de avaliação

(continuação)

TEMA	AUTOR	BREVE RESUMO	RESUMO DAS VARIÁVEIS QUALITATIVAS E QUANTITATIVAS USADAS NOS TRABALHOS
Learning networks in higher education: universities in search of making effective regional impacts.	JANA DLOUHÁ; DONALD HUISINGH; ANDREW BARTON (2013)	Analisa a cooperação regional e a interface entre ciência e política como valores de sustentabilidade (Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável - DESD)	Bibliográficas - avaliando as diversas contribuições acadêmicas ao tema: a) Ensino superior, divulgação universitária; b) Desenvolvimento regional; c) Rede de aprendizagem; d) Centros regionais de especialização; e) Transformação, inovação; f) Co-produção de conhecimento, limites de conhecimento, comunicação; g) Aprendizagem social; h) Avaliação da sustentabilidade na cooperação regional; i) Desenvolvimento e avaliação do currículo; j) Sociedade civil, práticas participativas;
Monitoring networking between higher education institutions and regional actors.	MARLENE MADER et al. (2013)	Abordagem de uma nova forma de cooperação e ligação em rede entre o ensino superior e os atores regionais, a fim de superar os desafios atuais da sociedade para atingir um patamar de desenvolvimento sustentável.	Análise da criação de redes e de capacitação entre o ensino superior e os atores regionais : Aliança COPERNICUS - Rede Europeia de Ensino Superior para o Desenvolvimento Sustentável. Base de dados LENSUS - sobre aprendizagem para desenvolvimento sustentável; Resultados de seminários para o desenvolvimento sustentável - intercâmbio interativo entre atores regionais e de ensino superior.
Universidade e desenvolvimento regional	MARCUS VINICIUS CARVALHO FAGUNDES; DOMINGOS ANTÔNIO GIROLETTI (2013)	Análise documental de contribuições da universidade estadual do sudoeste da Bahia ao desenvolvimento, com base na atuação no ensino, pesquisa e extensão e utilização do Índice de Desenvolvimento Social (IDS) da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI) 1998, 2000, 2002, 2004 e 2006 e o IDHM para analisar e comparar os municípios da região e que tem campus da universidade	Documental – análise em documentos da universidade, em documentos dos órgãos públicos para verificar, com base na teoria, as relações entre universidade e desenvolvimento; e em um segundo momento utilizando indicadores sintéticos de avaliação, o Índice de Desenvolvimento Social (IDS) desenvolvido pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI) e o IDHM, para analisar e comparar as cidades com campus e as demais da região e do estado.

Quadro 2 – Autores e linhas de avaliação

(continuação)

TEMA	AUTOR	BREVE RESUMO	RESUMO DAS VARIÁVEIS QUALITATIVAS E QUANTITATIVAS USADAS NOS TRABALHOS
Educação e desenvolvimento .	EDSON PEREIRA DA SILVA; PAULO CÉSAR RIBEIRO QUINTAIROS; ELVIRA APARECIDA SIMÕES DE ARAÚJO (2013)	Analisam a expansão do ensino superior nos anos 80, as políticas para a educação superior no Brasil nos anos 90 e o Ensino Superior no Estado de Goiás; e a relação entre ensino superior e desenvolvimento econômico regional.	Bibliográficas - avaliando a evolução da educação superior sob o neoliberalismo e sob as prerrogativas: Constituição Federal do Brasil de 1988; Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB); Plano Nacional de Educação (PNE); Teorização de região e de espaço regionalizado e de crescimento econômico e desenvolvimento socioeconômico; Influência da produção e da tecnologia para o desenvolvimento; Inovação como fator de desenvolvimento;
A universidade como pólo de desenvolvimento local-regional	ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR (2014)	O trabalho discute as universidades como vetores indutores de desenvolvimento local e regional, propondo analisá-las, a partir da Teoria dos Pólos de Crescimento, de François Perroux.	Teoria dos polos de crescimento; Efeitos para frente e para trás na região de inserção; Para trás – variação da renda e variação do emprego (famílias); variação dos tributos e variação dos gastos do governo (Governo Local); Variação na demanda e variação na disputa de mão de obra e ativos (Empresas Locais) Para frente – capital humano que permanece no local (Capital Humano); Vínculos com empresas, consultoria, contrato de pesquisa (POOL de conhecimentos); Qualidade de vida (Atratividade das empresas e famílias).
Estudos sobre universidade e desenvolvimento : uma crítica ao senso comum.	LUIZA ARAUJO DAMBORIARENA (2015)	Dissertação que relaciona trabalhos acadêmicos que abordam a relação entre universidade e desenvolvimento e as influências do neoliberalismo.	Bibliográficas – trabalhos e artigos relacionados ao tema universidade e desenvolvimento. Síntese de 39 trabalhos acadêmicos que podem ser agrupados em teorias para o desenvolvimento regional, baseados: Na relação de hélice tríplice (universidade, empresas e governo); Nos sistemas de inovação (<i>spin-offs</i> , polos tecnológicos, incubadoras, transferência de tecnologia, etc...) Nos que trabalham empreendedorismo e inovação ou terceira missão da universidade; Na relação que rompe com a visão neoliberal que coloca a universidade no rol de mercado como um fator de desenvolvimento.

Quadro 2 – Autores e linhas de avaliação

			(conclusão)
TEMA	AUTOR	BREVE RESUMO	RESUMO DAS VARIÁVEIS QUALITATIVAS E QUANTITATIVAS USADAS NOS TRABALHOS
Avaliação do impacto da política de expansão das universidades federais sobre as economias municipais	MARCELO PONTE BARBOSA et al. (2016)	Aplicação de um método para avaliar os impactos ao longo do tempo da implantação dos novos campi universitários federais sobre a produção e a renda dos municípios do interior e avaliar a eficiência da atual política de expansão da universidade pública.	PIB per capita e renda per capita através da técnica de pareamento de escore de propensão e modelo probit de probabilidade (sem campus / tem campus) > Pib per capita; renda per capita; % população de 25 anos com Ensino Superior; % população com 25 anos com Ensino Médio; cobertura de luz e cobertura de lixo; avaliação dos impactos dos novos campi universitários federais a partir da estimação do Efeito Tratamento Médio, com base em amostras pareadas de municípios.
O impacto da universidade pública no desenvolvimento regional sob a luz da literatura internacional	DÉBORA NAYAR HOFF; CAMILA AMARAL PEREIRA; LUIS GUSTAVO NASCIMENTO DE PAULA (2016)	Modelo analítico proposto por Hoff, San Martin e Sopeña (2011) para a análise do impacto das universidades públicas no DR.	Pesquisa bibliográfica; Pesquisa documental; Realizada em periódicos da CAPES para avaliar a literatura internacional em relação à proposta do modelo Hoff, San Martin e Sopeña (2011) no portal de Periódicos da Capes.
Hélice Tríplice: inovação e empreendedorismo (universidade-indústria-governo).	HENRY ETZKOWITZ E CHUNYAN ZHOU (2017)	Avalia as interações entre universidade, indústria e governo, que formam uma “hélice tríplice” de inovação e empreendedorismo, sendo a chave para o crescimento econômico e o desenvolvimento social baseados no conhecimento.	Bibliográficas; Análise de casos do Vale do Silício e de outros países na busca por uma interação entre governo, indústria e universidades, Inovação como motor do desenvolvimento;
<i>Universidad y empresa: un binomio de responsabilidad social en el siglo XXI.</i>	ISABEL HERNÁNDEZ ARTEAGA et al. (2017)	Responsabilidade social das Universidades e a relação universidade e empresa para o DR	Pesquisa bibliográfica e documental na relação universidade - empresa nos últimos dez anos. Universidade - missão é focada na formação do profissional, na inovação e no desenvolvimento do conhecimento aplicável; Responsabilidade social da empresa - criar valor acrescentado e a vantagem competitiva que permite posicionar-se em seu campo;

Fonte: elaborado pelo autor (2018).

Damboriarena (2015) faz uma síntese de diversos trabalhos relacionados ao tema universidade e desenvolvimento, buscando uma nova lógica de avaliação da importância da

universidade pública desvinculada do senso comum, identificando as concepções neoliberais que influenciam e regem a sociedade com fins mercantilistas e voltados aos interesses do capital. O trabalho da autora salienta a influência positiva que a universidade exerce na sua região de atuação com base na síntese de vários autores, muitos dos quais orientam também esse projeto.

A síntese proposta por Damboriarena (2015) salienta a base teórica utilizada nas pesquisas mais recentes sobre a relação universidade e desenvolvimento, como por exemplo: Rolin e Serra (2009) que usam como base a Hélice Tríplice e os Sistemas de Inovação; Oliveira Jr. (2014) que utiliza os Polos de Crescimento de Francis Perroux; Lobo et al. (2013) com o conceito de desenvolvimento como Liberdade; Fleck (2011) com análise do desenvolvimento a partir de uma escala local e regional; e também aqueles que, segundo a autora, não explicitam sua base teórica como Hoff, San Martin e Sofeña (2011), mas que analisam quantitativamente variáveis econômicas relacionadas à presença da universidade.

Dentre os autores pesquisados sobre a relação universidade e desenvolvimento tem-se abordagens que se assentam em: reflexões sobre a importância da universidade para a sociedade; importância da universidade num contexto neoliberal; responsabilidade social da universidade com o crescimento sustentável; interação da universidade com os demais atores sociais para o desenvolvimento regional; na competência da universidade em criar e compartilhar conhecimentos, tecnologias e de atuar em redes; na capacidade formação profissional cidadã, de inovação, de fomento e atração de novos empreendimentos; e em avaliações sobre indicadores de impacto socioeconômicos de sua atuação.

Interessa a este trabalho todas as concepções de atuação universitária para o desenvolvimento regional, em especial aqueles trabalhos que avaliam impactos socioeconômicos a partir da implantação da política pública, da atuação da universidade ou mesmo do investimento público, de forma a poder identificar alterações significativas em aspectos econômicos e sociais para trás e para frente, como os trabalhos de Lima (2005), Rolim e Serra (2009; 2011), Fleck (2012), Reis, Silveira e Rodrigues (2012), Oliveira (2014) e Barbosa et al. (2016).

Lima (2005) avaliou o resultado de cada projeto dentro de um conjunto de projetos do Polo de Modernização Tecnológica da Serra (PMT/Serra), com base nos indicadores de desenvolvimento sustentável do IBGE, verificando que todos produziram impactos econômicos, sociais, ambientais e institucionais. O impacto social mais significativo, segundo a autora, foi observado na difusão do conhecimento evidenciando que o PMT/Serra é um ente de desenvolvimento da região.

Rolim e Serra (2009; 2011) consideram que o impacto das universidades sobre as regiões em que elas estão inseridas é sempre um processo inacabado de longo prazo, que tem a pesquisa e a inovação como elementos-chave para o DR. Os autores salientam a distinção entre a universidade que simplesmente se localiza na região e aquela que se insere na região, e abordam os efeitos da universidade para trás na economia, nos investimentos do governo e no emprego e os efeitos para frente, na formação do capital intelectual, na relação com empresas e na atratividade para famílias e novos empreendimentos.

Fleck (2012) utilizando de uma metodologia triangular de análise dos dados demonstrou que a universidade contribui com o DR a partir da atuação de seus agentes no ensino, na pesquisa e na extensão, na formação de pessoas qualificadas para as competências territoriais exigidas, e que a estrutura de trabalho na cidade de implantação da universidade cresceu mais quando comparada ao estado. A autora salienta que os resultados de incremento no mercado de trabalho, embora não sejam apenas reflexo da UNIPAMPA, têm muito contribuição pela sua atuação, sendo uma conjugação de esforços e de novas competências territoriais como vitivinicultura, energia eólica, turismo e a própria universidade.

Reis, Silveira e Rodrigues (2012) contribuem para análise de um investimento público, analisando um projeto de irrigação (Projeto Gorutuba) e seus reflexos no município de Porteirinha, obtendo que impactou diretamente no crescimento econômico da região através do aumento na produção agrícola e consequente geração de empregos, quando comparado a outros municípios (grupo de controle). Reis, Silveira e Rodrigues destacam ainda o crescimento expressivo da população do município nas fases de implantação e ocupação do Projeto, concluindo que, embora tenha havido resultados positivos, o desenvolvimento econômico não resultou em melhoria dos indicadores sociais do município beneficiado em relação aos municípios do grupo controle.

Oliveira (2014) utilizando a base teórica dos polos de crescimento de Perroux contribui para a análise da relação entre universidade e desenvolvimento afirmando que as universidades atuam como vetores indutores de desenvolvimento local/regional, gerando impactos positivos e negativos.

Barbosa et al. (2016) avaliam os impactos ao longo do tempo da implantação dos novos campi universitários federais sobre a produção e a renda dos municípios do interior, demonstrando que nos municípios de menor porte econômico e populacional a implantação do novo campus foi capaz de elevar a renda per capita devido ao efeito multiplicador de gastos e nos municípios maiores, os novos campi possibilitarão ganhos de longo prazo para as economias, possivelmente relacionados a ganhos de produtividade.

Fagundes e Giroletti (2013) utilizando indicadores sintéticos para avaliar o impacto da atividade universitária sobre uma região observaram as contribuições que ela trouxe na elevação dos indicadores de educação da população em todos os níveis, desde a alfabetização até o ensino superior e as melhorias, ainda que indiretas, nos níveis de saúde e renda da população.

A implantação de uma universidade muda o perfil de uma cidade e de uma região, pelo aporte de capital intelectual proveniente de outros municípios, estados e de outros países, realizando, atraindo e incentivando novos empreendimentos, agregando, não somente em aspectos econômicos, mas culturais, sociais e tecnológicos que são essenciais ao desenvolvimento. Na sociedade do conhecimento a universidade tem novas responsabilidades, não se limitando em espaço e atuação, implicando em uma atuação em prol de uma sociedade econômica forte, socialmente justa e ambientalmente correta.

2.4 AVALIAÇÃO E INDICADORES

As políticas públicas ou o investimento público são ações que conjugam forças sociais na direção de objetivos, metas e resultados, sendo essencial conhecer suas implicações antes, durante e depois da sua realização, de forma a avaliar a possibilidade de alcançar os objetivos (*ex ante*) ou se a execução e resultados demonstram esse alcance (*ex post*). A forma como essa análise é realizada está afim do processo de avaliação das políticas públicas, assim como os indicadores são um dos meios pelo qual se pode de fato realizar a avaliação.

A necessidade de monitorar com eficiência a realização das políticas públicas é um desafio e uma demanda em aprimoramento, na qual residem escolhas sobre as melhores estratégias metodológicas de pesquisa e sobre a definição dos indicadores, condicionados às disponibilidades de estatísticas referentes às temáticas em análise (CARNEIRO et al., 2012; BRITO; SILVA; JÚNIOR, 2016; COBO; SABÓIA, 2016).

Tamaki et al. (2012) abordam sobre os desafios da gestão pública em definir estratégias metodológicas de avaliação, que permitam a obtenção de conhecimento sobre as políticas, programas e serviços, salientando que podem apresentar diferentes resultados quando implantado sobre diferentes condições contextuais. Segundo os autores, os processos de avaliação devem fazer sentido aos diversos atores envolvidos, devem criar mecanismos de aprendizagem e conhecimento sobre o contexto político, institucional e sobre o objeto em análise, de forma a atuar em benefício da melhoria do programa ou da política pública.

Lobato (2004) apresenta uma visão mais abrangente a respeito da avaliação das políticas públicas, trabalhando a perspectiva da importância da avaliação enquanto política social. A autora coloca a necessidade de uma avaliação da efetividade substantiva da política social, que adentre em análises mais profundas, como o alcance de justiça social, igualdade, equidade e desenvolvimento econômico. Coloca ainda sobre a necessária relação causal entre a política social e seus resultados, apoiando uma simplificação metodológica capaz de aprofundar a análise do conteúdo e da efetividade dos resultados.

Freitas (2015) acrescenta aos requisitos de avaliação das políticas públicas, além de aspectos sobre a discricionariedade dos gestores públicos, a importância da avaliação racional dos impactos sociais, ambientais e econômicos das decisões administrativas que buscam a melhoria social, somando um aspecto de melhor planejamento e estudo sistemático dos impactos diretos e indiretos das ações estatais.

Sobre impactos das políticas públicas, Costa e Castanhar (2003) citam aspectos metodológicos de avaliação que usualmente dividem-se em avaliação de impacto, avaliação de processos e avaliação de metas. Segundo os autores, a avaliação de impacto procura identificar os efeitos de uma intervenção social produzido sobre uma determinada população, com foco central na efetividade do programa social; a avaliação de metas se refere aos produtos mais imediatos, objeto dos programas; e a avaliação de processo busca avaliar de forma sistemática o desenvolvimento de programas para ações de correção e replanejamento.

A avaliação de políticas públicas é, portanto, um instrumento essencial para a melhoria da eficiência do gasto público, da qualidade da gestão e do controle social sobre a efetividade da ação do Estado. A avaliação deve ter um caráter científico, deve buscar o impacto em diversos aspectos e precisa de metodologias simples que consigam medir a efetividade da transformação social (LOBATO, 2004; RAMOS; SCHABBACH, 2012; FREITAS, 2015; COBO; SABÓIA, 2016).

Já os indicadores são os meios que possibilitam o monitoramento das ações, viabilizando a avaliação das políticas públicas em diversos momentos (*timing*) e com diversas finalidades, incluindo a de corrigir os desvios e tornar mais eficiente, eficaz e efetivo os resultados. Costa e Castanhar (2003) trabalharam avaliação e indicadores, explorando a importância, as metodologias e implicações de cada fase de análise, abordando a necessidade de obter o impacto dos investimentos governamentais em programas sociais através da avaliação sistemática e do monitoramento de indicadores, que são medidas para identificação e quantificação dos resultados obtidos.

Rattner (1977) já abordava a importância dos indicadores sociais como estatísticas aptas a medir os elementos atinentes à condição social e do bem-estar dos diversos segmentos da população e a evolução desses elementos no tempo, salientando que os indicadores estatísticos constituiriam um retrato fiel e fidedigno da realidade, e o sistema de informações que se constitui por meio deles, melhoram o planejamento e conseqüentemente a política social, tornando-a mais eficaz e justa.

Essa perspectiva de importância da utilização de indicadores de Rattner (1977) é compartilhada por Cobo e Sabóia (2016) que complementam dizendo que o acompanhamento da evolução dos indicadores permite avaliar as mudanças que ocorrem na sociedade, demonstrando a eficácia das políticas públicas, além de identificar os locais e os segmentos da população que necessitam de ações prioritárias. Os indicadores empregados para a mensuração dos fenômenos sociais são chamados de indicadores sociais ou indicadores socioeconômicos (SOLIGO, 2012; COBO; SABÓIA, 2016).

Jannuzzi (2006) define o conceito de indicador social como uma medida, em geral, quantitativa que informa algo sobre um aspecto da realidade social ou sobre mudanças que estão ocorrendo nela. Segundo Jannuzzi (2006) os indicadores sociais podem se referir à totalidade da população ou a grupos sociodemográficos específicos, assim como podem formar sistemas que, em conjunto, expressam determinado aspecto dessa mesma realidade social.

Os indicadores sociais, segundo Jannuzzi (2006) e Soligo (2012), podem ser classificados em referência à área temática ou fenômeno social que monitoram como, por exemplo, indicadores de demografia; de saúde; educacionais; de mercado de trabalho de habitação; de renda e desigualdade; de meio ambiente; etc..

Jannuzzi (2006) subdivide os indicadores em quantitativos e qualitativos; descritivos e normativos; simples ou compostos; e os categoriza como:

- Indicador-insumo que se refere aos recursos utilizados para implantar a política social;
- Indicador-produto que identificam os resultados obtidos;
- Indicador-processo que identificam o esforço operacional de alocação de recursos para obtenção de resultados ou melhorias;
- Indicador-estoque que se referem à medida de uma determinada dimensão social em um momento específico;
- Indicador-performance ou de fluxo que indicam as alterações em dois momentos distintos, demonstrando a evolução ou não da temática analisada.

Costa e Castanhar (2003), do ponto de vista metodológico, utilizam a categorização de Rob Vos (1993) dividindo os indicadores em três categorias de indicadores sociais, os de resultado, os de insumo e os de acesso, conforme a descrição a seguir:

- Indicadores de resultado que se referem aos níveis de satisfação de necessidades básicas alcançados;
- Indicadores de insumo que se referem aos meios ou recursos disponíveis para se obter um determinado padrão de vida; e
- Indicadores de acesso que identificam os determinantes que permitem tornar acessível à utilização dos recursos disponibilizados pelos programas sociais ou políticas públicas;

Por fim, segundo Jannuzzi (2006), os indicadores precisam ter relevância social para justificar a sua produção e emprego na análise, formulação e implementação de políticas públicas e, além disso, devem ter validade de constructo e confiabilidade para servirem ao propósito da avaliação.

A avaliação com base em indicadores pressupõe então um trabalho anterior, baseado no objetivo da política, nas suas especificidades, contexto e resultados pretendidos, devendo-se levar em conta, além da política pública ou investimento público que se pretende avaliar, as implicações em utilizar um indicador específico, um sistema de indicadores ou um indicador sintético (JANNUZZI, 2005; SCANDAR NETO; JANNUZZI; SILVA, 2008; SIEDENBERG, 2011; TAMAKI, 2012; COBO; SABÓIA, 2016).

Scandar Neto, Jannuzzi e Silva (2008) analisaram aspectos favoráveis e desfavoráveis à utilização de indicadores primários ou analíticos, sistema de indicadores e indicadores sintéticos, apresentando diversas abordagens em relação a um ou outro modelo. Os indicadores analíticos podem servir ao papel de sintetizar um conjunto amplo de informações; os sistemas de indicadores permitem entender as diferentes dimensões analíticas da temática; e os indicadores sintéticos sintetizam aos gestores todos os aspectos envolvidos em diferentes escalas, resumindo questões complexas e multidimensionais.

Siedenberg (2011) analisou aspectos relacionados a indicadores socioeconômicos para avaliação do desenvolvimento regional colocando que os mesmos não têm somente função informativa, podem ter função avaliativa, normativa ou decisória, salientando as dificuldades em definir “um indicador suficientemente abrangente para mensurar um processo de desenvolvimento regional em toda sua amplitude”, devido à complexidade de aspectos não quantificáveis ou de difícil mensuração que precisariam ser considerados.

Guimarães e Jannuzzi (2016) também analisam o uso de indicadores primários e sintéticos para avaliar a realidade social brasileira, sendo que em relação às avaliações socioeconômicas, em escalas territoriais continentais como no Brasil, com grandes desigualdades entre regiões e grupos populacionais, os autores salientam problemas que podem ocorrer se for utilizado um único indicador para analisar fenômenos multidimensionais, citando, por exemplo, o uso do IDHM para elencar prioridades entre municípios que tem realidades sociais distintas, que são melhor identificáveis com a utilização de indicadores primários.

Cobo e Sabóia (2016) também argumentam nesse sentido, afirmando que os indicadores sintéticos apontam áreas de ação prioritária, mas não identificam problemas específicos. Os autores salientam que, embora os indicadores sintéticos permitam concentrar informações e comparar diferentes escalas espaciais, quando se avalia políticas públicas, faz-se necessário o uso de indicadores específicos para entendimento da situação, capazes de identificar problemas, resultados e impactos no conjunto de ações. Os autores salientam a importância do uso de grupos de controle para comparação e de pesquisas com beneficiários dos programas.

A complexidade dos fenômenos sociais e ambientais foi incluída na temática da avaliação do desenvolvimento e das políticas públicas nas últimas décadas, onde os resultados das ações de intervenção devem incorporar dimensões para além do aspecto econômico, e os indicadores devem possibilitar a avaliação do progresso de uma determinada região na busca pelo desenvolvimento sustentável (GUIMARÃES; FEICHAS, 2009).

A escolha de indicadores para avaliação de políticas públicas deve ser pautada pela aderência deles a um conjunto de propriedades desejáveis e pela lógica estruturante da aplicação, deve estar fundamentada na avaliação crítica das propriedades do objeto a ser avaliado, dos objetivos, metas e impactos esperados, tendo relação direta entre o problema e a política pública que busca sua resolução, de modo à objetivamente apurar a sua eficiência, eficácia e efetividade (JANNUZZI, 2001; 2005; 2006).

A obtenção de dados estatísticos e indicadores para avaliação das políticas públicas é outro desafio aos pesquisadores e gestores de políticas públicas. Dentre as principais instituições que trabalham com indicadores sociais no Brasil pode-se citar: o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA); a Fundação de Economia e Estatística (FEE); e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), além de outras que são mais específicas nas temáticas relacionadas à saúde, à educação, à ciência e tecnologia (C&T), etc.

O IBGE é uma instituição pública federal com abrangência nacional que disponibiliza uma ampla gama de estatísticas e indicadores sociais pela internet e por publicações. O IBGE mantém várias bases de dados estatísticos e indicadores, com a possibilidade de pesquisa e recuperação dos dados estatísticos, oriundos das pesquisas realizadas pelo Instituto como o sistema IBGE - Séries Históricas e Estatísticas e o Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA), que reúnem diversas tabelas estatísticas e indicadores com dados consolidados em diversos níveis territoriais de diversos períodos.

Dentre as publicações realizadas pelo IBGE têm-se os Indicadores de Desenvolvimento Sustentável, que teve início em 2002 e edições em 2004, 2008, 2010, 2012 e 2015, e correspondem às sugestões de 2007, apresentadas pela Comissão para o Desenvolvimento Sustentável (CDS) da ONU, conhecidas como Livro Azul. Os indicadores constantes da publicação do IBGE para monitoramento do desenvolvimento sustentável estão organizados em dimensões dentre elas a social e econômica e se constituem em indicadores importantes para análise do desenvolvimento alcançado pela sociedade brasileira (IBGE, 2017).

O IPEA é uma fundação pública federal vinculada ao Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, cujas atividades de pesquisa fornecem suporte técnico e institucional às ações governamentais para a formulação e reformulação de políticas públicas e programas de desenvolvimento brasileiros. Os trabalhos do IPEA são disponibilizados pela internet e em publicações e também pelo sistema IPEADATA que disponibiliza dados estatísticos e indicadores por temas, por nível geográfico, etc.

A Fundação de Economia e Estatística (FEE) é uma instituição de pesquisa vinculada à Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, que dispõe, por meio da internet e em publicações, de dados estatísticos e indicadores socioeconômicos sobre o Rio Grande do Sul. Suas informações estão disponíveis pelo sistema FEEDados e englobam dados sobre contabilidade social, agropecuária, indústria, comércio, serviços, exportações, demografia, emprego, saúde, educação, finanças públicas e estatísticas eleitorais, dentre outros.

A FEE produz boa parte dos dados e indicadores socioeconômicos que disponibiliza, assim como utiliza dados e indicadores de outras fontes como IBGE, Secretarias de Estado e Ministérios. Seus dados e indicadores são agregados geograficamente em escalas que vão desde os municípios, aos COREDES e microrregiões, o que configura uma base de pesquisa essencial à avaliação de políticas públicas no Estado.

Já o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) do Brasil é o responsável nacional pelo monitoramento e acompanhamento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e pela sua difusão e utilização. O PNDU global é responsável pela disseminação e utilização do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), criado por Mahbub ul Haq e pelo do economista indiano Amartya Sen e largamente utilizado para avaliar a situação socioeconômica de regiões e países.

3 METODOLOGIA

3.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

Neste capítulo são apresentados os métodos utilizados para realizar os objetivos da pesquisa e responder a pergunta que a originou, detalhando as formas de escolha dos critérios de avaliação, os indicadores utilizados, os grupos de cidades que serviram para comparação de resultados e os procedimentos que possibilitaram à análise dos dados.

Esta pesquisa configura-se em um estudo de caso, de abordagem quantitativa e com objetivo descritivo dos fenômenos a serem estudados. O estudo de caso é um dos procedimentos técnicos utilizados na metodologia de pesquisa e consiste em um estudo profundo e exaustivo de um ou de poucos objetos, com contornos claramente definidos, permitindo seu amplo e detalhado conhecimento (YIN, 2010).

Segundo Yin (2010), como método de pesquisa o estudo de caso é usado em muitas situações, para contribuir ao nosso conhecimento dos fenômenos individuais, grupais, organizacionais, políticos e relacionados, e sua necessidade surge do desejo do pesquisador de entender os fenômenos sociais complexos. A abordagem quantitativa refere-se à possibilidade de quantificar os resultados representativos de determinada população, utilizando-se da representação matemática e estatística em grande escala para determinar e inferir resultados.

Quanto aos objetivos pode-se considerá-la uma pesquisa descritiva uma vez que procura descrever as características de determinada população e fenômenos (Gil, 2002) o que pode ser utilizado no caso dos levantamentos de dados a respeito dos indicadores socioeconômicos. Segundo Köche (2009), as pesquisas descritivas estudam relações entre duas ou mais variáveis de um dado fenômeno sem manipulá-las, de forma a *posteriori*, ou seja, constata e avalia os efeitos já produzidos na relação entre as variáveis.

3.2 POPULAÇÃO

Como população a pesquisa abrangeu as cidades que possuem campus da UNIPAMPA e que se constituem no objetivo de análise dos impactos socioeconômicos resultantes da implantação da universidade, e cidades que serviram como UC para fins de verificação de resultados entre as que receberam e as que não receberam o investimento público, no programa de expansão universitária do MEC fase I (Expansão I de 2003 a 2007).

Faz-se necessário considerar, primeiramente, que as cidades e microrregiões que receberam campus da UNIPAMPA constam da tipologia sub-regional da PNDR I, sendo em sua grande maioria (80%) cidades classificadas como Estagnadas economicamente, objeto ou passíveis de investimento público com vistas ao desenvolvimento regional, segundo as diretrizes da política.

Em segundo lugar faz-se necessário considerar que, embora a PNDR seja paralela ao programa de interiorização e expansão do ensino superior do MEC (2003/2007), outros fatores de ordem política, econômica e social parecem ter sido determinantes à criação da UNIPAMPA na região, como, por exemplo, a mobilização popular em prol da federalização da Universidade da Região da Campanha (URCAMP).

Nesse aspecto, em relação à criação de novos campi universitários, Barbosa et al. (2016) verificaram que a representatividade da população e do PIB municipal sobre a microrregião, o grau de influência econômica e geográfica do município e o alinhamento político, a partir do ano de 2005, entre administração municipal e federal foram determinantes para o município receber o benefício da política pública.

Esses condicionantes dificultam de certa forma a comparação entre municípios que receberam investimentos e aqueles que não receberam, uma vez que não houve um critério único determinante para ser o município beneficiário da política pública. Porém, considerando a PNDR uma política institucionalizada de priorização do investimento público e com critérios socioeconômicos compatíveis a análise pretendida nessa pesquisa, o critério essencial para definição da população das UC será a classificação pela tipologia sub-regional da PNDR I, que foi contemporânea à política de expansão do ensino superior.

A tipologia sub-regional da PNDR I utilizou a classificação de Estrutura político-administrativa do IBGE elaborada no final da década de 1980, classificando as cidades e microrregiões conforme o cruzamento de duas variáveis, o rendimento domiciliar médio e crescimento do PIB per capita. O resultado foi um cartograma de quatro situações que classificaram as microrregiões como de alta renda, de baixa renda, estagnadas ou dinâmicas.

A escolha das cidades que serviram como unidades de comparação obedeceram, portanto, aos seguintes critérios em ordem:

1º mesma classificação de situação econômica da tipologia sub-regional na PNDR I;

2º proximidade populacional, pelo último censo demográfico do IBGE (2010);

3º proximidade geográfica, preferencialmente inclusa no mesmo COREDE regional;

O terceiro critério foi observado apenas nas situações que não prejudicavam os dois primeiros critérios de escolha das UC, sendo a mesma classificação econômica da PNDR I o critério base para definição das cidades que serviram de comparação dos indicadores.

A classificação das cidades nas microrregiões do Rio Grande do Sul (RS) pela tipologia sub-regional da PNDR I constam do **Quadro 3**:

Quadro 3 – Classificação pela tipologia sub-regional da PNDR I

(continua)

Nº	Microrregiões do RS	Tipologia PNDR
1	Santa Rosa – RS	Estagnada
2	Três Passos – RS	Estagnada
3	Frederico Westphalen – RS	Estagnada
4	Erechim – RS	Estagnada
5	Sananduva - RS	Estagnada
6	Cerro Largo - RS	Estagnada
7	Santo Ângelo - RS	Estagnada
8	Ijuí - RS	Alta Renda
9	Carazinho - RS	Estagnada
10	Passo Fundo - RS	Alta Renda
11	Cruz Alta - RS	Alta Renda
12	Não-Me-Toque - RS	Alta Renda
13	Soledade - RS	Estagnada
14	Guaporé - RS	Alta Renda
15	Vacaria - RS	Estagnada
16	Caxias do Sul - RS	Alta Renda
17	Santiago - RS	Estagnada
18	Santa Maria - RS	Alta Renda
19	Restinga Seca - RS	Estagnada
20	Santa Cruz do Sul - RS	Alta Renda
21	Lajeado-Estrela - RS	Alta Renda
22	Cachoeira do Sul - RS	Estagnada
23	Montenegro - RS	Alta Renda
24	Gramado-Canela - RS	Alta Renda
25	São Jerônimo - RS	Estagnada
26	Porto Alegre - RS	Alta Renda
27	Osório - RS	Estagnada
28	Camaquã - RS	Estagnada

Quadro 3 – Classificação pela tipologia sub-regional da PNDR I

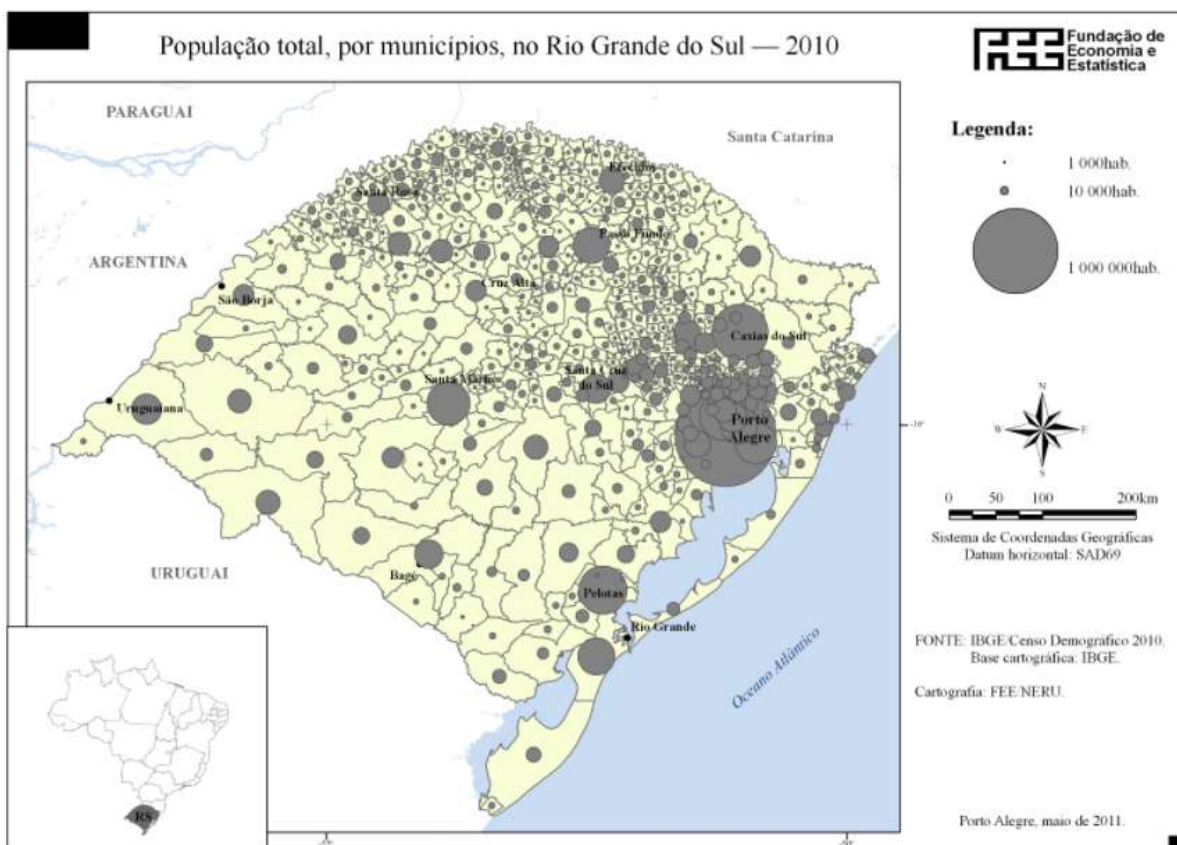
(conclusão)

Nº	Microrregiões do RS	Tipologia PNDR
29	Campanha Ocidental - RS	Estagnada
30	Campanha Central - RS	Estagnada
31	Campanha Meridional – RS	Alta Renda
32	Serras de Sudeste – RS	Estagnada
33	Pelotas – RS	Alta Renda
34	Jaguarão – RS	Estagnada
35	Litoral Lagunar – RS	Alta Renda

Fonte: PNDR I do Ministério da Integração Nacional, 2011.

O cartograma da Fundação de Economia e Estatística do RS (FEE), com a representação da população do RS pelo censo demográfico 2010, demonstra graficamente o vazio populacional da metade oeste e sul do estado, e ajuda a justificar a escolha das cidades que serviram de UC, pelo critério da população, conforme representado na **Figura 2**.

Figura 2 – Cartograma populacional da FEE



Fonte: FEE, 2011.

Importante salientar ainda que, devido à grande heterogeneidade social e cultural do estado RS e os grandes vazios demográficos da região oeste e sul, a seleção de cidades socioeconômicas equivalentes torna-se uma tarefa difícil, porém quando se analisa os perfis microrregionais essas diferenças tendem a diminuir, como pode-se observar na classificação pela tipologia sub-regional da PNDR I, a qual definiu o critério essencial para definição das UC.

O **Quadro 4** e o **Quadro 5** a seguir apresentam as unidades de análise nesse estudo de caso, as cidades com campus da UNIPAMPA e as cidades selecionadas como UC, com base nos critérios de escolha. Os quadros também incluem a informação sobre existência de outros campi de ensino superior (presenciais) ou polos da Universidade Aberta do Brasil (UAB), pelas respectivas siglas das instituições.

Quadro 4 – População da pesquisa – cidades com campi da UNIPAMPA

Nº	CIDADES COM UNIPAMPA	MICRORREGIÃO IBGE	1º TIPOLOGIA PNDR I	2º População (Censo 2010)	3º COREDE	Existência de campi universitário
1	ALEGRETE	Campanha Ocidental (RS)	Estagnada	77.653	Fronteira Oeste	URCAMP/ IFF / UERGS / UNOPAR
2	BAGÉ	Campanha Meridional (RS)	Alta Renda	116.794	Campanha	URCAMP / IF SUL / UERGS / IDEAU
3	CAÇAPAVA DO SUL	Serras de Sudeste (RS)	Estagnada	33.690	Campanha	URCAMP
4	DOM PEDRITO	Campanha Meridional (RS)	Alta Renda	38.898	Campanha	URCAMP
5	ITAQUI	Campanha Ocidental (RS)	Estagnada	38.159	Fronteira Oeste	URCAMP
6	JAGUARÃO	Jaguarão (RS)	Estagnada	27.931	Sul	IF SUL (avançado) / UFPel / UNOPAR
7	SANTANA DO LIVRAMENTO	Campanha Central (RS)	Estagnada	82.464	Fronteira Oeste	URCAMP / IF SUL / UERGS
8	SÃO GABRIEL	Campanha Central (RS)	Estagnada	60.425	Fronteira Oeste	URCAMP
9	SÃO BORJA	Campanha Ocidental (RS)	Estagnada	61.671	Fronteira Oeste	URCAMP / IFF / UERGS
10	URUGUAIANA	Campanha Ocidental (RS)	Estagnada	125.435	Fronteira Oeste	PUC / IFF

Fonte: elaborado pelo autor (2018).

O **Quadro 4** apresenta as cidades com UNIPAMPA e o **Quadro 5** as selecionadas como UC, que estão numeradas de 11 a 20 e que relacionam as siglas das demais instituições de ensino superior na cidade, obtidas através do sistema E-MEC do Ministério da Educação.

Quadro 5 – Cidades selecionadas como unidades de comparação

(continua)

Nº	UNIDADES DE COMPARAÇÃO	MICRORREGIÃO IBGE	1º TIPOLOGIA PNDRI	2º População (Censo 2010)	3º COREDE	Principais instituições ensino atuando município
1	SANTO ÂNGELO	Santo Ângelo	Estagnada	76.275	Missões	URI / IFF / CESURG / UNICNEC / UNINTER / UNIASSELVI / CNEC / UNIDERP / UCB / UNISUL /
2	SANTA CRUZ DO SUL	Santa Cruz do Sul	Alta Renda	118.374	Vale do Rio Pardo	UNISC / UERGS / UNOPAR / UNINTER / CENSUPEG / DOM ALBERTO – FDA / DA LAPA – FAEL / FUTURA / UNIP
3	RIO PARDO	Cachoeira do Sul	Estagnada	37.591	Vale do Rio Pardo	CESURG
4	SÃO LOURENÇO DO SUL	Pelotas	Alta Renda	43111	Sul	FURG (polo UAB 2007 até 2013, campus a partir de 2013) / UFSM (polo) / UFPEL (polo) / UNOPAR (polo) / UNIASSELVI
5	ROSÁRIO DO SUL	Campanha Central	Estagnada	39.707	Fronteira Oeste	UFPEL (UAB) / UNOPAR / UNIPAMPA (polo UAB) / TECNOL. GRAVATAÍ – FAQI / DA LAPA – FAEL
6	QUARAÍ	Campanha Ocidental	Estagnada	23.021	Fronteira Oeste	UFPEL (polo) / UFSM (polo) / UNIPAMPA (polo UAB) / UNICSUL / UNIP

Quadro 5 – Cidades selecionadas como unidades de comparação

(conclusão)						
Nº	UNIDADES DE COMPARAÇÃO	MICRORREGIÃO IBGE	1º TIPOLOGIA PNDR I	2º População (Censo 2010)	3º COREDE	Principais instituições ensino atuando município
7	CACHOEI-RA DO SUL	Cachoeira do Sul	Estagnada	83.827	Jacuí-centro	UERGS / UFSM / UFPEL, FURG E IFSC (polos) / UNOPAR / UNIPAMPA (polo UAB) / UNINTER / UNIASSELVI / UCB / ULBRA
8	SANTIAGO	Santiago	Estagnada	49.071	Vale do Jaguari	URI / ULBRA / UNOPAR / UNINTER / UNISUL / UNIP /
9	SANTA ROSA	Santa Rosa	Estagnada	68.587	Fronteira Noroeste	IFF / UNIJUÍ / UNOPAR UFSC (polo libras) / UNINTER / FEMA / UNIDERP / UNESA / UNIP
10	ERECHIM	Erechim	Estagnada	96.087	Norte	URI / IFRS / UERGS / UFFS / UNINTER / FAE / FAEL / UNIDERP / UCB / UERGS / ULBRA / UNIP / UNOPAR / UNIVERITAS UNG /

Fonte: elaborado pelo autor (2018).

As cidades do **Quadro 5** são utilizadas para fins de comparação de dados e indicadores em relação às cidades com UNIPAMPA do **Quadro 4**, sendo que o **Quadro 6** demonstra essa relação de forma direta.

Quadro 6 – Cidades do grupo UNIPAMPA e sua respectiva cidade selecionada como unidade de comparação

	UNIPAMPA	Microrregião IBGE		Unidades de comparação	Microrregião IBGE
1	Alegrete	Campanha Ocidental	11	Santo Ângelo	Santo Ângelo
2	Bagé	Campanha Meridional	12	Santa Cruz do Sul	Santa Cruz do Sul
3	Caçapava do Sul	Serras de Sudeste	13	Rio Pardo	Cachoeira do Sul
4	Dom Pedrito	Campanha Meridional	14	São Lourenço do Sul	Pelotas
5	Itaqui	Campanha Ocidental	15	Rosário do Sul	Campanha Central
6	Jaguarão	Jaguarão	16	Quaraí	Campanha Ocidental
7	Santana do Livramento	Campanha Central	17	Cachoeira do Sul	Cachoeira do Sul
8	São Gabriel	Campanha Central	18	Santiago	Santiago
9	São Borja	Campanha Ocidental	19	Santa Rosa	Santa Rosa
10	Uruguaiana	Campanha Ocidental	20	Erechim	Erechim

Fonte: autor, 2018.

3.3 COLETA DE DADOS

A coleta de dados sobre as unidades de análise foi realizada nas principais bases de dados estatísticos e de indicadores socioeconômicos, relatados na seção Avaliação e Indicadores, como IBGE, IPEA, FEE, PNUD, além de dados e informações que foram obtidas com órgãos públicos como Ministérios, Fundações, Autarquias, além da própria UNIPAMPA.

Dados estatísticos de indicadores demográficos e socioeconômicos, como índice de Gini e a renda domiciliar per capita foram obtidos junto no site do Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS), órgão do Ministério da Saúde e amplamente usado para planejamento e avaliação de políticas públicas.

As estatísticas dos indicadores da pesquisa foram coletadas em dados secundários, disponíveis na internet, em publicações especializadas ou por meio de solicitação de acesso com base na lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei acesso à informação).

A coleta de dados obedeceu às definições de termos e variáveis da pesquisa, que inclui as informações e indicadores essenciais às análises pretendidas e o período a que se referem, bem como o cronograma definido no projeto de pesquisa.

3.4 DEFINIÇÃO DE TERMOS E VARIÁVEIS

Nessa seção serão apresentadas as principais variáveis de análise, baseadas nos objetivos de pesquisa e na pergunta que ela busca responder, sobre: qual é o impacto socioeconômico resultante da implantação da Fundação Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA)?

Segundo Köche (2009, p. 112), variáveis são “aspectos, propriedades, características individuais ou fatores mensuráveis ou potencialmente mensuráveis, por meio dos diferentes valores que assumem discerníveis em um objeto de estudo, para testar a relação enunciada em uma proposição”. Segundo o autor as variáveis podem ser classificadas em:

- Variável independente – aquela que é fator determinante para que ocorra um determinado resultado;
- Variável dependente – é aquele fator ou propriedade que é efeito, resultado, consequência ou resposta de determinado estímulo;

A definição das variáveis, neste trabalho, observou indicadores referenciados pela literatura, em especial os Indicadores de Desenvolvimento Sustentável do IBGE, versão 2015, nas dimensões social, econômica e institucional; os indicadores utilizados na definição da tipologia sub-regional da PNDR I; e indicadores utilizados pelos autores pesquisados, em trabalhos de avaliação do impacto de investimentos públicos, políticas públicas e de atuação da Universidade. A escolha dos indicadores foi balizada no objeto que se busca avaliar e nos aspectos do que se pretende identificar (JANNUZZI, 2005).

As variáveis (indicadores) que foram coletados, com a indicação de sua dimensão, aspecto de análise, objetivo, relevância para a pesquisa, origem ou autores que determinaram sua escolha, etc., estão relacionadas conforme seguem:

Variável (indicador) 1: Taxa de crescimento da população.

- Dimensão: Social
- Aspecto: Demografia
- Origem/autores: IBGE (2015) / Fleck (2012); Reis, Silveira e Rodrigues (2012).

- Objetivo, relevância e possíveis adaptações à pesquisa: O indicador é o percentual de incremento médio anual da população residente em determinado espaço geográfico no período e é utilizado como um dos indicadores de desenvolvimento sustentável do IBGE. A variação da taxa de crescimento é essencialmente um fenômeno de médio e longo prazo e é fundamental para subsidiar a formulação e avaliação de políticas públicas de natureza social, econômica e ambiental.
- Importância para pesquisa: Verificar se a população dos municípios foi afetada pela implantação da UNIPAMPA, buscando determinar possíveis inflexões nas tendências populacionais;
- Período da amostra: Censos demográficos realizados pelo IBGE de 1991, 2000 e 2010 e estimativa populacional de 2017.
- Fonte (s): IBGE;

Variável (indicador) 2: Índice de Gini da distribuição dos rendimentos.

- Dimensão: Social
- Aspecto: Trabalho e rendimentos
- Origem/autores: IBGE (2015)
- Objetivo, relevância e possíveis adaptações à pesquisa: O indicador expressa o grau de concentração na distribuição do rendimento da população, sendo dos indicadores de desenvolvimento sustentável do IBGE. É um indicador importante para avaliar como se dá a repartição da riqueza gerada, se o crescimento se traduz em melhoria da qualidade de vida e contribui para o bem-estar das populações.
- Importância para pesquisa: Verificar em que grau a política pública educacional permitiu a diminuição das desigualdades de renda nas populações dos municípios que receberam campus da UNIPAMPA.
- Período da amostra: Censos demográficos realizados pelo IBGE de 1991, 2000 e 2010.
- Fonte (s): DATASUS (Índice de Gini da renda domiciliar per capita segundo município do IBGE).

Variável (indicador) 3: Rendimento domiciliar per capita.

- Dimensão: Social
- Aspecto: Trabalho e rendimentos
- Origem/ autores: IBGE (2015)

- Objetivo, relevância e possíveis adaptações à pesquisa: O indicador que figura dentre os sustentáveis do IBGE é aquele que mostra a proporção de domicílios urbanos com rendimento mensal domiciliar per capita de até ½ salário mínimo. Na pesquisa, em função da disponibilidade dos dados em nível municipal, foi usado o indicador referente ao valor do rendimento domiciliar per capita do DATASUS. Nas notas técnicas do site do DATASUS, temos que o indicador considera a “**média das rendas domiciliares per capita das pessoas residentes em determinado espaço geográfico, no ano considerado**”, sendo a soma dos rendimentos mensais dos moradores do domicílio, em reais, dividida pelo número de seus moradores, e tendo como referência para toda a série o salário mínimo do último ano corrigido com base no INPC de julho de 2010 (R\$ 510,00).
- Importância para pesquisa: Verificar quais foram os impactos da implantação da UNIPAMPA na renda dos indivíduos.
- Período da amostra: Censos demográficos do IBGE de 1991, 2000 e 2010.
- Fonte (s): DATASUS (com dados tratados, prontos para uso, em indicadores socioeconômicos).

Variável (indicador) 4: Rendimento domiciliar médio.

- Dimensão: Social
- Aspecto: Trabalho e rendimentos
- Origem/ autores: PNDR (2007)
- Objetivo, relevância e possíveis adaptações à pesquisa: O rendimento domiciliar médio é uma variável estática, que retrata a riqueza relativa da população, e foi adotada pela PNDR I na definição da tipologia sub-regional.
- Importância para pesquisa: Sua utilização poderá demonstrar se a implantação da UNIPAMPA agregou renda às famílias, por meio do incremento das atividades produtivas, pela maior circulação de valores, pela qualificação e ganhos em produtividade com a educação.
- Período da amostra: Censos demográficos do IBGE de 2000 e 2010.
- Fonte (s): IBGE – SIDRA – Rendimento domiciliar médio - obtidos em tabelas divulgadas pelo site do IBGE.

Variável (indicador) 5: Taxa de desocupação.

- Dimensão: Social
- Aspecto: Trabalho e rendimentos

- Origem/ autores: IBGE (2015) / Fleck (2012).
- Objetivo, relevância e possíveis adaptações à pesquisa: O indicador representa a proporção da população de 10 anos ou mais de idade que não estava trabalhando, mas procurou trabalho no período de referência, sendo um dos indicadores de desenvolvimento sustentável do IBGE. A temática do emprego na pesquisa foi avaliada pela taxa de desocupação nos municípios com dados do DATASUS (% da população de 16 anos e mais, economicamente ativa, desocupada) e com base em dados do CAGED.
- Importância para pesquisa: O indicador contribui para avaliar se a implantação da UNIPAMPA alterou a situação do emprego nos municípios que receberam campus.
- Período da amostra: Censos demográficos do IBGE de 1991, 2000 e 2010; Dados do CAGED 2003 a 2016.
- Fonte (s): IBGE - Séries Históricas; CAGED; DATASUS (taxa de desemprego com dados tratados, prontos para uso, oriundo dos censos do IBGE em indicadores socioeconômicos).

Variável (indicador) 6: Taxa de escolaridade da população adulta.

- Dimensão: Social
- Aspecto: Educação
- Origem/ autores: IBGE (2015) / Barbosa et al. (2016).
- Objetivo, relevância e possíveis adaptações à pesquisa: O indicador expressa o nível de escolaridade da população de 25 a 64 anos de idade, sendo um dos indicadores de desenvolvimento sustentável do IBGE. A aquisição de conhecimentos se constitui em condição indispensável para a cidadania e bem estar social, sendo que na pesquisa, em função da disponibilidade de dados, **foi utilizada a taxa de escolaridade da população adulta (escolaridade da população com 25 anos ou mais em %) obtida na pesquisa do perfil dos municípios**, no site do Atlas do desenvolvimento humano no Brasil.
- Importância para pesquisa: O indicador servirá para avaliar se a implantação da UNIPAMPA contribui para o aumento da escolaridade da população adulta.
- Período da amostra: dados dos censos 1991, 2000 e 2010
- Fonte (s): Atlas do desenvolvimento humano do Brasil, com dados PNUD, IPEA e da Fundação João Pinheiro (FJP) do Governo de Minas Gerais;

Variável (indicador) 7: Produto Interno Bruto (PIB) per capita.

- Dimensão: Econômica
- Aspecto: Quadro econômico

- Origem/ autores: IBGE (2015); PNDR (2007) / Fleck (2012); Reis, Silveira e Rodrigues (2012); Barbosa et al. (2016).
- Objetivo, relevância e possíveis adaptações à pesquisa: O indicador expressa o nível médio de renda da população em um país ou território e é um dos indicadores de desenvolvimento sustentável do IBGE. Também é uma das variáveis utilizadas para definir a tipologia sub-regional na PNDR I por ser uma variável dinâmica, que retrata o potencial relativo de crescimento dos municípios.
- Importância para pesquisa: O indicador ajuda a mensurar a evolução do produto interno bruto dos municípios.
- Período da amostra: de 1999 a 2013.
- Fonte (s): IBGE – SIDRA; FEE.

Variável (indicador) 8: Consumo de energia per capita.

- Dimensão: Econômica
- Aspecto: Quadro econômico
- Origem/ autores: IBGE (2015) / Reis, Silveira e Rodrigues (2012); Barbosa et al. (2016).
- Objetivo, relevância e possíveis adaptações à pesquisa: O indicador de desenvolvimento sustentável do IBGE expressa o consumo final anual de energia por habitante em um determinado território e costuma ser associado ao grau de desenvolvimento de um país. Na pesquisa, em função da disponibilidade de dados, foi utilizado o consumo total anual por município em MWh.
- Importância para pesquisa: O indicador de energia elétrica representa, dentre outros, o aumento da produção e o desenvolvimento, sendo importante para mensurar em que nível a implantação da UNIPAMPA modificou o perfil geral de consumo.
- Período da amostra: consumo total em MWh nos municípios no período de 1996 até 2015 – FEE.
- Fonte (s): FEE

Variável (indicador) 9: Arrecadação total de impostos estaduais e federais.

- Dimensão: Econômica
- Aspecto: Quadro econômico
- Origem/ autores: Sebastian (2000) apud Lima (2005).
- Objetivo, relevância e possíveis adaptações à pesquisa: O volume da arrecadação de impostos estaduais e federais reflete os valores de produção e circulação de mercadorias,

como, por exemplo, o ICMS em nível estadual e o IPI em nível federal, e que refletem nos municípios pelas transferências nos Fundos de Participação dos Municípios (FPM).

- Importância para pesquisa: O indicador mensura a evolução da arrecadação fiscal, podendo demonstrar alterações obtidas a partir da implantação da UNIPAMPA.
- Período da amostra: Tributos Federais de 1996 até 2015 pela arrecadação total dos municípios; Tributos Estaduais de 2001 até 2015 pela arrecadação total dos municípios.
- Fonte (s): FEE

Variável (indicador) 10: Gastos com pesquisa e desenvolvimento (P&D).

- Dimensão: Institucional
- Aspecto: Capacidade institucional
- Origem/ autores: IBGE (2015)
- Objetivo, relevância e possíveis adaptações à pesquisa: O indicador representa o esforço nacional dedicado ao setor de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), medido pelos investimentos públicos e privados, sendo um dos indicadores de desenvolvimento sustentável do IBGE, que expressa o grau de investimento do País no desenvolvimento científico e tecnológico.
- Importância para pesquisa: O indicador irá avaliar os esforços públicos e privados na realização de investimentos em ciência e tecnologia, a partir da implantação da UNIPAMPA na região.
- Período da amostra: Investimentos em C&T de 2006 até 2016.
- Fonte (s): Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC); CAPES; UNIPAMPA.

Variável (indicador) 11: Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM).

- Dimensão: Todas (sintético).
- Aspecto: Longevidade, educação e renda.
- Origem/ autores: Fagundes e Giroletti (2013).
- Objetivo, relevância e possíveis adaptações à pesquisa: O IDHM considera indicadores de longevidade, educação e renda, adequados para avaliar o desenvolvimento dos municípios e regiões, sendo um dos indicadores mais aceitos para fins de comparação da evolução social dos municípios e das regiões.

- Importância para pesquisa: O indicador poderá mensurar a evolução do índice de desenvolvimento humano dos municípios, em períodos anterior e posterior a criação da UNIPAMPA.
- Período da amostra: IDHM calculado a partir das informações dos censos demográficos do IBGE de 1991, 2000 e 2010.
- Fonte (s): Atlas do desenvolvimento humano do Brasil (PNUD).

3.5 ANÁLISE DE DADOS

Os dados foram analisados com auxílio de tabelas, gráficos e da estatística descritiva para demonstrar a evolução dos indicadores das cidades do grupo base e das cidades selecionadas como UC, buscando identificar o impacto socioeconômico resultante da implantação da UNIPAMPA, por meio da análise da evolução dos indicadores selecionados na pesquisa.

Os dados foram organizados de forma a caracterizar o espaço microrregional onde está situada a universidade, fazendo uma breve análise sobre o desempenho socioeconômico e sobre a classificação geográfica em seus diversos aspectos (COREDES, IBGE, etc.), e para fornecer um panorama da UNIPAMPA nas cidades que receberam campus. Os dados e informações da UNIPAMPA buscam demonstrar em números o seu crescimento e dimensionar sua importância para as cidades e para a região, enquanto os dados econômicos microrregionais e municipais visam contextualizar e demonstrar alterações no comportamento dos indicadores por períodos anteriores e posteriores a implantação da universidade.

Os dados estatísticos e os indicadores obtidos na fase de coleta de dados foram analisados com auxílio do *software SPSS versão 20 (Statistical Package for Social Sciences)*, utilizando testes paramétricos e não paramétricos de diferenças de média e mediana, como o teste t para amostras independentes e seu equivalente não paramétrico, o teste de Mann-Whitney. Segundo Field (2009), o teste t para amostras independentes é usado quando existem duas condições experimentais e diferentes participantes, ou diferentes grupos são usados para coleta de dados em cada condição. O teste Mann-Whitney, equivalente ao teste t paramétrico, é o teste indicado para quando queremos testar diferenças entre duas condições com diferentes participantes (FIELD, 2009).

O teste t e o Mann-Whitney foram usados nessa pesquisa para analisar, com auxílio de das UC, a existência de diferenças significativas (usando um nível de confiança de 95%) entre

as médias ou medianas das variáveis do grupo UNIPAMPA e as médias ou medianas do grupo de cidades selecionadas como UC.

As diferenças significativas de médias ou medianas poderão ajudar a identificar o impacto da UNIPAMPA nos indicadores socioeconômicos das cidades que receberam campus, em relação a cidades selecionadas como UC. Esse impacto é o resultado observado nos indicadores socioeconômicos dessas cidades, equiparando, aumentando ou diminuindo as diferenças entre os resultados nas séries históricas das cidades com UNIPAMPA e cidades selecionadas como UC, com foco no desenvolvimento regional.

Em alguns indicadores foram utilizadas comparações com o indicador estadual no período, de forma a possibilitar extrair conclusões sobre o desempenho das cidades pesquisadas. Também foram calculadas as variações geométricas dos dados do crescimento populacional e as variações em nível microrregional dos dados de PIB per capita, do número de vínculos empregatícios, do número de estabelecimentos e do número de consumidores de energia elétrica, como forma a obter o desempenho ano a ano no período.

Como forma de avaliação heurística também foi realizada uma análise de aglomerados utilizando o método K-means, buscando explorar o resultado quando são utilizadas variáveis como população total; taxa de desocupação para 18 anos ou mais; % de 25 anos ou mais com ensino superior completo; e renda per capita, de forma a ratificar a escolha das UC por um método estatístico.

4 ANÁLISE DO CONTEXTO GEOGRÁFICO DE INSERÇÃO DA UNIPAMPA

Esse capítulo valer-se-á de mapas e tabelas para explorar o contexto de inserção regional da UNIPAMPA, buscando dar uma visão resumida da divisão regional em âmbito nacional pelo IBGE e em âmbito estadual pelo COREDES e Regiões Funcionais de Planejamento, apresentando um panorama de dados socioeconômicos das regiões pesquisadas.

A UNIPAMPA abrange diretamente um território que equivale a 1/6 da área total do estado de 281.737,95 km². São mais de 46 mil km² de área territorial nas dez cidades que compõem a universidade, incluindo municípios com as maiores extensões territoriais do estado, conforme se pode observar na **Tabela 1**.

Tabela 1 – Área total direta de abrangência da UNIPAMPA em km²

Município	Área Territorial (km ²)
Alegrete	7.803,95
Bagé	4.095,53
Caçapava do Sul	3.047,11
Dom Pedrito	5.192,10
Itaqui	3.404,04
Jaguarão	2.054,38
Santana do Livramento	6.950,35
São Borja	3.616,02
São Gabriel	5.023,82
Uruguaiana	5.715,76
Total (km ²)	46.903,07

Fonte: dados da caracterização do território da FEE, 2015.

A população total desses municípios aproxima-se dos 680 mil habitantes, pela estimativa do IBGE (2017), o que amplia, consideravelmente, o impacto da universidade pela sua característica de *multicampi*, conforme o mapa de localização da **Figura 3**.

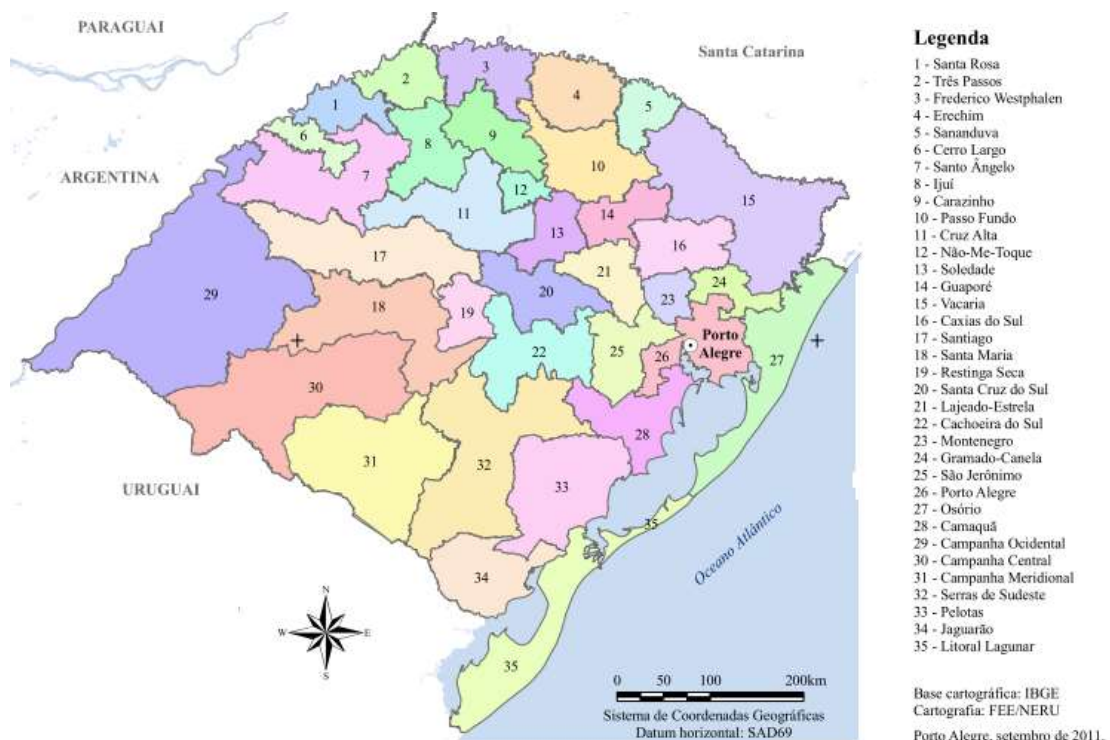
utilizada na PNDR I e II, como base na tipologia sub-regional, que orienta os investimentos públicos para as áreas classificadas como prioritárias do território nacional.

Pela publicação do IBGE (1990), a estrutura territorial brasileira divide-se em Unidades da Federação (UF), que correspondem aos 26 estados e o Distrito Federal; Mesorregiões, que são áreas do espaço geográfico definidas pelas características comuns em termos de sociedade, de geografia natural e de articulação em rede (mesma identidade regional); Microrregiões, que estão agrupadas pelas suas estruturas de produção, resultantes das interações sociais, naturais e econômicas; e Municípios, que são as divisões administrativas autônomas das UF. Essa divisão político-administrativa está em vigor no Brasil e as divisões regionais ainda são bastante utilizadas para fins de caracterização do território, de levantamentos estatísticos e de planejamento de políticas públicas.

A desagregação do território nacional, em nível de microrregiões e seus respectivos municípios, ao longo de mais de vinte anos, possibilitou a coleta de dados e informações estatísticas que ajudam a compreender a dinâmica espacial do país, a planejar o território e avaliar a eficácia das políticas públicas na promoção do desenvolvimento.

A **Figura 4** representa o mapa da divisão regional do estado do Rio Grande do Sul, com as suas respectivas microrregiões.

Figura 4 – Divisão do RS em microrregiões pelo IBGE



Fonte: mapa representativo das microrregiões do IBGE construído pela FEE, 2011.

Nos espaços geográficos delimitados pela Campanha Ocidental (29), Campanha Central (30), Campanha Meridional (31), Serras do Sudeste (32) e Jaguarão (34) estão localizados os campi da UNIPAMPA. Nas microrregiões de Santo Ângelo (7), Santa Cruz do Sul (20), Cachoeira do Sul (22), Pelotas (33), Campanha Central (30), Campanha Ocidental (29), Santiago (17), Santa Rosa (1) e Erechim (4) estão localizadas as cidades selecionadas como UC nesta pesquisa.

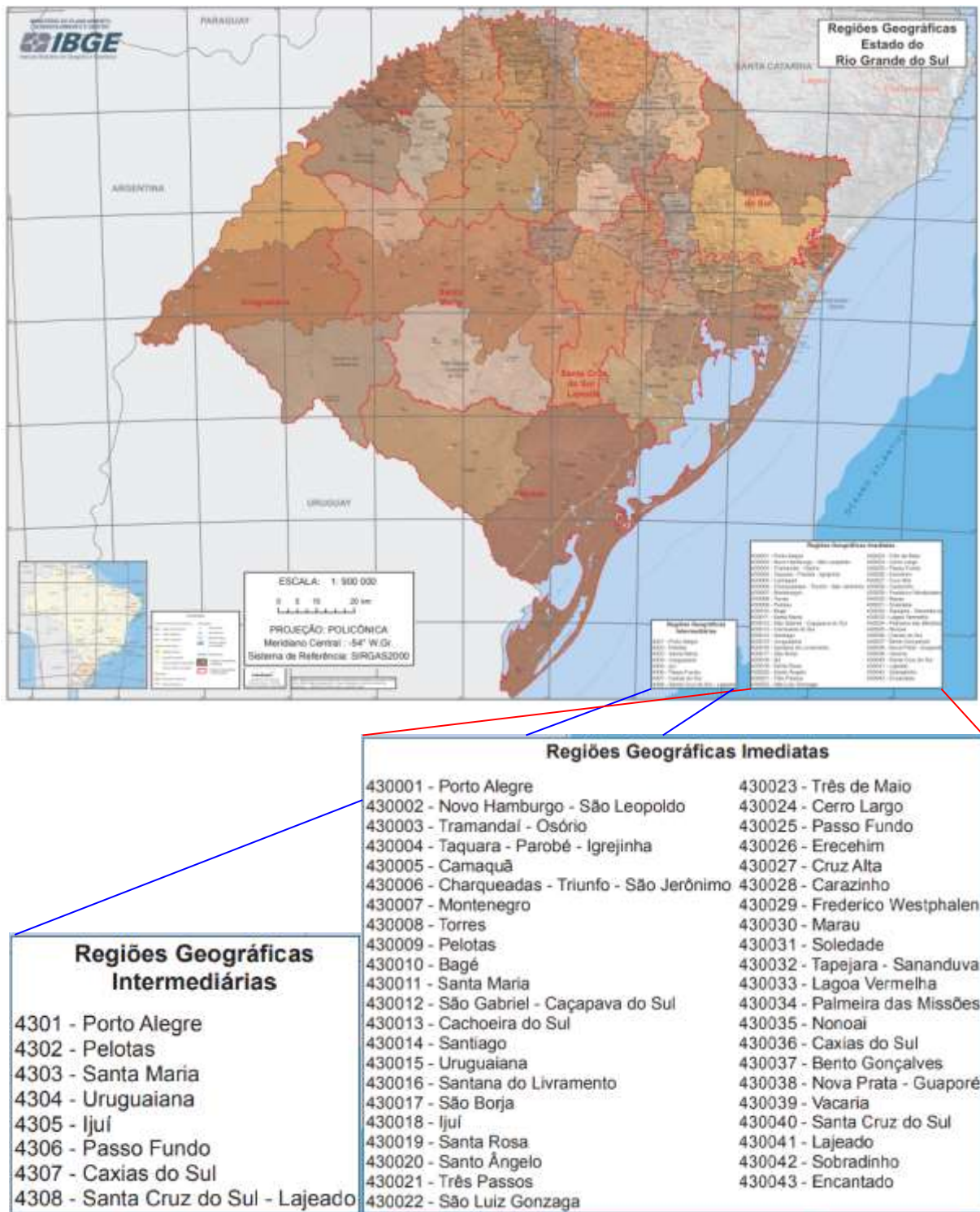
4.2 NOVA DIVISÃO REGIONAL EM REGIÕES INTERMEDIÁRIAS E IMEDIATAS

Em 2017, o IBGE apresentou uma nova forma de análise de mesorregiões e microrregiões, em substituição à desenvolvida na década de 1980, a divisão regional do Brasil em Regiões Geográficas Imediatas e Regiões Geográficas Intermediárias. A definição dessa nova perspectiva de análise espacial teve por objetivos criar novos recortes territoriais para análise estatísticas e subsidiar o planejamento e gestão de políticas públicas em nível federal e estadual (IBGE, 2017).

As regiões geográficas intermediárias correspondem a uma escala intermediária entre as UF e as regiões geográficas imediatas. São equivalentes às mesorregiões na classificação anterior do território brasileiro (IBGE, 2017). Já as regiões geográficas imediatas têm na rede urbana o seu principal elemento de referência, atendendo às populações próximas em compras, empregos, serviços de saúde e educação, serviços públicos, dentre outros. As regiões geográficas imediatas equivalem às microrregiões da classificação anterior do território brasileiro (IBGE, 2017).

Na **Figura 5** está demonstrada a nova configuração do estado do RS em regiões intermediárias e imediatas, conforme a publicação do IBGE de 2017.

Figura 5 – Regiões geográficas do estado do RS



Fonte: Divisão Regional do Brasil - IBGE, 2017.

A nova forma de divisão regional proposta pelo IBGE agrega novos componentes de organização de fluxos sociais e econômicos do território, atualizando sua configuração e fornecendo novos elementos de análise do desenvolvimento.

O **Quadro 7** apresenta uma comparação entre as cidades com campus da UNIPAMPA e as cidades selecionadas como UC, com base na nova divisão regional do IBGE de 2017, para fins de acompanhamento dessa nova hierarquia regional.

Quadro 7 – Classificação das cidades do grupo UNIPAMPA e unidades de comparação, conforme a nova divisão regional do IBGE de 2017

Cidades com UNIPAMPA	Cidade imediata	Cidade intermediária	Unidades comparação	Cidade imediata	Cidade intermediária
Alegrete	Uruguaiana	Uruguaiana	Santo Ângelo	Santo Ângelo	Ijuí
Bagé	Bagé	Pelotas	Santa Cruz do Sul	Santa Cruz do Sul	Santa Cruz do Sul e Lajeado
Caçapava do Sul	São Gabriel - Caçapava do Sul	Santa Maria	Rio Pardo	Santa Cruz do Sul	Santa Cruz do Sul e Lajeado
Dom Pedrito	Bagé	Pelotas	São Lourenço do Sul	Pelotas	Pelotas
Itaqui	São Borja	Uruguaiana	Rosário do Sul	Santana do Livramento	Uruguaiana
Jaguarão	Pelotas	Pelotas	Quaraí	Santana do Livramento	Uruguaiana
Santana do Livramento	Santana do Livramento	Uruguaiana	Cachoeira do Sul	Cachoeira do Sul	Santa Maria
São Gabriel	São Gabriel - Caçapava do Sul	Santa Maria	Santiago	Santiago	Santa Maria
São Borja	São Borja	Uruguaiana	Santa Rosa	Santa Rosa	Ijuí
Uruguaiana	Uruguaiana	Uruguaiana	Erechim	Erechim	Passo Fundo

Fonte: autor, 2018 - com base na nova divisão regional do Brasil em cidades intermediárias e imediatas (2017).

O trabalho do IBGE na definição das regiões geográficas intermediárias e imediatas baseou-se em trabalhos anteriores, de estudos regionais como: as Regiões de Influência das Cidades (REGIC) de 2007; a Divisão Urbano-Regional de 2013; a Gestão do Território de 2014; a Logística dos Transportes do Brasil de 2014; e os Arranjos Populacionais e Concentrações Urbanas do Brasil de 2016 (IBGE, 2017).

As classificações territoriais em mesorregiões e microrregiões (IBGE, 1990) dispõem de dados e informações estatísticas e tem orientado a criação e implantação de políticas

públicas, como a PNDR. Os trabalhos mais recentes do IBGE, como a nova divisão regional e suas bases, possibilitam análises atualizadas sobre território, uma vez identificam as cidades polo e reconfiguram o espaço geográfico, conforme as relações de centralidade.

O conhecimento dessas duas perspectivas torna-se então necessário e complementar, pois a divisão em mesorregiões e microrregiões ajuda na compreensão das ações públicas adotadas e nos disponibiliza dados e informações desagregados ao nível microrregional e municipal, enquanto a divisão regional em regiões intermediárias e imediatas acrescenta novos elementos à análise do contexto socioeconômico, reconfigurando o espaço geográfico brasileiro, fornecendo subsídios para compreensão da evolução dos indicadores socioeconômicos.

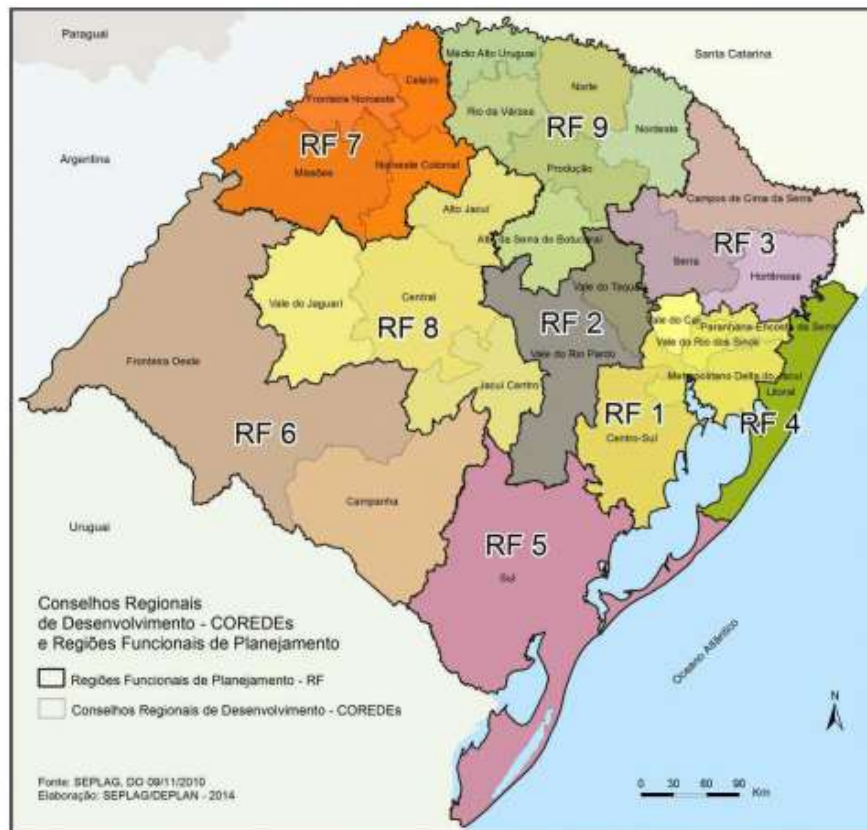
Em uma análise preliminar é possível, por exemplo, verificarmos as alterações na configuração espacial a partir da reconfiguração de 2017 do IBGE, que define cidades com campus da UNIPAMPA como cidades imediatas ou intermediárias, que funcionam como polos atrativos de consumo, empregos, estudos, etc.

4.3 DIVISÃO REGIONAL EM COREDES E REGIÕES FUNCIONAIS DE PLANEJAMENTO

Em nível estadual, o Rio Grande do Sul (RS) possui várias divisões geográficas para fins de planejamento socioeconômico, como a divisão em regiões atribuídas a conselhos de desenvolvimento (COREDE) e a divisão em Regiões Funcionais de Planejamento (RFP).

Os Conselhos Regionais de Desenvolvimento (COREDES) do RS foram criados pela lei nº 10.283 de 17 de outubro de 1994, e servem como um fórum de discussão para a promoção de políticas e ações que visam o desenvolvimento regional, dividindo o estado em 28 regiões, conforme se observa na **Figura 6** (ATLAS SOCIEONÔMICO DO RS, 2018).

Figura 7 – Regiões de Funcionais de Planejamento do RS



Fonte: cadernos de regionalização do governo do estado do RS PPA 2016-2019.

Dentre as regiões de planejamento, a região 6 engloba os COREDES Fronteira Oeste e Campanha, onde estão localizados os campi da UNIPAMPA, não esquecendo o campi de Jaguarão que integra a região de planejamento 5.

Esses recortes espaciais são importantes para análise das interações e fluxos existentes inter e intrarregionais, sob o ponto de vista do estado do RS, de forma entender a dinâmica do desenvolvimento não circunscrita apenas ao nível de município, mas de microrregião, mesorregião, região dos COREDES, região de planejamento, etc.

As diferentes escalas são importantes no contexto desta pesquisa por disponibilizarem dados estatísticos e embasarem a formulação de políticas regionais como a PNDR em nível nacional, os COREDES e RFP em nível estadual. Dentre essas escalas, o recorte microrregional do IBGE (1990), utilizado para a classificação da tipologia sub-regional da PNDR I (2005) e da PNDR II (2018), disponibiliza estatísticas em nível de microrregião e de municípios nos dois níveis, possibilitando avaliar o crescimento regional com indicadores desta pesquisa, como PIB, empregos e consumidores de energia elétrica.

4.4 DADOS SOCIOECONÔMICOS EM NÍVEL DE MICRORREGIÕES DO IBGE

As microrregiões com campus da UNIPAMPA compreendem uma população estimada em mais de 900 mil habitantes, que somada às demais microrregiões, que contém as cidades selecionadas como UC nessa pesquisa ultrapassam os 2,5 milhões de habitantes.

Na **Tabela 2** são demonstrados os dados sobre PIB e população estimada das microrregiões das cidades com UNIPAMPA e das UC, sendo selecionado o ano de implantação da UNIPAMPA e o maior período de dados disponível, possibilitando o conhecimento do crescimento econômico das regiões pesquisadas.

Tabela 2 – Variação % do PIB regional com destaque as microrregiões com UNIPAMPA

Microrregiões	PIB a preços correntes - impostos, líquidos de subsídios, sobre produtos a preços correntes e valor adicionado bruto a preços correntes total e por atividade econômica, e respectivas participações - Referência 2010		Demografia / População - estimativas populacionais		PIB da microrregião per capita (sobre as estimativas populacionais FEE / PIB a preços correntes IBGE - ref. 2010)		Variação no PIB regional per capita no período
	Variável - PIB a preços correntes (Mil Reais) * 1000		Total		R\$	R\$	
	2006	2015	2006	2015	2006	2015	
Cachoeira do Sul	1.223.246.000	3.662.609.000	158.529	155.745	7.716,23	23.516,70	304,77
Campanha Central	1.442.983.000	4.434.195.000	194.927	187.144	7.402,68	23.694,03	320,07
Campanha Meridional	1.433.564.000	4.349.832.000	179.112	179.515	8.003,73	24.231,02	302,75
Campanha Ocidental	3.485.429.000	8.710.286.000	382.730	364.230	9.106,76	23.914,25	262,60
Erechim	2.851.130.000	8.159.139.000	217.818	218.456	13.089,51	37.349,12	285,34
Jaguarão	396.581.000	1.210.678.000	56.039	53.322	7.076,88	22.705,04	320,83
Pelotas	3.521.013.000	10.392.315.000	492.412	501.534	7.150,54	20.721,06	289,78
Santa Cruz do Sul	5.090.040.000	13.587.646.000	319.744	335.803	15.919,11	40.463,15	254,18
Santa Rosa	1.675.897.000	4.938.186.000	162.891	162.166	10.288,46	30.451,43	295,98
Santiago	1.296.500.000	4.162.118.000	114.091	111.512	11.363,74	37.324,40	328,45
Santo Ângelo	1.838.872.000	5.708.420.000	207.731	199.953	8.852,18	28.548,81	322,51
Serras de Sudeste	1.160.072.000	2.370.911.000	119.532	116.828	9.705,12	20.294,03	209,11

Fonte: elaborado pelo autor com dados do PIB das microrregiões do IBGE/SIDRA e dados de estimativas populacionais da FEE, 2018.

Na **Tabela 2** é possível verificar a variação % no PIB per capita regional, selecionando um período que coincide com a implantação da UNIPAMPA (2006) até o último ano disponível do PIB microrregional no sistema IBGE/SIDRA (2015). Pelos dados na tabela é possível verificar que algumas microrregiões com UNIPAMPA (em negrito) apresentam crescimento do PIB per capita acima de microrregiões das UC, porém a análise dessa evolução deve levar em conta as variações de população relacionadas ao processo de migração inter-regional e suas implicações no PIB per capita.

A **Tabela 3** demonstra dados sobre emprego, sobre o número de estabelecimentos de trabalho e sobre o número de consumidores de energia elétrica, disponíveis em nível de microrregião na FEE. Os dados disponíveis na FEE possibilitam construir uma variação % anual (geométrica) usando os anos de 2006 e 2008, conforme o indicador, até o ano de 2015.

Tabela 3 – Empregos, número de estabelecimentos e número de consumidores de energia elétrica com destaque as microrregiões com UNIPAMPA

Microrregiões	Emprego						Energia Elétrica		
	Número de Vínculos Empregatícios			Número de Estabelecimentos			Número de Consumidores		
	Ativos		Variação anual (geom.)	Total		Variação anual (geom.)	Total		Variação anual (geom.)
	Total			2008	2015		2006	2015	
	2008	2015	%			%			%
Cachoeira do Sul	19.182	24.157	3,3492	8.227	7.630	-1,0704	47777	54467	1,4668
Campanha Central	23.621	29.611	3,2814	11.169	10.407	-1,0044	64429	74546	1,6338
Campanha Meridional	25.974	34.070	3,9521	9.680	9.229	-0,6793	57794	67126	1,6771
Campanha Ocidental	51.753	62.113	2,6410	20.173	18.894	-0,9314	117078	135816	1,6632
Erechim	47.211	56.067	2,4864	14.711	16.890	1,9928	76651	96137	2,5487
Jaguarão	6.415	7.909	3,0361	3.246	2.815	-2,0146	20820	24244	1,7061
Pelotas	77.747	96.313	3,1065	23.542	23.877	0,2021	170615	206158	2,1249
Santa Cruz do Sul	58.475	74.481	3,5168	19.416	20.476	0,7623	104923	131830	2,5690
Santa Rosa	29.307	37.528	3,5954	9.970	10.099	0,1838	46013	56911	2,3899
Santiago	13.285	17.686	4,1724	6.907	6.690	-0,4550	37831	45076	1,9660
Santo Ângelo	26.917	36.775	4,5589	12.197	11.720	-0,5683	54722	64812	1,8981
Serras de Sudeste	15.285	17.912	2,2916	6.102	5.840	-0,6250	41282	51693	2,5303

Fonte: elaborado pelo autor, com dados das microrregiões obtidos FEE, 2018.

A **Tabela 3** mostra as variações % anuais ao longo dos períodos, ajudando a identificar o comportamento do emprego, do número de estabelecimentos e do número de consumidores de energia elétrica nas microrregiões com campus da UNIPAMPA e microrregiões das cidades selecionadas como UC, servindo como caracterização socioeconômica do espaço regional onde se insere a universidade.

A variação do número de vínculos empregatícios apresenta-se em uma % maior na microrregião da Campanha Meridional (3,9521% a.a) onde se localizam os campus de Bagé e Dom Pedrito e % menor na microrregião Serras de Sudeste (2,2916% a.a), onde se localiza o campus Caçapava do Sul, sendo que em termos de crescimento de estabelecimentos observa-se uma situação de decréscimo anual em todas as microrregiões com UNIPAMPA, pelo cálculo realizado. Em relação ao número de consumidores de energia elétrica nota-se uma variação positiva no número de consumidores, embora a diminuição da população em quase todas as microrregiões com UNIPAMPA.

Utilizando-se de um indicador sintético, elaborado pela FEE do RS, o Índice de Desenvolvimento Socioeconômico (Idese), pode-se avaliar a evolução de indicadores socioeconômicos agregados por microrregiões, ano a ano, o que não acontece, por exemplo, com o IDH. O Idese avalia a situação socioeconômica dos municípios quanto à educação, à renda e à saúde, considerando aspectos quantitativos e qualitativos do processo de desenvolvimento, totalizando 12 indicadores das três dimensões e variando entre 0 e 1 (FEE, 2018).

A **Tabela 4** demonstra a evolução do Idese por microrregiões, considerando a nova metodologia de formulação do indicador da FEE de 2007 a 2015, anos disponíveis na base de dados da fundação para o novo Idese.

Tabela 4 – Idese das microrregiões pesquisadas, com destaque àquelas com UNIPAMPA

Microrregiões	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	(continua)
										Dif. simples (2015 - 2007)
Cachoeira do Sul	0,63	0,64	0,65	0,65	0,66	0,67	0,70	0,70	0,69	0,06
Campanha Central	0,63	0,63	0,64	0,65	0,65	0,66	0,67	0,69	0,69	0,06
Campanha Meridional	0,64	0,65	0,66	0,67	0,67	0,68	0,70	0,72	0,72	0,08
Campanha Ocidental	0,64	0,64	0,65	0,65	0,65	0,67	0,69	0,70	0,70	0,06

Tabela 4 – Idese das microrregiões pesquisadas, com destaque àquelas com UNIPAMPA

Microrregiões	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	(conclusão)
										Dif. simples (2015 - 2007)
Erechim	0,71	0,72	0,74	0,75	0,77	0,77	0,80	0,81	0,80	0,09
Jaguarão	0,60	0,60	0,62	0,63	0,64	0,65	0,67	0,68	0,67	0,07
Pelotas	0,63	0,64	0,64	0,65	0,66	0,66	0,67	0,68	0,68	0,05
Santa Cruz do Sul	0,68	0,69	0,70	0,72	0,73	0,74	0,75	0,77	0,76	0,08
Santa Rosa	0,71	0,71	0,72	0,72	0,74	0,75	0,77	0,79	0,78	0,07
Santiago	0,67	0,67	0,68	0,68	0,70	0,71	0,74	0,75	0,76	0,09
Santo Ângelo	0,68	0,68	0,68	0,69	0,70	0,71	0,74	0,75	0,75	0,07
Serras de Sudeste	0,61	0,62	0,63	0,64	0,63	0,63	0,65	0,67	0,67	0,06

Fonte: elaborado pelo autor, com dados das microrregiões obtidos FEE, 2018.

Considerando que o Idese é um indicador sintético, no qual é apurada a média aritmética dos indicadores dos blocos: Educação, que inclui indicadores sobre população e desempenho na pré-escola, no ensino fundamental, no ensino médio e a escolaridade da população adulta; Renda, com a renda domiciliar per capita e o PIB; e Saúde, com taxa de consultas e mortalidade materno-infantil e dados gerais sobre longevidade, tem-se em uma única variável o desempenho socioeconômico em nível microrregional e também por municípios.

Pelo cálculo da diferença simples na **Tabela 4**, do incremento do IDESE no período, é possível observar que a microrregião da Campanha Meridional é a que tem o melhor desempenho entre as microrregiões com campus da UNIPAMPA, atingindo o índice de 0,72 no IDESE, em 2015. Convém salientar que o campus Bagé, que se localiza na microrregião Campanha Meridional, é um dos campi com maior número de cursos e onde se localiza a reitoria da universidade.

A título de conhecimento, em nível municipal a FEE disponibiliza o Idese também de 2007 até 2015, informando a posição dentro dos 497 municípios gaúchos e relacionado com o COREDE no qual a cidade está localizada. A **Tabela 5** apresenta o índice e a posição nos anos de 2007, logo após a implantação da UNIPAMPA, e em 2015, nove anos após da

implantação, apresentando no final da tabela o número de posições no Idese que a cidade avançou ou retrocedeu no ranking do estado, entre 2015 e 2007.

Tabela 5 – Posição da cidade nas dimensões, índice Idese e posição final com número de posições que a cidade avançou ou retrocedeu no Indicador entre 2015 e 2007

Municípios	Idese 2007					Idese 2015					Nº de posições
	Educ.	Renda	Saúde	Idese	Idese	Educ.	Renda	Saúde	Idese	Idese	
	Posição	Posição	Posição	Índice	Posição	Posição	Posição	Posição	Índice	Posição	
Alegrete	88°	300°	338°	0,681	227°	101°	316°	388°	0,737	273°	-46
Santo Ângelo	85°	182°	250°	0,712	141°	114°	175°	399°	0,759	203°	-62
Bagé	170°	380°	463°	0,641	335°	265°	292°	425°	0,720	327°	8
Santa Cruz do Sul	234°	25°	271°	0,737	80°	154°	24°	262°	0,809	49°	31
Caçapava do Sul	341°	427°	453°	0,604	424°	352°	405°	470°	0,676	428°	-4
Rio Pardo	372°	412°	455°	0,601	432°	402°	391°	480°	0,670	441°	-9
Dom Pedrito	190°	325°	438°	0,651	310°	367°	263°	428°	0,707	362°	-52
São Lourenço	415°	395°	482°	0,590	447°	462°	311°	394°	0,685	411°	36
Itaqui	195°	346°	475°	0,641	336°	213°	338°	491°	0,698	384°	-48
Rosário do Sul	315°	394°	469°	0,615	397°	364°	370°	448°	0,687	407°	-10
Jaguarão	368°	418°	369°	0,609	408°	330°	384°	438°	0,690	404°	4
Quaraí	183°	468°	489°	0,605	421°	261°	453°	430°	0,682	417°	4
São Borja	281°	313°	343°	0,648	319°	234°	304°	482°	0,710	354°	-35
Santa Rosa	121°	175°	172°	0,714	138°	63°	149°	286°	0,782	131°	7
Santana do Livramento	240°	406°	462°	0,626	379°	280°	345°	484°	0,696	388°	-9
Cachoeira do Sul	231°	282°	494°	0,638	346°	342°	262°	472°	0,703	375°	-29
São Gabriel	291°	319°	476°	0,629	370°	441°	324°	455°	0,681	418°	-48
Santiago	153°	310°	288°	0,673	249°	171°	264°	248°	0,749	232°	17
Uruguaiana	237°	368°	496°	0,614	402°	298°	381°	497°	0,670	440°	-38
Erechim	114°	77°	261°	0,733	95°	46°	53°	224°	0,811	46°	49
Rio Grande do Sul	-	-	-	0,698	-				0,751		

Fonte: elaborada pelo autor com base na tabela do IDESE da FEE, 2018.

Pela **Tabela 5** pode-se observar o Idese e a posição do município, desmembrado em cada dimensão e na classificação final entre as cidades do estado, sendo que a mudança de posição significa quantas posições o município ganhou ou perdeu no ranking estadual. Cabe salientar que, na dimensão educação o índice mede o desempenho desde a pré-escola até a escolaridade da população adulta.

A **Tabela 5** demonstra uma evolução do IDESE em todas as cidades pesquisadas, porém a posição das cidades, conforme a dimensão do indicador salienta situações alternadas de posição em relação às demais cidades do estado, sendo que para uma análise mais consistente seria necessário um estudo específico sobre cada dimensão e sobre os fatores que levam os municípios a esses desempenhos, o que não é o foco deste trabalho.

4.5 DADOS SOCIOECONÔMICOS EM NÍVEL DE COREDES E REGIÕES FUNCIONAIS DE PLANEJAMENTO (RFP)

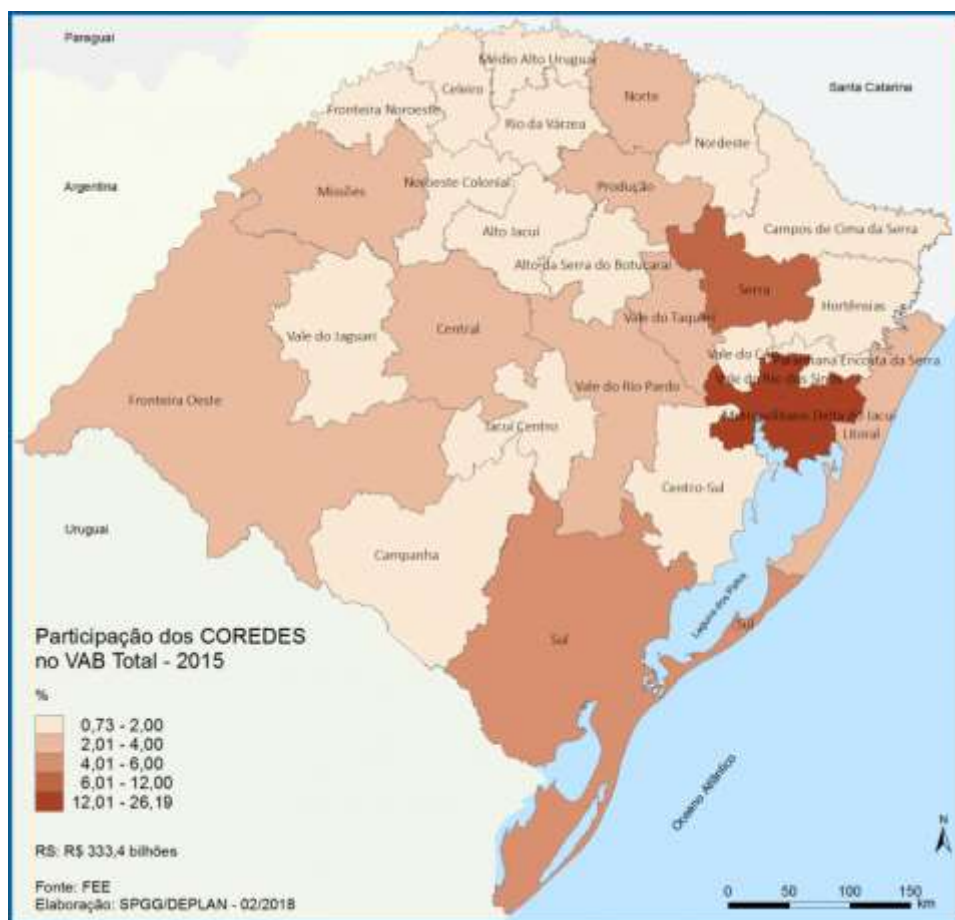
A divisão espacial do território do estado em COREDES e RFP possibilita análises socioeconômicas com grande volume de dados e informações, de grande importância para a definição de políticas públicas e para a avaliação das ações já executadas.

Como a divisão em COREDES é da década de 1990 e a divisão em RFP é da década de 2010 dispõem-se de um grande número de indicadores socioeconômicos, nas bases da FEE e da Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão do estado, incluindo cartogramas que possibilitam caracterizar o território gaúcho e compreender a sua diversidade e heterogeneidade de desenvolvimento.

Com grandes contrastes entre as regiões, devido a aspectos ligados à geografia, à população, ao uso da terra e do capital e a aspectos culturais remanescentes da formação histórica do estado, indicadores específicos como renda, empregos e arrecadação de impostos tendem a apresentar diferenças expressivas entre as cidades. Os cartogramas a seguir foram selecionados com base nos objetivos da pesquisa, de forma a demonstrar as diferenças nas bases produtivas das regiões do território gaúcho e dar ao leitor uma visão das características produtivas das regiões do grupo UNIPAMPA e das regiões das UC.

A **Figura 8** apresenta o cartograma Valor Adicionado Bruto (VAB) total por COREDES, considerando a produção industrial, a agropecuária e serviços em 2015.

Figura 8 – Participação dos COREDES no VAB Total do RS em 2015



Fonte: Atlas socioeconômico do RS, 2015.

As cidades com UNIPAMPA estão localizadas nos COREDES Fronteira Oeste, Campanha e Sul, e as cidades selecionadas como UC integram os COREDES Missões, Vale do Rio Pardo, Sul, Fronteira Oeste, Jacuí-centro, Vale do Jaguari, Fronteira Noroeste e Norte.

Os COREDES das cidades com UNIPAMPA de Bagé, Caçapava do Sul e Dom Pedrito e das cidades de comparação de Cachoeira do Sul e Santiago estão entre os que menos contribuem para o VAB total (entre 0,73 e 2% do total de R\$333,4 bilhões em 2015);

Os COREDES das cidades com UNIPAMPA de Alegrete, Itaqui, Santana do Livramento, São Borja, São Gabriel e Uruguaiana e das cidades de comparação de Santo Ângelo, Santa Cruz do Sul, Rio Pardo, Rosário do Sul, Quaraí, Santa Rosa e Erechim estão na penúltima faixa de contribuição para o VAB total (entre 2,01 e 4% do total de R\$333,4 bilhões em 2015).

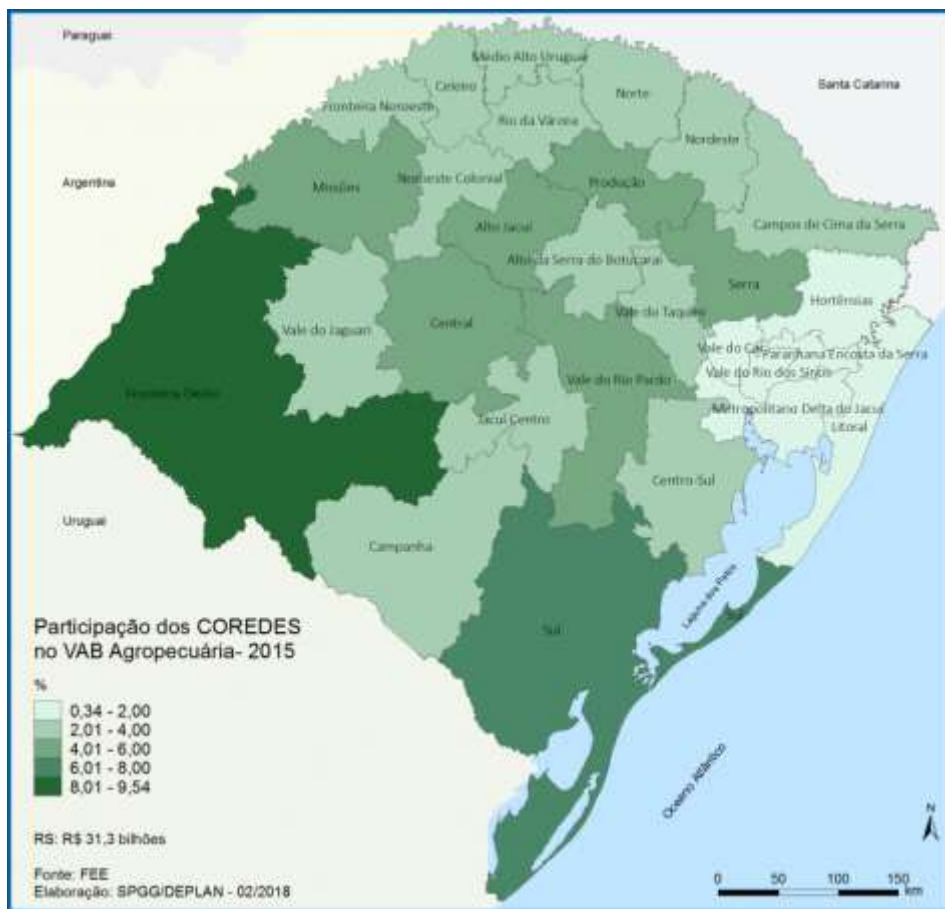
Os COREDES das cidades com UNIPAMPA de Jaguarão e da cidade de comparação de São Lourenço do Sul estão na antepenúltima faixa de contribuição ao VAB total (entre 4,01 a 6% do total de R\$333,4 bilhões em 2015).

Esses dados de adição ao valor da produção agropecuária, industrial e de serviços (VAB Total) corroboram com a possibilidade de análise das cidades na perspectiva do desenvolvimento regional, uma vez que, embora suas diferenças socioeconômicas em alguns indicadores específicos sejam bem acentuadas, quando analisadas entre as cidades, quando a comparação leva em conta o contexto regional, essas diferenças tendem a diminuir ou mesmo igualar em desempenho.

A mesma situação se apresenta, em alguns casos, quando se analisa indicadores sintéticos como o IDHM e classificações como a tipologia sub-regional da PNDR, onde se verifica que cidades que apresentam grandes diferenças entre indicadores específicos de renda e arrecadação de impostos estão na mesma faixa de IDHM ou na mesma classificação na PNDR, como, por exemplo, as cidades de Bagé e Santa Cruz do Sul, ambas com IDHM alto e tipologia sub-regional de alta renda.

Outros cartogramas importantes da economia do estado são aqueles que especificam o VAB por COREDES e por produção, como os representados nas próximas **Figuras 9, 10 e 11** que representam à adição de valor a produção agropecuária, industrial e de serviços em separado, ajudando a caracterizar a matriz produtiva de cada região do grupo UNIPAMPA e das regiões das cidades selecionadas como UC.

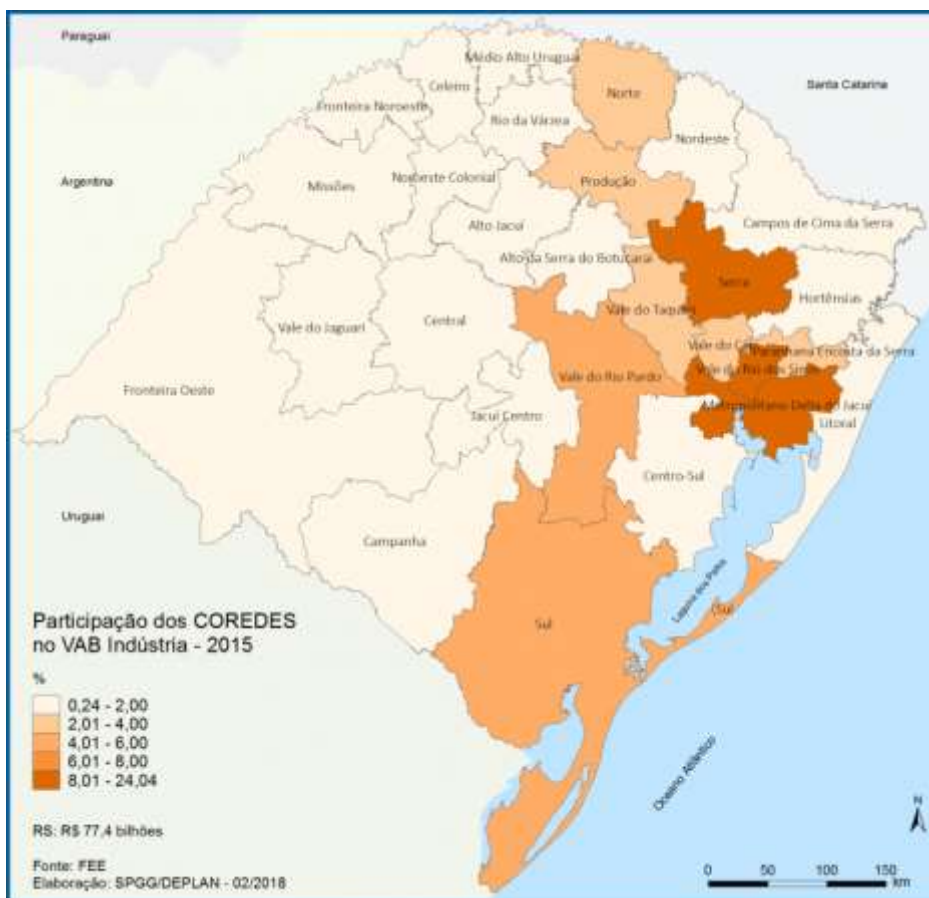
Figura 9 – Participação dos COREDES no VAB da agropecuária de 2015



Fonte: Atlas socioeconômico do RS, 2015.

Pelo cartograma pode-se notar a importância das cidades do COREDE Fronteira Oeste na adição de valor à produção agropecuária do estado, onde se localizam os campi de Alegrete, Itaqui, Santana do Livramento, São Borja, São Gabriel e Uruguaiana e as cidades de comparação de Quaraí e Rosário do Sul. Os COREDES Fronteira Oeste, Sul e Vale do Rio Pardo são os que apresentam as maiores participações, respondendo por 22,9%, com destaque para a produção de arroz e pecuária, hortifrutigranjeiros, fumo e grãos (FEE, 2015).

Figura 10 – Participação dos COREDES no VAB da indústria de 2015

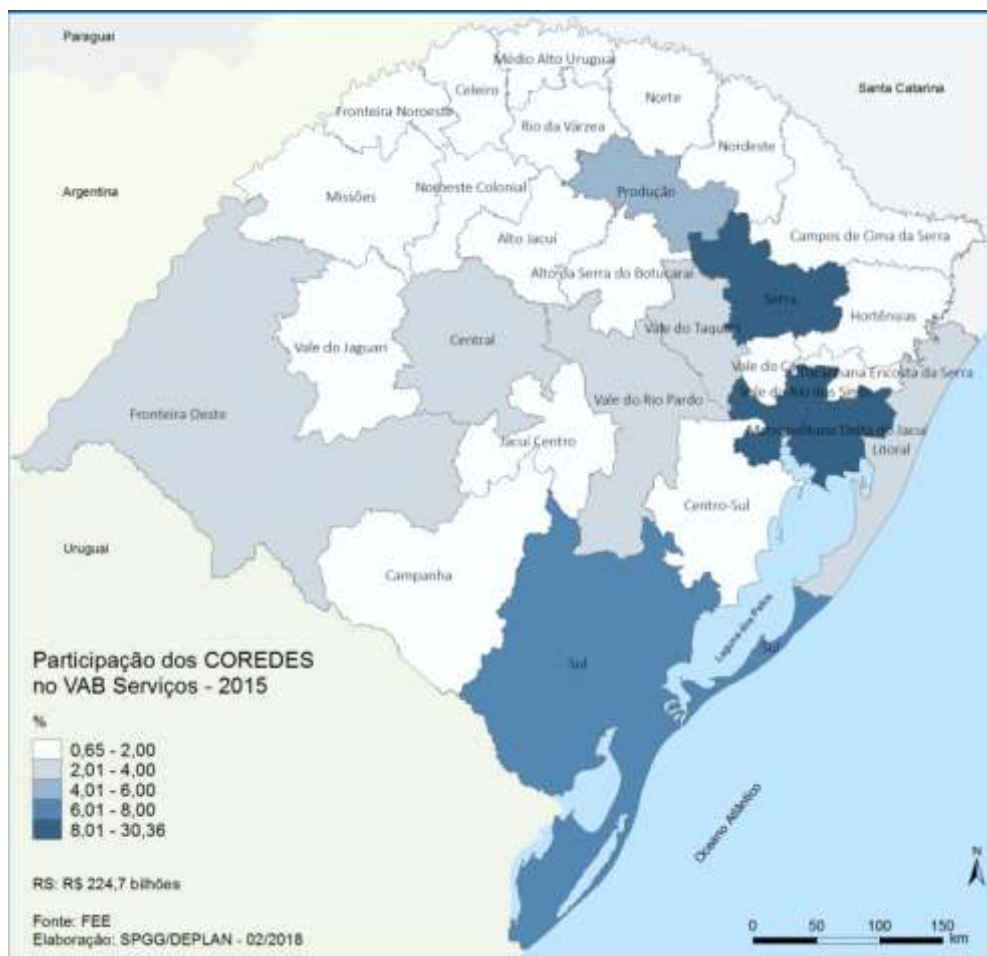


Fonte: Atlas socioeconômico do RS, 2015.

Pelo cartograma pode-se notar a importância das cidades dos COREDES na adição de valor à produção industrial, sendo os de maior relevância no VAB e de interesse nesta pesquisa o COREDE Sul, por se localizar o campus de Jaguarão e o COREDE Vale do Rio Pardo, onde se localizam as cidades de comparação de Rio Pardo e Santa Cruz do Sul, que estão na faixa de contribuição de 6,01 e 8% do total; e o COREDE Norte, na qual faz parte a cidade de comparação de Erechim, e está entre os que contribuem entre 4,01 e 6% do total de R\$77,4 bilhões na indústria.

O eixo formado pela capital do estado Porto Alegre (POA) e a cidade de Caxias do Sul, com os COREDES Metropolitano Delta do Jacuí, Vale do Rio dos Sinos e Serra, respondem por 58,3% do VAB da indústria gaúcha, formado pelos diversos segmentos industriais, estendendo-se até COREDE Norte em menor adição, restando a outras áreas do estado, como a Fronteira Oeste, as indústrias ligadas à transformação agropecuária (FEE, 2015).

Figura 11 – Participação dos COREDES no VAB nos serviços de 2015



Fonte: Atlas socioeconômico do RS, 2015.

A contribuição ao VAB nos serviços pode ser observada na Figura 11, onde a concentração maior está novamente no eixo POA – Caxias do Sul no COREDE Metropolitano Delta do Jacuí, Vale do Rio dos Sinos e Serra, que colaboram com 52,2% do total do VAB dos serviços. O COREDE Sul que contém uma cidade com campus UNIPAMPA (Jaguarão) está entre os que contribuem entre 4,01 a 6% do VAB de R\$224,7 bilhões dos serviços. Os segmentos de administração, educação, saúde, pesquisa e desenvolvimento públicos, defesa e seguridade social são os que apresentam a maior participação no VAB dos serviços (FEE, 2015).

Com os cartogramas podemos observar os perfis econômicos das regiões, representadas pelos COREDES, sendo as regiões com maior número de campus da UNIPAMPA fortemente ligadas à agropecuária e suas indústrias de transformação, oriundas da produção de arroz, milho, pecuária de corte, produção de leite e de culturas temporárias para fins de exportação como a soja (FEE, 2015).

5 INVESTIMENTOS INSTITUCIONAIS

Como forma de dimensionar a participação da UNIPAMPA nos municípios de implantação, esse capítulo apresenta números sobre a universidade, relacionados à oferta de cursos, número de alunos, orçamentos e investimentos em obras, dentre outros.

5.1 UNIPAMPA EM NÚMEROS

Ao longo desses doze anos de existência os efeitos da implantação da UNIPAMPA são visíveis nos municípios, seja pela atração de novas pessoas, seja pelos investimentos públicos realizados nos campi.

A evolução da UNIPAMPA, demonstrada através do crescimento no número de alunos, servidores e recursos financeiros investidos deve levar em consideração que a UNIPAMPA é uma universidade que saiu do zero, funcionando em prédios cedidos pelas prefeituras ou alugados, situação que ainda persiste em alguns campi e reitoria. Toda e qualquer análise sobre o crescimento institucional da UNIPAMPA e sua contribuição no desenvolvimento regional deve levar em consideração as dificuldades iniciais de implantação e o perfil econômico da região, que em sua maioria é caracterizado como de “estagnação”.

A situação atual da UNIPAMPA é apresentada na **Tabela 6**, que contém os principais números relacionados aos cursos de graduação e pós-graduação e número de servidores.

Tabela 6 – UNIPAMPA em números atuais (2018)

Campus	Cursos de graduação presencial	Cursos graduação EAD/UAB	Nº de alunos na graduação	Cursos lato sensu	Cursos stricto sensu	Nº de alunos lato sensu	Nº de alunos stricto sensu	Nº de técnicos	Nº de docentes
Alegrete	7	0	1420	1	2	19	63	61	96
Bagé	11	0	1759	1	4	12	129	76	164
Caçapava do Sul	5	0	590	2	2	30	31	40	63
Dom Pedrito	5	0	877	5	0	57	0	50	64
Itaqui	6	0	1263	1	0	24	0	47	89
Jaguarão	5	1	1770	2	1	31	50	34	74
Santana do Livramento	6	1	1293	0	1	34	33	32	67
São Borja	7	1	1643	1	2	29	62	44	78
São Gabriel	5	0	637	0	2	0	37	55	61
Uruguaiana	8	0	1893	8	8	152	144	98	171
Reitoria	0	0	0	0	0	0	0	355	1
Total	65	3	13145	21	22	388	549	892	928

Fonte: relatório sistema de Gestão Unificada de Recursos Institucionais (GURI), disponível nos dados abertos do site da UNIPAMPA, abril 2018.

A UNIPAMPA é uma universidade que nasceu multicampi, sendo esse um grande desafio a sua implantação. Em dez cidades de uma região equivalente a 1/6 do território do estado, com grandes distâncias entre elas e em uma região estagnada economicamente, a implantação da UNIPAMPA exigiu muito esforço e trabalho para sua consolidação.

A implantação da UNIPAMPA ocorreu a partir de setembro de 2006, com cinco campi a cargo da UFSM (Alegrete, Itaqui, São Borja, São Gabriel e Uruguaiana) e cinco campi a cargo da UFPel (Bagé, Caçapava do Sul, Dom Pedrito, Jaguarão e Santana do Livramento) e uma gestão responsável pela implantação à cargo de uma comissão formada por docentes da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). A criação de direito da UNIPAMPA ocorreu com a lei 11.640, de 11 de janeiro de 2008, sendo unificados os campi com a reitoria em Bagé.

A implantação da UNIPAMPA oportunizou a população da região o acesso ao ensino superior público, atraindo pessoas de outras regiões do estado, de outras unidades da federação e de outros países, criando condições para novos investimentos públicos e privados que colaboram para a volta do dinamismo econômico.

Na **Tabela 7** são apresentados os cursos de graduação e pós-graduação em nível *stricto sensu*, com o ano de criação ou início, o número de vagas nos primeiros editais e a situação de matrícula atual, que demonstram a evolução institucional alcançada pela universidade nesse período.

Tabela 7 – Cursos de graduação e pós-graduação em nível *stricto sensu* da UNIPAMPA

(continua)

Campus	Nível	Nome do curso	Modalidade	Turno	Ano criação ou início	Vagas	Matriculados abril/18
Alegrete	Graduação	Ciência da Computação	Bacharelado	Noturno	2006	50	173
Alegrete	Graduação	Engenharia Agrícola	Bacharelado	Integral	2010	25	212
Alegrete	Graduação	Engenharia Civil	Bacharelado	Integral	2006	50	259
Alegrete	Graduação	Engenharia de Software	Bacharelado	Noturno	2010	50	168
Alegrete	Graduação	Engenharia de Telecomunicações	Bacharelado	Integral	2012	50	141
Alegrete	Graduação	Engenharia Elétrica	Bacharelado	Integral	2006	50	239
Alegrete	Graduação	Engenharia Mecânica	Bacharelado	Integral	2010	50	228
Alegrete	Pós-Graduação	Mestrado em Engenharia Elétrica	Mestrado	Integral	2010	10	24

Tabela 7 – Cursos de graduação e pós-graduação em nível stricto sensu da UNIPAMPA

(continuação)

Campus	Nível	Nome do curso	Modalidade	Turno	Ano criação ou início	Vagas	Matriculados abril/18
Alegrete	Pós-Graduação	Mestrado em Engenharias	Mestrado	Integral	2011	10	39
Bagé	Graduação	Engenharia de Alimentos	Bacharelado	Integral	2006	50	139
Bagé	Graduação	Engenharia de Computação	Bacharelado	Noturno	2006	50	204
Bagé	Graduação	Engenharia de Energia	Bacharelado	Integral	2006	50	178
Bagé	Graduação	Engenharia de Produção	Bacharelado	Noturno	2006	50	236
Bagé	Graduação	Engenharia Química	Bacharelado	Integral	2006	50	246
Bagé	Graduação	Física	Licenciatura Plena	Integral	2006	50	101
Bagé	Graduação	Letras - Habilitação Português e Literaturas de Língua Portuguesa	Licenciatura Plena	Noturno	2006	50	5
Bagé	Graduação	Letras - Habilitação Português/Espanhol e Respectivas Literaturas	Licenciatura Plena	Noturno	2006	50	2
Bagé	Graduação	Letras - Habilitação Português/Inglês e Respectivas Literaturas	Licenciatura Plena	Noturno	2006	50	5
Bagé	Graduação	Letras - Línguas Adicionais: Inglês Espanhol e Respectivas Literaturas	Licenciatura Plena	Integral	2010	50	127
Bagé	Graduação	Letras - Português e Literaturas da Língua Portuguesa	Licenciatura Plena	Noturno	2010	50	170
Bagé	Graduação	Matemática	Licenciatura Plena	Noturno	2006	50	145
Bagé	Graduação	Música	Licenciatura Plena	Integral	2012	25	80
Bagé	Graduação	Química	Licenciatura Plena	Integral	2006	50	121
Bagé	Pós-Graduação	Mestrado em Computação Aplicada	Mestrado	Integral	2017	9	22
Bagé	Pós-Graduação	Mestrado em Ensino	Mestrado	Integral	2014	15	25
Bagé	Pós-Graduação	Mestrado Profissional em Ensino de Ciências	Mestrado	Integral	2012	12	42

Tabela 7 – Cursos de graduação e pós-graduação em nível stricto sensu da UNIPAMPA

(continuação)

Campus	Nível	Nome do curso	Modalidade	Turno	Ano criação ou início	Vagas	Matriculados abril/18
Bagé	Pós-Graduação	Mestrado Profissional em Ensino de Línguas	Mestrado	Integral	2014	15	40
Caçapava do Sul	Graduação	Ciências Exatas	Licenciatura Plena	Integral	2009	40	93
Caçapava do Sul	Graduação	Engenharia Ambiental e Sanitária	Bacharelado	Integral	2012	50	133
Caçapava do Sul	Graduação	Geofísica	Bacharelado	Integral	2006	40	35
Caçapava do Sul	Graduação	Geologia	Bacharelado	Integral	2011	50	229
Caçapava do Sul	Graduação	Mineração	Tecnológico	Noturno	2009	30	100
Caçapava do Sul	Pós-Graduação	Mestrado em Tecnologia Mineral	Mestrado	Integral	2013	21	21
Caçapava do Sul	Pós-Graduação	Mestre em Matemática	Mestrado	Integral	2018	10	10
Dom Pedrito	Graduação	Agronegócio	Tecnológico	Noturno	2009	50	190
Dom Pedrito	Graduação	Ciências da Natureza	Licenciatura Plena	Noturno	2012	50	164
Dom Pedrito	Graduação	Educação no Campo	Licenciatura Plena	Integral	2016	50	150
Dom Pedrito	Graduação	Enologia	Bacharelado	Integral	2011	50	149
Dom Pedrito	Graduação	Zootecnia	Bacharelado	Integral	2006	50	224
Itaqui	Graduação	Agronomia	Bacharelado	Integral	2006	50	289
Itaqui	Graduação	Ciência e Tecnologia de Alimentos	Bacharelado	Integral	2009	50	117
Itaqui	Graduação	Engenharia de Agrimensura	Bacharelado	Integral	2012	50	161
Itaqui	Graduação	Interdisciplinar em Ciência e Tecnologia	Bacharelado	Integral	2011	75	156
Itaqui	Graduação	Interdisciplinar em Ciência e Tecnologia	Bacharelado	Noturno	2011	75	201
Itaqui	Graduação	Matemática	Licenciatura Plena	Noturno	2012	50	128
Itaqui	Graduação	Nutrição	Bacharelado	Integral	2010	50	211
Jaguarão	Graduação	Gestão de Turismo	Tecnológico	Noturno	2011	50	114

Tabela 7 – Cursos de graduação e pós-graduação em nível stricto sensu da UNIPAMPA

(continuação)

Campus	Nível	Nome do curso	Modalidade	Turno	Ano criação ou início	Vagas	Matriculados abril/18
Jaguarão	Graduação	História	Licenciatura Plena	Noturno	2010	50	96
Jaguarão	Graduação	Letras Português	Licenciatura Plena	Integral	2010	50	194
Jaguarão	Graduação	Letras Português	Licenciatura Plena	Noturno	2010	50	664
Jaguarão	Graduação	Letras Português/Espanhol e Respectivas Literaturas	Licenciatura Plena	Integral	2006	50	27
Jaguarão	Graduação	Letras Português/Espanhol e Respectivas Literaturas	Licenciatura Plena	Noturno	2010	50	151
Jaguarão	Graduação	Licenciatura em Pedagogia (EAD/UAB)	Licenciatura Plena (EAD/UAB)	Integral	2017	300	273
Jaguarão	Graduação	Pedagogia	Licenciatura Plena	Noturno	2006	50	181
Jaguarão	Graduação	Produção e Política Cultural	Bacharelado	Integral	2012	50	70
Jaguarão	Pós-Graduação	Mestrado em Educação	Mestrado	Integral	2012	10	50
Santana do Livramento	Graduação	Administração	Bacharelado	Matutino	2006	50	191
Santana do Livramento	Graduação	Administração	Bacharelado	Noturno	2006	50	217
Santana do Livramento	Graduação	Bacharel em Administração Pública (EAD/UAB)	Bacharelado (EAD/UAB)	Integral	2017	200	147
Santana do Livramento	Graduação	Ciências Econômicas	Bacharelado	Noturno	2012	50	196
Santana do Livramento	Graduação	Direito	Bacharelado	Integral	2015	50	183
Santana do Livramento	Graduação	Gestão Pública	Tecnológico	Noturno	2009	50	162
Santana do Livramento	Graduação	Relações Internacionais	Bacharelado	Integral	2009	50	197
Santana do Livramento	Pós-Graduação	Mestrado em Administração	Mestrado	Integral	2016	10	33
São Borja	Graduação	Ciências Humanas	Licenciatura Plena	Noturno	2012	50	188
São Borja	Graduação	Ciências Sociais - Ciência Política	Bacharelado	Noturno	2009	50	135
São Borja	Graduação	Comunicação Social - Jornalismo	Bacharelado	Integral	2006	50	140

Tabela 7 – Cursos de graduação e pós-graduação em nível stricto sensu da UNIPAMPA

(continuação)

Campus	Nível	Nome do curso	Modalidade	Turno	Ano criação ou início	Vagas	Matriculados abril/18
São Borja	Graduação	Comunicação Social - Publicidade e Propaganda	Bacharelado	Integral	2006	50	155
São Borja	Graduação	Comunicação Social - Relações Públicas	Bacharelado	Noturno	2010	50	161
São Borja	Graduação	Licenciatura em Geografia (EAD/UAB)	Licenciatura Plena (EAD/UAB)	Integral	2017	900	692
São Borja	Graduação	Serviço Social	Bacharelado	Integral	2006	50	172
São Borja	Pós-Graduação	Mestrado em Comunicação e Indústria Criativa	Mestrado	Noturno	2017	15	18
São Borja	Pós-Graduação	Mestrado em Políticas Públicas	Mestrado	Integral	2016	15	44
São Gabriel	Graduação	Biotecnologia	Bacharelado	Integral	2009	50	96
São Gabriel	Graduação	Ciências Biológicas	Bacharelado	Integral	2006	30	117
São Gabriel	Graduação	Ciências Biológicas	Licenciatura Plena	Integral	2009	30	89
São Gabriel	Graduação	Engenharia Florestal	Bacharelado	Integral	2006	50	156
São Gabriel	Graduação	Gestão Ambiental	Bacharelado	Noturno	2006	50	179
São Gabriel	Pós-Graduação	Doutorado em Ciências Biológicas	Doutorado	Integral	2015	10	20
São Gabriel	Pós-Graduação	Mestrado em Ciências Biológicas	Mestrado	Integral	2011	14	17
Uruguaiiana	Graduação	Aquicultura	Tecnológico	Vespertino	2009	40	127
Uruguaiiana	Graduação	Medicina	Bacharelado	Integral	2016	60	168
Uruguaiiana	Graduação	Ciências da Natureza	Licenciatura Plena	Noturno	2010	50	198
Uruguaiiana	Graduação	Enfermagem	Bacharelado	Integral	2006	50	258
Uruguaiiana	Graduação	Farmácia	Bacharelado	Integral	2006	50	235
Uruguaiiana	Graduação	Fisioterapia	Bacharelado	Integral	2006	50	296
Uruguaiiana	Graduação	Licenciatura em Educação Física	Licenciatura Plena	Noturno	2009	50	191
Uruguaiiana	Graduação	Medicina Veterinária	Bacharelado	Integral	2009	50	420
Uruguaiiana	Pós-Graduação	Doutorado em Bioquímica	Doutorado	Matutino	2013	10	31

Tabela 7 – Cursos de graduação e pós-graduação em nível stricto sensu da UNIPAMPA

(conclusão)

Campus	Nível	Nome do curso	Modalidade	Turno	Ano criação ou início	Vagas	Matriculados abril/18
Uruguaiiana	Pós-Graduação	Doutorado em Ciências Fisiológicas	Doutorado	Integral	2018	5	5
Uruguaiiana	Pós-Graduação	Doutorado em Educação em Ciências: Química da Vida e Saúde	Doutorado	Integral	2018	4	4
Uruguaiiana	Pós-Graduação	Mestrado em Bioquímica	Mestrado	Integral	2011	15	26
Uruguaiiana	Pós-Graduação	Mestrado em Ciência Animal	Mestrado	Integral	2011	10	28
Uruguaiiana	Pós-Graduação	Mestrado em Ciências Farmacêuticas	Mestrado	Integral	2012	10	27
Uruguaiiana	Pós-Graduação	Mestrado em Ciências Fisiológicas	Mestrado	Integral	2018	10	10
Uruguaiiana	Pós-Graduação	Mestrado em Educação em Ciências: Química da Vida e Saúde	Mestrado	Integral	2018	14	13
Total						5124	13694

Fonte: elaborado pelo autor (2018) com base em dados abertos do sistema GURI e em relatórios de gestão.

Iniciando suas atividades em prédios cedidos, sem a infraestrutura adequada às atividades universitárias e em cidades que apresentavam e apresentam deficiências estruturais para acolher os alunos e servidores que foram atraídos para a região, a universidade ainda não atingiu seu patamar pleno de atividades, porém os reflexos da sua atuação na região podem ser medidos pela expansão demonstrada em número de cursos, alunos, servidores, orçamento investido, valores aplicados em obras e contratações, etc.

A evolução do número de cursos e de alunos da UNIPAMPA, nas dez cidades que possuem campus, reflete no número de servidores e na demanda por serviços terceirizados.

A **Tabela 8** demonstra essa evolução por ano, desde a criação de direito (2008) até 2018, informando o número de servidores docentes e técnico-administrativos em educação.

Tabela 8 – Evolução do número de servidores na UNIPAMPA

Categorias	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Docentes	237	319	396	535	654	855	714	885	955	920	928
Técnico-administrativos	151	148	470	555	551	665	814	843	877	900	892
Total	388	467	866	1089	1205	1520	1528	1728	1832	1820	1820

Fonte: Relatórios de gestão, UNIPAMPA em números (site) e dados abertos do sistema GURI (site).

A criação de vagas diretas de emprego para docentes e técnico-administrativos pela UNIPAMPA foi progressiva, desde sua implantação com os primeiros servidores sendo concursados e assumindo suas funções por meio das universidades federais de Santa Maria (UFSM) e Pelotas (UFPel), a partir de 2006, e que constam da **Tabela 8**, inseridos no quantitativo de 2008.

Além de servidores concursados, a UNIPAMPA criou vagas diretas de emprego pela contratação de trabalhadores de empresas terceirizadas, como limpeza e conservação, motoristas, vigilância, portaria, serviços de manutenção, etc. O volume de empregos diretos nesses postos ultrapassa o número de 320 pessoas, com valor anual em contratos próximo a R\$15 milhões nas dez unidades e reitoria (UNIPAMPA/RG, 2016 e 2017).

A **Tabela 9** apresenta o número de trabalhadores terceirizados nos dez campi e reitoria, organizados conforme o tipo de serviço prestado com os subtotais de cada atividade contratada.

Tabela 9 – Número de trabalhadores terceirizados por campi e reitoria

Campus / Reitoria	Limpeza	Motorista	Vigilância	Manutenção predial	Tratorista/ trab. agropecuário	Portaria	Auxiliar de Veterinária	Cuidador	Almo-xarife	Total
Alegrete	10	3	8	3	4	4				32
Bagé	20	7	14	7		9			1	58
Caçapava do Sul	6	3	6	4		2		1		22
Dom Pedrito	5	2	10	3	3	2				25
Itaqui	5	2	8	3	3	4				25
Jaguarão	7	3	10	3		2				25
Santana do Livramento	5	2	2	3		9				21
São Borja	6	3	10	3		4				26
São Gabriel	7	2	4	3	1	6				23
Uruguaiana	29	2	12	4	6	6	5			64
Totais	100	29	84	36	17	48	5	1	1	321

Fonte: site da UNIPAMPA – link de acesso a informação – Servidores – posição agosto 2018.

A **Tabela 9** detalha os profissionais por atividades nos campi e reitoria, sendo que outras atividades também demandam contratações de trabalhadores nas cidades e região para o pleno desenvolvimento das atividades universitárias.

As contratações de empresas são realizadas por meio de pregões eletrônicos e tem reflexo direto no estoque de empregos das cidades, como é caso, por exemplo, dos restaurantes universitários e lanchonetes, atualmente em funcionamento nos campi de Alegrete, Bagé, Caçapava do Sul, Dom Pedrito, Itaqui, Jaguarão, São Borja, São Gabriel e Uruguaiana; dos serviços de transporte terceirizados que utilizam serviços fretados de ônibus para as viagens técnicas e deslocamentos para aulas práticas; de contratos de serviços de manutenção (redes lógicas, ar condicionados, extintores de incêndio, elevadores, etc.) que demandam profissionais das mais diferentes áreas; dos contratos de obras; etc.

Na questão orçamentária, a **Tabela 10** demonstra a evolução do orçamento da UNIPAMPA por ano, a partir de sua criação de direito em 2008, salientando que a implantação de fato ocorreu a partir de 2006 a cargo e de orçamentos vinculados as Universidades Federais de Santa Maria (UFSM) e de Pelotas (UPPel).

Tabela 10 – Evolução dos créditos orçamentários da UNIPAMPA

ANOS	2008	2009	2010	2011	2012
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	12.807.291,82	34.330.062,00	59.859.851,00	84.803.822,00	97.097.570,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	6.497.033,68	15.198.452,18	24.383.711,57	36.085.937,97	31.700.512,58
INVESTIMENTOS	1.807.244,85	33.738.754,34	43.622.707,63	67.244.072,46	49.432.314,87
INVERSOES FINANCEIRAS	7.150.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	28.261.570,35	83.267.268,52	127.866.270,20	188.133.832,43	178.230.397,45
ANOS	2013	2014	2015	2016	2017
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	121.472.606,00	115.775.498,00	161.838.912,00	172.256.199,00	210.850.439,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	48.357.614,98	50.800.300,00	56.953.014,00	57.586.669,00	56.989.877,00
INVESTIMENTOS	32.047.058,92	41.998.624,00	24.732.563,00	23.052.898,00	16.517.962,00
INVERSOES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	201.877.279,90	208.574.422,00	243.524.489,00	252.895.766,00	284.358.278,00

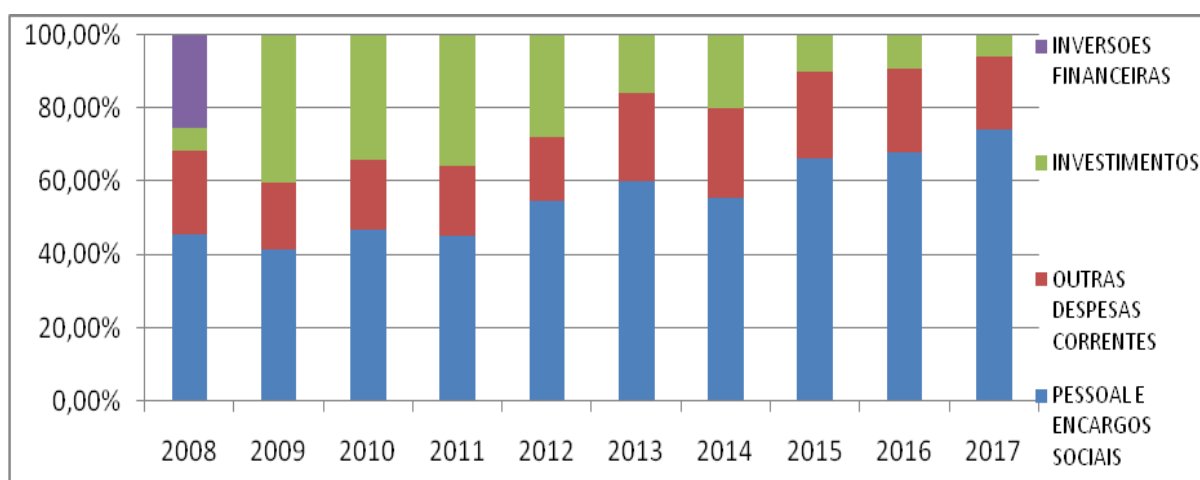
Fonte: relatórios orçamentários anuais da UNIPAMPA.

A **Tabela 10** demonstra o valor de orçamento e os investimentos totais realizados, sendo que esse volume de recursos públicos foi e é de extrema importância para uma região

caracterizada como estagnada economicamente, havendo ainda montantes aplicados pelas Universidades Federais de Santa Maria e Pelotas, no período inicial da UNIPAMPA, que não constam na tabela. Para o ano de corrente de 2018 o montante orçamentário previsto é de R\$294.177.319,00, apesar dos contingenciamentos impostos pelo governo aos investimentos na educação superior.

A distribuição orçamentária dos investimentos da UNIPAMPA, desde a sua criação de direito em 2008 até 2017, pode ser observada no **Gráfico 1**.

Gráfico 1 – Evolução orçamentária da UNIPAMPA



Fonte: elaborado pelo autor, 2018 - com base relatórios orçamentários anuais da UNIPAMPA.

A distribuição do orçamento dos campi utiliza os mesmos critérios da matriz de distribuição dos recursos de custeio entre as universidades, a chamada matriz ANDIFES, onde o maior peso concentra-se no número de alunos matriculados e em indicadores de eficiência e qualidade dos cursos. Esse percentual é aplicado ao orçamento de custeio disponível para as unidades e pode servir também como um parâmetro do tamanho e da complexidade de cursos de cada campus.

Convém salientar, que a parcela maior do orçamento, que inclui os recursos de pessoal e custeio, como os valores em contratos terceirizados, está sob administração da reitoria da universidade, cabendo aos campi a gerência operacional das informações e dos contratos e a execução de parte do orçamento geral, conforme demonstrado na **Tabela 10**.

A **Tabela 11** demonstra o percentual ou a participação de cada campus, com base nos critérios de distribuição de recursos de custeio e capital – matriz OCC, o que em 2017 esteve em torno de R\$2 milhões e em 2018 está previsto R\$1,4 milhão, em função das atuais contingências orçamentárias do poder executivo do país (UNIPAMPA, 2018).

Tabela 11 – Percentual (%) de distribuição dos recursos de custeio e capital entre os campi

Campus	Matriz 2018
Alegrete	13,11%
Bagé	14,98%
Caçapava do Sul	6,70%
Dom Pedrito	9,31%
Itaqui	11,92%
Jaguarão	4,54%
Santana do Livramento	6,34%
São Borja	5,26%
São Gabriel	6,70%
Uruguaiana	21,15%

Fonte: dados da matriz OCC disponíveis no site da UNIPAMPA, 2018.

O percentual de distribuição orçamentária contribui para análise do tamanho dos campi, com base em fatores como cursos de graduação, cursos de pós-graduação, número de alunos, número de servidores, etc., fatores ponderados por critérios como a taxa de sucesso na graduação, fator de retenção de alunos, duração dos cursos e outros, que servem para definir o valor necessário para manter as estruturas acadêmicas e dar-lhes condições de realizar a missão e visão institucionais.

Outro aspecto importante na análise dos investimentos nas cidades com campus da UNIPAMPA está relacionado às obras e aquisições de equipamentos permanentes, que movimentam a região na contratação de serviços, aquisição de materiais, geração de empregos, novos empreendimentos comerciais e de serviços, etc.

A **Tabela 12** demonstra os valores investidos em obras no período em cada cidade com campus da UNIPAMPA, desde sua criação em 2006 até 2018. Cabe salientar que em alguns casos foram adquiridos prédios prontos como no caso de Uruguaiana onde as instalações do campus pertenciam à Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul e foram adquiridas em 2008, constando nas inversões financeiras daquele ano.

Tabela 12 – Valores investidos em obras nos campi

Campus	Valores em obras – liquidado - R\$
Alegrete	22.060.290,47
Bagé	27.349.069,35
Caçapava do Sul	7.430.242,21
Dom Pedrito	10.198.368,82
Itaqui	5.396.816,74
Jaguarão	7.282.104,53
Santana do Livramento	9.522.500,19
São Borja	10.434.039,53
São Gabriel	10.218.497,71
Uruguaiana	6.516.513,79
Total	116.408.443,34

Fonte: PROPLAN/UNIPAMPA, 2018 – informações obtidas pela LAI.

A **Tabela 12** apresenta dados sobre os valores investidos em obras nos campi, dando a dimensão de importância da universidade na economia dessas cidades, já que as empresas e a mão-de-obra para essas obras provêm da própria cidade ou de sua microrregião, na maior parcela das obras, movimentando não somente o estoque de empregos diretos e indiretos, mas refletindo em vários outros setores da economia dos municípios.

A dinâmica da construção civil acaba atraindo novos investimentos e empreendimentos para região, valorizando imóveis, aquecendo outros setores do ramo, como a construção civil residencial e comercial, demandando produtos e serviços das mais diferentes áreas, dentre outros.

6 ANÁLISE DOS DADOS

6.1 EVOLUÇÃO SOCIOECONÔMICA DAS MICRORREGIÕES COM BASE NA PNDR I E II.

Como o objetivo geral da pesquisa é avaliar os impactos socioeconômicos da implantação da UNIPAMPA, uma primeira avaliação pode ser obtida analisando as modificações em termos de renda das populações e dinâmica produtiva das microrregiões, com base na evolução da classificação pela tipologia sub-regional da PNDR, já que uma classificação sub-regional atualizada foi publicada em 2018.

A portaria 34, do Ministério da Integração Nacional (MI), publicada em 18 de janeiro de 2018, no diário oficial da união (DOU), atualizou a classificação sub-regional das microrregiões. Conforme a nota técnica 52, anexa da portaria do MI, a reclassificação utilizou os mesmos critérios de renda domiciliar per capita e PIB da PNDR I, desdobrando a classificação, ainda em vigor, em nove novas categorias, sendo a referência entre elas:

- ✓ **Alta renda** na classificação sub-regional da PNDR I, desdobrada na PNDR II em microrregiões de **alta renda e alto dinamismo; alta renda e médio dinamismo; e alta renda e baixo dinamismo**. Essas microrregiões estão dentre as 25% com melhor nível de rendimento per capita do país.

- ✓ **Baixa renda** na classificação sub-regional da PNDR I, desdobrada na PNDR II em microrregiões de **baixa renda e médio dinamismo e baixa renda e baixo dinamismo**. Essas microrregiões estão dentre as 25% com pior nível de rendimento per capita do país.

- ✓ **Estagnadas** na classificação sub-regional da PNDR I, desdobrada na PNDR em microrregiões com **média renda e médio dinamismo e média renda e baixo dinamismo**. Essas microrregiões estão na faixa intermediária, onde as situações medianamente desfavoráveis de renda e de dinamismo econômico lhe conferem patamares menores de desenvolvimento em relação à média nacional.

- ✓ **Dinâmicas** na classificação sub-regional da PNDR I, desdobrada na PNDR II em microrregiões de **média renda e alto dinamismo e baixa renda e alto dinamismo**. Essas microrregiões demonstram maior capacidade de inserção produtiva, independentemente de seu patamar de rendimento.

A nova estrutura da tipologia classifica os municípios utilizando as mesmas variáveis da PNDR I, porém, dando novas dimensões a situação de rendimentos e situação de dinâmica produtiva, atualizando as situações referentes às regiões do país, com as mesmas características e de forma a elencar os espaços prioritários de atuação do estado. O **Quadro 8** resume essa relação, explicitada no parágrafo anterior.

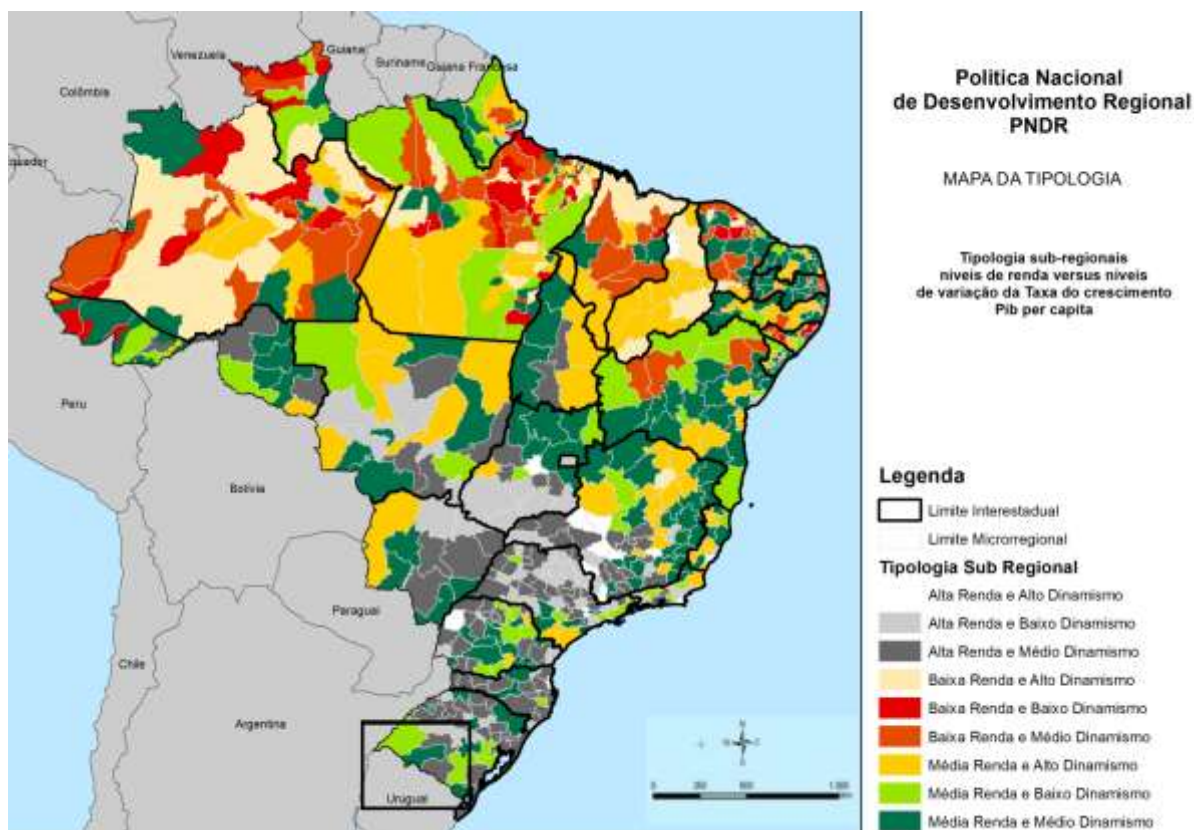
Quadro 8 – Desdobramento da classificação da PNDR II, em relação à classificação em vigor da PNDR I

PNDR II	PNDR I
Alta renda com alto, médio e baixo dinamismo.	Alta renda
Baixa renda com baixo dinamismo e baixa renda com médio dinamismo.	Baixa renda
Média renda e alto dinamismo e baixa renda com alto dinamismo.	Dinâmicas
Média renda com médio e baixo dinamismo.	Estagnadas

Fonte: autor, 2018 - com base na NT 52 e portaria 34/18 do MI - classificação da PNDR II.

O novo cartograma, resultante da nova classificação pela tipologia sub-regional da portaria nº 34/2018, está demonstrado na **Figura 12**, no qual é possível observar a situação das microrregiões depois de transcorrido o período entre os levantamentos para a tipologia sub-regional da PNDR I e os levantamentos para a tipologia sub-regional da PNDR II.

Figura 12 – Classificação da tipologia sub-regional da PNDR II de 2018, com destaque das microrregiões de implantação da UNIPAMPA



Fonte: Ministério da Integração Nacional, 2018.

Embora não seja objetivo deste trabalho de pesquisa avaliar os impactos socioeconômicos da implantação da UNIPAMPA com base na PNDR, a publicação da nova classificação pela tipologia sub-regional da PNDR II acrescenta elementos importantes na avaliação em termos de microrregião. A primeira classificação avaliou as microrregiões antes da implantação da UNIPAMPA (2005) e a segunda avaliação após a implantação, com dados do censo demográfico de 2010, utilizando variáveis de rendimento domiciliar per capita (RDPC 2010) e taxa de variação do PIB per capita trienal (2002 a 2004 e 2012 a 2014).

Portanto, com base na tipologia sub-regional da PNDR I é possível verificar a classificação das cidades e microrregiões no período que antecede a implantação dos novos campi (2005) e com a PNDR II a situação com a influência da universidade nas cidades e microrregiões que receberam campus. Os resultados estão descritos no **Quadro 9**, acrescentando as cidades e microrregiões das UC.

Quadro 9 – Classificação das microrregiões com UNIPAMPA e microrregiões das unidades de comparação na tipologia sub-regional da PNDR I e II

Município (UNIPAMPA/UC)	Microrregião do IBGE	PNDR I	PNDR II (tipologia)	PNDR II (tipologia do decreto 6047/07)
Alegrete (UNIPAMPA)	Campanha Ocidental	Estagnada	Média Renda e Baixo Dinamismo	Estagnada
Bagé (UNIPAMPA)	Campanha Meridional	Alta Renda	Alta Renda e Médio Dinamismo	Alta renda
Caçapava do Sul (UNIPAMPA)	Serras de Sudeste	Estagnada	Média Renda e Baixo Dinamismo	Estagnada
Dom Pedrito (UNIPAMPA)	Campanha Meridional	Alta Renda	Alta Renda e Médio Dinamismo	Alta renda
Itaqui (UNIPAMPA)	Campanha Ocidental	Estagnada	Média Renda e Baixo Dinamismo	Estagnada
Jaguarão (UNIPAMPA)	Jaguarão	Estagnada	Média Renda e Médio Dinamismo	Estagnada
Santana do Livramento (UNIPAMPA)	Campanha Central	Estagnada	Média Renda e Médio Dinamismo	Estagnada
São Borja (UNIPAMPA)	Campanha Ocidental	Estagnada	Média Renda e Baixo Dinamismo	Estagnada
São Gabriel (UNIPAMPA)	Campanha Central	Estagnada	Média Renda e Médio Dinamismo	Estagnada
Uruguaiana (UNIPAMPA)	Campanha Ocidental	Estagnada	Média Renda e Baixo Dinamismo	Estagnada
Santo Ângelo (UC)	Santo Ângelo	Estagnada	Alta Renda e Médio Dinamismo	Alta renda
Santa Cruz do Sul (UC)	Santa Cruz do Sul	Alta Renda	Alta Renda e Baixo Dinamismo	Alta renda
Rio Pardo (UC)	Cachoeira do Sul	Estagnada	Média Renda e Médio Dinamismo	Estagnada
São Lourenço do Sul (UC)	Pelotas	Alta Renda	Alta Renda e Médio Dinamismo	Alta renda
Rosário do Sul (UC)	Campanha Central	Estagnada	Média Renda e Médio Dinamismo	Estagnada
Quaraí (UC)	Campanha Ocidental	Estagnada	Média Renda e Baixo Dinamismo	Estagnada
Cachoeira do Sul (UC)	Cachoeira Do Sul	Estagnada	Média Renda e Médio Dinamismo	Estagnada
Santiago (UC)	Santiago	Estagnada	Alta Renda e Baixo Dinamismo	Alta renda
Santa Rosa (UC)	Santa Rosa	Estagnada	Alta Renda e Médio Dinamismo	Alta renda
Erechim (UC)	Erechim	Estagnada	Alta Renda e Médio Dinamismo	Alta renda

Fonte: elaborado pelo autor, 2018 – com base na portaria 34/18 do MI.

Com base no quadro comparativo é possível observar, no que diz respeito à evolução dos rendimentos e a dinâmica da produção nas microrregiões em cidades com campus da

UNIPAMPA, que foram objeto da política de expansão do ensino superior fase I, que não houve alteração na classificação entre a PNDR I e II, quando utilizada à tipologia sub-regional em vigor de alta renda, baixa renda, estagnadas e dinâmicas.

As microrregiões das cidades com campus da UNIPAMPA, pela classificação na PNDR II, de 2018, mantiveram a mesma classificação da tipologia sub-regional da PNDR I, de 2005, demonstrando que, pelos critérios adotados de avaliação da renda per capita e PIB, não houve ainda alterações significativas nessas duas dimensões, salientando que o período de dados utilizados refere-se ao censo de 2010 para renda domiciliar e aos períodos trienais de 2002 a 2004 e 2012 a 2014 para o PIB. A maior parte das cidades com UNIPAMPA estão classificadas como média renda e baixo ou médio dinamismo pela PNDR II, com exceção de Bagé e Dom Pedrito, que foram classificadas como alta renda e médio dinamismo.

Nas microrregiões do grupo de cidades selecionadas como UC, houve alteração na classificação pela tipologia sub-regional nas microrregiões de Santo Ângelo, Santiago, Santa Rosa e Erechim que saíram de uma situação de “estagnada” para “alta renda” no período. Nas demais microrregiões a classificação no período se manteve.

Faz-se necessário considerar, que a dinâmica de renda e de produção na PNDR II foi desdobrada em nove classificações tipológicas para que melhor reproduzisse a situação de cada microrregião em relação às variáveis, porém, mantendo uma relação com a PNDR I nas quatro classificações tipológicas ainda em vigor na legislação, possibilitando a construção do quadro comparativo, mas impossibilitando afirmações sobre impactos socioeconômicos simplesmente por essas comparações.

A comparação entre as duas classificações da PNDR acrescenta elementos de análise ao trabalho de pesquisa, porém, os impactos da implantação da UNIPAMPA demandam análises de outros indicadores e por períodos maiores, uma vez que a implantação ou marco zero foi 2006 e a PNDR II avaliou apenas indicadores de renda com base no censo de 2010 e de taxa de crescimento de PIB per capita trienal de 2002 a 2004 e de 2012 a 2014, realizando tratamento estatístico dos dados, para normatizá-los.

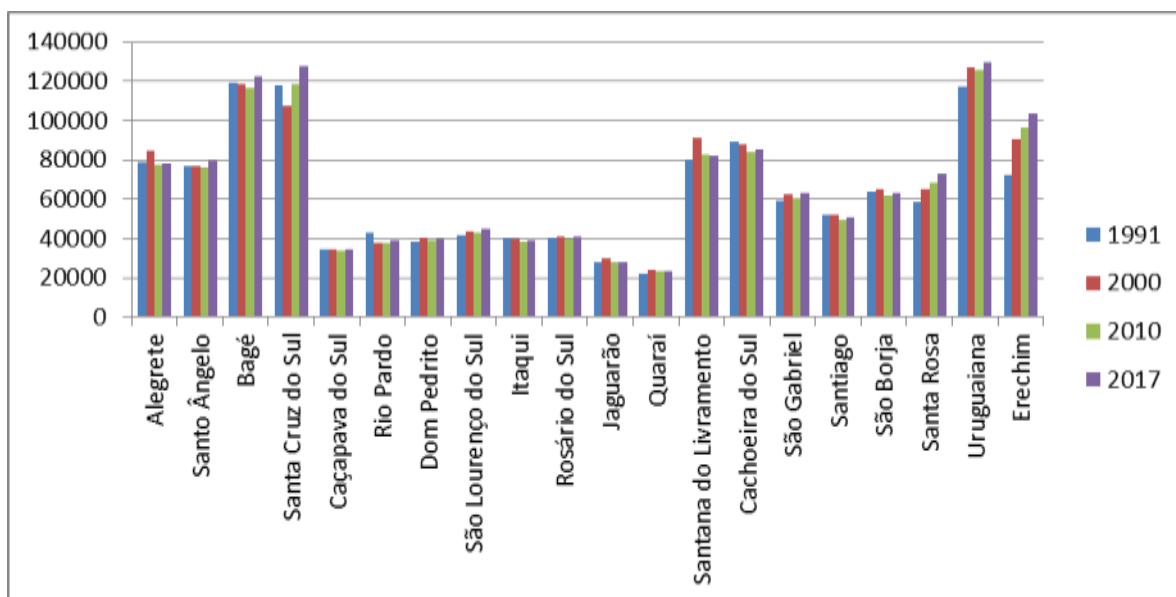
6.2 ANÁLISE E COMPARAÇÃO DOS INDICADORES COM AUXÍLIO DE GRÁFICOS E TABELAS

a) Taxa de crescimento populacional

Os dados do número de habitantes por município e a taxa de crescimento da população por ano foram obtidos nos censos do IBGE, dos anos de 1991, 2000 e 2010, e na estimativa

populacional do IBGE, de 2017. A demonstração do crescimento populacional, antes (1991 e 2000) e depois da implantação da UNIPAMPA (2010 e 2017), pode ser observada pelo **Gráfico 2**, que demonstra a evolução da população nessas cidades e nas cidades selecionadas como UC.

Gráfico 2 – Número de habitantes das cidades com UNIPAMPA seguidas de suas UC



Fonte: elaborado pelo autor (2018) – com dados da população dos municípios da FEE.

O **Gráfico 2** demonstra o número de total de habitantes, sendo que os censos de 1991 e 2000 representam o período anterior à implantação da universidade e o censo de 2010 e a estimativa populacional de 2017 representam o período posterior à implantação da UNIPAMPA, e sua construção colocou as cidades com UNIPAMPA seguidas das cidades selecionadas como UC.

No **Gráfico 2** observa-se a evolução da taxa crescimento anual do período entre 1991 e 2000, demonstrando uma situação de crescimento populacional em quase todas as cidades que atualmente possuem campus da UNIPAMPA; a evolução da taxa crescimento anual do período entre 2000 e 2010 demonstra o contrário, o decréscimo populacional nessas mesmas cidades; e a evolução do crescimento anual do período entre 2010 e 2017 demonstra uma situação de recuperação no crescimento populacional em quase todas as cidades do grupo UNIPAMPA.

Quando a comparação das cidades dos dois grupos é efetuada em relação à taxa de crescimento anual da população no Estado do Rio Grande do Sul (RS) obtêm-se os resultados da **Tabela 13**.

Tabela 13 – Comparativo entre a taxa de crescimento populacional anual do estado e a taxa de crescimento anual das cidades pesquisadas (cidade com UNIPAMPA seguida de sua UC)

Censos e estimativas populacionais	1991 -2000	2000 -2010	2010 -2017
Rio Grande Do Sul	1,21483	0,48603	0,81977
Alegrete	0,74077	-0,82242	0,06426
Santo Ângelo	0,02218	-0,06141	0,52107
Bagé	-0,01869	-0,16738	0,64954
Santa Cruz do Sul	-0,99547	0,95585	1,05857
Caçapava Do Sul	0,00802	-0,27856	0,39556
Rio Pardo	-1,40747	-0,05093	0,52706
Dom Pedrito	0,66969	-0,38062	0,33594
São Lourenço do Sul	0,59485	-0,13355	0,47982
Itaqui	-0,07986	-0,41266	0,31632
Rosário do Sul	0,16205	-0,33402	0,36300
Jaguarão	0,90268	-0,74278	0,11468
Quaraí	0,93018	-0,41643	0,31413
Santana Do Livramento	1,38762	-0,96370	-0,02635
Cachoeira do Sul	-0,15993	-0,47027	0,28186
São Borja	0,18777	-0,50428	0,26132
Santa Rosa	1,22133	0,53613	0,84595
São Gabriel	0,58981	-0,29695	0,58814
Santiago	0,08196	-0,60442	0,45573
Uruguaiana	0,86617	-0,11888	0,48810
Erechim	2,50400	0,61786	1,05854

Obs.: calculada a variação geométrica anual da taxa de crescimento populacional do estado e das cidades pesquisadas para achar a variação ano a ano.

Fonte: dados primários obtidos a partir dos censos populacionais de 1991, 2000 e 2010 e estimativa populacional de 2017 do IBGE.

Pelos dados da **Tabela 13** verifica-se que taxa de crescimento anual da população no período entre 1991 e 2000 estava acima da média do estado apenas nas cidades pesquisadas de Santana do Livramento, Santa Rosa e Erechim. No período entre 2000 e 2010, as taxas mantiveram-se abaixo da taxa do estado em quase todas as cidades pesquisadas, com exceção de Santa Cruz do Sul, Santa Rosa e Erechim. Já no período entre 2010 e 2017 apenas na cidade de Santana do Livramento não demonstra crescimento populacional e novamente Santa Cruz do Sul, Santa Rosa e Erechim apresentam taxas de crescimento anual maiores que o estado.

Conforme os cadernos de regionalização do plano Plurianual do Governo do RS (PPA 2016/2019) havia um “relativo esvaziamento das regiões localizadas mais a oeste e noroeste do território rio-grandense, em favor dos territórios situados mais a leste do estado”. O relatório do Governo do Estado aborda aspectos relacionados aos baixos indicadores de desenvolvimento socioeconômico e a migração que eles podem provocar, afetando os pequenos e médios municípios (inferiores a 10.000 habitantes e acima de 50.000 habitantes), localizados principalmente na região fronteira oeste.

O panorama começa a mudar a partir do censo de 2010 com o retorno do crescimento populacional em quase todas as cidades com UNIPAMPA, com exceção, pela estimativa de 2017, da cidade de Santana do Livramento.

A tendência de reversão da situação de perda populacional tem colaboração da UNIPAMPA, que tem sido um polo de atração, em níveis crescentes, a partir de sua implantação em 2006. Em 2010, por exemplo, houve o aumento de 20% do número de docentes e de 300% o número de técnico-administrativos em relação a 2009; foram criados nove novos cursos de graduação para ingresso mais 425 alunos em 2010, nas cidades de Alegrete, Itaqui, Jaguarão, Santana do Livramento, São Borja e Uruguaiana, em um total de 2890 novos ingressantes apenas no ano de 2010, nos dez campi. Uma parcela considerável desses novos ingressantes era oriunda de cidades de outras regiões do estado, do país e até mesmo de países vizinhos (UNIPAMPA, 2010).

Esse fenômeno de atração populacional exercido pela universidade corrobora com a releitura da teoria de Perroux, realizada por Oliveira (2014), que analisou a expansão universitária e criação do ENEM, nesta última década, concluindo que a instalação de universidades em pequenas e médias cidades representa uma retomada do desenvolvimento e crescimento social, político e econômico dos municípios, gerando novas oportunidades e atraindo pessoas e investimentos para essas cidades.

Essas considerações preliminares também encontram respaldo nas novas conformações geográficas, propostas pelo IBGE e apresentadas no **capítulo IV**, de cidades imediatas e intermediárias, onde várias cidades com UNIPAMPA passaram a exercer papel de centralidade regional, atraindo novos fluxos de pessoas e criando redes de influência públicas, empresariais e de logística.

b) Índice de Gini

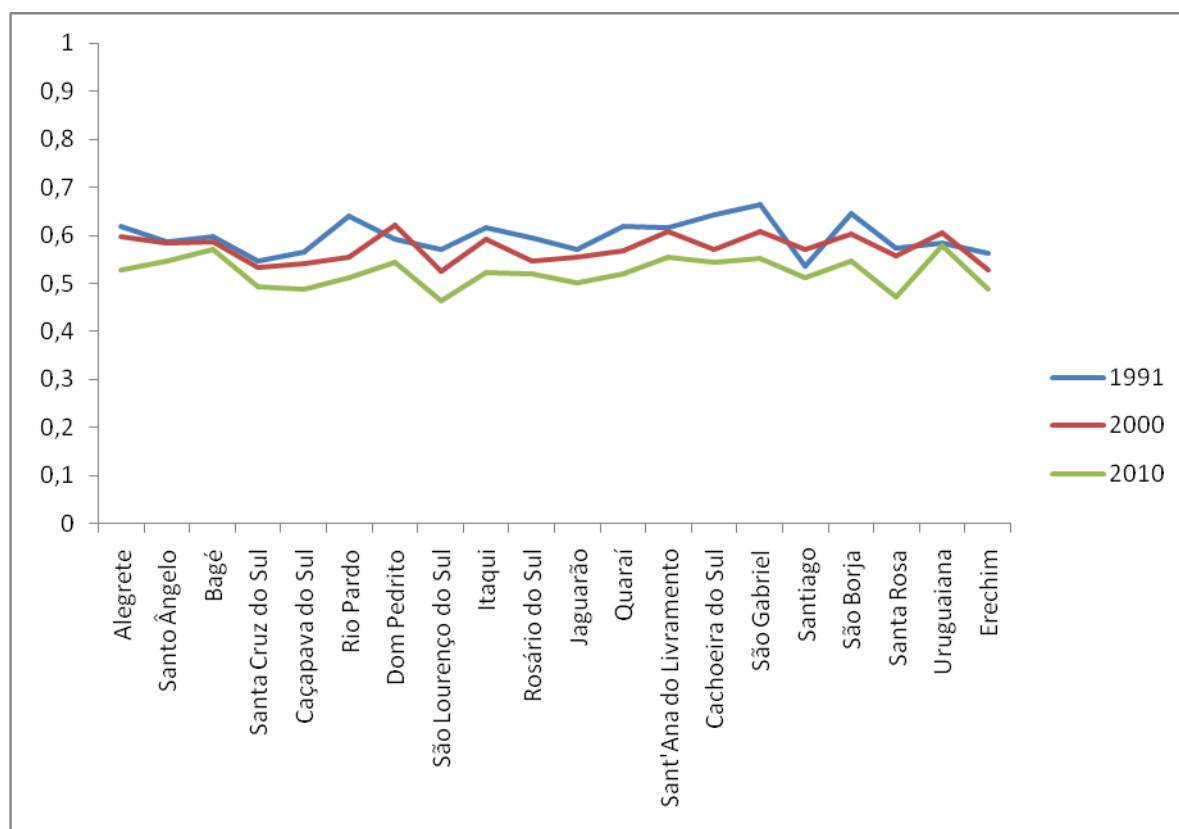
O Índice de Gini é um indicador do grau de concentração de renda em determinada população. Ele aponta a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos,

variando de zero a um, onde o valor 0 representa a situação de igualdade, ou seja, todos têm a mesma renda, e o valor 1 representa a total concentração de renda, ou seja, uma só pessoa ou grupo deteria toda a riqueza (IPEA, 2004).

Segundo o IBGE (2015) o índice de Gini é expresso por um valor que varia de 0 a 1, sendo esses valores extremos e representativos da máxima desigualdade e da igualdade perfeita. Segundo o IBGE (2015) um índice em torno de 0,5 é considerado um valor representativo de fortes desigualdades.

No **Gráfico 3** observa-se o comportamento do índice de GINI nas cidades com UNIPAMPA e nas cidades selecionadas como UC.

Gráfico 3 – Índice de GINI observado nas cidades pesquisadas



Fonte: elaborado pelo autor (2018) com dados do DATASUS - IBGE/Censos Demográficos 1991, 2000 e 2010.

O **Gráfico 3** demonstra uma tendência de queda da concentração de renda em todas as cidades com UNIPAMPA, quando analisadas as três séries de censos, com destaque as menores cidades com UNIPAMPA de Caçapava do Sul e Jaguarão, que apresentam a menor concentração de renda. A tendência de queda no índice de Gini também é observada nas

idades selecionadas como UC. A falta de dados para o período posterior ao último censo limita a análise.

Comparando os índices de Gini das cidades pesquisadas, com o índice de Gini do Estado, obtidos nos censos de 1991, 2000 e 2010, obtém-se a **Tabela 14**.

Tabela 14 – Índice de Gini do Estado do RS e das cidades pesquisadas (cidade com UNIPAMPA seguida de sua UC)

Censos	1991	2000	2010
Rio Grande do Sul	0,5880	0,5863	0,5472
Alegrete	0,6183	0,5964	0,5278
Santo Ângelo	0,5853	0,5837	0,5461
Bagé	0,5963	0,5865	0,5708
Santa Cruz do Sul	0,5474	0,5343	0,4926
Caçapava do Sul	0,5639	0,5416	0,4887
Rio Pardo	0,6406	0,5547	0,5115
Dom Pedrito	0,5913	0,6225	0,5448
São Lourenço do Sul	0,5695	0,5259	0,4630
Itaqui	0,6158	0,5915	0,5232
Rosário do Sul	0,5956	0,5451	0,5194
Jaguarão	0,5695	0,5531	0,5009
Quaraí	0,6175	0,5675	0,5187
Santana do Livramento	0,6163	0,6081	0,5542
Cachoeira do Sul	0,6422	0,5706	0,5428
São Borja	0,6441	0,6019	0,5477
Santa Rosa	0,5730	0,5560	0,4715
São Gabriel	0,6632	0,6085	0,5523
Santiago	0,5366	0,5693	0,5122
Uruguaiana	0,5840	0,6042	0,5786
Erechim	0,5621	0,5281	0,4869

Fonte: elaborado pelo autor (2018) – dados DATASUS –IBGE Censos Demográficos 1991, 2000 e 2010.

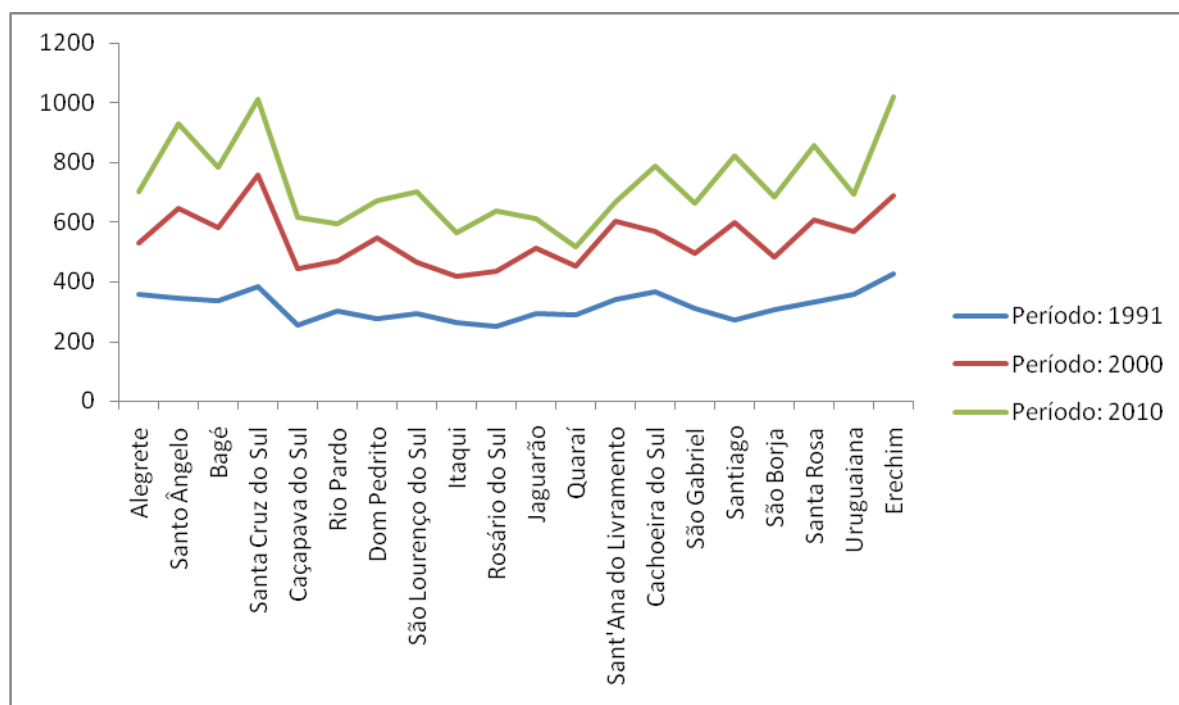
Pelos dados da **Tabela 14** observa-se que as cidades com UNIPAMPA de Bagé, Santana do Livramento, São Borja, São Gabriel e Uruguaiana embora apresentem queda na concentração de renda ainda não conseguiram chegar ao patamar do indicador estadual, apresentando um índice de Gini maior em toda a série. Já as cidades com UNIPAMPA de Alegrete, Dom Pedrito e Itaqui, apresentam uma queda na concentração de renda em relação ao índice estadual no censo de 2010 e Jaguarão e Caçapava do Sul detém índices menores em relação ao indicador estadual nos três censos.

c) Rendimento domiciliar per capita

Segundo o IBGE (2015), no cálculo do rendimento mensal domiciliar per capita, como indicador de sustentabilidade, considera-se a soma dos rendimentos mensais de todas as fontes dos moradores do domicílio, excluindo pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico. Ainda segundo o IBGE (2015) o indicador é indispensável para políticas que visam o alcance de uma sociedade justa, equitativa e inclusiva.

O **Gráfico 4** demonstra a evolução do rendimento mensal per capita nas cidades pesquisadas.

Gráfico 4 – Evolução do rendimento domiciliar per capita



Fonte: elaborado pelo autor (2018) – dados DATASUS – IBGE Censos Demográficos 1991, 2000 e 2010.

Pelo **Gráfico 4** temos a evolução do rendimento domiciliar per capita no período dos censos, sendo que a falta de dados desagregados para o nível de municípios, posterior ao censo de 2010, limita a análise.

O indicador demonstrou que em termos de rendimentos per capita não houve, até 2010, alterações significativas no padrão de rendimentos. Comparando os dados do indicador das cidades com UNIPAMPA com os dados das cidades selecionadas como UC vimos que a renda per capita é menor em algumas cidades em relação às suas UC.

Em 2010, o valor do rendimento nominal médio mensal per capita dos domicílios particulares permanentes no estado do RS era de R\$940,28, de um universo de 3.599.263

domicílios (DATASUS/IBGE, 2010). Colocando em perspectiva os valores de rendimento domiciliar per capita dos municípios pesquisados, em relação ao valor domiciliar per capita do estado nos censos de 1991, 2000, 2010 e nos dados do IBGE Estados de 2017, obtemos a **Tabela 15**.

Tabela 15 – Valores do rendimento domiciliar per capita das cidades pesquisadas em relação ao rendimento per capita do estado, pelos censos de 1991, 2000, 2010 (cidade com UNIPAMPA seguida de sua UC)

Estado / municípios	Censo 1991	% do rend. estado	Censo 2000	% do rend. estado	Censo 2010	% do rend. estado
Rio Grande do Sul	393,51	-	705,40	-	940,28	-
Alegrete	357,58	90,87	531,96	75,41	699,05	74,34
Santo Ângelo	345,03	87,68	648,84	91,98	928,33	98,73
Bagé	334,63	85,04	581,23	82,40	780,66	83,02
Santa Cruz do Sul	383,52	97,46	759,06	107,61	1011,33	107,56
Caçapava do Sul	252,77	64,23	445,21	63,11	612,70	65,16
Rio Pardo	299,68	76,16	470,50	66,70	592,74	63,04
Dom Pedrito	274,08	69,65	549,35	77,88	670,51	71,31
São Lourenço do Sul	290,74	73,88	466,16	66,08	700,34	74,48
Itaqui	261,63	66,49	419,94	59,53	563,60	59,94
Rosário do Sul	249,25	63,34	435,60	61,75	636,68	67,71
Jaguarão	293,29	74,53	514,77	72,98	611,77	65,06
Quaraí	288,37	73,28	453,87	64,34	515,33	54,81
Santana do Livramento	342,48	87,03	603,65	85,58	664,20	70,64
Cachoeira do Sul	365,72	92,94	568,20	80,55	785,62	83,55
São Gabriel	310,30	78,85	497,89	70,58	661,59	70,36
Santiago	272,70	69,30	599,31	84,96	822,37	87,46
São Borja	306,70	77,94	484,76	68,72	682,78	72,61
Santa Rosa	330,62	84,02	608,41	86,25	856,44	91,08
Uruguaiana	358,56	91,12	570,36	80,86	693,31	73,73
Erechim	428,15	108,80	691,13	97,98	1019,96	108,47

Fonte: elaborado pelo autor (2018) – dados DATASUS –IBGE Censos Demográficos 1991, 2000 e 2010 – Dados de 2017 da Renda Domiciliar per capita estão disponíveis apenas para Unidades da Federação.

Nota-se pela **Tabela 15** que apenas os municípios de Bagé (de 82,40% para 83,02%), Caçapava do Sul (de 63,11% para 65,16%), Itaqui (de 59,53% para 59,94%) e São Borja (de 68,72% para 72,61%) são os que apresentam um aumento, em relação ao % de rendimento do estado, entre os censos de 2000 e 2010. Apenas dois municípios, entre os pesquisados, tiveram rendimento domiciliar per capita igual ou acima do patamar estadual nas séries (Santa Cruz do Sul e Erechim). A título de conhecimento, Porto Alegre, que é a capital do estado do

RS tinha um rendimento domiciliar per capita de R\$1.722,37 no censo de 2010 (DATASUS, 2010).

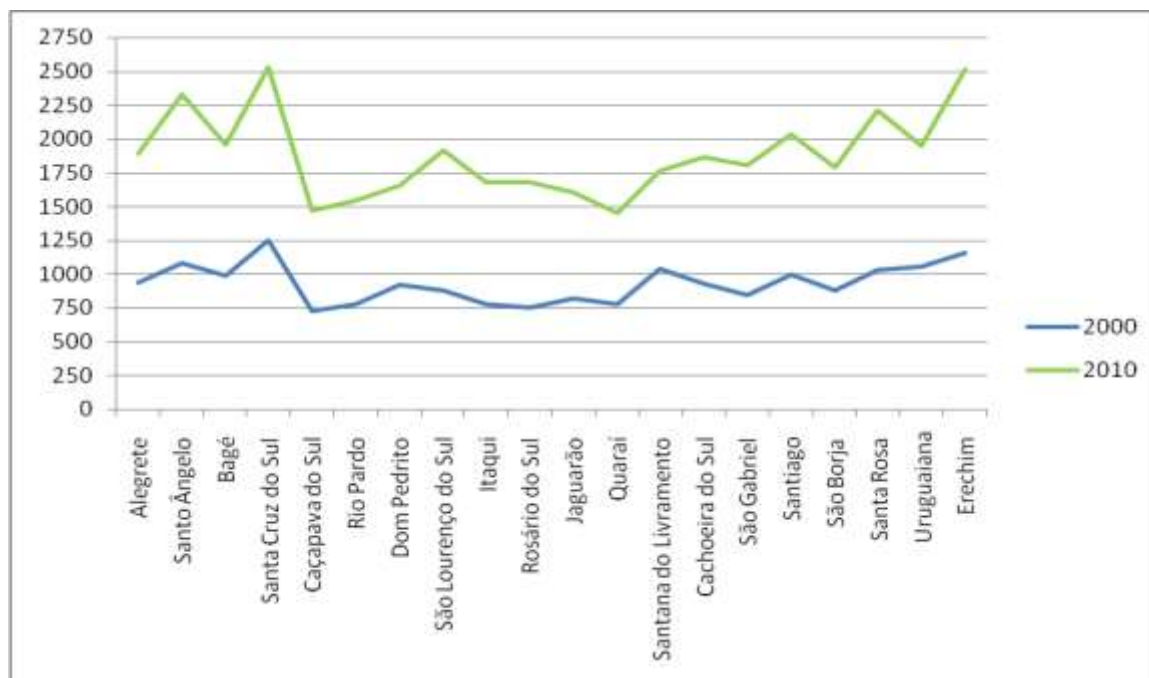
Segundo o IBGE (2017) o rendimento nominal mensal domiciliar per capita do estado era de R\$1.635,00 não havendo desdobramento dos rendimentos em nível de municípios que possibilite o cálculo do % de rendimento em relação ao estado, sendo esse o limitante da pesquisa no indicador.

d) Rendimento domiciliar médio (RDM)

Diferente do rendimento domiciliar per capita, o rendimento domiciliar médio apresenta dados extraídos de tabelas do IBGE baseadas no “valor do rendimento nominal médio mensal e valor do rendimento nominal mediano mensal dos domicílios particulares permanentes, total e com rendimento domiciliar”, nas quais se exclui o rendimento de pensionistas, empregados domésticos ou parentes dos empregados domésticos.

Para o indicador, obtiveram-se dados apenas dos censos de 2000 e 2010, nas respectivas tabelas 2035 e 3325 do IBGE/SIDRA. O **Gráfico 5** demonstra a evolução do rendimento nesses dois períodos.

Gráfico 5 – Evolução do rendimento domiciliar médio das cidades pesquisadas



Fonte: elaborado pelo autor (2018) – dados tabelas IBGE/SIDRA 2035 do censo 2000 e 3325 do censo 2010.

A linha verde demonstra a evolução do rendimento domiciliar médio no ano de 2010, enquanto a azul no ano de 2000, as linhas demonstram certa similaridade de comportamento, onde o crescimento é observado nos rendimentos de todos os municípios pesquisados.

Os dados do gráfico foram obtidos no sistema SIDRA/IBGE por Tabela 2035 e Tabela 3325. Foi solicitado ao IBGE, pelo e-mail ibge@ibge.gov.br, dados adicionais referentes ao indicador de RDM, sendo obtido como resposta que “a pesquisa domiciliar que possibilita obter informações para níveis geográficos mais desagregados (como mesorregiões, microrregiões, municípios) é o censo demográfico. O censo demográfico é realizado a cada dez anos. O último foi em 2010 e o próximo será em 2020”. A falta de dados de outros anos do RDM foi o limitante da pesquisa.

Analisando os dados obtidos no indicador de RDM em relação ao RDM do estado do RS tem-se algum elemento de análise, no qual a **Tabela 16** apresenta o % do rendimento de cada município em relação ao rendimento do estado em 2000 e 2010.

Tabela 16 – Valor do rendimento nominal médio mensal dos domicílios particulares permanentes em reais (cidade com UNIPAMPA seguida de sua UC)

Estado / Municípios	Tabela 2035 – Censo 2000	% do RDM do estado em 2000	Tabela 3325 – Censo 2010	% do RDM do estado em 2000
Rio Grande do Sul	1190,04	-	2344,10	-
Alegrete	932,93	78,39	1886,14	80,46
Santo Ângelo	1080,98	90,84	2330,32	99,41
Bagé	990,77	83,26	1958,73	83,56
Santa Cruz do Sul	1250,25	105,06	2530,49	107,95
Caçapava do Sul	724,63	60,89	1467,10	62,59
Rio Pardo	775,31	65,15	1539,34	65,67
Dom Pedrito	921,68	77,45	1648,66	70,33
São Lourenço do Sul	879,49	73,90	1915,90	81,73
Itaqui	779,21	65,48	1676,95	71,54
Rosário do Sul	746,26	62,71	1678,74	71,62
Jaguarão	815,93	68,56	1602,02	68,34
Quaraí	777,53	65,34	1449,07	61,82
Santana do Livramento	1035,06	86,98	1758,60	75,02
Cachoeira do Sul	928,34	78,01	1859,68	79,33
São Borja	881,33	74,06	1787,69	76,26
Santa Rosa	1033,33	86,83	2209,95	94,28
São Gabriel	846,70	71,15	1805,89	77,04
Santiago	998,77	83,93	2030,10	86,60
Uruguaiana	1053,88	88,56	1948,84	83,14
Erechim	1160,38	97,51	2517,50	107,40

Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2000 e 2010.

Conforme a **Tabela 16** os municípios com UNIPAMPA de Alegrete, Bagé, Caçapava do Sul, Itaqui, São Borja e São Gabriel demonstram um pequeno aumento no % de rendimentos em relação ao estado, porém a falta de dados, anteriores a 2000 e posteriores a 2010, do indicador dificulta a análise da evolução, sendo esse o limitante da pesquisa.

d) Taxa de desocupação

A taxa de desemprego nos municípios foi obtida com dados do sistema DATASUS (% da população de 16 anos ou mais, economicamente ativa, desocupada), de forma a possibilitar analisar a evolução do nível de emprego nos municípios pesquisados e o comportamento do indicador a partir da implantação da UNIPAMPA. A **Tabela 17** contém os dados dos municípios com base nos censos do IBGE de 1991, 2000 e 2010.

Tabela 17 – Taxa de desemprego ou desocupação, 16 anos ou mais, obtida pelo sistema DATASUS (cidade com UNIPAMPA seguida de sua UC)

Município	Censo 1991 (%)	Censo 2000 (%)	Censo 2010 (%)
Alegrete	3,73	17,36	7,46
Santo Ângelo	4,04	13,57	5,28
Bagé	6,44	16,11	8,37
Santa Cruz do Sul	0,98	10,66	4,05
Caçapava do Sul	4,08	11,98	6,08
Rio Pardo	3,59	14,47	4,95
Dom Pedrito	5,96	12,89	5,13
São Lourenço do Sul	1,93	8,25	4,12
Itaqui	3,64	20,76	6,75
Rosário do Sul	3,73	13,03	6,37
Jaguarão	3,13	11,35	6,51
Quaraí	4,71	9,85	6,42
Santana do Livramento	5,26	14,45	6,98
Cachoeira do Sul	3,70	13,22	7,42
São Borja	3,69	18,17	7,21
Santa Rosa	2,41	12,78	4,73
São Gabriel	4,41	17,46	8,42
Santiago	2,40	12,36	5,47
Uruguaiana	3,10	16,22	8,48
Erechim	1,89	11,20	2,80

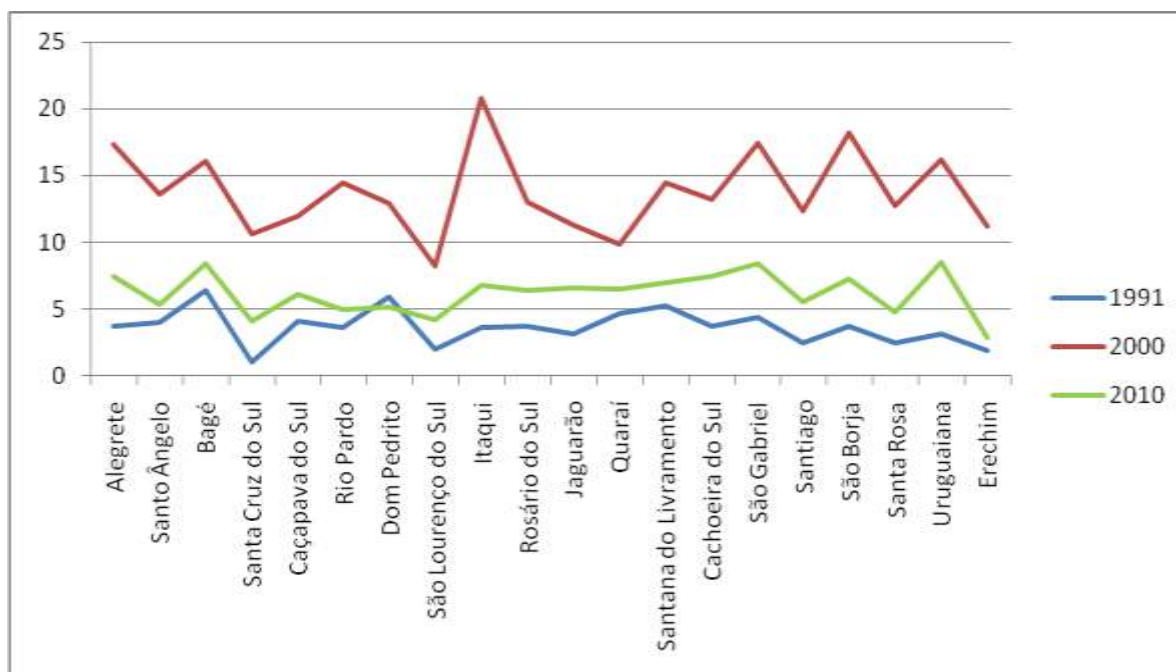
Fonte: DATASUS com dados do IBGE dos censos demográficos de 1991, 2000 e 2010.

A **Tabela 17** apresenta os resultados no indicador, com base em dados de censos, sendo possível verificar a evolução da taxa de desempregados no período, nas cidades do grupo UNIPAMPA e nas cidades selecionadas como UC.

Os dados do indicador demonstram queda na taxa de desocupação em todos os municípios com campus da UNIPAMPA no censo de 2010, porém ainda apresenta taxas maiores que seus municípios de comparação, a exceção foi Santana do Livramento que apresentou uma taxa menor que sua unidade de comparação no censo de 2010. Convém salientar que, o estoque de empregos nas cidades com UNIPAMPA demonstra números positivos nos anos após a implantação da universidade, relacionados ao comércio, construção civil e serviços.

O **Gráfico 6**, construído a partir dos dados da tabela anterior, demonstra o comportamento do emprego, através da taxa de desocupação da população economicamente ativa, nas cidades pesquisadas.

Gráfico 6 – Comportamento da taxa de desocupação (%) nas cidades pesquisadas



Fonte: elaborado pelo autor (2018) com dados DATASUS/IBGE censos.

O **Gráfico 6** demonstra que no período de 2010 houve uma recuperação no nível do emprego, diminuindo a taxa de desocupação da população na faixa etária de 16 anos ou mais, mas não recuperando o menor nível de desocupação da década de 1991, com exceção da cidade de Dom Pedrito que possui campus da UNIPAMPA.

A temática do emprego, pela literatura empírica, tem correlação significativa com os com o nível de escolaridade da população e a existência de universidade na cidade ou em regiões vizinhas, o que colabora para a diminuição das taxas de desocupação, com o aumento da renda e da produtividade (MENEZES et al., 2016). O aprofundamento da pesquisa nesse campo necessita de dados e informações que dêem condições de analisar os impactos sociais e econômicos advindos da implantação da UNIPAMPA, sendo o emprego uma temática importante e uma variável endógena de qualquer análise socioeconômica.

O site do Ministério do Trabalho em Emprego (MTE) disponibiliza dados sobre o saldo do emprego formal de janeiro a dezembro de cada ano, por município, obtidos Programa de Disseminação das Estatísticas do Trabalho (PDET), desagregados ao nível geográfico de 2002 até 2018, os quais estão apresentados na **Tabela 18**, sendo o saldo de empregos a diferença entre as admissões e demissões no ano.

Tabela 18 – Saldo dos empregos nas cidades com UNIPAMPA, seguidas de suas UC, obtidos pelo PDET (selecionando o ano anterior a implantação da UNIPAMPA de 2005 até abril de 2018)

Município	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Alegrete	37	397	14	805	339	694	451	490	336	79	-45	149	-18	175
Santo Ângelo	88	854	726	762	485	1.201	935	480	1.099	349	-289	-709	400	301
Bagé	288	624	115	904	557	1.092	788	1.015	249	38	-264	-97	-72	275
Santa Cruz do Sul	1.007	525	-564	797	2.126	2.627	1.802	2.113	931	1.290	-1726	-484	-62	6371
Caçapava do Sul	-206	75	174	238	181	265	328	179	440	179	-8	-90	196	194
Rio Pardo	307	281	-138	232	360	253	18	252	230	109	-121	177	-21	211
Dom Pedrito	62	150	352	307	527	298	131	227	132	16	252	3	-84	179
São Lourenço do Sul	29	141	234	301	220	261	237	120	264	199	-28	157	-9	12
Itaqui	27	71	253	515	203	434	289	174	119	325	-56	-19	23	245
Rosário do Sul	81	314	497	376	312	387	180	141	205	148	9	146	-17	185
Jaguarão	-46	-17	177	60	79	176	77	117	243	79	14	15	-26	56
Quarai	127	-78	92	112	129	157	61	113	127	81	82	69	70	0
Santana do Livramento	527	-297	249	325	465	783	392	201	934	350	-168	145	-52	-363
Cachoeira do Sul	103	266	748	233	281	672	708	299	736	259	-597	-163	-109	472
São Borja	193	155	500	485	310	479	536	235	186	12	-240	21	97	227
Santa Rosa	-281	356	1.472	1.807	726	1.386	1.600	913	1.057	104	-1082	-114	338	300
São Gabriel	135	967	687	-285	658	520	115	117	-78	406	-67	145	147	45
Santiago	-378	305	258	149	370	347	476	264	416	111	-95	36	-27	49
Uruguaiana	419	292	703	1.004	349	1.663	-170	33	348	18	-146	-258	469	138
Erechim	-3	870	4.688	1.633	1.390	2.915	2.615	328	1.275	-2.804	-1966	-2763	281	972

Fonte: PDET - Ministério do Trabalho e Emprego (M.T.E).

Os dados disponíveis no PDET são oriundos do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) e demonstram a evolução do emprego formal (CLT) por mês, ano e município. Apresentando essa evolução do emprego formal por tabelas e gráficos poder-se-ia visualizar o comportamento nos oito setores de atividade econômica, a partir do estoque ou saldo no ano, sendo que esses dados foram levantados nesse trabalho de pesquisa, porém, devido a grande volume optou-se por apresentar apenas o gráfico e tabela com saldo total.

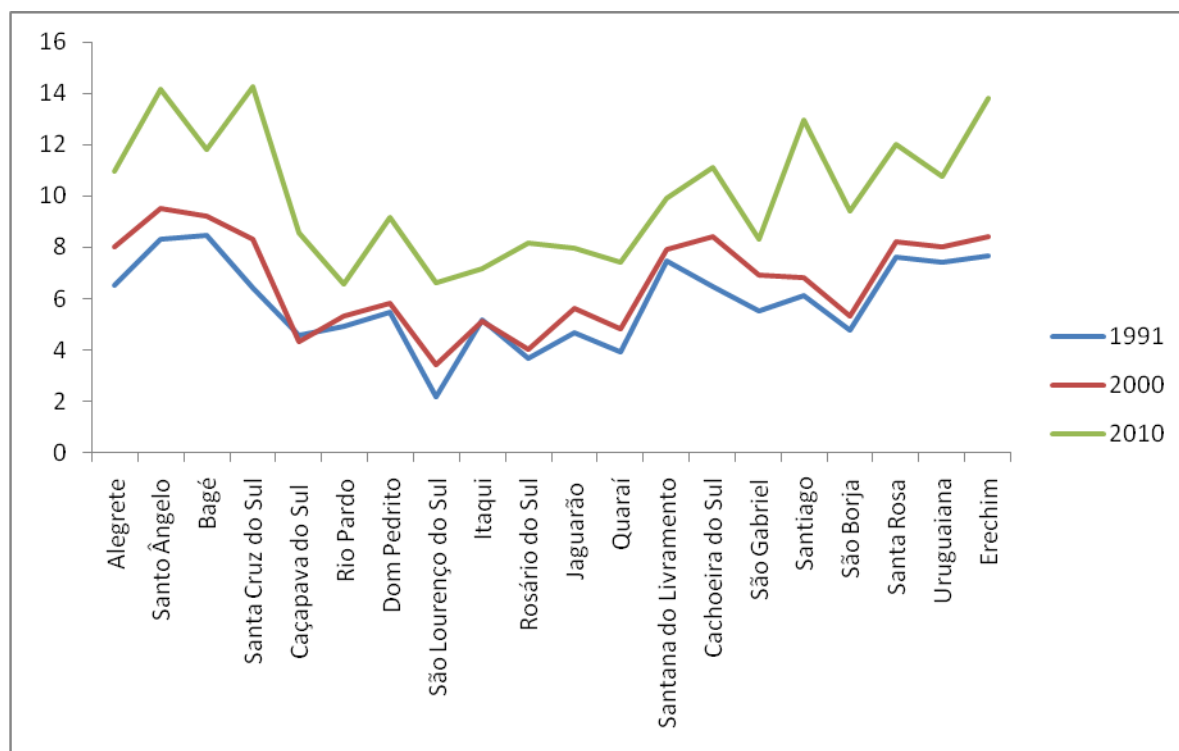
Pela **Tabela 18** é possível observar o saldo positivo no estoque de empregos nas cidades que receberam campus da UNIPAMPA a partir de 2006/2007, que se estende até o ano de 2014 em algumas cidades. Com base nos dados dos saldos de empregos pelo CAGED, distribuídos nos oito setores de atividade econômica, é possível observar que os maiores saldos de empregos incluem os setores do comércio, serviços e construção civil.

e) Taxa de escolaridade da população adulta

O indicador expressa o nível de escolaridade da população de 25 a 64 anos de idade, sendo um dos indicadores de desenvolvimento sustentável do IBGE.

Utilizando dados do Atlas do desenvolvimento humano no Brasil, que por sua vez utiliza dados do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e da Fundação João Pinheiro (FJP), é possível verificar a evolução da taxa de escolaridade das cidades pesquisadas, sendo o resultado, apenas em relação ao nível superior, apresentado no **Gráfico 7**.

Gráfico 7 – Escolaridade da população com 25 anos ou mais (%) – nível superior



Fonte: elaborado pelo autor (2018) com dados do Atlas do desenvolvimento humano no Brasil.

Com os dados do **Gráfico 7** é possível observar a evolução da taxa de escolaridade na educação superior dos adultos nos anos dos censos de 1991, 2000 e 2010 nas cidades com UNIPAMPA e nas cidades selecionadas como UC. Os dados do % da população, com 25 anos ou mais, em relação à escolaridade em todos os níveis são apresentados na íntegra na **Tabela 19** (população adulta dos municípios).

Na questão escolaridade as análises concentraram-se no indicador referente à taxa da população com ensino médio completo e superior incompleto e à taxa da população com ensino superior completo, sendo que no primeiro os índices variam de 18,12% (Dom Pedrito) a 26,95% (Uruguaiana) e no segundo de 7,18% (Itaqui) a 11,81% (Bagé). É importante considerar que as primeiras formaturas da UNIPAMPA ocorrem apenas a partir de 2010, sendo esse o ano do último censo.

Tabela 19 – Escolaridade da população adulta (25 anos ou mais) pelos censos 1991, 2000 e 2010 (cidade com UNIPAMPA seguida de sua UC)

(continua)

Municípios	Escolaridade da população com 25 anos ou mais (%)	Fundamental incompleto e analfabeto	Fundamental incompleto e alfabetizado	Fundamental completo e médio incompleto	Médio completo e superior incompleto	Superior completo
Alegrete	1991	14,77	55,71	12,85	10,15	6,52
	2000	10,40	52,80	15,40	13,40	8,00
	2010	7,23	40,54	16,81	24,49	10,93
Santo Ângelo	1991	11,51	56,12	11,80	12,23	8,34
	2000	7,60	51,70	14,20	17,00	9,50
	2010	5,15	41,43	16,05	23,21	14,16
Bagé	1991	13,62	51,52	13,65	12,72	8,49
	2000	9,40	46,60	16,60	18,20	9,20
	2010	5,95	38,46	17,85	25,93	11,81
Santa Cruz do Sul	1991	9,36	60,78	12,11	11,31	6,44
	2000	5,80	54,20	14,50	17,20	8,30
	2010	3,95	38,22	16,02	27,57	14,24
Caçapava do Sul	1991	18,35	60,56	10,22	6,31	4,56
	2000	14,70	56,80	12,70	11,50	4,30
	2010	9,82	48,00	15,38	18,24	8,56
Rio Pardo	1991	19,52	59,57	8,34	7,66	4,91
	2000	13,70	59,70	10,30	11,00	5,30
	2010	9,93	47,7	16,33	19,48	6,56
Dom Pedrito	1991	15,30	58,27	11,27	9,67	5,49
	2000	10,50	56,50	13,90	13,30	5,80
	2010	7,03	49,30	16,40	18,12	9,15
São Lourenço do Sul	1991	12,53	74,86	5,77	4,68	2,16
	2000	8,70	68,10	11,40	8,40	3,40
	2010	5,94	63,11	11,84	12,52	6,59
Itaqui	1991	15,09	58,48	12,22	9,03	5,18
	2000	11,00	54,60	17,00	12,30	5,10
	2010	7,69	44,91	19,83	20,39	7,18
Rosário do Sul	1991	17,32	60,95	8,86	9,19	3,68
	2000	12,00	55,10	14,50	14,40	4,00
	2010	9,13	46,91	17,13	18,67	8,16
Jaguarão	1991	15,21	58,39	13,04	8,69	4,67
	2000	10,20	56,80	13,20	14,20	5,60
	2010	7,76	46,37	17,22	20,71	7,94
Quaraí	1991	13,88	61,67	10,22	10,31	3,92
	2000	9,60	51,50	15,90	18,20	4,80
	2010	6,75	45,63	19,71	20,50	7,41
Santana do Livramento	1991	11,06	55,03	13,18	13,22	7,51
	2000	7,3	50,2	16,3	18,3	7,9
	2010	4,97	40,32	19,96	24,84	9,91
Cachoeira do sul	1991	17,96	56,10	10,67	8,77	6,50
	2000	12,80	52,10	13,50	13,20	8,40
	2010	9,02	41,57	16,1	22,19	11,12
São Borja	1991	16,38	55,94	12,60	10,31	4,77
	2000	11,30	55,50	14,70	13,20	5,30
	2010	8,03	43,77	16,32	22,50	9,38

Tabela 19 – Escolaridade da população adulta (25 anos ou mais) pelos censos 1991, 2000 e 2010 (cidade com UNIPAMPA seguida de sua UC)

(conclusão)

Municípios	Escolaridade da população com 25 anos ou mais (%)	Fundamental incompleto e analfabeto	Fundamental incompleto e alfabetizado	Fundamental completo e médio incompleto	Médio completo e superior incompleto	Superior completo
Santa Rosa	1991	10,33	59,98	11,22	10,83	7,64
	2000	7,20	55,80	14,00	14,80	8,20
	2010	4,60	40,92	17,67	24,82	11,99
São Gabriel	1991	19,38	55,85	11,15	8,11	5,51
	2000	13,70	53,20	13,00	13,20	6,90
	2010	9,67	47,41	15,12	19,47	8,33
Santiago	1991	12,57	61,09	10,70	9,50	6,14
	2000	8,60	54,00	14,40	16,20	6,80
	2010	5,47	41,36	16,41	23,81	12,95
Uruguaiana	1991	11,23	52,65	16,35	12,33	7,44
	2000	7,60	49,40	18,50	16,50	8,00
	2010	4,98	38,15	19,17	26,95	10,75
Erechim	1991	10,48	56,86	11,16	13,81	7,69
	2000	6,40	52,90	15,00	17,30	8,40
	2010	3,97	37,27	17,4	27,57	13,79

Fonte: Atlas do desenvolvimento humano no Brasil com dados PNUD, IPEA e FJP.

Os dados da **Tabela 19** demonstram a evolução do % da população com mais de 25 anos, conforme o grau de instrução, desde analfabetos ou com ensino fundamental incompleto até o % da população com ensino superior, ressaltando que a falta de dados posteriores a 2010, no mesmo formato, limita as análises da pesquisa.

Utilizando como parâmetro para o indicador de escolaridade as faixas de 18 a 24 anos para ensino fundamental e ensino médio e acima de 25 anos apenas para o ensino superior, de forma a comparar os dados disponíveis das cidades com os dados do estado do Rio Grande do Sul nos censos, tem-se os resultados descritos na **Tabela 20**.

Tabela 20 – Escolaridade da população adulta no estado e nas cidades pesquisadas, pelos censos de 1991, 2000 e 2010 (cidade com UNIPAMPA seguida de sua UC)

Estado e municípios	% de 18 a 24 anos com fundamental completo 1991	% de 18 a 24 anos com fundamental completo 2000	% de 18 a 24 anos com fundamental completo 2010	% de 18 a 24 anos com médio completo 1991	% de 18 a 24 anos com médio completo 2000	% de 18 a 24 anos com médio completo 2010	% de 25 anos ou mais com superior completo 1991	% de 25 anos ou mais com superior completo 2000	% de 25 anos ou mais com superior completo 2010
Rio Grande do Sul	41,99	62,50	79,25	20,58	35,24	50,42	6,14	7,21	11,28
Alegrete	46,24	64,99	81,69	17,09	29,54	47,84	6,52	7,98	10,93
Santo Ângelo	47,38	68,79	83,26	24,37	39,72	54,59	8,34	9,49	14,16
Bagé	51,48	66,13	74,12	24,48	31,87	43,08	8,49	9,23	11,81
Santa Cruz do Sul	42,35	68,06	85,08	24,13	40,35	62,64	6,44	8,27	14,24
Caçapava do Sul	39,98	58,82	67,97	16,91	28,72	42,51	4,56	4,34	8,56
Rio Pardo	30,59	54,28	73,70	14,50	26,88	43,32	4,91	5,34	6,56
Dom Pedrito	39,80	53,97	66,39	16,82	23,99	35,13	5,49	5,80	9,15
São Lourenço do Sul	25,69	50,00	71,43	13,39	19,72	36,84	2,16	3,42	6,59
Itaqui	38,96	55,77	70,22	13,18	24,66	39,54	5,18	5,15	7,18
Rosário do Sul	38,38	59,39	74,42	16,42	24,97	42,99	3,68	3,94	8,16
Jaguarão	42,62	54,05	75,82	18,69	28,43	44,66	4,67	5,65	7,94
Quaraí	47,42	61,59	66,43	18,20	28,51	37,54	3,92	4,78	7,41
Santana do Livramento	50,09	65,90	73,71	22,53	31,92	43,61	7,51	7,86	9,91
Cachoeira do Sul	44,35	64,29	80,97	21,22	35,70	49,73	6,50	8,41	11,12
São Borja	44,62	61,82	76,14	16,56	30,87	46,15	4,77	5,33	9,38
Santa Rosa	46,78	68,70	86,24	25,64	37,31	55,70	7,64	8,20	11,99
São Gabriel	37,19	60,75	73,47	14,96	26,44	41,91	5,51	6,86	8,33
Santiago	47,28	75,28	84,37	20,26	42,70	56,32	6,14	6,84	12,95
Uruguaiana	48,42	62,24	79,42	17,68	29,47	46,55	7,44	7,99	10,75
Erechim	44,88	69,43	84,65	24,30	41,72	59,19	7,69	8,40	13,79

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2018.

Pela **Tabela 20** é possível observar que muitos municípios do grupo UNIPAMPA e também das UC detinham taxas de escolaridade menores que o patamar estadual, principalmente nos níveis médio e superior, quando considerada a faixa de 18 a 24 anos para o fundamental e médio e acima de 25 anos para o ensino superior.

Dentre as cidades com UNIPAMPA, apenas Bagé tem uma taxa de ensino superior acima da média estadual nos três censos. É importante considerar que as primeiras formaturas da UNIPAMPA ocorreram a partir de 2010, naqueles cursos de menor duração, e que durante

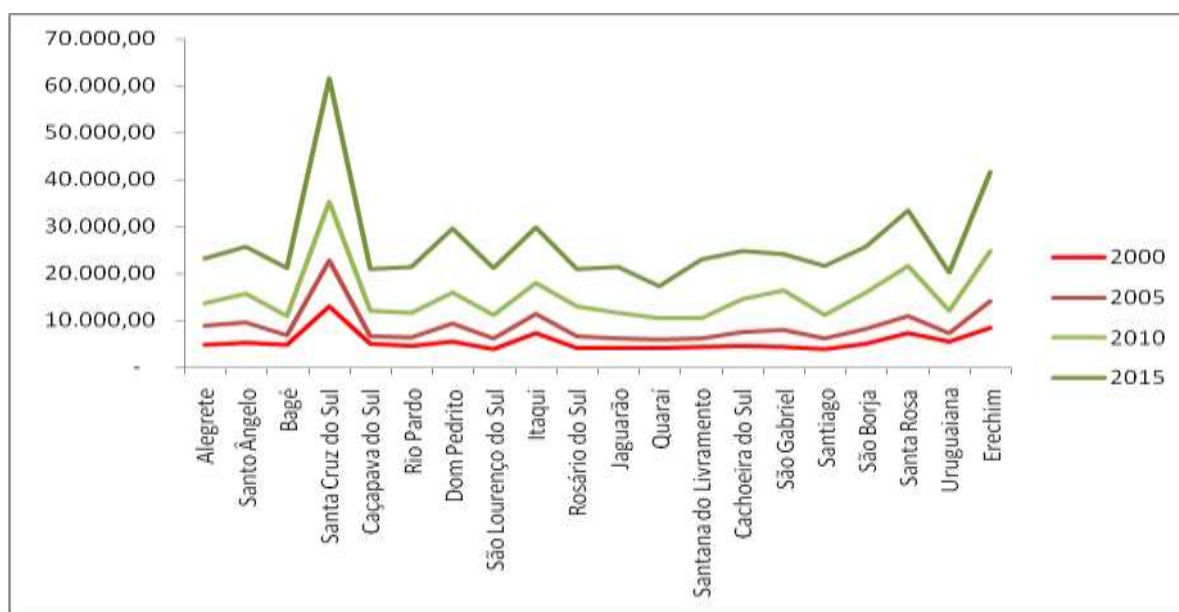
o censo de 2010 muitos alunos vindos de outros municípios foram recenseados nas cidades com UNIPAMPA.

A taxa de escolaridade da população adulta é um indicador de grande importância no contexto da pesquisa, porém a falta de dados posterior ao censo de 2010, no mesmo formato da variável, limita a pesquisa.

f) Produto interno bruto (PIB) per capita

O indicador expressa o nível médio de renda da população e sua capacidade de gerar riquezas. O **Gráfico 8** mostra a evolução do PIB per capita, considerando os anos de 2000 até 2015, sendo um dos indicadores no qual foi possível obter dados de um período maior, disponíveis na base da FEE.

Gráfico 8 – PIB per capita das cidades pesquisadas (valores em R\$)



Fonte: elaborado pelo autor (2018) com dados FEE.

O **Gráfico 8** demonstra o comportamento do indicador nas cidades do grupo UNIPAMPA e nas cidades selecionadas como UC, sendo possível observar que a evolução do crescimento do PIB per capita nesses municípios tende a um comportamento padrão na série, quando analisado no intervalo de cinco em cinco anos, a partir de 2000.

Os dados no indicador indicam que quando analisamos o PIB per capita das cidades com UNIPAMPA e das cidades selecionadas como unidade de comparação verifica-se um crescimento muito semelhante na série pesquisada (2000 até 2015). As cidades que já tinham um PIB per capita maior em 2005 mantiveram essa diferença (Dom Pedrito, Itaqui, Jaguarão e

São Gabriel) em relação às suas UC, enquanto as que tinham um PIB menor em 2005, em 2015 apresentavam a mesma situação (Alegrete, Bagé, Livramento, São Borja e Uruguaiana), em relação às suas UC. Caçapava do Sul detinha um PIB per capita superior a Rio Pardo em 2005 e em 2015 apresentou PIB per capita inferior. Quando se analisa as cidades com UNIPAMPA com o maior PIB per capita em 2015 temos na ordem Itaqui, Dom Pedrito, São Borja, São Gabriel, Alegrete, Santana do Livramento, Jaguarão, Bagé, Caçapava do Sul e Uruguaiana.

A **Tabela 21** contém toda a série obtida na base de dados da FEE, de 2000 até 2015, das cidades pesquisadas.

Tabela 21 – PIB per capita total das cidades pesquisadas em R\$ (cidade com UNIPAMPA seguida de sua UC)

(continua)								
Municípios	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Alegrete	4.807,36	5.654,36	6.657,17	8.321,15	9.231,63	8.775,37	9.515,67	10.064,23
Santo Ângelo	5.202,99	6.033,18	6.475,49	9.025,77	9.315,18	9.538,78	10.213,15	11.299,99
Bagé	4.888,48	5.201,05	5.215,56	5.840,20	6.501,76	6.879,01	7.264,53	7.929,16
Santa Cruz do Sul	12.962,18	15.018,61	19.797,44	20.643,89	24.006,23	22.748,68	23.816,37	24.283,27
Caçapava do Sul	5.050,55	5.533,98	4.939,92	6.374,77	7.078,89	6.678,53	6.797,28	7.759,76
Rio Pardo	4.623,68	5.998,82	5.784,94	6.658,40	6.930,90	6.293,90	6.932,09	8.029,92
Dom Pedrito	5.569,50	7.219,87	8.204,41	10.189,93	11.442,42	9.346,82	9.476,07	10.348,56
São Lourenço do Sul	4.026,86	4.812,54	4.510,46	5.438,43	6.296,55	6.049,29	6.685,42	7.882,32
Itaqui	7.346,95	7.852,06	9.014,16	11.053,95	12.114,82	11.396,50	12.417,16	11.905,56
Rosário do Sul	4.090,95	4.887,65	5.121,85	6.050,59	6.923,74	6.498,81	6.936,06	8.283,22
Jaguarão	4.257,47	4.542,62	4.626,10	5.674,87	6.128,86	6.215,84	6.308,50	7.473,38
Quaraí	4.191,63	5.090,73	5.409,70	5.735,54	6.310,14	5.898,66	6.732,84	7.065,31
Santana do Livramento	4.317,59	4.740,18	4.562,03	5.001,96	5.532,40	6.082,02	6.475,62	7.406,91
Cachoeira do Sul	4.581,48	5.299,23	6.004,26	7.081,99	7.752,88	7.522,72	7.961,70	9.404,97
São Borja	5.097,20	5.789,24	6.103,25	8.468,70	8.563,58	8.185,45	8.994,93	10.106,29
Santa Rosa	7.396,98	8.658,26	8.751,15	11.106,75	12.024,85	10.875,91	10.913,63	13.348,41
São Gabriel	4.450,52	5.238,71	6.362,42	7.622,30	8.212,15	7.945,48	8.708,80	10.794,45
Santiago	3.956,92	4.594,30	4.697,41	5.533,61	5.874,62	6.113,68	6.706,86	7.709,00
Uruguaiana	5.530,45	6.633,81	5.843,31	6.785,15	7.581,24	7.327,43	8.049,64	8.371,82
Erechim	8.491,11	9.782,76	10.193,90	11.490,79	13.337,11	14.085,10	15.083,03	16.712,24
Municípios	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Alegrete	12.101,61	12.094,50	13.703,92	14.313,44	16.913,72	19.176,10	21.199,24	23.182,37
Santo Ângelo	13.361,16	12.896,53	15.778,93	17.892,37	18.665,19	22.310,61	23.735,84	25.749,36

Tabela 21 – PIB per capita total das cidades pesquisadas em R\$ (cidade com UNIPAMPA seguida de sua UC)

Municípios	(conclusão)							
	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Bagé	8.965,40	9.021,91	11.028,73	11.974,79	14.150,13	17.040,92	18.366,05	21.057,36
Santa Cruz do Sul	26.275,53	30.285,31	35.309,28	40.648,97	45.384,21	53.832,35	63.692,22	61.584,72
Caçapava do Sul	10.745,89	11.706,05	12.071,22	13.440,00	14.568,32	18.075,58	19.187,34	20.920,10
Rio Pardo	9.360,77	9.600,11	11.678,78	13.276,18	13.281,78	18.031,18	19.140,04	21.255,57
Dom Pedrito	13.577,59	14.803,30	15.994,83	16.573,82	20.064,25	24.607,07	25.927,83	29.596,75
São Lourenço do Sul	9.198,71	10.083,76	11.254,69	12.970,05	15.277,81	17.570,10	20.064,17	21.178,52
Itaqui	15.434,61	16.357,25	17.966,51	19.077,94	21.653,59	25.746,81	27.694,56	29.774,22
Rosário do Sul	10.752,83	11.620,52	13.109,73	15.417,28	14.559,37	17.321,49	18.668,57	20.778,97
Jaguarão	9.452,99	9.646,75	11.743,20	11.942,24	14.521,77	18.303,84	20.620,98	21.220,46
Quaraí	8.470,03	8.941,17	10.499,74	10.707,11	11.729,15	13.435,64	15.385,95	17.223,85
Santana do Livramento	8.315,73	8.628,27	10.590,67	12.010,81	13.737,94	15.767,88	17.510,32	22.915,10
Cachoeira do Sul	11.684,23	12.731,31	14.579,40	16.759,82	18.110,47	21.267,80	23.867,48	24.778,91
São Borja	11.745,20	13.244,67	15.929,82	17.235,69	19.530,28	23.435,84	23.859,94	25.602,16
Santa Rosa	18.657,52	17.427,43	21.670,12	25.056,54	30.149,54	31.327,51	32.399,65	33.325,63
São Gabriel	12.409,16	13.719,02	16.476,83	14.468,36	15.636,30	18.879,58	20.337,21	23.958,19
Santiago	8.830,98	8.954,05	11.157,03	12.946,62	13.939,23	16.851,35	18.955,30	21.471,03
Uruguaiana	10.146,14	10.635,80	12.099,30	12.522,03	14.407,85	16.170,71	17.713,54	20.245,08
Erechim	19.198,37	20.228,90	24.945,79	29.335,79	32.884,27	40.220,38	40.260,67	41.645,09

Fonte: FEE, 2018 (exceto anos de 2002 a 2009 calculados pelo autor com base em dados FEE).

Pela **Tabela 21** pode observar a evolução do PIB per capita dos municípios pesquisados, desde 2000 até 2015.

Em relação ao PIB per capita, algumas cidades selecionadas como UC apresentam desempenhos significativamente melhores no indicador quando analisadas isoladamente, como é o caso de Santa Cruz do Sul e Erechim, que têm características econômicas e culturais diferenciadas, mas populações e classificações microrregionais em mesmo nível das cidades que receberam campus da UNIPAMPA.

g) Consumo de energia per capita

O indicador de energia elétrica consegue representar o nível de progresso econômico e as condições sociais de determinadas populações. Sua importância no contexto do desenvolvimento socioeconômico está representada em um dos dezessete objetivos para o

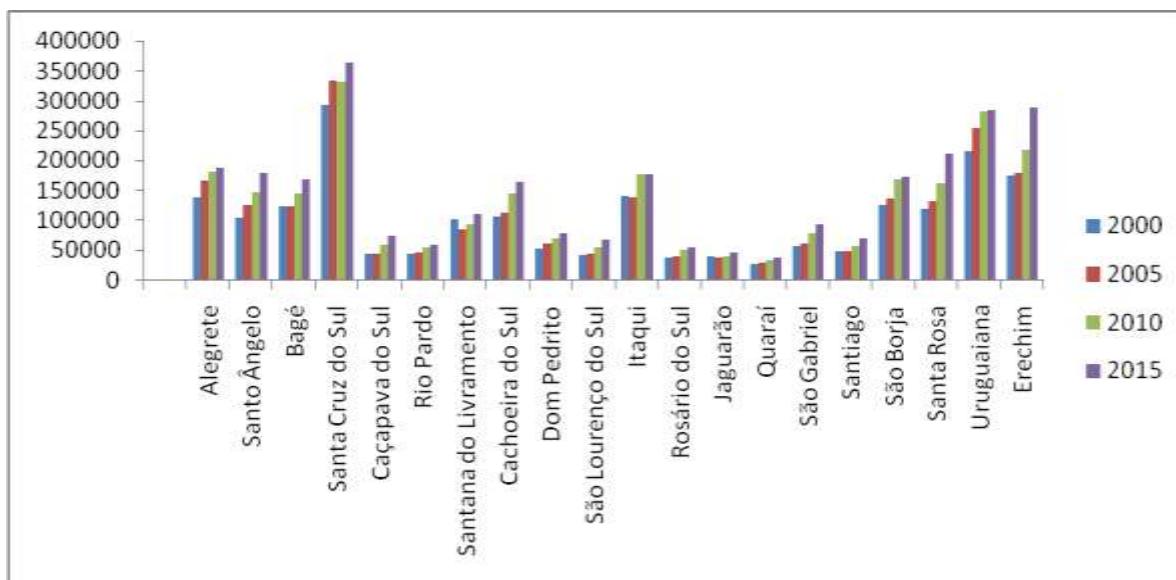
desenvolvimento sustentável da ONU, na agenda 2030, que busca assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia elétrica para todas as populações.

O consumo de energia elétrica demonstra a situação dos países em relação a sua capacidade de produção de bens e riquezas, e o patamar de desenvolvimento socioeconômico em que se posicionam. Tem a capacidade de demonstrar os reflexos nas condições econômicas e sociais das populações, estando correlacionado à capacidade de produção de riquezas e ao nível de acesso das famílias a bens de consumo e a melhoria de suas condições de vida (GOLDEMBERG; LUCON, 2007; FINKLER et al, 2016).

O consumo de energia elétrica, nesta pesquisa, foi obtido com base em dados disponíveis na FEE, de 1996 até 2015, demonstrando a evolução do consumo nas cidades pesquisadas. Em função do grande volume de dados levantados nessa pesquisa sobre o indicador, optou-se por apresentar apenas a representação gráfica no corpo da dissertação.

O **Gráfico 9** mostra a evolução do consumo de energia elétrica nas cidades pesquisadas, selecionado os anos de 2000, 2005, 2010 e 2015, como forma de melhorar a representação gráfica e coincidir com os anos dos censos de 2000 e 2010.

Gráfico 9 – Consumo de energia em MWh nos anos 2000, 2005, 2010 e 2015



Fonte: elaborado pelo autor (2018) com dados FEE.

No **Gráfico 9**, os anos de 2000 e 2005 representam o período anterior à implantação da UNIPAMPA e os anos de 2010 e 2015 representam o período após a implantação da UNIPAMPA, para aquelas cidades que receberam campus da universidade.

Pelo **Gráfico 9** pode-se observar que há crescimento do consumo de energia elétrica em todas as cidades pesquisadas, havendo diferenças no padrão de consumo entre as cidades, sendo que em alguns casos como Alegrete e Santo Ângelo e Uruguaiana e Erechim, as cidades com UNIPAMPA apresentam um padrão mais elevado de consumo, em relação à suas UC em toda a série pesquisada. Importante salientar que esse padrão elevado não é observado em outros indicadores, como no indicador de Rendimento Médio Domiciliar per capita e PIB per capita. Um maior padrão de consumo também é observado em: Caçapava do Sul em relação à Rio Pardo, em quase toda a série; Dom Pedrito e São Lourenço em toda a série; Jaguarão e Quaraí em toda a série; São Gabriel e Santiago em toda a série.

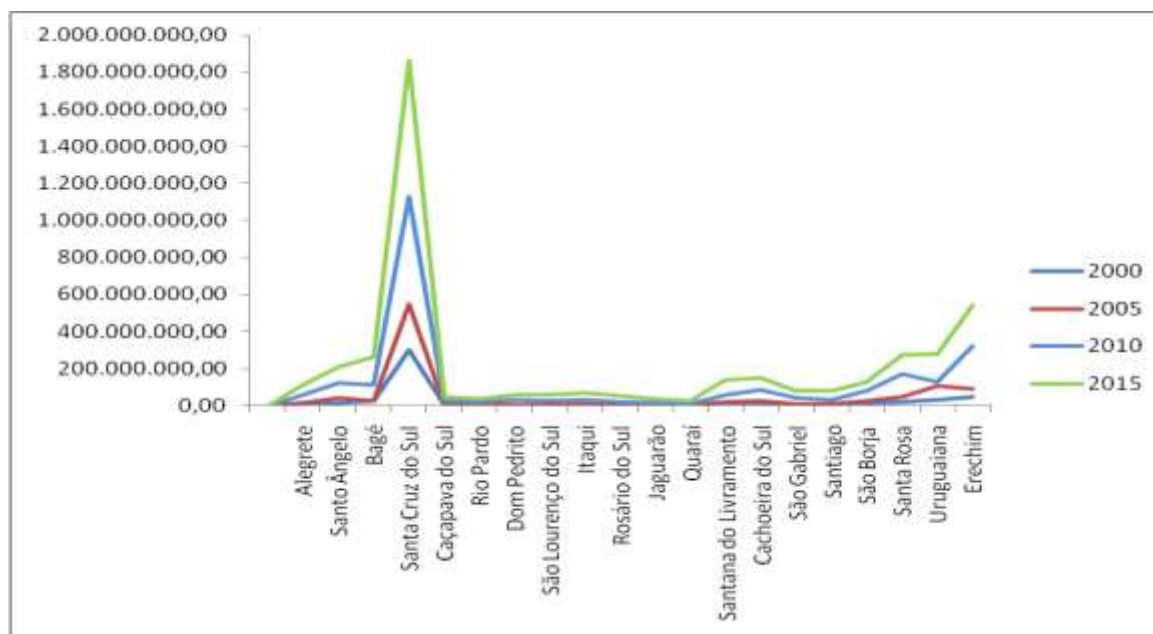
h) Arrecadação total de impostos estaduais e federais

O quadro econômico das cidades pode ser analisado pelo volume da arrecadação fiscal, que tem a capacidade de demonstrar o aumento da demanda e/ou a melhoria dos fatores produtivos. Embora o Brasil tenha uma das mais altas cargas tributárias e esse fator esteja, na maior parte das vezes, associado a problemas que impedem o crescimento econômico do país, o indicador pode ser avaliado pelo aspecto positivo em relação à produção e ao consumo. Nessa perspectiva positiva temos a importância do indicador no contexto dessa pesquisa.

Em função do grande volume de dados levantados nessa pesquisa sobre os indicadores, optou-se por apresentar apenas a representação gráfica no corpo da dissertação.

O **Gráfico 10** mostra a evolução dos principais tributos federais, compostos pelo Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), pelo Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e pela Receita Previdenciária, com dados disponíveis na FEE, a partir do ano de 1996, apresentados de cinco em cinco anos a partir de 2000, como forma de melhorar a representação gráfica e coincidir com os anos dos censos de 2000 e 2010.

Gráfico 10 – Arrecadação de impostos federais nos municípios pesquisados nos anos de 2000, 2005, 2010 e 2015 (valores em R\$)



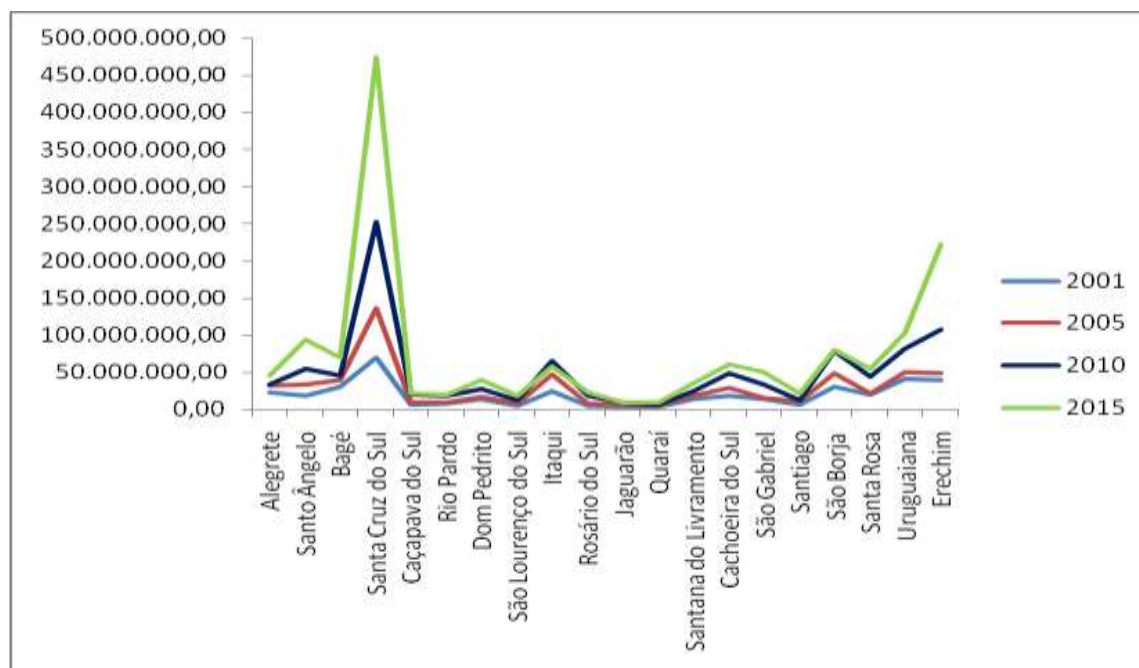
Fonte: elaborado pelo autor (2018) com dados FEE.

O **Gráfico 10** demonstra o nível de arrecadação de impostos no período de 2000 até 2015, havendo variações significativas na arrecadação de impostos federais nas cidades de Santa Cruz do Sul e Erechim, em relação às demais cidades pesquisadas. Embora essas cidades apresentem proporcionalidade de população às cidades com UNIPAMPA de Bagé e Uruguaiana, respectivamente, fatores produtivos e econômicos locais e regionais potencializam os municípios, como a presença de indústrias ligadas à cadeia do fumo em Santa Cruz do Sul e empresas ligadas ao polo metal mecânico, alimentícias, etc. em Erechim.

No período de 2000 até 2015 observa-se que há um aumento maior na AIF a partir de 2010 em algumas cidades com campus da UNIPAMPA, como Alegrete, Bagé, Santana do Livramento, São Gabriel, São Borja e Uruguaiana.

O **Gráfico 11** mostra a evolução da arrecadação dos principais tributos estaduais, compostos pelo Imposto sobre a Circulação de Mercadorias (ICMS), pelo Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) e sobre o Imposto sobre a Transmissão de Bens e Direitos (ITCD), com dados disponíveis na FEE, apresentados em um intervalo de cinco em cinco anos, a partir de 2001 (série de dados disponíveis na base da FEE). Como forma de melhorar a representação gráfica os dados são apresentados pelos anos de 2001, 2005, 2010 e 2015.

Gráfico 11 – Arrecadação de impostos estaduais nos municípios pesquisados nos anos de 2001, 2005, 2010 e 2015 (valores em R\$)



Fonte: elaborado pelo autor (2018) com dados FEE.

O **Gráfico 11** demonstra o nível de arrecadação de impostos estaduais no período de 2001 até 2015, apresentando semelhanças ao gráfico da evolução da arrecadação de impostos federais. Nota-se variações positivas, em relação à sua unidade de comparação, nas cidades com UNIPAMPA Dom Pedrito, Itaqui, São Borja, São Gabriel a partir de 2010, e nas cidades selecionadas como UC de Santo Ângelo, Santa Cruz do Sul, Cachoeira do Sul e Erechim.

No período de 2001 até 2015 verificam-se variações positivas na AIE em favor de cidades com campus da UNIPAMPA, em relação às cidades selecionadas como UC, como em Dom Pedrito; Itaqui, São Borja em toda a série; e São Gabriel a partir de 2010. Da mesma forma que na AIF algumas cidades selecionadas como UC demonstram maior AIE, fruto de uma matriz produtiva concentrada em de atividades industriais geradoras de grande volume de impostos.

i) Gastos com pesquisa e desenvolvimento (P&D)

O indicador representa os investimentos públicos e privados do País, no desenvolvimento científico e tecnológico, sendo uma variável de grande importância no contexto do desenvolvimento regional e nacional, diferenciando regiões e países e estando, em grande parte das vezes, ligada às atividades universitárias.

O Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), em âmbito nacional, é o responsável pelas políticas ligadas a ciência, tecnologia e inovação, sendo também responsável pelo controle dos recursos públicos e privados investidos na área.

Diversos órgãos, ligados ou não ao MCTIC atuam no fomento à pesquisa e ao desenvolvimento, como o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), que apóia a formação de recursos humanos para a pesquisa no país; a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), que apóia os programas de pós-graduação *stricto sensu*; a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), que fomenta a ciência, tecnologia e inovação em instituições públicas ou privadas; dentre outras, do âmbito nacional e estadual, público ou privado.

Os dados referentes ao indicador foram solicitados pela lei de acesso a informação ao MCTIC, pedindo o detalhamento dos gastos com pesquisa e desenvolvimento nas cidades do grupo UNIPAMPA e nas UC, sendo obtido que não há essa informação no nível geográfico pretendido, havendo apenas o controle pelas instituições e pesquisadores que receberam recursos.

Conforme obtido com a Coordenação de Planejamento e Gestão do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e do Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações (FUNTTEL), ambos ligados ao MCTIC, as informações, com o nível de detalhamento requerido, não estão disponíveis “pois os recursos são, em geral, repassados às Instituições de Ciência e Tecnologia que se localizam em determinado município efetuando pesquisas que podem ou não beneficiar outros municípios”.

Já a Coordenação de Planejamento e Gestão dos Fundos (COGEF), também ligada ao MCTIC, por e-mail, disponibilizou uma planilha com investimentos do FNDCT por projeto contratado, o que não permite o levantamento pretendido por município, mas dá condições de obter valores totais investidos no estado. A planilha contém um total de 4.767 contratações de projetos de pesquisa e bolsas, fomentadas com recursos do FNDCT entre os anos de 1999 e 2018, no estado do RS.

A planilha da COGEF detalha o ano, título do projeto, UF, coordenador, agência de fomento, fundo setorial, objetivos, início e término, valor contratado, instituições executoras e situação do projeto, sendo que, dos “4.767 projetos, 3.703 (78%) foram contratados pelo CNPq e 1.064 contratado pela Finep. O valor total contratado do conjunto dos projetos foi de 5,6 bilhões de reais nestes 20 anos (1999-2018)”. As informações disponibilizadas contêm lacunas que impossibilitam mapear os municípios que receberam investimentos como, por

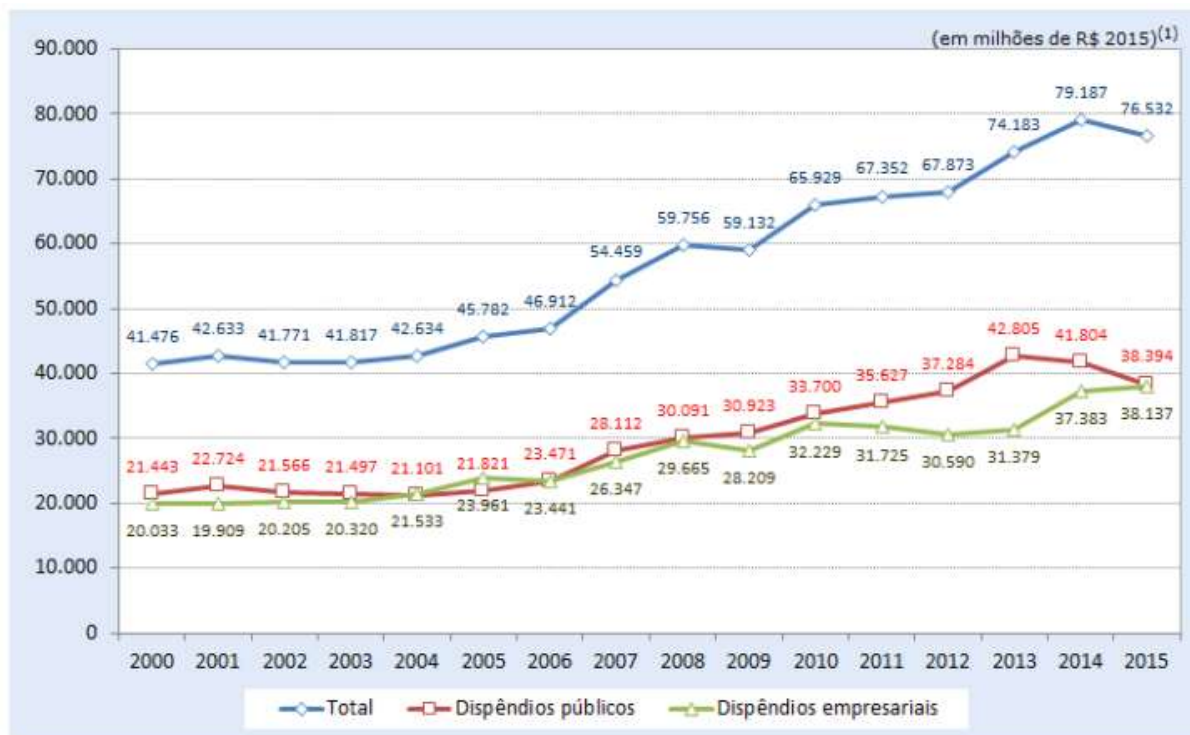
exemplo, a instituição executora nos projetos do CNPq, fruto, segundo a COGEF, da forma diversa de operação das agências de financiamento (FINEP e CNPq).

A título de informação, ressaltando as lacunas referentes às instituições executoras e a falta de valores de alguns projetos na referida planilha, o somatório total dos contratos no período no estado do RS foi de R\$247.781.462,22. Aplicando-se filtros na planilha da COGEF, para os projetos da Fundação Universidade Federal do Pampa, como instituição executora com recursos do FNDCT, através da FINEP, temos o valor de R\$10.099.260,70 investidos, o que não significa que apenas esse valor tenha sido aplicado em pesquisa e desenvolvimento na sua área de abrangência, uma vez que os pesquisadores da UNIPAMPA podem estar associados a projetos de outras instituições públicas ou de empresas privadas que não estão mapeadas nos controles do MCTIC.

Os valores obtidos nas agências de financiamento, por vezes são disponibilizados às instituições que participam de editais com vários projetos ou aos pesquisadores, que informam a sua instituição de origem, mas executam diretamente os recursos, prestando contas à concedente, o que dificulta o mapeamento, por exemplo, pelos relatórios de gestão, sendo ainda mais difícil mapear quais os municípios foram beneficiários dos gastos com P&D.

Valores de investimentos totais em pesquisa e desenvolvimento podem ser obtidos em nível de Brasil ou unidades da federação em algumas fontes, como os valores totais de dispêndio nacional, realizados pelo setor público e setor privado, disponibilizados pelo MCTIC e demonstrados no **Gráfico 12**.

Gráfico 12 – Dispêndio nacional em P&D - total e por setor de 2000 até 2015



Fonte: MCTIC, 2018.

No **Gráfico 12** observam-se os valores de investimentos públicos e privados em pesquisa e desenvolvimento, com uma tendência de crescimento nos investimentos a partir de 2006, possivelmente fomentados pela expansão das universidades públicas no país.

Nos indicadores de sustentabilidade do IBGE obtêm-se os investimentos nacionais, valor e % em relação ao PIB investidos em P&D, segundo os setores de aplicação, e que estão apresentados na **Tabela 22**.

Tabela 22 – Investimentos nacionais em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) - por setores de aplicação no Brasil em valores correntes (milhões de reais)

(continua)

Ano	Total (A+D)	Investimentos públicos (A=B+C)	Investimentos públicos – Federais (B)	Investimentos públicos – Estaduais (C)	Investimentos empresariais (D)
2000	12560,65	6493,84	4007,68	2486,16	6066,81
2001	13973,02	7447,79	4563,43	2884,36	6525,23
2002	15031,91	7760,89	4828,26	2932,63	7271,02
2003	17169,01	8825,99	5802,43	3023,55	8343,02
2004	18861,58	9335,29	6418,33	2916,95	9526,30
2005	21759,32	10371,22	7085,16	3286,06	11388,10
2006	23807,01	11911,11	8483,48	3427,63	11895,90

Tabela 22 – Investimentos nacionais em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) - por setores de aplicação no Brasil em valores correntes (milhões de reais)

(conclusão)

Ano	Total (A+D)	Investimentos públicos (A=B+C)	Investimentos públicos – Federais (B)	Investimentos públicos – Estaduais (C)	Investimentos empresariais (D)
2007	29416,39	15184,84	10444,76	4740,09	14231,55
2008	35110,83	17680,75	12069,08	5611,67	17430,08
2009	37285,30	19498,13	13461,94	6036,18	17787,17
2010	45072,85	23039,23	16039,54	6999,68	22033,63
2011	49875,86	26382,62	17784,19	8598,44	23493,24
2012	54254,60	29802,88	20020,70	9782,19	24451,71
2013	63748,60	36783,75	25802,48	10981,27	26964,85
2014*	73259,62	38582,44	26100,07	12482,37	34677,19

*Dados de 2014 são preliminares, segundo a fonte.

Fonte: IBGE, 2018 com base em dados MCTIC, acessados pelo órgão em março de 2017 (adaptado pelo autor).

A **Tabela 22** demonstra os valores investidos em pesquisa e desenvolvimento desde 2000 até 2014, porém, apenas para o nível geográfico de Brasil. Se a comparação for feita em relação ao PIB o resultado está demonstrado na **Tabela 23** em % segundo os setores de aplicação no Brasil.

Tabela 23 – Investimentos nacionais em P&D - % em relação ao PIB segundo os setores de aplicação no Brasil

Ano	Total (A+D)	Investimentos públicos (A=B+C)	Investimentos públicos – Federais (B)	Investimentos públicos – Estaduais (C)	Investimentos empresariais (D)
2000	1,04	0,54	0,33	0,21	0,50
2001	1,07	0,57	0,35	0,22	0,50
2002	1,01	0,52	0,32	0,20	0,49
2003	1,01	0,52	0,34	0,18	0,49
2004	0,97	0,48	0,33	0,15	0,49
2005	1,00	0,48	0,33	0,15	0,52
2006	0,98	0,49	0,35	0,14	0,49
2007	1,07	0,55	0,38	0,17	0,52
2008	1,13	0,57	0,39	0,18	0,56
2009	1,11	0,58	0,40	0,18	0,53
2010	1,16	0,59	0,41	0,18	0,57
2011	1,15	0,61	0,41	0,20	0,54
2012	1,15	0,63	0,42	0,21	0,52
2013	1,23	0,71	0,50	0,21	0,52
2014*	1,27	0,67	0,45	0,22	0,60

*Dados de 2014 são preliminares, segundo a fonte.

Fonte: IBGE, 2018 com base em dados MCTIC acessados pelo órgão em março de 2017 (adaptado pelo autor e com arredondamentos).

Nas tabelas de investimento em valores e % em relação ao PIB pode-se observar que há um maior investimento por parte do setor público em P&D em quase toda a série, atingindo o maior nível em relação ao PIB em 2014, no final do último período de expansão universitária no país.

Outros controles institucionais ou empresariais dispõem de informações sobre incentivos à P&D, como por exemplo, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), onde se obtêm, pelo mapa de investimentos, as informações referentes aos projetos de pesquisa e de bolsas em andamento. Atualmente são disponibilizadas informações sobre 21 projetos de pesquisa vinculados a docentes da UNIPAMPA, em diversos campi, que totalizam R\$455.651,15 e 101 bolsas de iniciação científica em diversas áreas e campi da universidade.

Pelas limitações de dados em relação ao indicador de gastos com P&D o mesmo não pode ser analisado da mesma forma que os demais, porém sua relevância dentre os indicadores de sustentabilidade e sua importância para análises referentes aos “efeitos para frente”, ocasionados pela implantação da universidade, são inquestionáveis, devendo figurar em trabalhos futuros, onde haja possibilidade de obter mais informações.

j) Índice de desenvolvimento humano municipal (IDHM)

Aspectos de longevidade, educação e renda podem ser mensurados com um indicador sintético, como o IDHM, que avalia o desenvolvimento dos municípios e regiões metropolitanas.

O IDHM por ser um indicador sintético tem a propriedade de resumir em, uma única variável, outros indicadores utilizados nessa pesquisa, como a renda e educação, somadas a indicadores relacionados à saúde da população (longevidade).

O IDHM é um indicador desenvolvido nos mesmos moldes do IDH global do PNUD, sendo uma adaptação realizada a partir de 2012 pelo PNUD do Brasil, pelo IPEA e a Fundação João Pinheiro para os mais de cinco mil municípios brasileiros. O IDHM utiliza os dados dos últimos três censos demográficos do IBGE em conformidade com os municípios existentes em 2010, sendo também calculado para o nível intramunicipal das regiões metropolitanas do país, de forma a criar mecanismos de avaliação das condições socioeconômicas e para fins de comparação entre cidades.

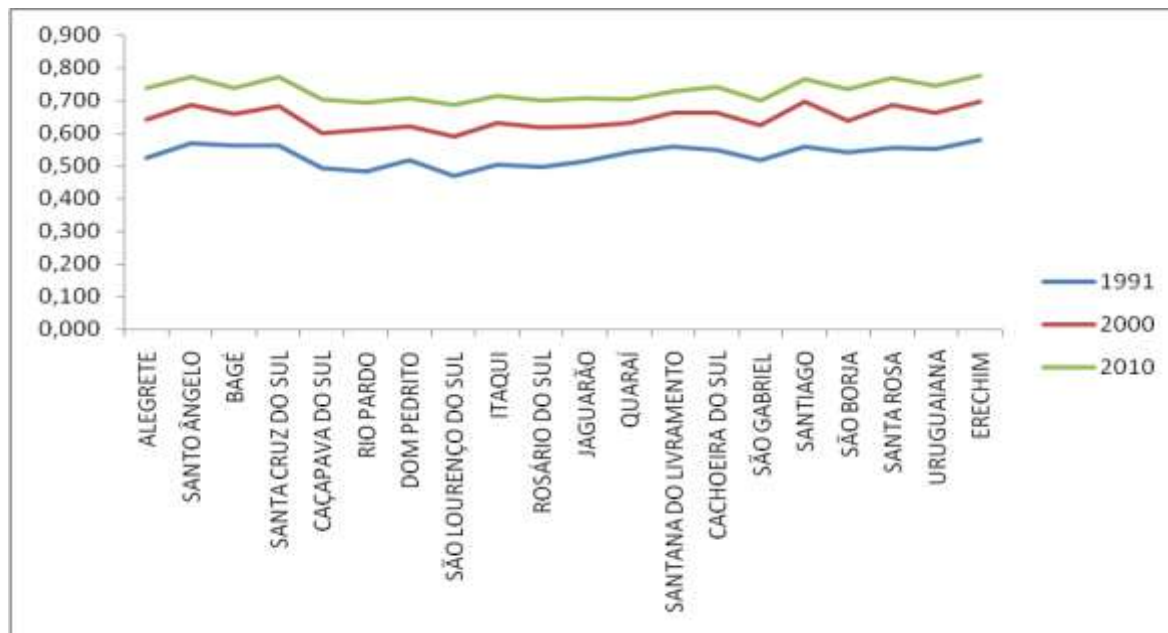
O IDHM brasileiro segue as mesmas dimensões do IDH Global, de longevidade, de educação e de renda, adequando a metodologia global ao contexto brasileiro e à

disponibilidade de indicadores nacionais, sendo disponibilizado pelo site o Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil.

Em uma breve síntese da composição das dimensões do IDHM temos: a Longevidade, que considera a esperança de vida ao nascer, com base em indicadores como a estimativa da taxa de fecundidade total e o padrão de mortalidade da população; a Educação, que utiliza a escolaridade da população adulta e o fluxo escolar da população jovem, com base em indicadores como o % da população de 18 anos ou mais com o ensino fundamental completo, o % de crianças de 5 a 6 anos frequentando a escola, o % de jovens de 11 a 13 anos frequentando os anos finais do ensino fundamental regular, o % de jovens de 15 a 17 anos com ensino fundamental completo e % de jovens de 18 a 20 anos com ensino médio completo; e a Renda que considera a média mensal dos indivíduos residentes expressa em reais a valores de 1º de agosto de 2010.

O **Gráfico 13** demonstra a evolução do IDHM nos municípios pesquisados, com base nos dados obtidos no site do Atlas do Desenvolvimento Humano.

Gráfico 13 – Evolução do IDHM dos municípios pesquisados



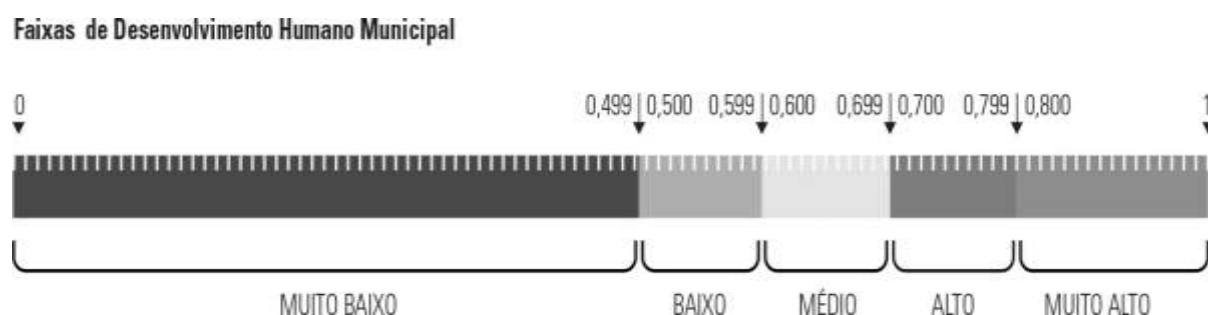
Fonte: elaborado pelo autor (2018) com dados do Atlas do desenvolvimento humano do Brasil (PNUD).

No indicador de IDHM, com exceção de São Gabriel que está no limite da faixa de médio IDHM (0,699), todas as demais cidades com UNIPAMPA estão na faixa de alto índice de desenvolvimento humano, condição que foi alcançada pela maioria dos municípios no

censo de 2010. No censo de 2000 a cidade de Caçapava do Sul apresentava uma classificação de Baixo IDHM e as demais de médio IDHM.

O IDHM varia entre 0 e 1, sendo que, quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento humano. A escala que mede o IDHM projeta-se em nível de muito baixo a muito alto, conforme a indicação da **Figura 13** (ATLAS PNDU, 2010).

Figura 13 – Faixas de classificação do IDHM



Fonte: Atlas do desenvolvimento humano do Brasil (PNUD), 2018.

Quando colocamos em perspectiva os dados do IDHM dos municípios pesquisados em relação do IDHM do estado pode-se observar a situação de cada cidade, em relação ao patamar do índice em nível estadual, conforme a **Tabela 24**.

Tabela 24 – IDHM do estado do RS e das cidades nos últimos três censos (cidade com UNIPAMPA seguida de sua UC)

(continua)

Estado / municípios	1991	2000	2010
Rio Grande do Sul	0,542	0,664	0,746
Alegrete	0,524	0,641	0,740
Santo Ângelo	0,568	0,685	0,772
Bagé	0,561	0,659	0,740
Santa Cruz do Sul	0,561	0,682	0,773
Caçapava do Sul	0,494	0,599	0,704
Rio Pardo	0,482	0,609	0,693
Dom Pedrito	0,515	0,621	0,708
São Lourenço do Sul	0,469	0,589	0,687
Itaqui	0,504	0,630	0,713
Rosário do Sul	0,496	0,616	0,699
Jaguarão	0,512	0,620	0,707
Quaraí	0,542	0,630	0,704

Tabela 24 – IDHM do estado do RS e das cidades nos últimos três censos (cidade com UNIPAMPA seguida de sua UC)

(conclusão)

Estado / municípios	1991	2000	2010
Santana do Livramento	0,557	0,663	0,727
Cachoeira do Sul	0,546	0,661	0,742
São Gabriel	0,518	0,624	0,699
Santiago	0,559	0,696	0,766
São Borja	0,540	0,637	0,736
Santa Rosa	0,555	0,685	0,769
Uruguaiana	0,550	0,663	0,744
Erechim	0,578	0,696	0,776

Fonte: elaborado pelo autor (2018), com dados Atlas PNDU e Atlas do RS.

Conforme se observa na **Tabela 24** o RS passou de um baixo desenvolvimento humano em 1991 para um nível de alto desenvolvimento humano em 2010, o que também se observa na maior parte dos municípios, com exceção dos municípios de Rio Pardo, Rosário do Sul, São Gabriel, São Lourenço do Sul.

O IDHM por si só já é representativo da situação e da evolução socioeconômica das cidades, porém, em uma análise preliminar observa-se que embora haja diferenças econômicas e sociais entre os municípios pesquisados, quando os índices de renda, longevidade e educação são aglutinados, por multiplicação geométrica, essas diferenças tendem ao nivelamento, uma vez que temos várias cidades no mesmo patamar de desenvolvimento humano, como se pode observar no **Quadro 10**.

Quadro 10 – Comparativo do IDHM das cidades com campus UNIPAMPA e das cidades selecionadas como UC

(continua)

Grupo UNIPAMPA	1991	2000	2010	Faixa do IDHM	Unidades de comparação	1991	2000	2010	Faixa do IDHM
Alegrete	0,524	0,641	0,740	Alto (IDHM entre 0,700 e 0,799)	Santo Ângelo	0,568	0,685	0,772	Alto (IDHM entre 0,700 e 0,799)
Bagé	0,561	0,659	0,740	Alto (IDHM entre 0,700 e 0,799)	Santa Cruz do Sul	0,561	0,682	0,773	Alto (IDHM entre 0,700 e 0,799)
Caçapava do Sul	0,494	0,599	0,704	Alto (IDHM entre 0,700 e 0,799)	Rio Pardo	0,482	0,609	0,693	Médio (IDHM entre 0,600 e 0,699)
Dom Pedrito	0,515	0,621	0,708	Alto (IDHM entre 0,700 e 0,799)	São Lourenço do Sul	0,469	0,589	0,687	Médio (IDHM entre 0,600 e 0,699)

Quadro 10 – Comparativo do IDHM das cidades com campus UNIPAMPA e das cidades selecionadas como UC

(conclusão)

Grupo UNIPAMPA	1991	2000	2010	Faixa do IDHM	Unidades de comparação	1991	2000	2010	Faixa do IDHM
Itaqui	0,504	0,630	0,713	Alto (IDHM entre 0,700 e 0,799)	Rosário do Sul	0,496	0,616	0,699	Médio (IDHM entre 0,600 e 0,699)
Jaguarão	0,512	0,620	0,707	Alto (IDHM entre 0,700 e 0,799)	Quaraí	0,542	0,630	0,704	Alto (IDHM entre 0,700 e 0,799)
Santana do Livramento	0,557	0,663	0,727	Alto (IDHM entre 0,700 e 0,799)	Cachoeira do Sul	0,546	0,661	0,742	Alto (IDHM entre 0,700 e 0,799)
São Gabriel	0,518	0,624	0,699	Médio (IDHM entre 0,600 e 0,699)	Santiago	0,559	0,696	0,766	Alto (IDHM entre 0,700 e 0,799)
São Borja	0,540	0,637	0,736	Alto (IDHM entre 0,700 e 0,799)	Santa Rosa	0,555	0,685	0,769	Alto (IDHM entre 0,700 e 0,799)
Uruguaiana	0,550	0,663	0,744	Alto (IDHM entre 0,700 e 0,799)	Erechim	0,578	0,696	0,776	Alto (IDHM entre 0,700 e 0,799)

Fonte: Atlas do desenvolvimento humano no Brasil.

Com exceção das cidades de Rio Pardo, Rosário do Sul, São Lourenço do Sul e São Gabriel todas as demais pesquisadas estão no mesmo patamar, de alto IDHM.

6.3 ANÁLISE ESTATÍSTICA DE AGRUPAMENTOS E INFERÊNCIAS ESTATÍSTICAS

Com auxílio de técnicas estatísticas de análise de agrupamentos e testes paramétricos e não paramétricos esta seção apresenta o detalhamento dos testes realizados e os resultados obtidos.

A análise de agrupamento procurou testar o critério adotado para seleção de UC, buscando agrupar as cidades gaúchas com base na utilização de indicadores socioeconômicos.

Os testes de inferência estatística foram utilizados para comparar as cidades que receberam campus da UNIPAMPA em 2006, com as cidades selecionadas como UC pelo critério da PNDR I e população. O teste t e a estatística u foram aplicados aos dados dos indicadores da pesquisa, para verificar se existem diferenças significativas entre os grupos e, dessa forma, colaborar para a avaliação do impacto socioeconômico da implantação da UNIPAMPA.

6.3.1 Análise de agrupamento

A análise de agrupamento é utilizada para classificar casos em grupos por similaridades pré-definidas para análise, havendo vários métodos, dentre eles o de *K-means*, que possibilita informar o número de agrupamentos desejado (BUSSAB et al, 1990; HAIR et al, 2005; MALHOTRA, 2006).

Para a análise de agrupamento pretendida foram utilizados quatro indicadores afins desta pesquisa, informando dados dos censos de 2000 e 2010, obtidas para todos os municípios gaúchos pelo site Atlas do Brasil, sendo as variáveis, disponíveis no site: população total; taxa de desocupação para 18 anos ou mais; % de 25 anos ou mais com ensino superior completo; e renda per capita.

Para a classificação foi utilizado o método *K-means*, informando a menor referência geográfica pesquisada, as Regiões Funcionais de Planejamento do RS, que dividem o estado em nove regiões para fins de orientação das ações do PPA, possibilitando que o sistema calcule as iterações e classifique as cidades gaúchas em apenas nove aglomerados. As iterações utilizadas foram as pré-programadas pelo SPSS (máximas de 10), informando as quatro variáveis socioeconômicas obtidas no site da Atlas do Brasil e rotulando por municípios, sendo os resultados apresentados na **Tabela 25**, referente ao número de cidades em cada agrupamento.

Tabela 25 – Número de casos em cada agrupamento de cidades nos censos de 2000 e 2010

Dados censo de 2000			Dados do censo de 2010		
Agrupamentos	1	11	Agrupamentos	1	1
	2	4		2	4
	3	1		3	2
	4	1		4	4
	5	77		5	59
	6	4		6	21
	7	2		7	388
	8	357		8	1
	9	21		9	6
Válido		478	Válido		486
*Ausente		18	*Ausente		10

*Os valores ausentes referem-se à falta de alguns dados em algum indicador selecionado, de alguns municípios, não estando dentre esses municípios com UNIPAMPA ou municípios selecionados como UC

Com base na **Tabela 25** é possível observar o número de cidades gaúchas que compõem cada agrupamento, baseado nos indicadores selecionados com dados dos censos de 2000 (antes da UNIPAMPA) e 2010 (último censo após a implantação da universidade).

A **Tabela 26** apresenta o agrupamento que contém cidades com UNIPAMPA ou cidades selecionadas como UC, agrupados com base nos dados do censo de 2000, de forma a possibilitar avaliar a similaridade socioeconômica das cidades, com base nos indicadores informados no SPSS.

Tabela 26 – Cidades do grupo UNIPAMPA ou cidades selecionadas como UC nos agrupamentos pelo censo de 2000

Membros do agrupamento 1			
Número de caso	Municípios	Agrupamento	Distância
6	Alegrete	1	17110,857
61	Cachoeira do Sul	1	13575,712
30	Bagé	1	13391,528
148	Erechim	1	14090,704
363	Santa Cruz do Sul	1	6184,676
368	Santana do Livramento	1	10599,589
473	Uruguaiana	1	25487,519
Membros do agrupamento 5			
Número de caso	Municípios	Agrupamento	Distância
59	Caçapava do Sul	5	10396,74
136	Dom Pedrito	5	16163,15
214	Itaqui	5	15523,7
222	Jaguarão	5	5846,327
335	Quaraí	5	268,592
344	Rio Pardo	5	13536,44
353	Rosário do Sul	5	16811,66
Membros do agrupamento 9			
Número de caso	Municípios	Agrupamento	Distância
369	Santa Rosa	9	4935,192
372	Santiago	9	10140,819
373	Santo Ângelo	9	16664,238
381	São Borja	9	4789,589
385	São Gabriel	9	103,122
399	São Lourenço do Sul	9	16390,457

Fonte: elaborado pelo autor, 2018 – com base nos resultados dos testes.

Com base nos dados do censo 2000 (antes da UNIPAMPA) apenas Alegrete e Santo Ângelo e Dom Pedrito e São Lourenço do Sul não estão no mesmo agrupamento de cidades similares, considerando os quatro indicadores socioeconômicos selecionados.

A **Tabela 27** apresenta o agrupamento que contém cidades com UNIPAMPA ou cidades selecionadas como UC, agrupados com base nos dados do censo de 2010, de forma a possibilitar avaliar a similaridade socioeconômica das cidades, com base nos indicadores informados no SPSS.

Tabela 27 – Cidades do grupo UNIPAMPA ou cidades selecionadas como unidades de comparação nos agrupamentos pelo censo de 2010

Membros do agrupamento 5			
Número de caso	Municípios	Agrupamento	Distância
59	Caçapava do Sul	5	5995,501
136	Dom Pedrito	5	787,075
214	Itaqui	5	1530,692
222	Jaguarão	5	11754,270
335	Quaraí	5	16664,845
344	Rio Pardo	5	2094,958
353	Rosário do Sul	5	57,019
372	Santiago	5	9386,936
399	São Lourenço do Sul	5	3426,045
Membros do agrupamento 6			
Número de caso	Municípios	Agrupamento	Distância
6	Alegrete	6	1397,230
61	Cachoeira do Sul	6	7553,347
148	Erechim	6	19812,263
368	Santana do Livramento	6	6194,099
369	Santa Rosa	6	7688,344
373	Santo Ângelo	6	0,000
381	São Borja	6	14605,821
385	São Gabriel	6	15852,287
Membros do agrupamento 9			
Número de caso	Municípios	Agrupamento	Distância
30	Bagé	9	14163,139
363	Santa Cruz do Sul	9	12586,666
473	Uruguaiana	9	5522,036

Fonte: elaborado pelo autor, 2018 – com base nos resultados dos testes.

Com base nos dados do censo 2010 (após a implantação da UNIPAMPA) apenas São Gabriel e Santiago e Uruguaiana e Erechim não estão no mesmo agrupamento de cidades similares, considerando os quatro indicadores socioeconômicos selecionados.

As análises de agrupamentos ajudam a entender a dinâmica do desenvolvimento regional, uma vez que as cidades funcionam como polos de atração de pessoas e investimentos, servindo como centros de consumo e prestação de serviço.

As dinâmicas microeconômicas e as peculiaridades geográficas e logísticas do estado do Rio Grande do Sul contribuem para que cidades de um mesmo porte populacional apresentem grandes disparidades em alguns indicadores. Porém, como já mencionado nessa pesquisa, essas disparidades tendem a diminuir quando a análise é realizada por microrregiões do IBGE, regiões dos COREDES, regiões funcionais de planejamento ou quando analisamos agrupamentos com base em variáveis como população, emprego, nível de escolaridade e renda.

O critério base para seleção das UC nessa pesquisa foi a classificação das cidades na tipologia sub-regional da PNDR I, que é anterior a criação da UNIPAMPA e foi uma política nacional paralela a política nacional de expansão do ensino superior, buscando também a proximidade populacional como um fator de similaridade entre as cidades.

A análise de agrupamentos, com os indicadores selecionados, corrobora com a utilização das cidades selecionadas como UC, uma vez que aquelas com maior disparidade em alguns indicadores figuram no mesmo agrupamento quando avaliadas pelo método de classificação *K-means*.

6.3.2 Testes de normalidade e de homogeneidade de variâncias

Os testes de normalidade e de homogeneidade de variâncias foram realizados para definir qual teste (paramétricos ou não paramétricos) iria ser aplicado aos dados do indicador, de forma a verificar a existência ou não de variações significativas nas médias ou medianas dos grupos.

O método utilizado para análise da normalidade foi o teste de Shapiro-Wilk, que compara escores de uma amostra a uma distribuição normal modelo, de mesma média e variância dos valores encontrados na amostra. Se o teste é significativo ($p < 0,05$) a distribuição é significativamente diferente de uma distribuição normal (FIELD, 2009). Para o teste da homogeneidade das variâncias foi utilizado o teste de Levene, que verifica a

hipótese de que a variância nos grupos é a mesma, sendo significativo ($p \leq 0,05$) para situações onde as variâncias são significativamente diferentes (FIELD, 2009).

O **Quadro 11** identifica o teste que foi aplicado aos dados dos indicadores para verificar a existência de diferenças significativas nas médias ou medianas, com base no teste de normalidade e homogeneidade de variâncias.

Quadro 11 – Testes a serem aplicados conforme o resultado do teste de normalidade e homogeneidade

Indicador	Teste
Taxa de crescimento populacional	Teste t
Índice de GINI	Teste t
Renda domiciliar média per capita	Teste t
Renda domiciliar média	Teste t
Taxa de desocupação	Teste t
PIB per capita	Mann-Whitney
Consumo de energia elétrica	Mann-Whitney
Arrecadação de impostos - federais	Mann-Whitney
Arrecadação de impostos - estaduais	Mann-Whitney
IDHM	Mann-Whitney
Taxa de escolaridade da população adulta - médio completo e superior incompleto	Teste t
Taxa de escolaridade da população adulta - superior completo	Teste t

Fonte: elaborado pelo autor, 2018 – com base nos resultados dos testes.

6.3.3 Resultados dos testes de inferência estatística por indicador

Nesta subseção são apresentados os resultados dos testes estatísticos dos indicadores, entre o grupo de cidades com UNIPAMPA e o grupo formado pelas UC.

a) Taxa de crescimento populacional

Na taxa de crescimento populacional foi aplicado o teste t homocedástico, buscando analisar a existência de diferenças significativas entre as médias do grupo de cidades com UNIPAMPA e o grupo de cidades selecionadas como UC. Os resultados do teste t homocedástico são apresentados na **Tabela 28**, incluindo o desvio padrão, o erro padrão, o valor de t, os graus de liberdade e o valor de significância do teste.

Tabela 28 – Média, desvio padrão, erro padrão, valor de t, graus de liberdade e valor de significância do teste, referentes à taxa de crescimento populacional

Indicador	Cidades com e sem UNIPAMPA	n	Média	Erro padrão da média	t	df	Sig.
Taxa crescimento populacional censo 2000	Grupo UNIPAMPA	10	0,5254	0,1534	0,599	18,0	0,556
	Unidades de comparação	10	0,2954	0,3518			
Taxa crescimento populacional censo 2010	Grupo UNIPAMPA	10	-0,4688	0,0904	-2,501	18,0	0,022
	Unidades de comparação	10	0,0039	0,1659			
Taxa crescimento populacional estimativa 2017	Grupo UNIPAMPA	10	0,3187	0,0703	-2,343	18,0	0,031
	Unidades de comparação	10	0,5906	0,0922			

Fonte: elaborado pelo autor, 2018 – com base nos resultados dos testes.

O resultado do teste demonstra, com 95% de confiança, que existem diferenças significativas, nas taxas de crescimento entre as cidades com UNIPAMPA e as cidades selecionadas como UC, no período correspondente aos censos de 2010 e na estimativa de 2017. Pelas médias dos grupos, as cidades com UNIPAMPA apresentavam decréscimo populacional no censo de 2010, havendo recuperação na estimativa de 2017, porém a uma taxa média menor em relação ao grupo de cidades selecionadas como UC.

b) Índice de GINI

No índice de GINI foi aplicado o teste t homocedástico, buscando analisar a existência de diferenças significativas entre as médias do grupo de cidades com UNIPAMPA e o grupo de cidades selecionadas como UC. Os resultados do teste t homocedástico são apresentados na **Tabela 29**, incluindo o desvio padrão, o erro padrão, o valor de t, os graus de liberdade e o valor de significância do teste.

Tabela 29 – Média, desvio padrão, erro padrão, valor de t, graus de liberdade e valor de significância do teste, referentes ao índice de Gini

Indicador	Cidades com e sem UNIPAMPA	n	Média	Erro padrão da média	t	df	Sig.
Índice de GINI censo 1991	Grupo UNIPAMPA	10	0,6063	0,00999	1,259	18,0	0,224
	Unidades de comparação	10	0,5870	0,01162			
Índice de GINI censo 2000	Grupo UNIPAMPA	10	0,5914	0,00803	3,727	18,0	0,002
	Unidades de comparação	10	0,5535	0,00624			
Índice de GINI censo 2010	Grupo UNIPAMPA	10	0,5389	0,00910	2,563	18,0	0,020
	Unidades de comparação	10	0,5064	0,00879			

Fonte: elaborado pelo autor, 2018 – com base nos resultados dos testes.

O resultado do teste demonstra, com 95% de confiança, que existem diferenças significativas no índice de GINI entre as cidades com UNIPAMPA e as cidades selecionadas como UC, no período correspondente ao censo de 2000, mantendo a mesma diferença significativa no censo de 2010.

Pelo teste t das médias dos grupos, o grupo com UNIPAMPA apresenta uma média significativamente diferente e maior no indicador do censo 2000 e significativamente diferente e maior no censo de 2010, em comparação à média do grupo de cidades selecionadas como unidades de comparação.

c) Rendimento Médio Domiciliar Per Capta (RMD per capta)

No indicador de Rendimento Médio Domiciliar Per Capta foi aplicado o teste t homocedástico para os dados do censo de 1991 e heterocedástico para os dados do censo de 2000 e 2010, buscando analisar a existência de diferenças significativas entre as médias do grupo de cidades com UNIPAMPA e o grupo de cidades selecionadas como UC. Os resultados do teste t homocedástico e heterocedástico são apresentados na **Tabela 30**,

incluindo o desvio padrão, o erro padrão, o valor de t, os graus de liberdade e o valor de significância do teste.

Tabela 30 – Média, desvio padrão, erro padrão, valor de t, graus de liberdade e valor de significância do teste, referentes ao RMD per capta

Indicador	Cidades com e sem UNIPAMPA	n	Média	Erro padrão da média	t	df	Sig.
Renda Média Domiciliar Per Capta censo 1991	Grupo UNIPAMPA	10	309,20	12,2350	-0,756	18,00	0,460
	Unidades de comparação	10	325,38	17,5702			
Renda Média Domiciliar Per Capta censo 2000	Grupo UNIPAMPA	10	519,91	18,7529	-1,260	13,739	0,229
	Unidades de comparação	10	570,11	35,1508			
Renda Média Domiciliar Per Capta censo 2010	Grupo UNIPAMPA	10	664,02	18,7195	-2,115	11,057	0,058
	Unidades de comparação	10	786,91	55,0041			

Fonte: elaborado pelo autor, 2018 – com base nos resultados dos testes.

O resultado do teste demonstra, com 95% de confiança, que não existem diferenças significativas no Rendimento Médio Domiciliar Médio Per Capta, entre o grupo de cidades com UNIPAMPA e as cidades selecionadas como UC.

d) Rendimento Domiciliar Médio (RDM)

No indicador de Rendimento Domiciliar Médio foi aplicado o teste t homocedástico para os dados do censo de 2000 e heterocedástico para os dados do censo de 2010, buscando analisar a existência de diferenças significativas entre as médias do grupo de cidades com UNIPAMPA e o grupo de cidades selecionadas como UC. Os resultados do teste t homocedástico e heterocedástico são apresentados na **Tabela 31**, incluindo o desvio padrão, o erro padrão, o valor de t, os graus de liberdade e o valor de significância do teste.

Tabela 31 – Média, desvio padrão, erro padrão, valor de t, graus de liberdade e valor de significância do teste, referentes ao RDM

Indicador	Cidades com e sem UNIPAMPA	n	Média	Erro padrão da média	t	df	Sig.
Rendimento Domiciliar Médio censo 2000	Grupo UNIPAMPA	10	898,21	34,5260	-1,006	18,00	0,328
	Unidades de comparação	10	963,06	54,4053			
Rendimento Domiciliar Médio censo 2010	Grupo UNIPAMPA	10	1754,06	49,8475	-1,907	11,905	0,081
	Unidades de comparação	10	2006,11	122,4133			

Fonte: elaborado pelo autor, 2018 – com base nos resultados dos testes.

O resultado do teste demonstra, com 95% de confiança, que não existem diferenças significativas no indicador de Rendimento Domiciliar Médio, entre o grupo de cidades com UNIPAMPA e as cidades selecionadas como UC.

e) Taxa de Desocupação

No indicador da Taxa de Desocupação foi aplicado o teste t homocedástico para os dados do censo de 1991, de 2000 e de 2010, buscando analisar a existência de diferenças significativas entre as médias do grupo de cidades com UNIPAMPA e o grupo de cidades selecionadas como UC. O resultado do teste t homocedástico é apresentado na **Tabela 32**, incluindo o desvio padrão, o erro padrão, o valor de t, os graus de liberdade e o valor de significância do teste.

Tabela 32 – Média, desvio padrão, erro padrão, valor de t, graus de liberdade e valor de significância do teste, referentes à taxa de desocupação

Indicador	Cidades com e sem UNIPAMPA	n	Média	Erro padrão da média	t	df	Sig.
Taxa de Desocupação censo 1991	Grupo UNIPAMPA	10	4,3440	0,3688	2,682	18,00	0,015
	Unidades de comparação	10	2,9380	0,3727			
Taxa de Desocupação censo 2000	Grupo UNIPAMPA	10	15,6750	0,9440	3,332	18,00	0,004
	Unidades de comparação	10	11,9390	0,6049			
Taxa de Desocupação censo 2010	Grupo UNIPAMPA	10	7,1390	0,3463	3,600	18,00	0,002
	Unidades de comparação	10	5,1610	0,4266			

Fonte: elaborado pelo autor, 2018 – com base nos resultados dos testes.

O resultado do teste demonstra, com 95% de confiança, que existem diferenças significativas na taxa de desocupação, entre as médias das cidades com UNIPAMPA e as cidades selecionadas como UC, nos censos de 1991, 2000 e 2010. Pelas médias dos grupos, as cidades com UNIPAMPA apresentam, nos três censos, taxas de desemprego superiores ao grupo de cidades selecionadas como UC, levando em conta que esse indicador isolado por município tende a apresentar resultados bem distintos entre determinadas cidades com UNIPAMPA e sua unidade de comparação.

f) PIB per capita

No indicador de PIB per capita foi aplicado o teste Mann-Whitney para os dados de 1999 até 2015, buscando analisar a existência de diferenças significativas entre as medianas do grupo de cidades com UNIPAMPA e o grupo de cidades selecionadas como UC. Os resultados do teste não paramétrico são apresentados na **Tabela 33**, incluindo o mínimo e máximo, o valor da estatística u e a significância do teste.

Tabela 33 – Mínimo e máximo, valor da estatística u e a significância do teste, referentes ao PIB per capita

Indicador	n	Mínimo	Máximo	Mann-Whitney U	Sig.
PIB per capita 1999	20	3.721,37	13283,31	41,00	0,496
PIB per capita 2000	20	3.956,92	12.962,18	43,00	0,597
PIB per capita 2001	20	4.542,62	15.018,61	45,00	0,705
PIB per capita 2002	20	4.510,46	19.797,44	46,00	0,762
PIB per capita 2003	20	5.001,96	20.643,89	46,00	0,762
PIB per capita 2004	20	5.532,40	24.006,23	47,00	0,821
PIB per capita 2005	20	5.898,66	22.748,68	48,00	0,880
PIB per capita 2006	20	6.308,50	23.816,37	46,00	0,762
PIB per capita 2007	20	7.065,31	24.283,27	43,00	0,597
PIB per capita 2008	20	8.315,73	26.275,53	46,00	0,762
PIB per capita 2009	20	8.628,27	30.285,31	47,00	0,821
PIB per capita 2010	20	10.499,74	35.309,28	47,00	0,821
PIB per capita 2011	20	10.707,11	40.648,97	34,00	0,226
PIB per capita 2012	20	11.729,15	45.384,21	46,00	0,762
PIB per capita 2013	20	13.435,64	53.832,35	45,00	0,705
PIB per capita 2014	20	15.385,95	6.3692,22	42,00	0,545
PIB per capita 2015	20	17.223,85	61.584,72	43,00	0,597
Cidades com e sem UNIPAMPA	20	0	1		

Fonte: elaborado pelo autor, 2018 – com base nos resultados dos testes.

O resultado do teste de Mann-Whitney demonstra, com 95% de confiança, que não existem diferenças significativas no indicador de PIB per capita, entre as medianas do grupo de cidades com UNIPAMPA e do grupo de cidades selecionadas como UC.

Quando se analisa os valores mínimos e máximos da **Tabela 34** verificam-se algumas situações relacionadas às alterações ao longo do tempo nos valores de PIB per capita, que

podem ser também demonstradas em escala do maior para o menor, criando um *ranking*, no intervalo dos anos de 1999, 2005, 2010 e 2015, usados no teste Mann-Whitney.

Tabela 34 – Ranking das cidades pesquisadas segundo o PIB per capita (intervalos mínimos e máximos)

PIB per capita 1999			PIB per capita 2005		PIB per capita 2010		PIB per capita 2015	
1º	Santa Cruz do Sul	13.283,31	Santa Cruz do Sul	22.748,68	Santa Cruz do Sul	35.309,28	Santa Cruz do Sul	61.584,72
2º	Erechim	7.868,02	Erechim	14.085,10	Erechim	24.945,79	Erechim	41.645,09
3º	Itaqui	7.596,92	Itaqui	11.396,50	Santa Rosa	21.670,12	Santa Rosa	33.325,63
4º	Dom Pedrito	6.854,00	Santa Rosa	10.875,91	Itaqui	17.966,51	Itaqui	29.774,22
5º	Santa Rosa	6.386,59	Santo Ângelo	9.538,78	São Gabriel	16.476,83	Dom Pedrito	29.596,75
6º	Uruguaiana	5.447,47	Dom Pedrito	9.346,82	Dom Pedrito	15.994,83	Santo Ângelo	25.749,36
7º	São Borja	4.990,68	Alegrete	8.775,37	São Borja	15.929,82	São Borja	25.602,16
8º	Santo Ângelo	4.964,24	São Borja	8.185,45	Santo Ângelo	15.778,93	Cachoeira do Sul	24.778,91
9º	Alegrete	4.823,52	São Gabriel	7.945,48	Cachoeira do Sul	14.579,40	São Gabriel	23.958,19
10º	Caçapava do Sul	4.688,42	Cachoeira do Sul	7.522,72	Alegrete	13.703,92	Alegrete	23.182,37
11º	São Gabriel	4.581,88	Uruguaiana	7.327,43	Rosário do Sul	13.109,73	Santana do Livramento	22.915,10
12º	Bagé	4.398,03	Bagé	6.879,01	Uruguaiana	12.099,30	Santiago	21.471,03
13º	Rio Pardo	4.342,52	Caçapava do Sul	6.678,53	Caçapava do Sul	12.071,22	Rio Pardo	21.255,57
14º	Cachoeira do Sul	4.338,15	Rosário do Sul	6.498,81	Jaguarão	11.743,20	Jaguarão	21.220,46
15º	Santana do Livramento	4.055,57	Rio Pardo	6.293,90	Rio Pardo	11.678,78	São Lourenço do Sul	21.178,52
16º	Quaraí	4.039,54	Jaguarão	6.215,84	São Lourenço do Sul	11.254,69	Bagé	21.057,36
17º	São Lourenço do Sul	3.920,40	Santiago	6.113,68	Santiago	11.157,03	Caçapava do Sul	20.920,10
18º	Rosário do Sul	3.857,62	Santana do Livramento	6.082,02	Bagé	11.028,73	Rosário do Sul	20.778,97
19º	Jaguarão	3.785,78	São Lourenço do Sul	6.049,29	Santana do Livramento	10.590,67	Uruguaiana	20.245,08
20º	Santiago	3.721,37	Quaraí	5.898,66	Quaraí	10.499,74	Quaraí	17.223,85

Fonte: elaborado pelo autor, 2018 – com base nos dados da pesquisa.

Pela **Tabela 34** pode-se observar o ranking entre as cidades pesquisadas de 1999 até 2015 em relação ao PIB per capita, evidenciando situações que caracterizam a economia do estado, como a capacidade de produção de bens e serviços em cidades que são polos industriais e a concentração e volatilidade da geração de riquezas em cidades com base econômica na agropecuária. O ranking também corrobora para análises baseadas nas tipologias da PNDR I e II que classificam as microrregiões nas quais essas cidades fazem parte, quando se leva em consideração à variável PIB.

A análise estatística do indicador de PIB per capita pelo teste Mann-Whitney demonstra ainda as classificações baseadas nas médias dos ranks ou postos, os quais são apresentados na **Tabela 35** e ajudam a entender a dinâmica de variação do indicador, a partir dos postos atribuídos pelo teste.

Tabela 35 – Classificações com base nas médias dos postos e soma dos postos do PIB per capita

(continua)				
Indicador	Cidades com e sem UNIPAMPA	n	Médias dos postos	Soma dos postos
PIB per capita 1999	Grupo UNIPAMPA	10	11,40	114,00
	Unidades de comparação	10	9,60	96,00
PIB per capita 2000	Grupo UNIPAMPA	10	11,20	112,00
	Unidades de comparação	10	9,80	98,00
PIB per capita 2001	Grupo UNIPAMPA	10	10,00	100,00
	Unidades de comparação	10	11,00	110,00
PIB per capita 2002	Grupo UNIPAMPA	10	10,10	101,00
	Unidades de comparação	10	10,90	109,00
PIB per capita 2003	Grupo UNIPAMPA	10	10,10	101,00
	Unidades de comparação	10	10,90	109,00
PIB per capita 2004	Grupo UNIPAMPA	10	10,20	102,00
	Unidades de comparação	10	10,80	108,00
PIB per capita 2005	Grupo UNIPAMPA	10	10,70	107,00
	Unidades de comparação	10	10,30	103,00
PIB per capita 2006	Grupo UNIPAMPA	10	10,10	101,00
	Unidades de comparação	10	10,90	109,00
PIB per capita 2007	Grupo UNIPAMPA	10	9,80	98,00
	Unidades de comparação	10	11,20	112,00
PIB per capita 2008	Grupo UNIPAMPA	10	10,10	101,00
	Unidades de comparação	10	10,90	109,00
PIB per capita 2009	Grupo UNIPAMPA	10	10,20	102,00
	Unidades de comparação	10	10,80	108,00
PIB per capita 2010	Grupo UNIPAMPA	10	10,20	102,00
	Unidades de comparação	10	10,80	108,00
PIB per capita 2011	Grupo UNIPAMPA	10	8,90	89,00
	Unidades de comparação	10	12,10	121,00

Tabela 35 – Classificações com base nas médias dos postos e soma dos postos do PIB per capita

Indicador	Cidades com e sem UNIPAMPA	n	Médias dos postos	(conclusão)
				Soma dos postos
PIB per capita 2012	Grupo UNIPAMPA	10	10,10	101,00
	Unidades de comparação	10	10,90	109,00
PIB per capita 2013	Grupo UNIPAMPA	10	10,00	100,00
	Unidades de comparação	10	11,00	110,00
PIB per capita 2014	Grupo UNIPAMPA	10	9,70	97,00
	Unidades de comparação	10	11,30	113,00
PIB per capita 2015	Grupo UNIPAMPA	10	9,80	98,00
	Unidades de comparação	10	11,20	112,00

Fonte: elaborado pelo autor, 2018 - com base no resultado dos testes.

Com base nas médias dos postos da **Tabela 35** tem-se uma ideia da posição ou posto de cada grupo, em cada ano, do indicador de PIB per capita, sendo que até o ano 2000 o grupo de cidades com UNIPAMPA detinha um posto maior, em termos de PIB per capita.

g) Consumo de energia elétrica (CEL)

No indicador de consumo de energia elétrica foi aplicado o teste Mann-Whitney para os dados de 1996 até 2015, buscando analisar a existência de diferenças significativas entre as medianas do grupo de cidades com UNIPAMPA e o grupo de cidades selecionadas como UC.

Os resultados do teste não paramétrico são apresentados na **Tabela 36**, incluindo o mínimo e máximo, o valor da estatística u e a significância do teste.

Tabela 36 – Mínimo e máximo, valor da estatística u e a significância do teste, referente ao CEL

Indicador	n	Mínimo	Máximo	Mann-Whitney U	(continua)
					Sig.
Consumo energia elétrica 1996	20	21784	210710	37	0,326
Consumo energia elétrica 1997	20	22659	277159	40	0,450
Consumo energia elétrica 1998	20	21632	245799	41	0,496
Consumo energia elétrica 1999	20	25303	266247	38	0,364
Consumo energia elétrica 2000	20	27073	292745	38	0,364
Consumo energia elétrica 2001	20	28320	274490	43	0,597
Consumo energia elétrica 2002	20	25754	291702	44	0,650

Tabela 36 – Mínimo e máximo, valor da estatística u e a significância do teste, referente ao CEL

(conclusão)					
Indicador	n	Mínimo	Máximo	Mann-Whitney U	Sig.
Consumo energia elétrica 2003	20	26360	291872	44	0,650
Consumo energia elétrica 2004	20	29051	326356	44	0,650
Consumo energia elétrica 2005	20	29021	332971	43	0,597
Consumo energia elétrica 2006	20	31376	321162	39	0,406
Consumo energia elétrica 2007	20	27448	324768	44	0,650
Consumo energia elétrica 2008	20	33178	326025	43	0,597
Consumo energia elétrica 2009	20	32992	331603	43	0,597
Consumo energia elétrica 2010	20	34664	332223	40	0,450
Consumo energia elétrica 2011	20	35431	348744	46	0,762
Consumo energia elétrica 2012	20	35741	356318	43	0,597
Consumo energia elétrica 2013	20	38173	360573	44	0,650
Consumo energia elétrica 2014	20	39618	391587	45	0,705
Consumo energia elétrica 2015	20	38086	363022	46	0,762
Cidades com e sem UNIPAMPA	20	0	1		

Fonte: elaborado pelo autor, 2018 - com base no resultado dos testes.

O resultado do teste de Mann-Whitney demonstra, com 95% de confiança, que não existem diferenças significativas no indicador de consumo de energia elétrica, entre as medianas do grupo de cidades com UNIPAMPA e do grupo das cidades selecionadas como UC.

A análise estatística do indicador de consumo de energia elétrica pelo teste Mann-Whitney demonstra ainda as classificações baseadas nas médias dos ranks ou postos, os quais são apresentados na **Tabela 37**.

Tabela 37 – Classificações com base nas médias dos postos e soma dos postos, referentes ao CEL

Indicador	Cidades com e sem UNIPAMPA	n	Média dos postos	Soma dos postos
Consumo energia elétrica 1996	Grupo UNIPAMPA	10	11,80	118,00
	Unidades de comparação	10	9,20	92,00
Consumo energia elétrica 1997	Grupo UNIPAMPA	10	11,50	115,00
	Unidades de comparação	10	9,50	95,00
Consumo energia elétrica 1998	Grupo UNIPAMPA	10	11,40	114,00
	Unidades de comparação	10	9,60	96,00
Consumo energia elétrica 1999	Grupo UNIPAMPA	10	11,70	117,00
	Unidades de comparação	10	9,30	93,00
Consumo energia elétrica 2000	Grupo UNIPAMPA	10	11,70	117,00
	Unidades de comparação	10	9,30	93,00
Consumo energia elétrica 2001	Grupo UNIPAMPA	10	11,20	112,00
	Unidades de comparação	10	9,80	98,00
Consumo energia elétrica 2002	Grupo UNIPAMPA	10	11,10	111,00
	Unidades de comparação	10	9,90	99,00
Consumo energia elétrica 2003	Grupo UNIPAMPA	10	11,10	111,00
	Unidades de comparação	10	9,90	99,00
Consumo energia elétrica 2004	Grupo UNIPAMPA	10	11,10	111,00
	Unidades de comparação	10	9,90	99,00
Consumo energia elétrica 2005	Grupo UNIPAMPA	10	11,20	112,00
	Unidades de comparação	10	9,80	98,00
Consumo energia elétrica 2006	Grupo UNIPAMPA	10	11,60	116,00
	Unidades de comparação	10	9,40	94,00
Consumo energia elétrica 2007	Grupo UNIPAMPA	10	11,10	111,00
	Unidades de comparação	10	9,90	99,00
Consumo energia elétrica 2008	Grupo UNIPAMPA	10	11,20	112,00
	Unidades de comparação	10	9,80	98,00
Consumo energia elétrica 2009	Grupo UNIPAMPA	10	11,20	112,00
	Unidades de comparação	10	9,80	98,00
Consumo energia elétrica 2010	Grupo UNIPAMPA	10	11,50	115,00
	Unidades de comparação	10	9,50	95,00
Consumo energia elétrica 2011	Grupo UNIPAMPA	10	10,90	109,00
	Unidades de comparação	10	10,10	101,00
Consumo energia elétrica 2012	Grupo UNIPAMPA	10	11,20	112,00
	Unidades de comparação	10	9,80	98,00
Consumo energia elétrica 2013	Grupo UNIPAMPA	10	11,10	111,00
	Unidades de comparação	10	9,90	99,00
Consumo energia elétrica 2014	Grupo UNIPAMPA	10	11,00	110,00
	Unidades de comparação	10	10,00	100,00
Consumo energia elétrica 2015	Grupo UNIPAMPA	10	10,90	109,00
	Unidades de comparação	10	10,10	101,00

Fonte: elaborado pelo autor, 2018 - com base no resultado dos testes.

Com base nas médias dos postos da **Tabela 37** tem-se uma ideia da posição ou posto de cada grupo, em cada ano, do indicador de consumo de energia elétrica, apresentando o grupo UNIPAMPA um posto maior em toda a série de dados.

h) Arrecadação de Impostos Federais (AIF)

No indicador de arrecadação de impostos, o teste Mann-Whitney foi aplicado em separado para impostos federais e estaduais, sendo que em função dos dados disponíveis, na AIF foram utilizados dados de 1996 até 2015 no teste, buscando analisar a existência de diferenças significativas entre as medianas do grupo de cidades com UNIPAMPA e o grupo de cidades selecionadas como UC.

Os resultados do teste não paramétrico são apresentados na **Tabela 38**, incluindo o mínimo e máximo, o valor da estatística u e a significância do teste.

Tabela 38 – Mínimo e máximo, valor da estatística u e a significância do teste, referentes à AIF

Indicador	n	Mínimo	Máximo	Mann-Whitney U	Sig.
AIF 1996	20	2.075.463,00	239.356.831,00	49,00	0,940
AIF 1997	20	1.900.865,00	313.408.318,00	48,00	0,880
AIF 1998	20	1.929.201,00	277.787.190,00	44,00	0,650
AIF 1999	20	2.188.912,00	251.609.460,00	47,00	0,821
AIF 2000	20	1.957.263,00	298.165.530,00	47,00	0,821
AIF 2001	20	1.900.891,00	316.047.575,00	47,00	0,821
AIF 2002	20	2.336.340,00	361.688.759,00	49,00	0,940
AIF 2003	20	2.634.812,00	440.630.406,00	50,00	1,000
AIF 2004	20	3.483.310,00	525.476.320,00	49,00	0,940
AIF 2005	20	3.801.921,00	544.927.660,00	49,00	0,940
AIF 2006	20	2.824.563,00	520.475.599,00	49,00	0,940
AIF 2007	20	8.184.797,42	690.399.107,49	47,00	0,821
AIF 2008	20	9.101.486,53	714.246.501,44	47,00	0,821
AIF 2009	20	10.161.080,00	885.218.328,61	46,00	0,762
AIF 2010	20	11.077.635,14	1.130.642.182,37	45,00	0,705
AIF 2011	20	12.825.336,71	1.200.815.108,32	47,00	0,821
AIF 2012	20	18.554.385,31	1.322.700.664,63	47,00	0,821
AIF 2013	20	20.746.239,86	1.670.085.240,50	47,00	0,821
AIF 2014	20	22.690.164,00	1.853.480.096,00	47,00	0,821
AIF 2015	20	26.599.024,35	1.859.360.749,23	47,00	0,821
Cidades com e sem UNIPAMPA	20	0	1		

Fonte: elaborado pelo autor, 2018 - com base no resultado dos testes.

O resultado do teste de Mann-Whitney demonstra, com 95% de confiança, que não existem diferenças significativas no indicador de AIF, entre as medianas do grupo de cidades com UNIPAMPA e do grupo de cidades selecionadas como UC.

A análise estatística do indicador de AIF pelo teste Mann-Whitney demonstra ainda as classificações baseadas nas médias dos ranks ou postos, os quais são apresentados na **Tabela 39**.

Tabela 39 – Classificações com base nas médias dos postos e soma dos postos, referentes à AIF

(continua)

Indicador	Cidades com e sem UNIPAMPA	n	Média dos postos	Soma dos postos
AIF 1996	Grupo UNIPAMPA	10	10,60	106,00
	Unidades de comparação	10	10,40	104,00
AIF 1997	Grupo UNIPAMPA	10	10,70	107,00
	Unidades de comparação	10	10,30	103,00
AIF 1998	Grupo UNIPAMPA	10	11,10	111,00
	Unidades de comparação	10	9,90	99,00
AIF 1999	Grupo UNIPAMPA	10	10,80	108,00
	Unidades de comparação	10	10,20	102,00
AIF 2000	Grupo UNIPAMPA	10	10,80	108,00
	Unidades de comparação	10	10,20	102,00
AIF 2001	Grupo UNIPAMPA	10	10,80	108,00
	Unidades de comparação	10	10,20	102,00
AIF 2002	Grupo UNIPAMPA	10	10,60	106,00
	Unidades de comparação	10	10,40	104,00
AIF 2003	Grupo UNIPAMPA	10	10,50	105,00
	Unidades de comparação	10	10,50	105,00
AIF 2004	Grupo UNIPAMPA	10	10,60	106,00
	Unidades de comparação	10	10,40	104,00
AIF 2005	Grupo UNIPAMPA	10	10,40	104,00
	Unidades de comparação	10	10,60	106,00
AIF 2006	Grupo UNIPAMPA	10	10,60	106,00
	Unidades de comparação	10	10,40	104,00
AIF 2007	Grupo UNIPAMPA	10	10,20	102,00
	Unidades de comparação	10	10,80	108,00
AIF 2008	Grupo UNIPAMPA	10	10,20	102,00
	Unidades de comparação	10	10,80	108,00
AIF 2009	Grupo UNIPAMPA	10	10,10	101,00
	Unidades de comparação	10	10,90	109,00

Tabela 39 – Classificações com base nas médias dos postos e soma dos postos, referentes à AIF

(conclusão)

Indicador	Cidades com e sem UNIPAMPA	n	Média dos postos	Soma dos postos
AIF 2010	Grupo UNIPAMPA	10	10,00	100,00
	Unidades de comparação	10	11,00	110,00
AIF 2011	Grupo UNIPAMPA	10	10,20	102,00
	Unidades de comparação	10	10,80	108,00
AIF 2012	Grupo UNIPAMPA	10	10,20	102,00
	Unidades de comparação	10	10,80	108,00
AIF 2013	Grupo UNIPAMPA	10	10,20	102,00
	Unidades de comparação	10	10,80	108,00
AIF 2014	Grupo UNIPAMPA	10	10,20	102,00
	Unidades de comparação	10	10,80	108,00
AIF 2015	Grupo UNIPAMPA	10	10,20	102,00
	Unidades de comparação	10	10,80	108,00

Fonte: elaborado pelo autor, 2018 - com base no resultado dos testes.

Com base nas médias dos postos da Tabela 40 tem-se a posição ou posto de cada grupo, em cada ano, do indicador de AIF, sendo possível observar a variação em cada grupo em cada ano pela soma de seus postos.

i) Arrecadação de Impostos Estaduais (AIE)

No indicador de Arrecadação de Impostos Estaduais foi aplicado o teste Mann-Whitney, sendo que em função dos dados disponíveis, na AIE foram utilizados dados de 2001 até 2015 no teste, buscando analisar a existência de diferenças significativas entre as medianas do grupo de cidades com UNIPAMPA e o grupo de cidades selecionadas como UC.

Os resultados do teste não paramétrico são apresentados na **Tabela 40**, incluindo o mínimo e máximo, o valor da estatística u e a significância do teste.

Tabela 40 – Mínimo e máximo, valor da estatística u e a significância do teste, referentes à AIE

Indicador	n	Mínimo	Máximo	Mann-Whitney U	Sig.
AIE 2001	20	3.772.625,86	70.273.534,52	40,00	0,450
AIE 2002	20	3.214.895,61	112.798.103,57	38,00	0,364
AIE 2003	20	3.709.386,49	146.630.968,68	37,00	0,326
AIE 2004	20	4.744.850,86	138.467.368,56	38,00	0,364
AIE 2005	20	4.450.524,74	135.357.035,28	41,00	0,496
AIE 2006	20	4.750.945,83	143.856.781,35	41,00	0,496
AIE 2007	20	5.128.064,40	164.048.606,43	43,00	0,597
AIE 2008	20	6.197.811,69	190.614.221,94	44,00	0,650
AIE 2009	20	6.562.280,36	220.322.094,41	44,00	0,650
AIE 2010	20	6.168.411,29	252.546.153,80	44,00	0,650
AIE 2011	20	5.612.909,72	257.583.102,64	47,00	0,821
AIE 2012	20	6.415.328,03	313.714.224,29	45,00	0,705
AIE 2013	20	7.366.415,16	376.496.091,99	44,00	0,650
AIE 2014	20	8.046.367,47	415.375.993,84	47,00	0,821
AIE 2015	20	9.172.338,76	474.988.451,47	49,00	0,940
Cidades com e sem UNIPAMPA	20	0	1		

Fonte: elaborado pelo autor, 2018 - com base no resultado dos testes.

O resultado do teste de Mann-Whitney demonstra, com 95% de confiança, que não existem diferenças significativas no indicador de AIE, entre as medianas do grupo de cidades com UNIPAMPA e do grupo de cidades selecionadas como UC.

A análise estatística do indicador de AIE pelo teste Mann-Whitney demonstra ainda as classificações baseadas nas médias dos ranks ou postos, os quais são apresentados na **Tabela 41**.

Tabela 41 – Classificações com base nas médias dos postos e soma dos postos, referentes à AIE

(continua)				
Indicador	Cidades com e sem UNIPAMPA	n	Média dos postos	Soma dos postos
AIE 2001	Grupo UNIPAMPA	10	11,50	115,00
	Unidades de comparação	10	9,50	95,00
AIE 2002	Grupo UNIPAMPA	10	11,70	117,00
	Unidades de comparação	10	9,30	93,00

Tabela 41 – Classificações com base nas médias dos postos e soma dos postos, referentes à AIE

(conclusão)

Indicador	Cidades com e sem UNIPAMPA	n	Média dos postos	Soma dos postos
AIE 2003	Grupo UNIPAMPA	10	11,80	118,00
	Unidades de comparação	10	9,20	92,00
AIE 2004	Grupo UNIPAMPA	10	11,70	117,00
	Unidades de comparação	10	9,30	93,00
AIE 2005	Grupo UNIPAMPA	10	11,40	114,00
	Unidades de comparação	10	9,60	96,00
AIE 2006	Grupo UNIPAMPA	10	11,40	114,00
	Unidades de comparação	10	9,60	96,00
AIE 2007	Grupo UNIPAMPA	10	11,20	112,00
	Unidades de comparação	10	9,80	98,00
AIE 2008	Grupo UNIPAMPA	10	11,10	111,00
	Unidades de comparação	10	9,90	99,00
AIE 2009	Grupo UNIPAMPA	10	11,10	111,00
	Unidades de comparação	10	9,90	99,00
AIE 2010	Grupo UNIPAMPA	10	11,10	111,00
	Unidades de comparação	10	9,90	99,00
AIE 2011	Grupo UNIPAMPA	10	10,80	108,00
	Unidades de comparação	10	10,20	102,00
AIE 2012	Grupo UNIPAMPA	10	11,00	110,00
	Unidades de comparação	10	10,00	100,00
AIE 2013	Grupo UNIPAMPA	10	11,10	111,00
	Unidades de comparação	10	9,90	99,00
AIE 2014	Grupo UNIPAMPA	10	10,80	108,00
	Unidades de comparação	10	10,20	102,00
AIE 2015	Grupo UNIPAMPA	10	10,60	106,00
	Unidades de comparação	10	10,40	104,00

Fonte: elaborado pelo autor, 2018 - com base no resultado dos testes.

Com base nas médias dos postos da **Tabela 41** tem-se a posição ou posto de cada grupo, em cada ano, do indicador de AIE, sendo a soma dos postos maior em toda a série no grupo de cidades com UNIPAMPA.

j) Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM)

No indicador de IDHM foi aplicado o teste Mann-Whitney, mas em função da distribuição não normal apenas em dados das UC, referentes ao censo de 2010, também foi aplicado o teste t, de forma a confirmar os resultados.

Os resultados dos testes estão descritos na **Tabela 42**, **Tabela 43** e na **Tabela 44**.

Tabela 42 – Mínimo e máximo, valor da estatística u e a significância do teste Mann-Whitney, referentes ao IDHM

Indicador	n	Mínimo	Máximo	Mann-Whitney U	Sig.
IDHM censo 1991	20	0,469	0,578	38,50	0,384
IDHM censo 2000	20	0,589	0,696	35,50	0,272
IDHM censo 2010	20	0,687	0,776	39,00	0,405
Cidades com e sem UNIPAMPA	20	0	1		

Fonte: elaborado pelo autor, 2018 - com base no resultado dos testes.

O resultado do teste de Mann-Whitney demonstra, com 95% de confiança, que não existem diferenças significativas no indicador de IDHM, entre as medianas do grupo de cidades com UNIPAMPA e do grupo de cidades selecionadas como UC.

A análise estatística do indicador de IDHM pelo teste Mann-Whitney demonstra ainda as classificações baseadas nas médias dos ranks ou postos, os quais são apresentados na **Tabela 43**.

Tabela 43 – Classificações com base nas médias dos postos e soma dos postos, referentes ao IDHM

Indicador	Cidades com e sem UNIPAMPA	n	Média dos postos	Soma dos postos
IDHM censo 1991	Grupo UNIPAMPA	10	9,35	93,50
	Unidades de comparação	10	11,65	116,50
IDHM censo 2000	Grupo UNIPAMPA	10	9,05	90,50
	Unidades de comparação	10	11,95	119,50
IDHM censo 2010	Grupo UNIPAMPA	10	9,40	94,00
	Unidades de comparação	10	11,60	116,00

Fonte: elaborado pelo autor, 2018 - com base no resultado dos testes.

Com base nas médias dos postos da **Tabela 43** tem-se a posição ou posto de cada grupo, em cada ano, do indicador de IDHM.

No teste t aplicado, homocedástico para os dados do censo de 1991 e heterocedástico para os dados dos censos de 2000 e 2010, os resultados obtidos estão descritos na **Tabela 44**.

Tabela 44 – Média, desvio padrão, erro padrão, valor de t, graus de liberdade e valor de significância do teste, referentes ao IDHM

Indicador	Cidades com e sem UNIPAMPA	n	Média	Erro padrão da média	t	df	Sig.
IDHM censo. 1991	Grupo UNIPAMPA	10	0,52750	0,00732	-0,568	18,00	0,577
	Unidades de comparação	10	0,53560	0,01222			
IDHM censo. 2000	Grupo UNIPAMPA	10	0,63570	0,00670	-1,336	13,64	0,203
	Unidades de comparação	10	0,65490	0,01271			
IDHM censo. 2010	Grupo UNIPAMPA	10	0,72180	0,00548	-1,238	12,62	0,238
	Unidades de comparação	10	0,73810	0,01197			

Fonte: elaborado pelo autor, 2018 - com base no resultado dos testes.

O resultado do teste t demonstra, com 95% de confiança, que não existem diferenças significativas no indicador de IDHM entre as médias do grupo de cidades com UNIPAMPA e do grupo de cidades selecionadas como UC, ratificando o teste equivalente não paramétrico.

h) Taxa de escolaridade da população adulta

Em função dos objetivos da pesquisa, em relação à taxa de escolaridade da população adulta, foi aplicado teste t nos dados da taxa de escolaridade da população adulta com ensino médio completo e superior incompleto e nos dados da taxa de escolaridade da população adulta com ensino superior completo, referentes aos censos de 1991, 2000 e 2010. Os resultados obtidos com o teste estão demonstrados nas **Tabelas 45 e 46**.

O resultado do teste t homocedástico, aplicado na taxa de escolaridade da população adulta com nível ensino médio completo e superior incompleto, obteve os resultados demonstrados na **Tabela 45**.

Tabela 45 – Média, desvio padrão, erro padrão, valor de t, graus de liberdade e valor de significância do teste, referentes à taxa de escolaridade médio completo e superior incompleto

Indicador	Cidades com e sem UNIPAMPA	n	Média	Erro padrão da média	t	df	Sig.
Taxa esc. médio completo e superior incompleto - censo 1991	Grupo UNIPAMPA	10	10,0540	0,6931	0,212	18,00	0,834
	Unidades de comparação	10	9,8290	0,8020			
Taxa esc. médio completo e superior incompleto - censo 2000	Grupo UNIPAMPA	10	14,4100	0,7602	-0,288	18,00	0,777
	Unidades de comparação	10	14,7700	0,9915			
Taxa esc. médio completo e superior incompleto - censo 2010	Grupo UNIPAMPA	10	22,1640	1,0222	0,074	18,00	0,942
	Unidades de comparação	10	22,0340	1,4311			

Fonte: elaborado pelo autor, 2018 - com base no resultado dos testes.

O resultado do teste t demonstra, com 95% de confiança, que não existem diferenças significativas entre as médias do grupo de cidades com UNIPAMPA e as médias do grupo de cidades selecionadas como UC, no indicador relacionado à taxa de escolaridade da população adulta em nível médio completo e superior incompleto.

No teste t aplicado na taxa de escolaridade da população adulta, com nível superior completo, foi aplicado o teste homocedástico para os dados dos censos de 1991 e 2000 e heterocedástico para os dados do censo de 2010, sendo que os resultados obtidos estão descritos na **Tabela 46**.

Tabela 46 – Média, desvio padrão, erro padrão, valor de t, graus de liberdade e valor de significância do teste, referentes à taxa de escolaridade superior completo

Indicador	Cidades com e sem UNIPAMPA	n	Média	Erro padrão da média	t	df	Sig.
Taxa escolaridade superior completo - censo 1991	Grupo UNIPAMPA	10	6,0140	0,4390	0,3518	18,00	0,729
	Unidades de comparação	10	5,7420	0,6365			
Taxa escolaridade superior completo - censo 2000	Grupo UNIPAMPA	10	6,6100	0,5091	-0,1172	18,00	0,908
	Unidades de comparação	10	6,7100	0,6847			
Taxa escolaridade superior completo - censo 2010	Grupo UNIPAMPA	10	9,3940	0,4619	-1,1708	12,59118	0,263
	Unidades de comparação	10	10,6970	1,0125			

Fonte: elaborado pelo autor, 2018 - com base no resultado dos testes.

O resultado do teste t demonstra, com 95% de confiança, que não existem diferenças significativas entre as médias do grupo de cidades com UNIPAMPA e as médias do grupo de cidades selecionadas como UC, no indicador relacionado à taxa de escolaridade da população adulta em nível superior.

6.4 SÍNTESE DOS RESULTADOS OBTIDOS NA ANÁLISE DOS DADOS DOS INDICADORES

Os principais resultados obtidos nos indicadores, após as análises de inserção geográfica, dos investimentos institucionais e análise dos dados com auxílio da estatística, estão resumidos nessa seção.

Salienta-se que a falta de dados mais recentes em indicadores provenientes de censos e o pouco tempo de existência da UNIPAMPA, que ainda está em processo de implantação, com cursos ainda não totalmente estruturados e obras essenciais em andamento, comprometem a realização de comparações por testes emparelhados (efeitos antes e depois nas cidades), mas favorecem a análise entre grupos (efeitos no grupo de cidades da UNIPAMPA em comparação aos efeitos nas cidades do grupo de UC).

Os testes estatísticos, portanto, buscaram argumentos para analisar o comportamento dos indicadores baseados numa visão de desenvolvimento regional, onde a comparação do grupo de cidades com UNIPAMPA é analisado em relação a um grupo de cidades selecionadas como UC, composto por cidades semelhantes ou com melhores desempenhos nos indicadores, quando comparados cidade a cidade, o que evidencia a realização da missão da UNIPAMPA e a efetividade da política pública que a criou.

- Taxa de crescimento populacional – com base no indicador foi possível verificar que houve um processo de reversão da perda populacional que os municípios, que receberam campus da UNIPAMPA, vinham sofrendo até a década de 2010. As oportunidades de qualificação e trabalho proporcionadas pela implantação da UNIPAMPA efetivamente colaboram para que o processo de migração seja revertido em favor das cidades que possuem campus, tornando-as polos de atração em termos de empregos, serviços, educação, comércio, gestão pública, gestão privada, novos empreendimentos, etc..

Na análise entre grupos de cidades, o teste estatístico paramétrico aplicado à taxa de crescimento populacional confirma esses resultados, demonstrando haver diferenças significativas nas taxas de crescimento entre as cidades com UNIPAMPA e as cidades selecionadas como UC, no período correspondente aos censos de 2010 e na estimativa de

2017. As médias obtidas são maiores para o grupo de cidades com UNIPAMPA no censo de 2000, menores (negativas) no censo de 2010 e menores na estimativa populacional de 2017, em relação a grupo de cidades selecionadas como UC, que em muitos casos, são polos regionais e locais.

- Índice de GINI – os dados do indicador demonstraram que há uma diminuição na concentração de renda em todas as cidades com UNIPAMPA. Cidades com históricos de alta concentração de renda demonstram queda no índice a Gini em relação ao índice do estado, a partir do censo de 2010, como Alegrete, Dom Pedrito e Itaqui. A UNIPAMPA, por se tratar de uma universidade pública, que gera qualificação e novas oportunidades de empregos e negócios, contribui para a redução do índice de GINI na sua região de atuação.

Na análise entre grupos de cidades, o resultado do teste estatístico paramétrico aplicado ao indicador de Gini demonstrou que existem diferenças significativas entre as cidades com UNIPAMPA e as cidades selecionadas como UC, no período correspondente ao censo de 2000 e de 2010. Pelas médias dos grupos, as cidades com UNIPAMPA apresentavam uma média maior no indicador nos censos de 1991, 2000 e 2010, em relação ao grupo de cidades selecionadas como UC, algo compreensível pelas dinâmicas econômicas do estado.

- Rendimento Mensal Domiciliar per capita (RMD per capita) – a limitação dos dados referentes ao último censo em 2010 e o pouco tempo de existência da UNIPAMPA não permitiram evidenciar alterações significativas no padrão de rendimentos pelo indicador, ratificado pela classificação na tipologia sub-regional da PNDR II e considerando a seleção das UC.

Na análise entre grupos de cidades o resultado do teste estatístico paramétrico aplicado ao indicador de RMD per capita demonstrou que não existem diferenças significativas, quando se analisa o grupo de cidades com UNIPAMPA e o grupo de cidades selecionado como UC, evidenciando que em termos de rendimentos das famílias, a UNIPAMPA colabora para equiparar as médias, como um dos mais importantes investimentos públicos realizados a partir de 2006, contribuindo para a inflexão das tendências econômicas observadas até a sua criação.

- Rendimento Domiciliar Médio (RDM) - o indicador de RDM foi utilizado em função de ter sido citado na PDNR I, mas não foram obtidos dados suficientes para análises mais consistentes, tendo obtido apenas dados do censo 2000 e 2010. Embora solicitando diretamente ao IBGE, pelo e-mail de contato em seu sítio eletrônico, o retorno evidenciou que não há essa informação desmembrada ao nível geográfico de município, para mais anos além

dos censos. Para análise da evolução do indicador foi utilizada a comparação com o RDM do estado, sendo que em sete das dez cidades o RDM aumentou em relação ao valor do estado entre os censos de 2010 e 2000.

○ Taxa de desocupação – os dados do indicador demonstram queda nos níveis de desemprego em todos os municípios com campus da UNIPAMPA no censo de 2010, com estoque positivo e com destaque às atividades de comércio, construção civil e serviços.

Na análise entre grupos de cidades o resultado do teste estatístico paramétrico aplicado a taxa de desocupação demonstrou que existem diferenças significativas na taxa de desocupação entre as cidades com UNIPAMPA e as cidades selecionadas como UC, nos censos de 1991, 2000 e 2010. O grupo de cidades com UNIPAMPA tem médias maiores no indicador que o grupo de cidades selecionadas como UC nos três censos, o que também pode ser explicado pelas dinâmicas econômicas do estado e pela composição das UC.

○ PIB per capita – os dados do indicador demonstram um crescimento muito semelhante entre as cidades pesquisadas de 1999 até 2015, não alterando sua situação em relação à UC selecionada, o que também ratifica a classificação da tipologia pela PNDR II, que não altera substancialmente a classificação das cidades com UNIPAMPA. A dinâmica do crescimento do PIB per capita das microrregiões da UNIPAMPA, pela PNDR II, está classificada como baixo ou médio dinamismo, o que iguala regiões com dificuldades econômicas (UNIPAMPA) às regiões de algumas cidades selecionadas como UC, com economias industrializadas e de melhor desempenho.

Na análise entre grupos de cidades, o resultado do teste estatístico não paramétrico demonstrou que não existem diferenças significativas no indicador de PIB per capita, entre as medianas do grupo de cidades com UNIPAMPA e do grupo de cidades selecionadas como UC, resultado obtido pela colaboração da UNIPAMPA na dinamização da economia, através da criação de empregos, realização de obras, atração de investimentos, etc..

○ Consumo de Energia Elétrica (CEL) – observa-se que há um crescimento no consumo de energia elétrica em todas as cidades com UNIPAMPA no período analisado (2000 até 2015), porém a falta de desagregação dos dados impossibilitou a análise pretendida. É inegável que a simples presença de uma universidade do porte da UNIPAMPA aumenta o consumo pelo sua atuação e pela atração de pessoas e negócios para a região, porém o perfil de consumo das cidades com UNIPAMPA se mostrou acima das UC, em função de atividades que demandam grande CEL como as lavouras orizícolas e frigoríficos.

Na análise entre grupos de cidades, o teste estatístico não paramétrico aplicado no indicador de CEL demonstrou que não existem diferenças significativas entre as medianas do

grupo de cidades com UNIPAMPA e do grupo das cidades selecionadas como UC, sendo a média dos postos maior em toda a série no grupo de cidades com UNIPAMPA.

- Arrecadação de Impostos Federais (AIF) – no período de 2000 até 2015 observa-se que há um aumento na AIF a partir de 2010, em algumas cidades com campus da UNIPAMPA, como Alegrete, Bagé, Santana do Livramento, São Gabriel, São Borja e Uruguaiana, considerando que esse indicador é composto pelo IPI, IRPJ e contribuição previdenciária, sendo a região da UNIPAMPA, considerada como de baixa industrialização.

Na análise entre grupos de cidades, o teste estatístico não paramétrico aplicado no indicador de AIF, considerando o período de 1996 até 2015, demonstrou que não existem diferenças significativas no indicador entre as medianas do grupo de cidades com UNIPAMPA e do grupo de cidades selecionadas como UC, uma vez que há a compensação entre cidades com maiores e menores capacidades arrecadatórias no segundo grupo.

- Arrecadação de Impostos Estaduais (AIE) – no período de 2001 até 2015 verificam-se variações positivas na AIE nas cidades com campus da UNIPAMPA, em relação às cidades selecionadas como UC, como em Dom Pedrito, Itaqui, São Borja em toda a série; e São Gabriel a partir de 2010. A composição do indicador leva em conta a arrecadação do ICMS, do IPVA e do ITCD, sendo que os dois primeiros impostos guardam relação com o aumento da população, com a diminuição da concentração de renda e com o consumo.

Na análise entre grupos de cidades, o teste estatístico não paramétrico aplicado no indicador de AIE demonstrou que não existem diferenças significativas entre as medianas do grupo de cidades com UNIPAMPA e do grupo de cidades selecionadas como unidades de comparação, o que demonstra a contribuição na UNIPAMPA no equilíbrio entre as médias pela sua capacidade de atrair pessoas, de criar novas oportunidades de emprego e negócios, que são as bases para a elevação do padrão de consumo das cidades.

- Taxa de escolaridade da população adulta - no indicador as análises concentraram-se no indicador referente à taxa da população com ensino médio completo e superior incompleto e à taxa da população com ensino superior completo, sendo que no primeiro os índices variam de 18,12% (Dom Pedrito) a 26,95% (Uruguaiana) e no segundo de 7,18% (Itaqui) a 11,81% (Bagé). É importante considerar que as primeiras formaturas da UNIPAMPA ocorrem apenas a partir de 2010, sendo esse o ano do último censo.

Em relação ao indicador é importante salientar que o processo de estagnação econômica que atingiu as cidades da mesorregião e se agravou no início da década de 2000 atingiu também a URCAMP, culminando na criação da UNIPAMPA em 2006, em alternativa a sua federalização. Salienta-se que, dentre as cidades selecionadas como UC várias contam

com universidades particulares consolidadas no período, como a Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e Missões (URI) e a Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC), que possibilitam efeitos para trás e para frente nas suas regiões de abrangência, influenciando nos indicadores, justamente no período em que a UNIPAMPA está se consolidando.

Na análise entre grupos de cidades, o teste estatístico paramétrico aplicado aos indicadores demonstrou que não existem diferenças significativas entre as médias do grupo de cidades com UNIPAMPA e as médias do grupo de cidades selecionadas como UC. Na taxa de escolaridade médio completo e superior incompleto as médias do grupo de cidades com campus UNIPAMPA são maiores no censo de 1991, menores no censo de 2000 e voltam a ser maiores no censo de 2010. Na taxa de escolaridade superior completo as médias do grupo de cidades com campus UNIPAMPA são maiores no censo de 1991 e menores no censo de 2000 e censo de 2010, o que ratifica a necessidade de implantação de uma universidade pública, que começa a mostrar seus resultados em nível regional.

- Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) - no indicador de IDHM, com exceção de São Gabriel que está no limite da faixa de médio IDHM (0,699), todas as demais cidades com UNIPAMPA estão na faixa de alto índice de desenvolvimento humano, condição que foi alcançada pela maioria dos municípios no censo de 2010. No censo de 2000 a cidade de Caçapava do Sul apresentava uma classificação de Baixo IDHM e as demais de médio IDHM.

Na análise entre grupos de cidades, o teste estatístico paramétrico aplicado ao indicador de IDHM demonstrou que não existem diferenças significativas no indicador entre as cidades com UNIPAMPA e as cidades selecionadas como UC.

- Gastos com P&D - em relação ao indicador de Gastos com P&D não se obteve dados suficientes para análises sobre seus impactos na promoção do desenvolvimento, embora seja um indicador importante no contexto da pesquisa, sendo o montante, pelo levantamento realizado, em projetos a cargo da UNIPAMPA na ordem de dez milhões de reais.

A solicitação realizada, com base na lei de acesso à informação, obteve dados que não puderam ser utilizados no trabalho da forma pretendida, uma vez que as bases de controle dos dados do MCTIC não disponibilizam dados por municípios e sim por instituições e pesquisadores, nos quais os projetos podem envolver várias outras universidades e abranger vários municípios ao mesmo tempo.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho de pesquisa buscou, através de um estudo de caso, de contornos descritivos, realizar uma avaliação *ex-post* de uma das importantes políticas públicas na área de educação das últimas décadas, a expansão do ensino superior público, almejando responder a pergunta sobre qual é o impacto socioeconômico resultante da implantação da Fundação Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA).

Os desafios a uma pesquisa na qual a literatura ainda não definiu um método específico para avaliação, capaz de determinar quais os indicadores devem ser utilizados para obter os impactos da implantação de uma universidade pública e principalmente a forma de isolar esses efeitos foram obstáculos que obrigaram a buscar alternativas para sua realização.

Cada etapa do trabalho significou encontrar uma solução para a etapa anterior, já que o tema universidade e desenvolvimento encerra uma enormidade de aspectos que vão da economia à sociologia, havendo grandes disparidades na forma como o ensino superior público é tratado em âmbito mundial e na forma como os processos de desenvolvimento ocorrem nas diferentes regiões desse novo mundo globalizado.

A literatura internacional consultada aponta para uma nova fase de universidade, focada em sua responsabilidade social e interação com os demais atores sociais para criação de inovações sustentáveis, enquanto a literatura nacional demonstra ainda ter uma preocupação muito grande em identificar os reflexos do ensino superior público no desenvolvimento das regiões, com base nessas interações.

O primeiro problema a ser vencido nesse trabalho de pesquisa foi delinear de que forma o impacto socioeconômico iria ser medido, tendo em mente que essa definição deveria refletir em um método que pudesse ser replicado em qualquer circunstância, em qualquer parte do globo. A solução encontrada foi a utilização de indicadores socioeconômicos específicos e sintéticos, adequados ao que se pretendia avaliar, devidamente referenciados e que tivessem dados disponíveis para as análises pretendidas.

O segundo problema foi definir quais seriam esses indicadores referenciados, uma vez que a literatura consultada não apresentava consenso em relação à forma de obter os resultados da implantação de uma universidade pública. A solução para essa etapa foi a utilização parcial de Indicadores de Desenvolvimento Sustentável (IDS) do IBGE, adaptados a proposta de pesquisa e complementados com indicadores utilizados por outros trabalhos pesquisados, de forma a criar um grupo de indicadores que pudessem refletir impactos econômicos e sociais. Convém salientar que os IDS não possuem dados desagregados ao nível

de município, sendo, portanto, usado como referência e adaptado à pesquisa e à disponibilidade de dados.

O terceiro problema a ser resolvido foi a definição do grupo de cidades que comporiam a amostra ou população da pesquisa, sendo esta definição balizada pela abordagem pretendida (quantitativa) e por questões estatísticas. A solução foi elencar todas as dez cidades com campus da UNIPAMPA como a população total e definir mais dez Unidades de Comparação (UC), para saber em que nível a implantação da UNIPAMPA diminui as desigualdades regionais e quais são seus impactos socioeconômicos.

A definição das UC constituiu-se no quarto problema a ser resolvido para a realização da pesquisa, uma vez que as disparidades regionais de um estado com grande área territorial, superior a muitos países, agravadas por características de formação históricas, dificultam a definição de UC similares. A solução encontrada foi a utilização da tipologia sub-regional da PNDR, uma política nacional institucionalizada e que caracteriza as microrregiões com indicadores afins da pesquisa pretendida, utilizando a proximidade populacional como um segundo critério de similaridade.

Resolvida as questões relacionadas às variáveis que seriam utilizadas, a abrangência da pesquisa e o critério de escolha das UC restava ainda a definição da forma pela qual os dados seriam analisados, uma vez que, embora tivéssemos definido a análise de dados secundários de onze indicadores, relativos a dez cidades com UNIPAMPA e a dez cidades selecionadas como UC, os primeiros levantamentos indicavam grandes dificuldades na obtenção de dados ao nível de municípios e a intersecção com outros trabalhos, como a PNDR II e as novas configurações regionais do IBGE, que não podiam ser desconsiderados, sob pena de uma análise muito restrita em termos de desenvolvimento regional.

A solução encontrada para essa etapa foi a análise dos diversos aspectos geográficos, com o levantamento de dados em nível de município e/ou de microrregião, conforme a sua disponibilidade; o levantamento de dados institucionais da universidade, capazes de dimensionar a sua importância para as cidades e regiões; e a realização de testes estatísticos, para de identificar diferenças significativas entre o grupo de cidades que recebeu campus da UNIPAMPA e o grupo de cidades selecionadas como UC.

Faz-se importante salientar que a seleção das UC, com base nos critérios da mesma classificação microrregional na tipologia sub-regional da PNDR I (2005), proximidade populacional e uma desejável proximidade geográfica, nem sempre possível pelas disparidades na ocupação dos espaços geográficos do estado, que a análise do impacto socioeconômico da UNIPAMPA não se limita apenas ao município no qual a universidade foi

implantada, mas a sua microrregião, já que sua criação tinha como objetivo paralelo mudar a característica de “estagnação” econômica das microrregiões, nas quais as cidades estão inseridas.

Portanto, esse trabalho de pesquisa considerou diversos aspectos do desenvolvimento regional como forma a tentar, dentro das limitações encontradas, relacionadas à falta de dados estatísticos desagregados ao nível geográfico pretendido, obter resultados que pudessem ajudar atingir os objetivos específicos, inicialmente definidos para o trabalho.

Na questão de contextualização da UNIPAMPA no desenvolvimento regional ficou demonstrada a importância da universidade no contexto econômico e social dessas regiões, pelo montante de orçamento total nas dez unidades, de 2008 até 2018, na ordem de 1,84 bilhões de reais, nos valores investidos em obras nos campi que somam mais de R\$116 milhões de reais, na criação de mais de 1800 vagas de empregos diretos através de concursos públicos e mais de 320 vagas diretas em serviços terceirizados.

A atual oferta anual de mais de 5 mil vagas na graduação e pós-graduação nos dez campi, através de processos seletivos como o ENEM, que atraem estudantes do Brasil inteiro, e o nível de matrícula em torno de 14 mil alunos demonstram a importância da política pública de expansão do ensino superior fase I, que contemplou os municípios com a implantação da universidade, mudando o perfil de uma região ainda muito caracterizada por atividades agropecuárias, como demonstrado na caracterização econômica pelos COREDES.

O pouco tempo de existência da UNIPAMPA (12 anos) e suas dificuldades iniciais de implantação devem e precisam ser levados em conta em qualquer análise. Uma universidade que nasceu multicampi, em um espaço geográfico de grandes distâncias entre os municípios, em regiões com carências estruturais foram grandes desafios iniciais. As cidades precisaram se adaptar para receber alunos e servidores vindos de outras localidades, invertendo o fluxo migratório para cidades com maiores oportunidades ao leste do estado, aspirando agora a condição de cidades universitárias, polos de atração de pessoas e de novos investimentos públicos e privados.

Os trabalhos de pesquisa e levantamentos do IBGE que culminaram em uma nova conformação geográfica para o Brasil confirmam essa perspectiva, uma vez que cidades que receberam campus da UNIPAMPA figuram agora como: cidades intermediárias, sendo polos de atração e desenvolvimento comparados as mesorregiões na configuração anterior do IBGE, como é o caso de Uruguaiana; e cidades imediatas, sendo polos de atração e desenvolvimento comparados as microrregiões na configuração anterior do IBGE, como é o caso das cidades de Bagé, São Gabriel junto com Caçapava do Sul, São Borja e Santana do Livramento.

Na análise da evolução dos indicadores relacionados à renda, uma importante perspectiva de avaliação refere-se à PNDR II, que foi publicada em 2018 quando este trabalho de pesquisa já estava sendo realizado. A PNDR II usou os mesmos indicadores de renda e de geração de riquezas da PNDR I, reclassificando as microrregiões com base em dados do RDPC do censo de 2010 e de PIB, séries trienais de 2002 a 2004 e 2012 a 2014. Com base na tipologia sub-regional de 2018 é possível observar que não houve alterações na classificação das microrregiões com UNIPAMPA, sendo as microrregiões que incluem oito cidades com campus ainda classificadas como “estagnadas” e a microrregião que inclui duas cidades com campus classificadas como de alta renda.

A nova tipologia da PNDR II de 2018 desdobra a classificação das microrregiões da PNDR I, sendo que as cidades com UNIPAMPA estão classificadas nas microrregiões como Média Renda e Baixo Dinamismo (Alegrete, Caçapava do Sul, Itaqui, São Borja e Uruguaiana); Média Renda com Médio Dinamismo (Jaguarão, Santana do Livramento e São Gabriel), e Alta Renda com Médio Dinamismo (Bagé e Dom Pedrito).

A nova tipologia da PNDR II demonstra, considerando o período dos dados que foram utilizados como o censo de 2010 e dados trienais do PIB até 2014, que o intervalo de tempo ainda é insuficiente para que maiores alterações na dinâmica de renda das famílias e de produção de riquezas sejam alteradas em nível microrregional nessas cidades, novamente salientando as características econômicas da mesorregião, ligadas as atividades primárias e de baixa industrialização.

Na análise dos indicadores socioeconômicos ficou demonstrado que os indicadores de Taxa de crescimento populacional, Índice de Gini, Rendimento Domiciliar per capita, Rendimento Domiciliar Médio, Taxa de desocupação, PIB per capita, Arrecadação de Impostos Federais e Estaduais, Consumo de Energia Elétrica, Taxa de escolaridade da população adulta e IDHM fornecem os argumentos necessários para as conclusões da pesquisa.

Deve-se considerar os limitantes com relação aos dados estatísticos desses indicadores, que em sua maioria são dados de censos, e o fato da pesquisa se desenvolver justamente no final de um período intercensitário de 10 anos, algo que compromete, de certa forma, as análises pretendidas, com exceção aos indicadores de taxa de crescimento populacional, que possuem estimativas mais recentes da população e dos indicadores de PIB per capita, arrecadação fiscal e consumo de energia elétrica, que dispõem de dados anuais.

As análises realizadas, de alterações da configuração dos polos de desenvolvimento, os investimentos realizados na implantação da universidade e seu orçamento de custeio, o

crescimento alcançado pela UNIPAMPA em apenas 12 anos de existência e a análise dos indicadores socioeconômicos das cidades e de suas microrregiões possibilitam responder a pergunta principal da pesquisa, sobre qual é o impacto socioeconômico resultante da implantação da Fundação Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA).

O impacto socioeconômico identificado está na criação de oportunidades aos jovens da região e de outras localidades do Brasil, de cursar um ensino público que já possui reconhecida qualidade, tanto em nível de graduação como em nível de pós-graduação, algo impensável há algumas décadas por ser uma região com carências educacionais e de infraestrutura históricas, caracterizada como “estagnada” economicamente.

O conjunto de informações possibilitou concluir que a UNIPAMPA impacta em maior ou menor nível em todos os indicadores analisados. O impacto socioeconômico da UNIPAMPA, pelas análises realizadas na pesquisa, está na manutenção dos níveis populacionais, na menor taxa de desocupação, na diminuição da concentração de renda, no aumento do PIB per capita, na maior arrecadação fiscal, em níveis maiores de consumo de energia elétrica, na elevação da taxa de escolaridade da população adulta e na melhoria da qualidade vida, nivelando a mesorregião que recebeu a universidade a outras regiões do estado, que ao longo do tempo lograram maior êxito em atrair investimentos públicos e privados.

A comparação com cidades quase similares e com cidades com melhores índices, buscando avaliar o quanto a universidade contribui para diferenciar ou diminuir diferenças econômicas e sociais, embora não tenha se mostrado a ideal em termos de comparação, possibilitou evidenciar a existência de grandes desigualdades na comparação entre cidades, superadas quando avaliadas em grupos ou em microrregiões.

Como já mencionado nesse trabalho, o contexto de criação de uma universidade pública, em uma região com carências econômicas, sociais e estruturais, que demandou a construção de prédios, realização de concursos e vestibulares, licitações para contratações de serviços e aquisição de equipamentos, criação de estruturas administrativas e acadêmicas compatíveis com a diversidade de seus cursos, normatização de seus processos, etc. deve e precisa ser levado em conta em qualquer análise de impacto.

A dedicação de seus servidores, o apoio dos poderes públicos locais, o acolhimento das comunidades e a visão de negócios dos empreendedores da região possibilitaram que a UNIPAMPA alcançasse o patamar atual de desenvolvimento institucional, sendo impossível pensar outra realidade na atualidade que não considere a presença e o poder renovador de uma universidade pública nessas regiões.

7.1 OPORTUNIDADES PARA NOVAS PESQUISAS

As limitações impostas pela falta de dados para além dos anos dos censos em alguns indicadores ou desagregados ao nível de município não possibilitaram determinadas análises estatísticas sobre o investimento público, nas cidades que receberam campus da UNIPAMPA.

Ao longo do trabalho ficou evidente a importância da produção de mais dados ao nível de município e de instituições, para análises das políticas públicas relacionadas ao desenvolvimento regional em seus vários aspectos, e a importância do trabalho realizado pelos institutos e fundações públicas, como o IBGE, o DATASUS e a FEE, que disponibilizam a maior parte dos dados utilizados nesse trabalho de pesquisa.

As análises baseadas em dados de censos, que são realizados de dez em dez anos, sendo o último em 2010, e, estando no final de um período intercensitário, deixa a expectativa de uma grande oportunidade para novas pesquisas, utilizando os mesmos indicadores, com dados mais recentes. Os indicadores poderão ser adaptados às necessidades das futuras pesquisas, buscando atender aos pressupostos para os testes estatísticos.

Em trabalhos futuros seria interessante também selecionar UC com base em métodos estatísticos de agrupamentos, se o interesse for analisar o impacto socioeconômico nos municípios, buscando dados específicos nos indicadores, como o consumo de energia elétrica residencial e dados de rendimentos por habitante, dentre outros.

REFERÊNCIAS

- AITH, F. **Políticas públicas de Estado e de governo:** instrumentos de consolidação do Estado Democrático de Direito e de promoção e proteção dos direitos humanos. Políticas públicas: reflexões sobre o conceito jurídico. São Paulo: Saraiva, 2006. p. 217-246.
- AFONSO, A. J. Reforma do Estado e políticas educacionais: entre a crise do Estado-nação e a emergência da regulação supranacional. **Educação & Sociedade**, v. 22, n. 75, p. 15-32, 2001.
- ALVES, J. A. B. **Impacto socioeconômico da universidade numa visão da economia do conhecimento:** estudo de caso do campus Canoinhas da Universidade do Contestado UnC. 2010. 178p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Universidade do Contestado, Canoinhas, SC, 2010.
- AMPARO, P. P. do. Os desafios a uma política nacional de desenvolvimento regional no Brasil. **Interações**, Campo Grande, v. 15, n. 1, p. 175-192, 2014.
- ANTICO, C.; JANNUZZI, P. de M. **Indicadores e a gestão de políticas públicas.** Fundação do Desenvolvimento Administrativo–FUNDAP–São Paulo. Debates, 2014.
- AREND, M.; CÁRIO, S. A. F. Origens e determinantes dos desequilíbrios no Rio Grande do Sul: uma análise a partir da Teoria Institucional de Douglas North. **Ensaio FEE**, v. 26, p. 63-94, 2005.
- ATLAS SOCIOECONÔMICO DO RIO GRANDE DO SUL - SPGG. Porto Alegre. VAB FEE, 2015. Disponível em: <<https://atlassocioeconomico.rs.gov.br/participacao-dos-coredes-no-vab>>. Acesso: em 18 dez. 2017.
- BANDEIRA, P. **Participação, articulação de atores sociais e desenvolvimento regional. IPEA**, 1999. Disponível em: <<http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/2758>>. Acesso em: 22 dez. 2017.
- BANDEIRA, P. S. Contribuição dos COREDES/RS para o debate sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Regional. In: SILVEIRA, R. L. L. da. (Org.). **Observando o desenvolvimento regional brasileiro:** processo, políticas e planejamento. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2013. p. 90-115.
- BARBOSA, M. P. et al. Avaliação do impacto da política de expansão das universidades federais sobre as economias municipais. In: XLIII ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA. **Anais...** Associação Nacional dos Centros de Pós-graduação em Economia (ANPEC), 2016.
- BARROS, R. P. de; HENRIQUES, R.; MENDONÇA, R. **Pelo fim das décadas perdidas:** educação e desenvolvimento sustentado no Brasil. Rio de Janeiro: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, 2002.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil 1988.** Centro de documentação e Informação. Coordenação de publicações, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Relatório da Comissão Constituída pela Portaria nº 126/2012, sobre a Análise sobre a Expansão das Universidades Federais 2003 a 2012**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=12386-analise-expansao-universidade-federais-2003-2012-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 22 dez. 2017.

BRASIL. UNIPAMPA. **Relatórios dos orçamentos anuais 2008 a 2016**. Disponível em: <<http://porteiros.r.unipampa.edu.br/portais/proplan/coordenadoria-de-planejamento-e-desenvolvimento/orcamento/relatorios/>>. Acesso em: 13 out. 2017.

BRASIL. Decreto nº 6.047, de 22 de fevereiro de 2007. **Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Regional – PNDR** – Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6047.htm>. Acesso em: 12 nov.2017.

BRESSER-PEREIRA, L. C. **O conceito histórico de desenvolvimento econômico**. Texto para discussão EESP/FGV, v. 157, 2006.

BRITO, C. S. de; SILVA, M. R. R. da; JÚNIOR, N. F. C. Indicadores socioeconômicos da gestão pública: quão relevantes vocês são? **Id on Line Revista de Psicologia**, v. 10, n. 30, p. 144-167, 2016.

BUSSAB, W.O.; MIAZAK, E.S.; ANDRADE, D.F. Introdução à Análise de Agrupamentos. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE PROBABILIDADE E ESTATÍSTICA, 9., 1990. **Anais...** São Paulo: IME – USP, 1990.

CARDOSO, M. H. S. G.; BRESCIANI, L. P.; AMORIM, W. A. Políticas sociais, educação e desenvolvimento econômico: busca por evidências correlacionais a partir das avaliações do IDEB de três municípios paulistas. **Gestão & Regionalidade**, v. 32, n. 94, 2016.

CARNEIRO, F. F. et al. Saúde ambiental e desigualdades: construindo indicadores para o desenvolvimento sustentável. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 17, n. 6, 2012.

CAVALCANTE, L. R. M. T. Produção teórica em economia regional: uma proposta de sistematização. **Revista brasileira de estudos regionais e urbanos**, v. 2, n. 1, 2008.

CENEVIVA, R.; FARAH, M. F. S. Avaliação, informação e responsabilização no setor público. **Revista de Administração de Empresas**, v. 46, n. 4, p. 993-1016, 2012.

COBO, B.; SABÓIA, A. L. **Uma contribuição para a discussão sobre a construção de indicadores para implementação e acompanhamento de políticas públicas**. Anais, p. 1-16, 2016.

CORDEIRO, R. M. et al. Os projetos de desenvolvimento do Brasil contemporâneo. **Brazilian Journal of Political Economy**, v. 34, n. 2, p. 230, 2014.

COSTA, F. L. da; CASTANHAR, J. C. Avaliação de programas públicos: desafios conceituais e metodológicos. **RAP**, Rio de Janeiro, v. 37, n. 5, p. 969-92, 2003.

CRUMPTON, C. D. et al. Avaliação de políticas públicas no Brasil e nos Estados Unidos: análise da pesquisa nos últimos 10 anos. **Revista de Administração Pública-RAP**, v. 50, n. 6, 2016.

DAMBORIARENA, L. A. **Estudos sobre universidade e desenvolvimento: uma crítica ao senso comum**. 2015. 89f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2015.

DINIZ, C. C. Celso Furtado e o desenvolvimento regional. **Nova Economia**, v. 19, n. 2, p. 227–249, set. 2009.

DLOUHÁ, J.; HUISINGH, D.; BARTON, A. Learning networks in higher education: universities in search of making effective regional impacts. **Journal of cleaner production**, v. 49, p. 5-10, 2013.

ETZKOWITZ, H. **Hélice tríplice: universidade-indústria-governo: inovação em movimento**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009.

FAGUNDES, M. V. C.; GIROLETTI, D. A. **Universidade Pública e Desenvolvimento Regional: um estudo da contribuição da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia–UESB**. 2013. In: II SINGEP e I S2IS. **Anais eletrônicos...** São Paulo, SP: UNINOVE. Disponível em: <<http://repositorio.uninove.br/xmlui/handle/123456789/558>>. Acesso em: 03 jan. 2018.

FÁVERO, M. L. A. University in Brazil: from its origins to University Reform - 1968. **Educar em Revista**, n. 28, p. 17–36, dez. 2006.

FARAH, M. F. S. Análise de políticas públicas no Brasil: de uma prática não nomeada à institucionalização do "campo de públicas". **Revista de Administração Pública**, v. 50, n. 6, p. 959-979, 2016.

FARENZENA, N.; LUCE, M. B. **Políticas Públicas de Educação no Brasil: reconfigurações e ambiguidades**. Avaliação de Políticas Públicas. Porto Alegre: UFRGS/CEGOV, 2014. p. 195-215.

FERNANDES, M. I. A. Abandono das instituições: construção de políticas públicas e universidade. **Psicologia USP**, v. 12, n. 2, p. 11-27, 1 jan. 2001.

FIELD, A. **Descobrendo a estatística usando o SPSS**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FINKLER, A.; FINKLER, D.; CASTRO, J; MIKE, T. **Relação do crescimento econômico e consumo de energia elétrica**. Seminário de Iniciação Científica da UNIJUÍ, Brasil, 2016.

FLECK, C. F. A tríade ensino-pesquisa-extensão e os vetores para o desenvolvimento regional. **Revista brasileira de gestão e desenvolvimento regional**, v. 7, n. 3, 2011.

FLECK, C. F. **A Universidade no desenvolvimento do mercado de trabalho: um estudo de caso em Santana do Livramento**. 2012. Tese (Doutorado em Administração) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

FLORAX, R. J. G. M. **The university: a regional booster?** Economic impacts of academic knowledge infrastructure. 1992.

FREY, K. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. **Planejamento e políticas públicas**, n. 21, 2009.

FREIRE, P. **Política e educação: ensaios**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

FREITAS, J. Políticas públicas, avaliação de impactos e o direito fundamental à boa administração. **Seqüência: Estudos Jurídicos e Políticos**, v. 36, n. 70, p. 115-133, 2015.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA DO RS – FEE. **Índice de Desenvolvimento Socioeconômico (Idese)**. Disponível em: <<https://www.fee.rs.gov.br/indicadores/indice-de-desenvolvimento-socioeconomico/>>. Acesso em: 18 maio 2018.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA DO RS – FEE. **Painel do Agronegócio no Rio Grande do Sul – 2015**. Disponível em: <<https://www.fee.rs.gov.br/wp-content/uploads/2015/09/20150903painel-do-agronegocio-no-rs-2015.pdf>>. Acesso em: 28 maio 2018.

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA – UNIPAMPA em números **2018**. Disponível em: <<http://porteiros.r.unipampa.edu.br/portais/proplan/coordenadoria-de-planejamento-e-desenvolvimento/divisao-de-planejamento-economico/unipampa-em-numeros/>>. Acesso em: 21 jun. 2018.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo, v. 5, n. 61, p. 16-17, 2002.

GOLDEMBERG, J.; LUCON, O. Energia e meio ambiente no Brasil. **Estudos avançados**, v. 21, n. 59, p. 7-20, 2007.

GUIMARÃES, J. R. S.; JANNUZZI, P. de M. **Indicadores sintéticos no processo de formulação e avaliação de políticas públicas: limites e legitimidades**. Anais, p. 1-18, 2016.

GUIMARÃES, R. P.; FEICHAS, S. A. Q. Desafios na construção de indicadores de sustentabilidade. **Ambiente & Sociedade**, v. 12, n. 2, p. 307-323, 2009.

GOVERNO DO ESTADO DO RS. Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão. **Perfis por Regiões Funcionais de Planejamento**. Porto Alegre, RS, 2015.

HERNÁNDEZ, I. A. et al. Universidad y Empresa: Un Binomio de Responsabilidad Social en el Siglo XXI. **Tendências**, v. 18, n. 1, p. 145-158, 2017.

HAIR, J. F.; ANDERSON, R. E.; TATHAN, R. L.; BLACK, W. C. **Análise Multivariada de dados**. 5. ed. São Paulo: Editora Bookman, 2005.

HOFF, D. N.; PEREIRA, C. A.; PAULA, L. G. N. O impacto da universidade pública no desenvolvimento regional sob a luz da literatura internacional / The Impact of the public university in regional development from the perspective of international literature. **Redes**, v. 22, n. 1, p. 510-527, 31 dez. 2016.

HOFF, D. N.; SAN MARTIN, A. S.; SOPEÑA, M. B. Universidades e desenvolvimento regional: impactos quantitativos da UNIPAMPA em Sant'ana do Livramento. **Revista Redes**, v. 16, n. 3, p. 157-183, 2011.

HÖFLING, E. de et al. **Estado e políticas (públicas) sociais**. Cadernos Cedes, 2001.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Síntese dos Indicadores Sociais**. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=298965>>. Acesso em: 12 dez. 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Indicadores de Desenvolvimento Sustentável – Brasil 2015**. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv94254.pdf>>. Acesso em: 18 dez. 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Indicadores de Desenvolvimento Sustentável – IDS – Edição 2017 – Gastos com P&D**. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/905>>. Acesso em: 26 jul. 2018.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Avaliação de Políticas Públicas no Brasil: uma análise de seus impactos regionais Vol. 1**. 2014. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&id=23979>. Acesso em: 16 jun. 2017.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Revista Desafios do Desenvolvimento**. São Paulo, 2004 – ISSN 1806 – 9363 – Disponível em: <http://desafios.ipea.gov.br/images/stories/PDFs/desafios004_completa.pdf>. Acesso em 18 dez. 2017.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Panorama da Educação - Destaques do Education at a Glance 2017**. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/acoes_internacionais/eag/documentos/2017/panorama_da_educacao_destaque_do_education_at_a_glance_2017.pdf>. Acesso em: 27 out. 2017.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Sinopse Estatística da Educação Superior 2015**. Brasília: Inep, 2016. Disponível em: <<http://inep.gov.br/educacao-superior>>. Acesso em: 30 set. 2017.

JACOMETTI, M. et al. Análise de efetividade das políticas públicas de Arranjo Produtivo Local para o desenvolvimento local a partir da teoria institucional. **Revista de Administração Pública**, v. 50, n. 3, p. 425-454, 2016.

JANNUZZI, P. de M. Indicadores para diagnóstico, monitoramento e avaliação de programas sociais no Brasil. **Revista do Serviço Público**, v. 56, n. 2, p. 137, 2005.

JANNUZZI, P. de M. **Indicadores Sociais no Brasil**. 3. ed. Editora Alínea, 2006.

KÖCHE, J. C. **Fundamentos de metodologia científica: teoria da ciência e iniciação à pesquisa**. 28. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

LIMA, A. C. C.; SIMÕES, R. F. Teorias clássicas do desenvolvimento regional e suas implicações de política econômica: o caso do Brasil. **RDE-Revista de Desenvolvimento Econômico**, v. 12, n. 21, 2010.

LIMA, M. A. B. **Avaliação de impactos de investimentos públicos em ciência e tecnologia sobre o desenvolvimento regional**. 2005. 241f. Tese (Doutorado em Administração) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2005. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/4588>>. Acesso em: 18 dez. 2017.

LOBATO, L. de V. C. Avaliação de Políticas Sociais: notas sobre alguns limites e possíveis desafios. **Revista Trabalho, Educação e Saúde**, v. 2, n. 1, p. 239-265, 2004.

MADER, M. et al. Monitoring networking between higher education institutions and regional actors. **Journal of Cleaner Production**, v. 49, p. 105-113, 2013.

MADUREIRA, E. M. P. **Desenvolvimento Regional: Principais teorias**. **Revista ThêmaetScientia**, v. 5, n. 2, p. 8-23, 2016.

MALHOTRA, N. **Pesquisa de marketing: uma orientação aplicada**. Tradução de Laura Bocco. 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2006.

MENEZES-FILHO, N. et al. **O impacto do ensino superior sobre o trabalho e a renda dos municípios brasileiros**. São Paulo: Police Paper, 2016.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. **Criação de Universidades – Mec – SESU - Linha do Tempo**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/linhatempo-ifes.pdf>>. Acesso em: 15 jun. 2017.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - SECRETARIA DE ARTICULAÇÃO COM OS SISTEMAS DE ENSINO (MEC/ SASE). **Planejando a Próxima Década Conhecendo as 20 Metas do Plano Nacional de Educação, 2014**. Disponível em: <http://pne.mec.gov.br/images/pdf/pne_conhecendo_20_metas.pdf>. Acesso em: 12 out. 2017.

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES (MCTIC). Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). **Investimentos em CT&I**. Disponível em: <<http://www.cnpq.br/web/guest/investimentos-cnpq-em-ctei/#void>>. Acesso em: 24 jul. 2018.

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES (MCTIC). **Recursos Aplicados - Indicadores Consolidados**. Disponível em: <http://www.mctic.gov.br/mctic/opencms/indicadores/detalhe/recursos_aplicados/indicadores_<consolidados/2_1_3.html>. Acesso em: 25 jul. 2018.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. **A democratização e expansão da educação superior no país 2003 – 2014**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16762-balanco-social-sesu-2003-2014&Itemid=30192>. Acesso em: 17 jun. 2017.

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL. **A Política Nacional de Desenvolvimento Regional – PNDR**. Disponível em: <<http://www.integracao.gov.br/web/guest/politica-nacional-de-desenvolvimento-regional>>. Acesso em: 12 nov. 2017.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO – CAGED. **Evolução do emprego do CAGED – EEC**. Disponível em: <<http://bi.mte.gov.br/eec/pages/consultas/evolucaoEmprego/consultaEvolucaoEmprego.xhtml#relatorioSetor>>. Acesso em: 21 jun. 2018.

MIRANDA QUAGLIO, G. de; PAIVA, C. C. de. A questão regional e o BNDES: uma análise da conformidade entre a atuação do Banco e a política nacional de desenvolvimento regional (PNDR). **Economia e Sociedade**, v. 26, n. 2, 2017.

NETO, L. G. **Desigualdades e políticas regionais no Brasil: caminhos e descaminhos**. Planejamento e políticas públicas, n. 15, 2009.

OLIVEIRA JR, A. de. A universidade como polo de desenvolvimento local-regional/The university as a center for local-regional developing. **Caderno de Geografia**, v. 24, n. 1, p. 1-12, 2014. DOI 10.5752/P. 2318-2962.2014 v24nespp1.

OLIVEIRA, G. B. de. Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento. **Revista da FAE**, v. 5, n. 2, 2017.

ORGANIZAÇÕES DAS NAÇÕES UNIDAS. **Transformando Nosso Mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**. Disponível em: <<http://www.br.undp.org/content/dam/brazil/docs/agenda2030/undp-br-Agenda2030-completo-pt-br-2016.pdf>>. Acesso em: 16 jun. 2017.

ORGANIZAÇÕES DAS NAÇÕES UNIDAS. **Resolution adopted by the General Assembly** – Disponível em:<<http://www.un.org/en/mdg/summit2010/documents.shtml>>. Acesso em: 23 nov. 2017.

PAULA, M. de F. C. de. Políticas de democratização da educação superior brasileira: limites e desafios para a próxima década. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior**, v. 22, n. 2, p. 301-315, 2017.

PEREIRA, J. M. D. **Manual de economia brasileira: da formação econômica à economia contemporânea**. Fundação de Apoio a Tecnologia e Ciencia/Editora UFSM, 2016.

PERRY, Beth et al. **Excelência, Relevância e a Universidade**. O missing middle do envolvimento socioeconômico. 2008.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **Rede Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) Universidades**. Disponível em: <<http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/presscenter/articles/2017/06/07/rede-ods-universidade-lan-ada-em-bras-lia/>>. Acesso em: 16 jun. 2017.

RAMOS, M. P.; SCHABBACH, L. M. O estado da arte da avaliação de políticas públicas: conceituação e exemplos de avaliação no Brasil. **Revista de administração pública**, v. 46, n. 5, p. 1272-1294, set./out. 2012.

- RATTNER, H. Indicadores sociais e planificação do desenvolvimento. **Revista de Administração de Empresas**, v. 17, n. 1, p. 21-27, 1977.
- REIS, P. R. da C.; SILVEIRA, S. de F. R.; RODRIGUES, P. E. L. Impactos da política nacional de irrigação sobre o desenvolvimento socioeconômico da região norte de Minas Gerais: uma avaliação do Projeto Gorutuba. **Revista de Administração Pública-RAP**, v. 46, n. 4, 2012.
- ROCHA NETO, J. M. da; BORGES, D. F. As assimetrias entre as políticas setoriais e a política de planejamento regional no Brasil. **Revista de Administração Pública**, v. 45, n. 6, p. 1639-1654, 2011.
- RODRIGUES, L. C. Propostas para uma avaliação em profundidade de políticas públicas sociais. **Revista Avaliação de Políticas Públicas-AVAL**, v. 1, n. 1, 2015.
- ROLIM, C. F. C.; SERRA, M. A. **Universidade e desenvolvimento regional: o apoio das instituições de ensino superior ao desenvolvimento regional**. Juruá Editora, 2009.
- ROLIM, C.; SERRA, M. Universidade e desenvolvimento: Ser da região X estar na região. In: CONGRESSO IBÉRICO DE ESTUDOS AFRICANO, 7., 2011. **Anais eletrônicos...** Lisboa, 2011. Disponível em: <<https://repositorio.iscte.pt/handle/10071/2383>>. Acesso em: 18 dez. 2017.
- SANTOS, B. de S. **A universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade**. In: Educação, Sociedade & Culturas. CIEE/Edições Afrontamento, 2005. p. 137-202.
- SCANDAR NETO, W.; JANNUZZI, P. de M.; SILVA, P. **Sistemas de indicadores ou indicadores sintéticos: do que precisam os gestores de programas sociais**. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, v. 16, 2008.
- SCHNEIDER, S.; FIALHO, M. A. V. Pobreza rural, desequilíbrios regionais e desenvolvimento agrário no Rio Grande do Sul. **Teoria e Evidência Econômica**, v. 8, n. 15, p. 117-149, 2000.
- SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS (SEBRAE). **Perfil das cidades Gaúchas**. Disponível em: <<http://ambientedigital.sebrae-rs.com.br/Download/PerfilCidades.html>>. Acesso em: 22 jun. 2018.
- SIEDENBERG, D. R. Indicadores de desenvolvimento socioeconômico: uma síntese. **Desenvolvimento em Questão**, v. 1, n. 1, p. 45-71, 2011.
- SILVA, F. L. E. Reflexões sobre o conceito e a função da universidade pública. **Estudos Avançados**, v. 15, n. 42, p. 295-304, ago. 2001.
- SILVA, S. P. da. Análise da trajetória institucional de implementação da Política Nacional de Desenvolvimento Regional no Brasil. **Revista do Serviço Público**, v. 67, n. 3, p. 351-376, 2016.

SILVA, R. de B. da. Sociedade e Estado: quem controla quem? Diferentes abordagens do controle social e a evolução das relações sociedade-estado. **Revista da Controladoria-Geral da União**, v. 8, n. 13, p. 20, 2016.

SOLIGO, V. Indicadores: conceito e complexidade do mensurar em estudos de fenômenos sociais. **Estudos em avaliação educacional**, v. 23, n. 52, p. 12-25, 2012.

SOUZA, C. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, n. 16, p. 20-45, 2006.

YIN, R. K. **Estudo de Caso: Planejamento e Métodos**. 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

TAMAKI, E. M. et al. Metodologia de construção de um painel de indicadores para o monitoramento e à avaliação da gestão do SUS. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 17, n. 4, p. 839-849, 2012.